

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Poder e Sistemas Políticos

A Pluriactividade na Agricultura
- O caso particular do concelho de Grândola -

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Américo José

Orientadora:
Prof.^a Doutora Saudade Baltazar

“ Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri ”

Évora
2006

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Poder e Sistemas Políticos

A Pluriactividade na Agricultura

- O caso particular do concelho de Grândola -

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Américo José



170136

Orientadora:

Prof.^a Doutora Saudade Baltazar

“ Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri “

Évora
2006

Algumas palavras de agradecimento...

A minha primeira palavra é de agradecimento a todos aqueles que, directa ou indirectamente, permitiram a concretização deste trabalho, desde os identificados aos anónimos, dos individuais aos colectivos que se prontificaram a responder aos inquéritos e às entrevistas, tornando possível a realização desta dissertação.

A minha segunda palavra é um especial obrigado à minha orientadora Professora Doutora Saudade Baltazar, pela disponibilidade em acompanhar, directa ou indirectamente, a orientação e evolução do meu trabalho.

Por último, à minha mulher, que tão bem soube mostrar a sua compreensão, quando a minha ausência era mais sentida, e pelo seu encorajamento transmitido nos momentos de desânimo.

A todos, que directa e indirectamente tornaram este trabalho possível !

Os meus sinceros agradecimentos.

A Pluriactividade na Agricultura - O caso particular do concelho de Grândola -

Resumo

A presente dissertação pretende dar a conhecer os resultados da pesquisa desenvolvida sobre a pluriactividade na agricultura.

Neste trabalho fiz a caracterização agrícola concelhia e avaliei no espaço local o fenómeno desta nova forma de ruralidade.

Para o efeito pretendi contribuir para o entendimento, num quadro regional, das representações sociais dos actores locais face à pluriactividade na agricultura – o caso particular do concelho de Grândola.

Na elaboração da minha dissertação de Mestrado, utilizei as quatro técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação sociológica: a observação directa, a pesquisa documental, o inquérito por questionário e a entrevista.

Após o tratamento e análise dos dados obtidos, concluí que:

- As receitas das explorações agrícolas são insuficientes para satisfazer as necessidades dos agricultores e suas famílias;
- Os agricultores locais, tornaram-se minoritários no universo em estudo, diversificando as suas áreas de actividade;
- O espaço rural para além da produção de cereais e outras culturas apresenta-se agora disponível para funções diversificadas (predominantemente no domínio das actividades turísticas);
- A pluriactividade na agricultura assume uma importância vital, no desenvolvimento regional;
- A PAC, ao ser introduzida, criou nos agricultores um conjunto de expectativas, as quais não se vieram a concretizar na sua globalidade;
- O mundo rural neste concelho apresenta-se muito debilitado, tendo os agricultores consciência da necessidade de praticarem outras actividades além da agricultura.

Palavras-chave: Agricultura a tempo parcial, pluriactividade agrícola, plurirendimento, políticas agrárias, PAC, desenvolvimento rural, concelho de Grândola.

Multi-activity in Agriculture –the specific case in Grândola’s district

Summary

The current dissertation aims to let know the results of the research developed on multi-activity on agriculture.

In this work I have made the district’s agricultural characterisation and I have locally evaluated the phenomena of a new form of rurality.

I have helped for the understanding, in a local basis, of the social representations of the local intervenients respecting the multi-activity in agriculture – on the specific case of Grândola’s district.

On the making of my Master degree thesis, I have used four common techniques on the data gathering in sociology: direct observation, documental research, the filling of questionnaires and interview.

After the analysis of the results, I have concluded that:

- The income of agricultural exploitation is not enough to satisfy the needs of farmers and their families
- Local farmers have become a minority in society, varying their income source
- Besides the production of cereals and other cultivations, the rural space is now available for different functions (mainly touristic activities)
- The multi-activity in agriculture assumes a vital importance on local development
- By the introduction of the CAP, local farmers have created expectations that have not generally been satisfied
- In this district, the rural world is quite feeble, creating the need to practise other activities besides agriculture.

Keywords: Part-time agriculture; multi-activities; agricultural policies; CAP; rural development, the district of Grândola

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DA PLURIACTIVIDADE NA AGRICULTURA

1.1 - A problemática e a conceptualização da pluriactividade.....	18
1.2 – Objectivos e hipóteses do estudo.....	31
1.2.1- Objectivos.....	31
1.2.2 – Hipóteses de trabalho.....	32

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEPTUAL DA PESQUISA

CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL

3.1 – Evolução histórico-social da agricultura.....	36
3.1.1 – Período da antiguidade.....	38
3.1.2 – Período monárquico.....	39
3.1.3 - O “Estado Novo”.....	43
3.1.4 – O Estado Democrático.....	45
3.2 – Política estrutural para a agricultura portuguesa.....	49
3.2.1 - A política social e económica comunitária.....	53
3.2.2 - A revisão da PAC e as implicações sobre a política agrária.....	60
3.2.3 - Novas propostas da PAC.....	66

3.3– Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas... ..	72
3.3.1 – Projectos da Medida “AGRO”	73
3.3.2 – Projectos da medida “AGRIS”	76
3.3.3– O Plano de Desenvolvimento Rural - “RURIS”	81
3.3.3.1 – Reforma Antecipada.....	81
3.3.3.2 – Indemnizações Compensatórias.....	84
3.3.3.3 – Medidas Agro-Ambientais.....	85
3.3.3.4 – Florestação de terras agrícolas.....	87
3.3.4 – Culturas Arvenses.....	90
3.3.5 – Efectivo pecuário.....	93
3.3.5.1 – Bovinos.....	94
3.3.5.2 – Vacas Aleitantes.....	95
3.3.5.3 – Ovinos e Caprinos.....	96
3.3.6 – A PAC e as ajudas comunitárias: III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e Quadro de Referência Estratégica Nacional, (QREN).	97

CAPITULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA DO CONCELHO DE GRÂNDOLA

4.1 – O Território.....	104
4.2 – Densidade Populacional.....	106
4.3 – Contributo para a identificação do perfil sociológico dos agricultores e das suas explorações agrícolas	107
4.3.1 – Nível etário dos agricultores.....	107
4.3.2 – Nível de literacia dos agricultores.....	107
4.3.3 – Exploração versus rendimento.....	108
4.3.4 – Tipo de exploração.....	109
4.3.5 – Tipo de solos.....	110
4.3.6 – Culturas predominantes.....	111

CAPITULO 5 – CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO

5.1 – Delineamento geral do estudo	114
5.2 – O contexto do estudo	116
5.3 – População e plano amostral	119
5.3.1 – O universo de estudo.....	119
5.3.2 – O Plano Amostral.....	120
5.3.2.1 – Definição da amostra.....	120
5.3.2.2 – Indivíduos a inquirir.....	122
5.4 – Definição conceptual das variáveis	123
5.5 – Instrumentação	125
5.5.1 – Pesquisa documental.....	126
5.5.2 – Inquérito por questionário.....	128
5.5.3 – A entrevista.....	130
5.5.4 – A observação directa.....	132
5.6 – Análise de dados	132

CAPITULO 6 – A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS – A PLURIACTIVIDADE AGRÍCOLA NO CONCELHO DE GRÂNDOLA

6.1 – Características sócio-demográficas.....	134
6.2 – Características da exploração fundiária.....	141
6.3 – Actividade agrícola e formas de exploração.....	150
6.4 – Potencialidades, constrangimentos e preocupações para o sector agrícola..	170
6.5 – Conhecimento da envolvente europeia e da PAC.....	175
6.6 – Novas formas de ruralidade e perspectivas de futuro.....	180

CAPITULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 – Conclusões	186
7.2 – Recomendações	191

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS:

ANEXO I – Enquadramento do concelho de Grândola

ANEXO II – Mapa do concelho de Grândola e respectivas freguesias

ANEXO III – Questionário

ANEXO IV – Entrevista

ANEXO V – Análise de dados da Investigação - Questionário

ANEXO VI – Guiões das Entrevistas

ANEXO VII – Análise de conteúdo - Entrevistas

ANEXO VIII – Lista AGRIS - projectos aprovados aos agricultores

ANEXO IX – Lista AGRIS – Tipo de apoio e enquadramento legal

ANEXO X – Lista AGRO - Tipo de apoio e enquadramento legal

ÍNDICE DE QUADROS

1 – Med. “AGRO” – Dez medidas ao dispor dos agricultores (2000-2006)	76
2 – Med. “AGRIS” – Oito acções ao dispor dos agricultores (2000-2006)	78
3– Reforma antecipada (2000-2006)	83
4 – Área mínima de exploração (2000-2006)	83
5 – Indemnizações compensatórias – Total da ajuda (2000-2006)	85
6 – Agro-ambientais – Tipo de acções (2000-2006)	86
7 – Agro-ambientais – Montante da ajuda (2000-2006)	87
8 – Florestação de terras agrícolas – Beneficiários (2000-2006)	88
9 – Prémio por perda de rendimento (2000-2006)	89
10 – Prémio à manutenção (2000-2006)	89
11 – Classes de rendimento atribuídas no Alentejo Litoral (até 2004)	91
12 – Valores atribuídos a culturas arvenses no Alentejo (até 2004)	92
13 – Classes de rendimentos instituídas nos conc. do Alent. Litoral (até 2004)	93
14 – Montante unitário das ajudas atribuídas a bovinos machos (2003-2004)	95
15 – Montante de ajudas atribuídas às vacas aleitantes (2003-2004)	96
16 – Ajudas atribuídas a ovinos e caprinos (2003-2004)	97
17 – Fundos estruturais – Investimento programado.....	98
18 – Densidade populacional de Portugal, Alentejo e Grândola	106
19 – Idade do produtor agrícola	107
20 – Nível de instrução do produtor agrícola	107
21 – Tempo médio dedicado semanalmente à expl. Agrícola/Rendimento da exploração suficiente para sustento familiar	108
22 – Classes de capacidade de uso de solos no concelho de Grândola e Alentejo Litoral.....	110
23 – Principais culturas	111
24 – Indicadores de desenvolvimento para o concelho de Grândola	112
25 – Conceitos estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Grândola	117
26 – Agricultores inscritos por freguesia	120
27 – Agricultores inscritos para subsídio de gasóleo na Z.A.G.	121
28 – Agricultores inscritos no subsídio de gasóleo	122

29 – Faixas etárias dos inquiridos 137

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1 – Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção por concelho.....	47
2 – Repartição de recursos financeiros (2000 – 2006)	73
3 – Eixo1 - Apoios à melhoria de competitividade agro-florestal e da sustentabilidade rural	74
4 – Eixo2 - Apoios ao reforço do potencial humano e dos serviços à agricultura e zonas rurais	75
5 – Projectos de investimento – Med. Agris – Acção 1 (2000-2006)	79
6 – Projectos Agris – Acção 1.....	80
7 – Efectivos pecuários no concelho e concelhos limítrofes	94
8 – Investimento total (2000-2006)	99
9 – Distribuição de fundos comunitários (2000-2006).....	100
10 – Tipo de exploração	109

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

1 – Diagnóstico da situação actual da Agricultura Portuguesa	54
2 – Prioridades para o desenvolvimento da agricultura portuguesa	65
3 – Reforma da PAC	67
4 - A nova política de Desenvolvimento Rural na EU.....	102
5- Inquérito por questionário	128
6 – Entrevista	130

Lista de Abreviaturas

A.J.A.P.	-	Associação dos Jovens Agricultores Portugueses
A.T.P.	-	Agricultor a título principal
C.A.P.	-	Confederação dos Agricultores Portugueses
C.N.	-	Cabeça normal
D.R.A.	-	Direcção Regional de Agricultura do Alentejo
D.S.F.	-	Direcção dos Serviços Florestais
F.E.O.G.A.	-	Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
D.P.E.R.C.	-	Direcção de Planeamento Estatística e Relações Comunitárias
F.E.D.E.R.	-	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
F.S.E.	-	Fundo Social Europeu
G.A.T.T.	-	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
I.F.O.P.	-	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
I.N.G.A.	-	Instituto Nacional de Garantia Agrícola
I.N.I.A.	-	Instituto Nacional de Investigação Agrícola
M.A.D.R.P.	-	Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas
M.A.P.	-	Ministério da Agricultura e Pescas
O.C.D.E.	-	Organização para a Coop. e o Desenvolvimento Económico
P.A.C.	-	Política Agrícola Comum
PDAR	-	Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural
P.D.M.	-	Plano Director Municipal
Q.C.A.	-	Quadro Comunitário de Apoio
Q.R.E.N.	-	Quadro de Referência Estratégica Nacional
S.A.U.	-	Superfície agrícola útil ¹
U.C.P.	-	Unidade Colectiva de Produção
U.D.E.	-	Unidade de Dimensão Europeia ²
U.E.	-	União Europeia
Z. A.G.	-	Zona Agrária de Grândola

¹ Superfície de exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sub-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

² Unidade de dimensão europeia que corresponde a 1200 euros de margem bruta padrão. A dimensão económica de uma exploração, resulta da divisão da margem bruta padrão total da exploração por 1200 euros.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a problemática do modelo agrícola existente no concelho de Grândola com características muito próprias em que a agricultura e o mundo rural se encontram num estado de degradação profundo.

O desemprego na actividade primária devido ao aumento de diversas formas de automatização é um indicador forte do declínio da agricultura a nível do concelho de Grândola. A agricultura reestruturou-se naturalmente, de modo a responder à mudança, assumindo formas de produção cada vez menos consumidora de força de trabalho. As culturas cerealíferas de trigo e aveia no concelho de Grândola, outrora muito importantes, actualmente são actividades em decréscimo, podendo mesmo dizer-se de subsistência, visto que, os custos de produção são elevados e os rendimentos muito escassos.

As sucessivas crises agrícolas e a erosão dos solos devida a uma agricultura cerealífera intensiva, contribuíram para que muitos agricultores abandonassem as suas explorações. Alguns decidiram mudar de actividade e emigrarem para regiões mais atractivas em termos económicos, outros continuaram a praticá-la mas em regime pluriactivo, procurando melhores rendimentos, complementando-a com outras actividades.

A população agrícola concelhia está cada vez mais envelhecida, tendo diminuído o rendimento dos agricultores e baixado a competitividade em relação à média da União Europeia. Actualmente, as gerações que se sucedem no mundo agrícola efectuam-se num contexto deficitário e a envelhecer.

O envelhecimento demográfico, aliado à baixa tendência do rendimento da agricultura, o controlo das produções com a implantação de quotas fragilizam o mundo rural e comprometem a instalação de jovens na agricultura. A tudo isto se juntam diversos factores sociais: a imagem negativa da profissão de agricultor pela sociedade, o abandono de vários espaços rurais que tornam pouco atraentes as condições de vida no meio rural e a não existência de perspectiva de futuro para os jovens. Portanto, a opção pela profissão de agricultor constitui um risco, devido aos compromissos financeiros.

O regime de exploração das propriedades agrícolas no concelho de Grândola são predominantemente por conta própria, havendo contudo algumas herdades exploradas sob o regime de arrendamento rural.

Actualmente, as explorações agrícolas do concelho têm dimensões e formas variadas, tendo em média 5 a 10 hectares, logo não se podendo considerar minifúndios.

No que se refere à associação de culturas, a exploração é feita num sistema monocultural de milho, trigo ou aveia e nalguns casos policultural de produtos hortícolas (batata, feijão, couve, cenoura, melancia etc).

Antigamente, o destino da produção era uma agricultura de mercado, no entanto, a crise que se fez sentir no sector e os fracos rendimentos levaram a que cada vez mais surgisse uma agricultura de subsistência. A Reforma da PAC perturbou profundamente as condições de produção e o equilíbrio entre os diversos sectores, introduzindo restrições de ordem fiscal, social e regulamentar, fragilizando as explorações. Também os enquadramentos jurídicos comunitários respondem mal à realidade de um mundo rural onde as fronteiras entre os diferentes tipos de actividades têm tendência a esbater-se.

No plano comunitário, o inquérito do Eurostat sobre as estruturas das explorações agrícolas (1987) – permite evidenciar alguns números bastante sintomáticos; a União Europeia conta com cerca de 8,6 milhões de explorações de dimensão média muito irregular (de 4 a 65 ha), espalhadas por cerca de 115 milhões de hectares e que produzem rendimentos médios muito divergentes, a maioria (55%) das explorações pertencem a agricultores de idade igual ou superior a 55 anos e 24% têm mais de 65 anos e alguns deles desconhecem se terão sucessor. A situação é ainda agravada pelo decréscimo importante do número de nascimentos nas famílias agrícolas e é uma constatação que, 33% dos agricultores trabalham a tempo parcial. A adopção e o desenvolvimento da pluriactividade é testemunho da criatividade do sector agrícola e da sua capacidade de adaptação, promovendo a aplicação pelos seus agentes rurais uma política de diversificação, que no entanto os afasta cada vez mais da função exclusivamente agrícola.

Não podemos esquecer que a agricultura é a actividade que ocupa mais território e nessa utilização ela contribui para o ordenamento e a arquitectura da

paisagem e do ambiente, numa linha nova de políticas públicas que vão da multifuncionalidade à diversificação de actividades em espaço rural. Nesta conjuntura, o espaço rural deixou de estar associado à agricultura propriamente dita e passou também a constituir lugar para outros sectores de carácter urbano. “ *As zonas rurais sofrem múltiplas repercussões das dificuldades da agricultura, num verdadeiro círculo vicioso: a diminuição do número de activos agrícolas origina o desaparecimento de numerosas outras actividades ...* ” (Descheemaekere, 1993:32).

A estrutura da presente dissertação apresenta-se dividida em sete capítulos:

- o capítulo 1 é dedicado à problemática e conceptualização da pluriactividade, inicia-se com o porquê da escolha do tema, foca aspectos da vida rural, aborda o homem e a agricultura numa simbiose que se tem prolongado ao longo do tempo, identifica os vários tipos de agricultura. Foca ainda, a nova política comunitária, introduz a problemática da pluriactividade suscitando novos problemas teóricos;

- o capítulo 2 assenta na fundamentação teórica-conceitual da pesquisa, onde se enumeram os princípios orientadores da investigação, iniciando-se com o enquadramento teórico da pluriactividade e abordando-se a temática agrícola proveniente da entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Com a PAC foram introduzidas novas questões teóricas, emergindo uma actividade repartida entre a actividade agrícola e outros sectores diversificados;

- o capítulo 3 narra o desenvolvimento progressivo da agricultura em Portugal, começando por referir aspectos desse sector, na sua evolução social, histórica e política, desde o século XII a. c., até finais do século XX. Caracteriza-se o tipo de agricultura, enumerando as principais culturas numa dinâmica evolutiva, as florestas e o sector pecuário. Abordam-se aspectos da política social e económica comunitária. Apresentam-se as novas propostas da PAC e a estratégia renovada de uma nova política de desenvolvimento rural;

- o capítulo 4 caracteriza a nível agrícola o concelho objecto de análise, referindo inicialmente a localização do território, enumerando algumas potencialidades e mencionando constrangimentos. Caracteriza-se o agricultor a nível etário e literário. Descreve-se o tipo de solos predominantes no concelho, associando a agricultura praticada aos recursos naturais existentes. Enumera-se

alguns factores condicionantes da agricultura local, tendo caracterizado o sistema agrícola existente, a componente florestal e o efectivo pecuário predominante;

- o capítulo 5 apresenta o modelo de investigação, descrevendo a metodologia utilizada na pesquisa. Apresentam-se as potencialidades e debilidades no contexto interno e oportunidades e ameaças no contexto externo. Seguidamente, define-se a amostra e determina-se quais os indivíduos a inquirir. Analisa-se a definição conceptual das variáveis mais utilizadas, aborda-se igualmente o tipo de pesquisa adoptado e enumeram-se as técnicas mais utilizadas neste trabalho;

- o capítulo 6 foi dedicado à análise e interpretação de resultados. Iniciando este capítulo com a caracterização sócio-demográfica dos agricultores e das suas explorações fundiárias, no qual é definido o sistema agrícola praticado. Mencionam-se actividades agrícolas e formas de exploração praticadas, refere-se ainda o avanço tecnológico agrícola como uma componente importante a adoptar para um desenvolvimento integrado e sustentado. Apontam-se os elementos condicionantes da nossa agricultura e divulgam-se as principais inquietações que preocupam os agricultores e toda a comunidade envolvente. Foi analisada a PAC e enumeradas as suas principais consequências. Aborda-se a pluriactividade como fenómeno cada vez mais relevante na vida económica e social dos agricultores, motivando-os para uma melhor preparação de modo a enfrentarem os novos desafios que se avizinham.

Finalmente no capítulo 7, apresentam-se as conclusões e respectivas recomendações. Na conclusão, salientam-se alguns dos aspectos mais relevantes, descritos ao longo desta dissertação. Finalmente nas recomendações enumeram-se as limitações do trabalho e as dificuldades para a sua conclusão, divulgando-se a colaboração redobrada de todos os intervenientes, alertando algumas sugestões para futura pesquisa.

Afinal nas freguesias do concelho, assiste-se ao declínio da actividade agrícola tradicional e ao aparecimento de sectores não agrícolas, como: a caça, lazer, entretenimento, espaços residenciais, turismo rural, etc, “ *sem dúvida que esta recuperação de algumas áreas agrárias, repercute a continua melhoria da qualidade de vida* “(Durán, 1998:147).

Nesta diversidade de actividades, está impressa uma nova dinâmica populacional do espaço rural.

CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DA PLURIACTIVIDADE NA AGRICULTURA

1.1 – A problemática e a conceptualização da pluriactividade

A escolha do tema “*A pluriactividade na Agricultura - o caso particular do concelho de Grândola*”, justifica-se pela importância que a agricultura tem vindo a assumir nesta unidade de análise e fundamenta-se na minha curiosidade pessoal.

Tendo anteriormente elaborado a minha tese de licenciatura sobre o mesmo tema, pretendo com esta dissertação de mestrado um maior aprofundamento sobre o assunto. Segundo Umberto Eco, deve atender-se, a “*que o tema corresponda aos interesses do candidato*” (1998: 33). Este constitui simultaneamente, uma realidade actual e pertinente, visto que se insere na região onde exerço a minha actividade profissional como técnico do M.A.P. (Ministério da Agricultura e Pescas), mais concretamente na Zona Agrária de Grândola (Z.A.G.).

A comunidade rural, “*... é num ambiente rodado de história, marcado pelo silêncio, reduzido demograficamente e envolvido por uma paisagem agradável, multicolor durante o ano, que se processa uma vida quotidiana, equilibrada, repetitiva, monótona e acomodada*” (Ramos, 1997:74), cuja génese reside na actividade agrícola, tem sido alvo preferencial de pesquisa e de estudos no âmbito das ciências sociais.

A vida rural é inconfundível, com uma identidade própria, de formas, de estruturas da paisagem e de géneros de vida.

Segundo o brasileiro Josué de Castro (1971) o que verdadeiramente distingue o espaço urbano do rural é que neste há um predomínio de motivos naturais sobre traços culturais; no espaço urbano nada há que não tivesse sofrido a intervenção do homem.

O primeiro aspecto da vida rural, que atrai mais à atenção é o relacionamento espacial. Os padrões da organização e da comunidade nas regiões agrícolas diferem quase radicalmente das localidades urbanas. Os critérios primários de uma comunidade são a presença de laços ou elos que mantêm unido um grupo de pessoas espacialmente relacionadas e a interacção entre essas mesmas pessoas. A solidariedade da comunidade era mantida por: tradições, sentimentos, preconceitos, opiniões públicas e controvérsias.

A comunidade precisa de manter a lealdade de seus membros por meio de serviços que oferece. O elemento de coesão passou de um tipo de solidariedade mecânica para um tipo de solidariedade orgânica.

O homem é o objecto de estudo da Sociologia na sua vertente individual com as suas relações sociais, o que torna pertinente e interessante a actividade agrícola no relacionamento entre os indivíduos e nomeadamente os agrupamentos sociais.

A actividade agrícola é das mais antigas, tendo sido o seu aparecimento uma verdadeira revolução, tanto a nível económico, como cultural e demográfico, vindo a alterar os padrões vigentes de comportamento, passando o homem de nómada e caçador, a fixar-se em determinadas regiões mais férteis, não tendo que esperar pela generosidade da natureza. O homem passou a dedicar-se ao cultivo da terra, de modo a recolher os produtos que lhe permitissem a sua subsistência e a dos seus familiares, alimentando-se do que cultivava e produzia. *“A vitória da agro-pastorícia é antes de mais a estabilidade do lar e uma melhor protecção da mulher grávida e da criança”* (Nazareth, 1996 : 16).

Com o decorrer do tempo, a agricultura tornou-se uma actividade complexa, sofrendo grandes alterações; os factores técnicos e tecnológicos evoluíram muito mais rapidamente numas regiões do que noutras.

Globalmente aperfeiçoaram-se e introduziram-se métodos e técnicas que permitiram uma produção eficaz e um maior rendimento.

As sociedades eram dependentes da agricultura e nela assentavam grande parte das relações sociais.

A posse da terra significava prestígio e riqueza e esta era associada ao poder, por isso, *“ a posse da terra representa um importante factor de permanência e de estabilidade na sociedade camponesa, ajudando a configurar os modos e vida que*

tornam distintas umas das outras as diferentes comunidades. Estabilidade e continuidade que o próprio facto de a terra ser transmitida, dentro da mesma família, de geração em geração reforça e amplifica " (Hespanha, 1994:71).

Deste modo surgiu o aparecimento de tipologias sobre a temática, definidas por cientistas que se dedicaram à análise do fenómeno, como Villaverde Cabral (1981), Henrique de Barros (1977), Afonso de Barros (1975 e 1979), entre outros, os quais têm em linha de conta o modo como os factores se encontram organizados e relacionados entre si.

Segundo a classificação de Henrique Barros (1977), seguidor de uma metodologia semelhante à preconizada por Badouin (1971), temos 6 classificações da agricultura:

- agricultura de subsistência, agricultura de dependência fundiária, agricultura de tráfico, agricultura capitalista ou empresarial, agricultura a tempo parcial e agricultura colectiva, subdividida em três: livre, imposta e estatal.

Nesta perspectiva verifica-se que a agricultura se rege por um objectivo fundamental a obtenção do lucro; no entanto, "*a tentativa de criação de uma nova classe rural, empreendedora e dinâmica, capaz de levar o progresso à agricultura, abrindo esta ao mercado e transformando-a numa actividade geradora de riqueza, foi pouco sucedida*" (Hespanha, 1994 :18).

No decorrer do tempo, com a introdução de mecanização avançada na agricultura e associado aos maus anos agrícolas, veio a libertar-se muita mão de obra e a ser uma actividade a tempo parcial, deixando a agricultura de ser a principal actividade desenvolvida, pois "*nos anos setenta era já visível que a sociedade rural deixara de se confundir com a actividade agrícola e esta já não unificava a sociedade rural com o seu território*" (Batista, 1993:5).

Actualmente, é comum os agricultores terem uma perspectiva pessimista, visto que, a rápida descida da população a trabalhar na agricultura a tempo inteiro tem sido muito acentuada, "*... grandes contingentes dos que vivem nas explorações agrícolas, foram crescentemente combinando o cultivo da terra com o trabalho nas indústrias e nos serviços*" (Batista,1993:6) e o espaço rural está cada vez mais desertificado.

O facto de Portugal se encontrar inserido na União Europeia (UE) exige melhorar as condições da agricultura portuguesa e não será tarefa fácil corresponder às expectativas exigidas pela existência de uma Política Agrícola Comum (P.A.C.).

Através dos subsídios europeus pretende-se diminuir o efeito das calamidades e incentivar a produtividade, ajudando as pessoas mais novas a fixarem-se no sector de forma a permitir uma renovação gradual dos recursos humanos, uma vez que as pessoas com mais idade têm dificuldade em aderir às novas exigências e inovações devido a um enraizamento de uma agricultura tradicionalista.

Para João Ferreira de Almeida, “ *as mais significativas fontes adicionais de rendimento capazes de assegurar a sobrevivência de explorações, especialmente de pequena dimensão económica, dependerão, em todo o caso, do desdobramento da capacidade familiar de trabalho em actividades internas e exteriores à unidade agrícola, caracterizando formas de agricultura a tempo parcial*” (1986 :18).

As características da “*nossa*” agricultura, são assentes em explorações de pequena dimensão, áreas muito fragmentadas, pouca percentagem de tipos de solos com aptidão agrícola, onde se assiste a uma progressão negativa do número de explorações com viabilidade económica, muito dependentes dos fundos comunitários da União Europeia. Assistimos também à grande proliferação e invasão no nosso mercado abastecedor de produtos espanhóis e outros em condições económicas mais acessíveis. Todos estes factores levam a que, muitos agricultores não vivam única e exclusivamente da agricultura e desenvolvam outras actividades económicas.

Tais fenómenos terão contribuído para que a população desta vila alentejana, tenha passado por um processo de mobilidade negativa, cuja consequência registada foi a diminuição em termos demográficos.

Assistimos assim a uma nova forma de encarar a agricultura, imbuída de novos comportamentos e nova mentalidade, levando a que a pluriactividade assuma grande impacte, assim como o plurirendimento, originando actividades complementares.

“*Com diferentes características, tem vindo a evidenciar-se, nos tempos recentes, a vitalidade desse tipo de agriculturas em países de industrialização*”

avançada. Também em Portugal onde o fenómeno de resto, tinha já importantes incidências regionais pelo menos desde a viragem do século, a agricultura a tempo parcial se tem vindo a desenvolver” (Almeida, 1986: 18). Cada vez mais, as políticas económicas para o desenvolvimento rural, não podem ser apenas canalizadas e orientadas unicamente para a agricultura ainda produtiva, mas sim, devem apoiar, potenciar e estimular um novo tecido social complementando a zona rural.

Daqui a importância crescente da pluriactividade, no desenvolvimento rural, com actividades em sectores não agrícolas. A agricultura pluriactiva promove uma associação entre a agricultura e os outros sectores económicos num contexto territorial. As fontes de rendimento são múltiplas e o sector da agricultura embora não seja o mais importante, é uma delas.

As potencialidades concelhias a nível de recursos apresentam outras alternativas para o desenvolvimento do rural. Com tais mudanças, os meios rurais, futuramente, já não poderão ser considerados espaços onde ocorre um silêncio profundo. “Nestas circunstâncias, o rural tradicional era percebido como a manifestação de uma sociedade sumida no atraso “ (Durán, 1998:141).

Cada vez mais, é menos notória a diferenciação espacial entre o rural/urbano, existente no início dos modelos de urbanização e industrialização. Com a mudança surge um novo modelo empreendedor, dinâmico, proveniente da crescente urbanização das áreas rurais. “ As actuais tentativas de reafirmação do rural e de sua cultura podem ser interpretadas como estratégias de defesa colectiva de seus habitantes frente à implacável invasão dos valores, formas de vida e organização urbanas” (Durán, 1998:145).

A realidade é que a agricultura tende a ser atingida por multi-funcionalidade, sendo considerável a ampliação de funções a diversos níveis incluindo a própria actividade empresarial. Pluriactividade e plurirendimento tendem a caracterizar as estruturas agrárias existentes no concelho, não se antevendo indícios motivadores de uma agricultura próspera em futuro próximo, condição indispensável para conciliar ajustamento e sustentabilidade.

Pelo exposto, verifica-se que tem toda a pertinência analisar o fenómeno no concelho relacionado com a vertente pluriactiva na agricultura, como forma de contribuição para a construção social de uma nova ruralidade .

Decorrente do quadro traçado, importa pois colocar aos actores uma questão fundamental, que consubstanciará a pergunta de partida neste trabalho: *o que representa para os agricultores a nova ruralidade?*

Fenómeno recente, a pluriactividade é assumida como a escolha consciente de «viver a agricultura», o que suscita problemas teóricos novos. No essencial, constitui uma opção de assegurar a subsistência da família, apresentando-se como uma estratégia adaptativa à nova situação, pois " *uma parte relevante da população que vive nas explorações agrícolas aufer rendimentos exteriores à actividade nessas unidades* " (Batista, 1993 :6).

Todo o processo evolutivo é comandado pela conjuntura actual agrícola e pelo surgimento de trabalho acessório mais atractivo na vertente económica e social às comunidades rurais.

As novas temáticas constituíram preocupação central nas investigações, desde o interesse individual, até reformulações de cunho teórico e epistemológico de parte de alguns investigadores sociais, estrangeiros e nacionais.

Até meados dos anos 80, os termos « part-time farming e pluriactivity » foram bastante utilizados como sinónimos pelos analistas sociais. A diferença existente entre ambos consistia unicamente que o primeiro termo era atribuído a analistas de língua inglesa e o segundo à tradição académica francesa.

No entanto, apesar da reduzida diferença etimológica, numa análise bastante mais profunda, constata-se que engloba diferentes noções do fenómeno social, generalizando-se nos anos 90, correspondendo à diversidade crescente das actividades de um grande número de agricultores.

Perante tal constatação, existe a necessidade de um critério objectivo na definição da pluriactividade. Numa leitura atenta sobre alguns estudos internacionais, verificou-se a existência de um trabalho, ainda relativamente recente que analisava a diferença entre « part-time farming e and pluriactivity» concebida por A. Fuller e A. Brun em « Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe» (1988), onde apresentava de uma forma clara e objectiva, a definição abaixo mencionada:

- part time farming,³ “... o termo de *part-time farming*, pode ser utilizado para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (Fuller e Brun, 1988: 150).

Pluriactivity,⁴ “... o termo procura focalizar as diferentes actividades dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva ... outras actividades podem ser assumidas com o objectivo de sustentar ou de dar hipótese à unidade doméstica, podendo ser motivada por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriactividade implica uma forma de gestão, onde o trabalho agrícola, pode não ser no entanto uma actividade exclusiva, ou mesmo a actividade mais importante” (Fuller e Brun, 1988:150).

Porém, dois anos mais tarde um dos autores , redefiniu a sua análise teórica, sustentando que o termo pluriactividade⁵ “ incorpora as características da noção de «*part time farming*» - unidades onde os membros não utilizam todo o seu tempo de trabalho nas actividades agrícolas – apreendendo-se o fenómeno da multiplicidade de formas de trabalho” (Fuller, 1990:357).

Neste sentido, seguindo aliás uma recomendação de outro teórico social que, se tem dedicado ao estudo da problemática agrícola, admite, que a pluriactividade “ ... é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo académico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização do trabalho” (Carneiro, 1996 :10).

Perante tal análise fica clarificada a questão, na qual o conceito de pluriactividade está relacionado com a questão agrícola, a participação do agricultor em multi-actividades e a reprodução económica e social dos actores sociais rurais, “ paralelamente registou-se um aumento crescente do número de membros das famílias, que vivem em explorações agrícolas e trabalham fora do sector agrícola “ (Batista, 1993 :15).

³ – Traduzido de A. Fuller e A. Brun – “ *Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe*” .

⁴ - Idem

⁵ – Traduzido de A. Fuller, “*Part Time Farming to Pluriactivity; a decade of change in rural Europe*”.

A noção de pluriactividade, apesar de polémica, é utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como indiciar a emergência de um conjunto de novas actividades empreendidas pelos agricultores.

Em Portugal, o debate público é cada vez mais usual e os pontos de discussão são mais alargados e frequentes por alguns investigadores sociais, quer seja em artigos de opinião, congressos académicos, revistas de cariz social, como de estudos mais intensivos em algumas obras. Todos de uma maneira ou de outra têm envidado esforços nesse sentido e evidenciado a pertinência do tema. Um dos factores que contribuiu para o incremento e consolidação da pluriactividade, como objecto de investigação e análise, foram os constantes debates sobre a reforma da política Agrícola Comum (PAC), a partir de 1985 até aos dias de hoje, em que a realidade não pode ser mais escamoteada.

Neste sentido, Carminda Cavaco, reconhece que os rendimentos agrícolas são débeis e apresenta a emergência da pluriactividade nos dias de hoje, sustenta a tese que muitos agricultores a praticam, *“... a busca de rentabilização do tempo... é tanto mais forte quanto maiores são as necessidades da família relativamente às receitas de origem agrícola e o desnível económico e social do sector em comparação com outras actividades; a procura de rendimentos complementares... o complemento de hoje é o suplemento de amanhã...”* (1985 : 285-286).

Nelson Lourenço, argumenta que *“ a pluriactividade impõe, com efeito uma diferente divisão do trabalho no interior do grupo doméstico e diminui a sua presença relativamente à actividade agrícola”* (1991:19).

André Samouco, analisando a agricultura de pluriactividade na revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto, opina que, *“ nas últimas décadas; muitas famílias agrícolas, são hoje clara e assumidamente pluriactivas, têm sob diversas formas, prestação de trabalho assalariado fora da exploração”* (1993 :400).

No entender de Aida Valadas de Lima, *“a situação da pluriactividade agrícola, corresponde a processos originais de ajustamento às condicionantes internas ao próprio sector agrícola e às condicionantes externas do mercado de trabalho local ou*

regional” (1990:60), evidenciando uma estagnação do sector agrário e prospectivando outras actividades bem mais atractivas como um processo natural.

Perante credenciadas afirmações sustenta-se a argumentação válida que o sistema económico e social oferece outras alternativas profissionais credíveis e confere maior comodidade e estabilidade financeira aos agricultores.

Essas análises, têm respondido à emergência de novos dados, retratando diferentes posturas para o estudo do rural, dos seus intervenientes e das transformações agrárias

A agricultura portuguesa atravessa momentos de crise, os agricultores vêem noutras actividades melhores contrapartidas financeiras, estabilidade emocional e segurança social, pelo facto, “ *não se pode, assim, negligenciar a apreciação do modo como estes habitantes da agricultura se relacionam com os mercados de trabalho e com o espaço agrícola* ” (Batista, 1993;15).

Por um lado, o crescimento do emprego não agrícola ou da pluriactividade está associado à crescente urbanização da agricultura, de forma que tende a consolidar-se, num exercício de actividades, em funções tipicamente urbanas, com especial relevo no sector terciário.

Durante muito tempo, o equilíbrio económico e social da maior parte dos territórios rurais, nomeadamente a zona de Grândola esteve essencialmente dependente da agricultura. Recentemente a importância da agricultura diminuiu imenso em termos de população activa agrícola. O espaço rural não poderá estar mais associado à exclusividade agrícola. Na opinião de Artur Cristóvão, “ *o espaço agrícola rural não é hoje visto apenas como espaço de produção de alimentos, até porque os alimentos se produzem cada vez mais numa porção mais pequena do território, dado os níveis de produtividade que se atingiu. O espaço rural, tendo perdido essa importância na produção alimentar, ganhou uma importância crescente na produção de outro tipo de valores: ambientais e culturais; por isso se fala tanto nessa multifuncionalidade* ” (2002:6).

Essa evolução conduziu a uma necessidade de diversificação das actividades profissionais por parte dos agentes rurais.

As dificuldades económicas sentidas, a incerteza de rendimentos, tem preocupado os agricultores, os quais tentam a possibilidade de novos empregos

nas zonas urbanas. Surge o novo trabalhador que reside no campo e trabalha na vila ou cidade. Assim o agricultor produz muitas vezes o necessário à sua sobrevivência.

Toda esta mudança no cenário agrícola, acaba por prejudicar a economia agrícola portuguesa. Em meados dos anos 80, a nível político e social, a expressão *agricultor* foi catalogada como uma nova categoria de classe social pelos vários movimentos sociais ligadas ao sector. A Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), fundada em 24 de Novembro de 1975, nascendo de um movimento espontâneo dos agricultores portugueses, tendo como objectivo fundamental defender os interesses da agricultura portuguesa no país e no estrangeiro e salvaguardar a componente económica da actividade agrícola, na defesa de uma «vida digna» e de «qualidade» para todos os agricultores que desejem prosseguir a sua actividade e também a Associação dos jovens agricultores portugueses (AJAP), criada em 1983, que surgiu para dar resposta a duas questões fundamentais: consciencializar os empresários agrícolas para a importância do movimento associativo e representar os Jovens Agricultores Portugueses a nível nacional e internacional, a par da defesa dos interesses e da importância do rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e da necessária revitalização do tecido sócio-económico agrário, pretendem defender a Agricultura e o Mundo Rural.

Toda esta institucionalização de movimentos sociais tem por finalidade apoiar o mundo rural, produzindo ao longo do tempo formas de manifestação política, económica e social na procura de apoio ao agricultor, desde fomentar o crédito agrícola, promover o apoio técnico, incentivar à multifuncionalidade das explorações agrícolas, melhorando as condições de vida de trabalho, produção e rendimento das comunidade rurais. “ *Os serviços públicos ligados ao desenvolvimento agrícola burocratizaram-se muito nas últimas décadas e o Estado está apostando cada vez mais em processos da chamada transferência de funções, para outras organizações, como Cooperativas, Associações de agricultores, Associações de desenvolvimento, ou tem apostado em criar parcerias, procurando articular a oferta de serviços públicos, originais com a intervenção dessas organizações da sociedade civil*” (Cristóvão, 2002:7).

Nos últimos anos, o sector já denotava grandes carências e muitos agricultores tinham grandes dificuldades de se manterem na actividade agrícola a título de exclusividade. O papel do sector agrícola estava fortemente determinado pela administração das ajudas comunitárias. No entanto, muitas actividades agrícolas são sustentadas graças à pluriactividade, passando a ser uma importante estratégia de reprodução que tem assegurado a permanência de agricultores no meio rural, num cenário em que as actividades agrícolas por si só não asseguram trabalho. O recurso à pluriactividade tem garantido melhores condições de vida aos seus intervenientes. Um fenómeno que emerge! Questiona-se a situação. Perante este paradigma, alguns estudiosos concentram as suas investigações no estudo do fenómeno agrícola e nas novas formas de ruralidade.

Destacam-se novos ciclos de discussão sobre a Política Agrícola Comum (PAC) e a reorientação de debates académicos sobre as novas formas de ruralidade e dos impactes do progresso tecnológico. Além disso, constatou-se a necessidade da temática ambiental e da sustentabilidade económica, o crescente interesse de estudiosos sobre o mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional da comunidade rural.

A nova política comunitária, deve ter em consideração um novo paradigma que é a pluriactividade, a qual implica uma reflexão relativamente ao modo de vida dos agricultores e às suas aspirações, exigindo uma melhor organização, numa correcção estrutural da natureza dos apoios, uma rede mínima de segurança, com concentração do esforço nas zonas mais desfavorecidas. Só desta forma é possível conciliar base produtiva com base territorial, criando as infra-estruturas necessárias à vivência no meio rural, “ *a relação da sociedade rural com o seu espaço não tardaria contudo a alterar-se ... esta transformação articula-se directamente com a diminuição acentuada da população activa agrícola, devido à emigração e a possibilidade de encontrar emprego nas zonas mais industrializadas do país* ” (Batista, 1993: 15).

Cada vez mais o espaço rural, desempenha um número crescente de funções, entre as quais está a agricultura que é cada vez menos a única actividade económica, “ *criou-se uma rede económica e social, densa e intrincada em que a agricultura e os outros sectores surgem cerzidos pelos contornos dos mercados de*

trabalho e onde, pelo critério da separação das actividades produtivas, não se torna possível delimitar o rural e o urbano” (Batista, 1993:24).

Na realidade, o espaço rural funciona como um complemento do espaço urbano e como tal as características tendem a ser cada vez menos diferenciadoras. Na perspectiva sociológica de Francisco Entrena Durán, “ *em muitos casos o rural já não constitui uma ordem social com capacidade e autonomia para decidir a gestão sócio-económica de seu território* “ (1998: 173).

Actualmente, à agricultura associam-se as residências secundárias, as indústrias, os serviços e as actividades ligadas ao ócio (turismo e lazer). Os agricultores ao procurarem diversificar as suas fontes de rendimento, dão origem a novas actividades, contribuindo deste modo para a dinamização da economia local e regional. Ultimamente têm ocorrido grandes mutações no meio rural, alterações muito profundas, na realidade, esta crise é mais global, do que sectorial.

A relação espacial rural/urbano alterou-se profundamente. A grande alteração é sem dúvida a forma de muitos agricultores se afirmarem, exercendo simultaneamente outras profissões não agrícolas. O mesmo espaço está também aberto a outras actividades tais como: o artesanato, o turismo rural, a gastronomia, a caça etc. Artur Cristóvão aposta na “ *revitalização do rural a partir do desenvolvimento de uma série de actividades que extrapolam a agricultura, incluindo iniciativas de turismo, de industrialização e a criação de serviços que garantam qualidade de vida aos moradores das zonas rurais*” (2002:5) . A dinâmica da agricultura no espaço rural vem sendo complementada por outras actividades, passando recentemente a ganhar consistência e reconhecimento, o argumento validado por alguns autores de que a agricultura como actividade principal está diminuindo de importância no emprego e ocupação. Essa é uma das perspectivas actuais do desenvolvimento rural, “ *que parte do princípio da multifuncionalidade do espaço rural* ”(Cristóvão, 2002:5)

Num estudo efectuado pelo sociólogo Nelson Lourenço (1991), intitulado «A Família Rural e Indústria», o autor analisa a articulação entre a família rural e a indústria, sendo sintomática a sua concepção ao afirmar que a pluriactividade da família agrícola é uma «*realidade vivida*». A pluriactividade tomou grandes

proporções nos Países Europeus, nos EUA e aos seus modelos de modernização agrícola produtivista, devido a vários factores, entre eles:

- crescente mecanização das actividades agro-pecuárias, possibilitando assim uma redução do tempo destinado a essas mesmas actividades, libertando as pessoas para outras actividades não agrícolas;

- estímulo a diversificação de fontes de rendimento e possibilidade de outras alternativas de emprego extra-agrícola;

- dinâmica favorável ao trabalho não agrícola, associado a um processo de descentralização industrial em zonas rurais.

Pelo acima exposto, a pluriactividade é de facto uma realidade nos países de economia capitalista e está sendo relacionada como uma das soluções para o futuro da agricultura.

O exemplo emblemático é a forte expansão de agricultores e suas famílias pluriactivas, pois não raramente uma grande parte destes, passam a dedicar-se cada vez mais a actividades não agrícolas dentro ou fora das explorações agrícolas.

Tal forma de organização produtiva e espacial vem sendo denominada de pluriactividade e contemplando situações que os indivíduos passam a dedicar-se às múltiplas actividades económicas e sociais fora das explorações. Além de tudo isso, ultimamente, a sociedade tem-se preocupado seriamente com a questão do ambiente e a sua legítima preservação, destacando-se a pluriactividade como um modelo de boas práticas, capaz de preservar ecologicamente, a paisagem e o espaço rural, minimizando assim o problema de desertificação dos nossos campos. Reconhecendo-se a coexistência de diversas actividades no espaço rural (agricultura, caça, turismo, indústria, artesanato, etc) com o objectivo de proporcionar outros rendimentos e fomentando o emprego sem pressionar demasiado os recursos naturais existentes.

A problemática insere-se num contexto social, tendo por referência a agricultura em situação pluriactiva, a qual implica uma análise cuidada, que se pode definir como um novo fenómeno estratégico de reprodução económico e social das comunidades rurais, decorrente das novas formas de organização dos processos produtivos, cujas características centrais são a descentralização e a flexibilização das relações de trabalho.

1.2 – Objectivos e hipóteses do estudo

1.2.1 – Objectivos

A definição dos objectivos enunciados permitem planear e executar todo o processo de pesquisa, pelo que se reveste de capital importância, pois “*praticamente toda a investigação procura encontrar resposta ou solução para um determinado problema*” (Moreira, 1994 : 20). Um objectivo é uma forma de progredir em direcção a um determinado procedimento. Apresentar o procedimento científico consiste em descrever as dificuldades, os eventuais problemas, os resultados, decorrentes de qualquer trabalho de investigação;

tendo como objectivo geral:

- contribuir para o entendimento, num quadro regional, das representações sociais ⁶ dos actores locais face à pluriactividade na agricultura – o caso particular do concelho de Grândola.

e como objectivos específicos:

- inventariar as características sócio económicas do concelho em estudo;
- definir e identificar um quadro local de ocupação dos agricultores a tempo parcial na agricultura;
- analisar as perspectivas sócio-económicas dos agricultores a tempo parcial;
- compreender o impacte da Política Agrícola Comum (PAC) na comunidade agrícola local;

⁶ – Durkheim é o primeiro autor a trabalhar com a categoria de Representações Sociais. Na concepção durkheimiana «é a sociedade que pensa», esta forma para ele, nem sempre as representações são conscientes do ponto de vista individual. O indivíduo do ponto de vista da teoria durkheimiana é visto como «impotente» diante do poder absoluto e sistémico da sociedade. Esta premissa é criticada tanto pela Sociologia compreensiva, quanto pelo Materialismo histórico dialéctico.

- perspectivar as principais orientações da agricultura, num futuro próximo

1.2.2 – Hipóteses de trabalho

A construção da hipótese é empreendida como a etapa mais importante e decisiva de todo o percurso de uma investigação social, visto ser considerada como uma resposta provisória ao problema de pesquisa, podendo ser aceite ou rejeitada, confirmando a tese de que, “ *não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses*” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 135), e quando não são formuladas, os dados recolhidos são simplesmente investigáveis e/ou destituídos de carácter científico.

A hipótese fornece o critério para seleccionar de entre a infinidade de dados que um investigador pode em princípio recolher sobre determinado fenómeno objecto de análise de estudo.

Através da formulação de hipóteses permite ao trabalho do investigador uma sequência lógica, estabelecer relações entre os vários fenómenos de modo a poder efectuar generalizações. Para a presente investigação foram formuladas as seguintes hipóteses:

- a pluriactividade agrícola emerge devido aos reduzidos rendimentos auferidos por práticas agrícolas exclusivas, nomeadamente nas pequenas e médias explorações do concelho;
- as mudanças na agricultura, originadas em grande medida pela PAC, não permitiram alcançar uma sustentabilidade desta actividade económica, contrariando as expectativas criadas à época junto dos agricultores;
- o concelho de Grândola, pela sua localização geográfica, apresenta potencialidades com aproveitamento na área do turismo que se assumem como potenciais alternativas de rendimentos significativos;

- os agricultores do concelho em estudo estão conscientes da necessidade de praticarem novas formas de ruralidade e de que o mundo rural se encontra num momento de intensa mudança.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEPTUAL DA PESQUISA

Na presente investigação, o enquadramento teórico-conceptual, releva em primeira instância o domínio da Sociologia e numa vertente secundária da Sociologia Rural e Urbana, não descurando porém contribuições de outra natureza como o Ordenamento Rural e o Planeamento Regional e Local.

A problemática de ruralidade engloba-se num complexo contexto de mudança social nos campos, resultante dum conjunto de factores de natureza intrínseca e extrínseca, sem os quais não é possível determinar com exactidão a amplitude e a consequência desta nova realidade social.

Os campos sempre sujeitos a uma mudança cíclica de gestão e posse da terra, fizeram com que os modos de vida sofressem alterações de adaptabilidade.

Se é certo que a época pós-latifundista e a posterior fase de reforma agrária, direccionou os agricultores para novas soluções, *“o número de camponeses-operários tem aumentado consideravelmente. A procura de empregos não agrícolas por parte dos agricultores justifica-se economicamente”* (Barros, 1975 : 289).

Não é menos certo que a desertificação dos campos por elas ocasionadas tenham feito com que os *agentes da agricultura*, beneficiando do esbatimento das relações rural/urbano, procurassem em outras actividades complementares (não necessariamente agrícolas) um rendimento digno, ou pelo menos que conseguissem evitar a marginalização social, da sobrevivência a que estariam condenados. Decorrente do quadro desenhado torna-se possível ao agricultor, *“vigiar a sua exploração sem deixar de ser operário, industrial, garagista, merceeiro, notário, representante comercial ou agente imobiliário”* (Badouin, 1971 : 177).

Também a entrada de Portugal na União Europeia (UE) e a adesão à Política Agrícola Comum, veio suscitar novas questões de âmbito económico e social. Ela poderá fomentar na Europa a divisão entre dois diferentes blocos de espaço agrário: - os que vão continuar a manter a sua função agrícola e os que certamente irão sustentar e desenvolver um espaço rural de entretenimento e lazer, *“no caso português, o turismo rural desenvolveu-se nas duas últimas décadas. Começou pelo norte do país, onde continua a ser muito desenvolvido em possibilidade de oferta e da organização da própria oferta e depois se propagou para todo o lado. Existem*

diferentes tipos de turismo. Houve uma evolução na própria legislação, permitindo diversificar a oferta do turismo em espaço rural. Nós hoje temos o chamado agro-turismo – que é o turismo na fazenda produtiva; o turismo rural – que é mais ligado a casas, a solares, a casas com particularidades arquitectónicas, geralmente casas rurais ricas; o turismo de habitação – também ligado a um património com valor; o turismo da aldeia – que é uma organização de turismo baseado em aldeias, em pequenos núcleos urbanos rurais, de áreas rurais, com oferta e gestão colectiva; temos as casas de campo, os parques de campismo rurais, os hotéis rurais. Caminhou-se no sentido de diversificar a oferta ” (Cristóvão, 2002:9).

A par desta situação deverá verificar-se uma grande alteração na nossa estrutura fundiária. Dos dados observáveis e estatisticamente demonstráveis, não é a P. A. C. que veio assegurar a ocupação a tempo inteiro de todos aqueles que desejariam de “alma e coração” dedicar-se à actividade da terra.

Emerge portanto uma actividade repartida entre a actividade agrícola e outras que a aptidão dos agricultores e os seus agregados familiares conseguem desenvolver, fazendo assim com que uma maioria dos agricultores estabeleçam uma nova concepção de ocupação em tempo parcial na agricultura, que se denomina *pluriactividade na agricultura*.

De acordo com Barros, “o avanço da agricultura a tempo parcial, medido em termos do número de unidades produtoras e muitas vezes também em termos de superfície ocupada, é a consequência de um movimento com origens opostas mas destinos convergentes: agricultores que procuram avolumar o seu rendimento pessoal através da acumulação da actividade agrícola com ocupações remuneradas extra-agrícolas” (1975 :280).

Um quadro em que se estabeleça uma dinâmica de actores sociais, em que o «rural» e o «urbano» se interpenetrem, proporcionando o desenvolvimento dum conjunto de actividades complementares, contribuindo para a sustentabilidade de modos de vida «ruralizados», evitando-se assim a ruptura sócio económica, constitui objectivo de pesquisa no qual a pluriactividade sirva de ponte às contrariedades do outrora “mundo agrícola”, pelo que os agentes de transformação de um contexto de passagem a um estado de mudança social, assumem inevitavelmente um legítimo protagonismo, como é o caso da «nova ruralidade». Na opinião de Francisco Aviliez,

“ uma característica a realçar no contexto da situação actual da agricultura portuguesa diz respeito aos elevados níveis de pluriactividade e plurirendimento dos produtores agrícolas” (2004:22).

Torna-se, portanto, fundamental conhecer as posturas e estratégias dos actores sociais face à problemática abordada. É por demais conhecido o “jogo de actores” que resulta naturalmente de interesses diferentes em competição, gerando disputas no espaço social. Trata-se de uma dinâmica que importa conhecer, de forma a aquilatar as dominâncias e consequentes influências, que uns actores exercem sobre outros. Com o decorrer do tempo e a introdução de inovações de carácter tecnológico-cultural, assistimos a uma nova forma de relacionamento no espaço agrícola imbuída de novos comportamentos e novas mentalidades, que importa conhecer. A introdução de novos sistemas de cultura, a reconversão tecnológica no espaço agrário, as disparidades de desenvolvimento, o acesso desigual aos fundos comunitários ao mercado interno, os rendimentos desiguais, assumem fortes implicações sociais nas inter-relações cidade/campo.

Tudo isto se insere numa temática extremamente complexa, que por ser recente, necessita dum tratamento adequado, não só do ponto de vista teórico, mas também, duma metodologia de pesquisa que possa responder aos propósitos invocados neste trabalho.

CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL

3.1 – Evolução histórico-social da agricultura

A agricultura entendida como um modo de «artificialização» do meio rural, com o propósito de satisfazer as necessidades fundamentais do homem, foi desde os primórdios da existência humana, um sector relevante para a sociedade, contribuindo para uma melhoria de vida das comunidades; na perspectiva de António Marques Bessa, “ *as relações sociais, enraízam nas condições de produção, nas actividades da população*” (1993: 229).

O que brotava espontaneamente da terra limitava a sobrevivência da espécie, obrigando a mesma a descobrir novos métodos e técnicas na produção de alimentos. Assim, o homem conseguiu ultrapassar situações de carência, não tendo de esperar pela generosidade da natureza, podendo produzir para se alimentar.

Como actividade económica, histórica e social, a agricultura está indissociavelmente ligada à sua estrutura e evolução. O mundo rural é um sistema aberto inter-relacionado, donde emana um conhecimento socialmente partilhado, uma vez que “ *a história portuguesa mais recente mostra como o campesinato teve de estabelecer com a propriedade senhorial e, posteriormente, com a burguesia rural territorializada, relações e propriedade dotadas e grande flexibilidade para manter o acesso à terra e, ao mesmo tempo, de gerar no seu interior um sistema rígido de relações que permitissem assegurar a melhor gestão da terra e a sua transmissão às gerações seguintes*” (Hespanha, 1994 : 16).

Todos os sistemas agrícolas constituem uma herança do passado e grande parte da compreensão da sua estrutura e funcionamento nos advém do conhecimento da sua história. O historiador social Peter Burke, definiu a “ *história como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas e nas mudanças verificadas ao longo do tempo em cada uma*” e a “ *sociologia como o estudo das sociedades humanas, com ênfase na generalização da sua estrutura*”, para o autor “ *as duas abordagens são obviamente complementares*” (1980: 9).

As relações tradicionais que antes imperavam no campo estão deixando de existir. Actualmente, o produtor rural tem dificuldade de sobreviver somente daquilo que semeia. A alternativa credível é a pluriactividade, na designada agricultura de part-time. Alguns vendem as terras e procuram busca de emprego nos centros urbanos, outros partem para uma actividade não agrícola dentro do campo, outros ainda, dedicam-se a actividades complementares para alimentarem o agregado familiar.

Numa breve análise evolutiva, histórico-social algumas etapas marcaram todo o percurso tradicional da actividade agrícola.

3.1.1 – Período da antiguidade

Uma das funções externas do espaço rural é de natureza política e ideológica. Após a cultura megalítica, por volta do século XII a. c. instalaram-se no litoral do território os *Fenícios* que fomentaram o comércio e transmitiram conhecimentos acerca do cultivo de plantas. A partir da séc. IX a. c. os *Gregos* estabeleceram colónias e introduziram o conceito de propriedade privada e da escravatura nas populações nativas.

Sucessivas vagas de povos, os *Celtas* chegaram ao território trazendo a técnica do fabrico de armas e ferramentas em ferro. Acentuou-se o desbaste da floresta e desenvolveu-se o pastoreio, “ *a vitória da agro-pastorícia, é antes de mais a estabilidade do lar e uma melhor protecção da mulher grávida e da criança* ” (Nazareth, 1996: 16).

Data da presença celta o primeiro esboço de regionalização do território. Ao norte instalou-se a cultura galaica, com povoamento localizado nos montes, em castros e citânias, com uma organização familiar do tipo clã. Ao sul do Tejo, a cultura transtagana resulta da forte integração dos celtas nas etnias locais. No séc. V a. c. os *Cartagineses* invadiram a Península e estabeleceram-se no sul, difundindo a palmeira, a tamareira, a romãzeira, o alho, a cebola e o aipo. A primeira instalação de regadios no Algarve deve-se a este povo. A influência dos cartagineses nunca se fez sentir no norte do território, onde continuava a perdurar o comunitarismo agro-pastoril dos celtas.

Os *Romanos* chegaram à Península Ibérica no final do séc III a. c. abrindo caminho a uma forte influência civilizadora que deixou traços marcantes na agricultura nacional. Os romanos efectuaram uma profunda reforma estrutural, consolidando a propriedade privada e a ideologia do lucro. Na expressão de P. Rambaud, “ *a comunidade rural define os seus membros, primeiro pelo seu estatuto de proprietário de um espaço*”(1973: 61), ou um “*camponês é um proprietário da terra*” (Mendras, 1984: 70), onde «*as villae*» implantadas no espaço rural usufruíam de plenos direitos sobre a terra, embora se tivesse mantido no norte o comunitarismo celta sob as formas de livre pastoreio e de baldios. Já no Alentejo, onde a ocupação romana foi mais demorada, ainda hoje se pode ver nos «montes»

a expressão actual das «*villae rusticae*». A constituição de cidades foi mais intensa no sul do território do que no norte, de ocupação mais tardia e costumes mais enraizados, onde escasseiam as grandes urbes romanas. Aí, o estabelecimento das «*villae*» obrigou ao derrube das florestas, que povoavam os vales inóspitos e à secagem de pântanos, criando-se condições para a expansão das áreas cultivadas. A cerealicultura, a produção de hortícolas e a cultura da vinha foram desenvolvidas para abastecer as cidades e também com o objectivo de exportar para Roma. A rede de estradas e a organização territorial implementadas pelos romanos, favoreceram o comércio de produtos agrícolas. Em termos globais pode admitir-se que as classes sociais, desempenharam uma acção de estabilização política e social.

No início do séc. V, com o Império Romano em decadência, chegaram à Península os *Suevos*, *Alanos*, *Vândalos* e, mais tarde os *Visigodos*. A instabilidade gerada pelas guerras e saques durante este período reflectiu-se negativamente no trabalho dos campos. O reino visigótico perdurou cerca de um século durante o qual o motor da vida económica se deslocou da cidade (Romanos) para o campo, pelo que este período ficou conhecido por «ruralização visigótica».

No princípio do séc VIII os *Árabes* invadiram a Península e deixaram uma influência duradoura e marcante no sul do território, especialmente na zona de Lisboa e no Algarve. A norte do rio Douro a presença árabe foi efémera, a eles se deve um grande desenvolvimento do regadio.

3.1.2 – Período monárquico

Com a independência do território em 1143, a preocupação dos primeiros reis esteve orientada para a conquista e o povoamento. Só em 1250, se completou a conquista do Algarve e é natural que a instabilidade provocada pelas guerras contra os mouros não tivesse favorecido o desenvolvimento da agricultura. Já o reinado de D. Dinis, parece ter sido mais propício ao desenvolvimento das actividades agrárias.

As pestes, epidemias de ocorrência regular durante toda a Idade Média, as guerras e a fome provocada pelas más colheitas devidas à irregularidade dos anos

agrícolas, diminuía a esperança média de vida e dificultavam o progresso económico. Entre as inúmeras ocorrências de peste, a de 1348 ficou na História como a Peste Negra e teve profundas repercussões na sociedade portuguesa (como por toda a Europa) de então. Admite-se que terá perecido cerca de dois terços da população nacional, provocando um colapso demográfico que levou a uma alteração na forma de exploração da terra. Sem os escravos outrora aprisionados nas lutas contra os mouros e com os servos da gleba dizimados pela Peste Negra, a terra passou a ser cultivada por camponeses livres a quem os Senhores feudais cediam a terra, normalmente pelo prazo de «uma vida».

Com o país devastado pela Peste Negra, a que se somaram os efeitos negativos de uma guerra com Castela no reinado de D. Fernando, a agricultura estava votada ao abandono. Numa tentativa de restabelecer a função produtiva, aliás de poucos efeitos práticos, D. Fernando proclama a Lei das Sesmarias em 1375, na qual, os senhores seriam, "*obrigados a pôr em cultivo as terras incultas sob pena de estas serem transferidas para quem as cultivasse*" (Martins, 1956: 4). Esta lei obrigava ao cultivo das terras, ordenando os proprietários a cederem as parcelas a quem as trabalhasse se eles próprios o não pudessem fazer. Obrigava ainda à mobilização de todos os recursos produtivos como o gado e determinava que os vagabundos fossem trabalhar a soldo nas terras.

Os Descobrimentos, iniciados com a conquista de Ceuta em 1415, revelaram novas plantas cultivadas, deixaram o país despovoado e dependente das riquezas ultramarinas. Interessa chamar a atenção para as alterações provocadas nos sistemas de agricultura do noroeste português a introdução do milho (*Zea mays*). Originário da América Central e trazido para a Península pelos espanhóis no final do século XV, terá sido cultivado pela primeira vez no nosso país por volta de 1500, nos campos de Coimbra. Rapidamente se difundiu pelo Minho e Beira, destronando os milhos miúdos, então cultivados. A elevada produtividade deste cereal levou os camponeses a procurarem água a todo o custo, construindo as «minas», represas e poços, a estrumarem abundantemente os campos, a construírem valas de drenagem, a vedarem as parcelas à entrada do gado. Assim se alterou por completo o sistema de agricultura da região, eliminando-se a cerealicultura tradicional de

sequeiro em todas as parcelas onde o regadio permitisse a cultura do milho. As alterações causadas na geografia e na sociedade rural foram tais que levaram Orlando Ribeiro (1987) a falar na «*Revolução do Milho*», afirmando que «depois da conquista romana nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos nossos campos: nem os árabes, com plantas novas e culturas de regadio, fizeram nada de comparável», de facto do conjunto das culturas cerealíferas, “o milho representava 70% do total, contra apenas 20% de centeio e 10% de trigo” (Serrão e Marques, 2001: 239). Curiosamente, no ano de 1679, a vila de Grândola, construiu um celeiro comum para fazer empréstimos de trigo aos lavradores pobres.

Em 1703, Portugal e a Inglaterra celebram o Tratado de Methuen que permite aos ingleses venderem os seus lanifícios em Portugal e a exportação de vinhos nacionais para Inglaterra. Este tratado terá marcado definitivamente (a par das condições naturais) a vocação vitivinícola do nosso país, comprometendo o desenvolvimento da indústria nacional.

O regime era caracterizado pelo poder do absolutismo, que teve o seu auge no século XVIII, referenciado pelo governo de Pombal.

A propriedade existente com base na concentração, encontrava-se na posse do rei e da coroa, ou de grandes senhorios institucionais, a “*propriedade define um poder e necessariamente, a exclusão desse poder*” (Almeida, 1981: 235).

A característica fundamental, do modelo de agricultura vigente, consistia numa separação entre a propriedade da terra e a sua exploração directa, o que significa que o proprietário das terras, não a cultivava (o que actualmente se designa por absentista), e em que os pequenos agricultores não detinham a titularidade das terras que semeavam, na qual “os *proprietários, optam pela arrecadação das rendas e menosprezam o investimento, sustentando a permanência de um imobilismo*” (Serrão e Marques, 2001: 236). Assim, a posse da terra carecia de estabilidade fundiária, apresentando-se limitada e imperfeita em matéria de legislação agrária.

Neste sentido, a actividade agrícola, a forma de exploração, o quadro jurídico da propriedade, assentava na injustiça social. Parafraseando João Ferreira de Almeida, “a *empresa agrícola materializa-se num sistema de relações sociais, de*

relações de poder, culminando como um sistema de diferenças ao nível das relações de produção, das classes sociais, dos processos de trabalho, às duas grandes modalidades de penetração e submissão” (1986: 41).

Em Março de 1810, D. João VI, constatando que o peso de tributos era excessivo, atendeu reduzir os dízimos, resgatar foros e suprimir os forais, tentando promover o investimento e a produtividade no sector.

No período iniciado com a Revolução Liberal de 1820 destacam-se as leis de Mouzinho da Silveira, que acabaram com o pagamento dos dízimos eclesiásticos e nacionalizaram os bens da Coroa. No entanto, a venda em hasta pública dos bens nacionalizados (muitos pertencentes às Ordens Religiosas então extintas) impediu que a reforma agrária de Mouzinho fosse bem sucedida. Em 1832, a conjuntura política tornou-se novamente propícia à introdução de mudanças, D. Pedro assumiu a regência, imprimindo novo rumo ao movimento liberal. Neste cenário, afirmava-se como urgente a distinção de bases em que se apoiavam os interesses sociais do Antigo Regime e simultaneamente que fossem tomadas medidas que aliviassem os camponeses da pesada carga tributária. A legislação de 1846, procurou clarificar as disposições do decreto de 1832, preservando os bens e direitos patrimoniais. Considerada por alguns teóricos uma medida reaccionária veio no entanto atenuar a luta social no campo. Assim se alterava o regime jurídico de propriedade em vigor no antigo regime, substituindo-se por forma burguesa de propriedade. Na realidade os bens da Coroa e da Igreja acabaram por ser vendidos a um reduzido número de capitalistas. Nesta altura surgem diversas iniciativas tendentes a estimular e regulamentar o crédito agrícola, indispensável numa agricultura empresarial.

No conceito de Villaverde Cabral, toda a Revolução Liberal e as reformas de Mouzinho da Silveira conseguiram, “ *um passo irreversível na destruição do Regime Senhorial, em contrapartida não se realizou qualquer partilha séria de terra, nem se promoveu directamente um investimento significativo da agricultura*” (1981: 91). Uma das funções por excelência do espaço rural é a de fornecimento de bens alimentares, no entanto, na viragem do século XVIII, para o século XIX, os incultos correspondiam em 10 a 20% da área total do País, o que se traduzia numa grave crise cerealífera, virando-se Portugal para o exterior, na qual, “ *a proporção das*

importações era impressionante; 71% dos cereais consumidos em Lisboa, no final do século XVIII vinham do estrangeiro” (Silbert, 1981: 18).

Em relação ao concelho de Grândola, as actividades económicas mais importantes eram a agricultura, a pecuária e as actividades subsidiárias, produção de vinho e a caça. Além de outras actividades marcarem forte presença, tais como a indústria e a exploração mineira, em Canal Caveira (1863) e Lousal (1900), a agricultura conseguia prevalecer.

3.1.3 – O “ Estado Novo”

Primeira República vai da Revolução de 1910 até ao Movimento Militar de 1926, que suspendeu a Constituição e implementou um regime ditatorial. É um período em que o discurso político se centra no combate aos incultos, pousios e baldios, o que parece ser uma constante na história da agricultura nacional, sendo caracterizada por uma forte presença de trabalhadores assalariados agrícolas; um absentismo permanente dos proprietários, um saber fazer limitado em termos de transformação dos produtos, ausência de especialização e de políticas de apoio.

Destacam-se neste período as obras de hidráulica agrícola destinadas a fornecer água de rega e dinamizar a agricultura de diversas regiões do país, a colonização interna e a florestação dos baldios ao abrigo do Plano de Povoamento Florestal de 1938. Este programa de florestação forçou as populações das zonas de montanha a alterar subitamente o seu sistema de pastoreio, proibindo as queimadas e obrigando-os a aceitar o sistema de exploração florestal sem qualquer interferência na gestão. Além dos graves problemas sociais causados, este programa de florestação, baseado no pinheiro bravo, constituiu uma floresta destinada a arder.

A Campanha do Trigo, iniciada em 1929, com os objectivos de garantir o auto-abastecimento e de dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor de prosperidade económica da Nação, “ *o progresso na área cultivada, foi amplamente favorecido desde finais do século XIX pelas políticas relativas ao trigo, que tiveram ainda um sobressalto no*

período marcado pela Guerra de 1914-18, mas que sofreram um novo e decisivo impulso, pela denominada campanha do trigo” (Batista, 1993 :14).

No concelho em estudo e nos anos 30 houve um novo e evidente impulso, tanto demográfico, como económico, a época da designada Campanha do Trigo que decorria na política ruralista e agrícola do Estado Novo. Surge paralelamente uma nova cultura, o arroz, que se implantou particularmente numa freguesia de Grândola (Carvalhal), devido à aptidão do seu terreno para o regadio. De acordo com Francisco Avillez, “ *quando se aposta no regadio é preciso ter a certeza absoluta que temos mesmo condições para competir economicamente. Quando se introduz água isso tem um custo que será crescente por causa da nova directiva da água. Vamos ser obrigados a pagar integralmente essa água...devíamos apostar muito mais na modernização dos regadios do que na expansão da área” (2004:11).* Esta nova fase, com a implantação do regadio originou, na zona em questão, uma fixação populacional de pessoas vindas de várias partes de Portugal.

Tal facto, aliado às políticas implementadas, que tinham como objectivo incentivar a fixação da população agrícola no Alentejo, permitiu que até finais da década de 40, a população do concelho de Grândola aumentasse consideravelmente, atingindo nessa data o maior quantitativo populacional até hoje observado (21. 375 habitantes).

A agricultura praticada, consistiu em demonstrações técnicas do uso de adubos, assistência aos agricultores, escolha das sementes e organização de parques de material agrícola. Foi criado um «subsídio de arroteia» destinado a incentivar o cultivo de terrenos incultos com trigo e vinhas, bem como a garantia de venda da produção a preços tabelados. Embora se tenha conseguido aumentos da produção e até excedentes no ano favorável de 1932, a Campanha de Trigo, é no entanto, responsável pela acentuada erosão de muitos solos de encosta no nosso país. É de salientar que os acréscimos de produção foram conseguidos principalmente à custa do aumento da área cultivada e não do rendimento. A aposta praticamente exclusiva em sectores-chave, o crescimento em condições de desarticulação social, gerou desigualdades agravadas e desequilíbrios regionais. A partir de 1950, iniciou-se um processo de desertificação populacional do concelho. O fortíssimo êxodo rural verificado neste período, predominantemente em direcção à

Península de Setúbal e a Lisboa, está bem patente nos valores do saldo migratório que se verificaram nos primeiros cinco anos da década.

Entre outras causas, o modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado Novo, assente na Industrialização e na litoralização encarrega-se de esvaziar o interior rural de gente e de actividades. Nada que não tenha sido previsto, “ *enquanto o esforço de desenvolvimento se concentrar principalmente nas grandes cidades, onde é mais fácil instalar novas indústrias, arranjar os quadros de pessoal e encontrar o financiamento e mercados que as mantenham a funcionar, a concorrência dessas indústrias irá desorganizar e destruir ainda mais a produção agrícola no resto do País, irá aumentar o desemprego fora das cidades e acelerar a migração das pessoas necessitadas para as cidades, que não conseguem absorvê-las*” (Schumacher, E.F., 1980: 145-144).

Na opinião de Nelson Lourenço (1991) o êxodo aparece-nos assim, não só como «expressão e elemento material da transformação do campo», mas também como a sua forma limite, pela qual o campo se «auto-elimina» na pessoa de milhares de camponeses que deixam de o ser. Os fenómenos migratórios, encontraram a sua origem na profunda estagnação económica e social do concelho, resultante da depressão na agricultura e da ausência de qualquer processo de industrialização, “ *a primeira metade da década de setenta, foi um período de ruptura*” (Batista, 1993:66).

Apenas em meados dos anos 70, se verificou um restabelecimento do nível de vida e com ele, o desenvolvimento de várias actividades económicas, tanto no sector primário como no terciário. A nível da actividade agrícola prevaleciam as culturas tradicionais, baseadas numa agricultura de subsistência.

Em Abril de 1974, o governo português é derrubado por um golpe de Estado militar, que originou uma autêntica revolução popular e que conduziu a uma nova política agrícola para o Alentejo.

3.1.4 – O Estado democrático

Após o 25 de Abril de 1974, permaneciam os grandes latifundiários, assistindo-se a um declínio económico e social, conjugado com o envelhecimento

dos agricultores, e uma taxa de emprego reduzida, constituindo uma atracção insuficiente para reter os jovens, “ *com a queda da ditadura, a questão da terra, reprimida desde a República e central na identidade social dos trabalhadores, foi proclamada com vigor ...* ” (Batista, 1993:66).

De acordo com Henrique de Barros, era necessário impedir o ressurgimento de grandes empresas do tipo patronal capitalista e incrementar “ *... uma reforma agrária capaz de resolver os problemas agrícolas, não só no sentido de introduzir maior justiça social, como é indispensável, mas também de garantir a abundância de produção, visto que o solo português está utilizado muito aquém do seu potencial*” (1977: 49).

As leis agrárias 406-A/75 e 406-B/75, tinham por objectivo fundamental conferir um mínimo de base legal e consequente justificação moral às ocupações de terras já processadas ou em vias de processamento, “ *as saídas que se deparavam para escaparem ao espaço coercivo dos latifundiários e do capitalismo agrário oscilavam entre a emigração e a luta pela imensa terra que os cercava, foi esta última solução que procuravam com a reforma agrária* ” (Batista, 1993: 7).

Nesta perspectiva, ocuparam-se propriedades, criaram-se cooperativas e unidades colectivas de produção, sendo instituída a Reforma Agrária, consignada na lei fundamental de 1976 e que tinha por objectivos:

- a. – o desenvolvimento da agricultura e auto-suficiência nacional;
- b. – transformação das estruturas fundiárias, para a criação de novas relações de produção;
- c. – igualização efectiva dos que trabalham a terra com os demais trabalhadores;
- d. – eliminação dos latifúndios e das grandes explorações.

Na argumentação teórica de Henrique de Barros, a reforma agrária, tinha como objectivo fundamental «*melhorar*» a situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, através da “*transformação das estruturas fundiárias*” e da “*transferência progressiva da posse útil da terra, para aqueles que a trabalham*” (1977: 34), actos que a constituição

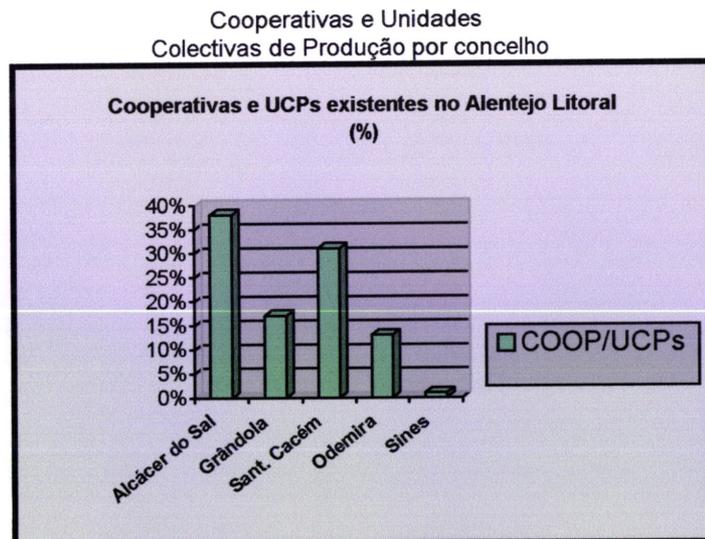
definida como sendo o primeiro passo para criar novas relações de produção na agricultura.

Como classes sociais, directamente beneficiárias da reforma agrária, para as quais, seriam transferidas a posse útil da terra expropriada e respectivos meios de produção, constavam os que trabalhavam a terra, quer a nível individual ou colectiva:

- - pequenos agricultores;
- - cooperativas de trabalhadores rurais;
- - cooperativas de pequenos agricultores;
- - outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores

A muitas pessoas surgiu a possibilidade de alcançarem dois objectivos: cumprirem a sua ideologia e conquistarem um emprego nas terras ocupadas, isto após a Revolução dos cravos, como ficou designada, dando corpo ao lema « a terra a quem a trabalha».

Gráfico nº 1



Fonte: Zonas Agrárias / 1982 (dados compilados)

Através do presente gráfico (nº1), é facilmente verificável que os concelhos de Alcácer do Sal e Grândola detinham a maioria (55%) das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção existentes da região do Alentejo Litoral. No concelho de Grândola a área ocupada correspondia a 14 525 ha.

Assim a questão da exploração e posse da terra, elemento crucial na identidade social dos trabalhadores alentejanos e em particular dos grandolenses, foi proclamada com vigor e participando estes activamente na gestão e organização do processo produtivo, “ *as unidades de produção da Reforma Agrária, designados por unidades colectivas de produção e cooperativas de produção – UCP / COOP – assumiram a forma de colectivos de trabalhadores que controlavam e geriam, em comum, a terra e os meios de produção* ” (Batista, 1993:74).

Para alguns críticos da reforma agrária, o sistema não vingou e a instabilidade económica regressou aos campos, porque a dirigir algumas Cooperativas e UCPs, em determinados casos com uma extensão superior à dos antigos latifúndios, estavam pessoas sem conhecimentos agrícolas. Os defensores da reforma agrária questionam essa ideia e defendem que a famosa «Lei Barreto de 1977» foi a principal causadora da queda da reforma, ao devolver as herdades aos antigos proprietários, através de concessão de reservas (Lei 77/77 de 29/09, 1977).

O certo é que as UCPs e cooperativas agrícolas começaram a ter dificuldades económicas e logo em 1977, muitos dos trabalhadores as abandonam, procurando vida melhor no estrangeiro e nos centros urbanos, na concepção de Giddens, o emprego é um “*elemento estruturante da condição psicológica do indivíduo...a experiência do desemprego é perturbante*” (Giddens, 1993: 614).

Nos nove anos seguintes, sucedem-se ao sabor dos governos as leis contra a reforma e multiplicam-se as revoltas dos trabalhadores contra a entrega das reservas. A tensão chega ao rubro! Os actores do mundo rural, tinham de procurar empregos no comércio e na indústria. Na concepção de Carminda Cavaco, “*noutros casos e também nestes, a satisfação das necessidades económicas e das aspirações modernas de consumo e bem estar é procurada através da pluriactividade, sem abandono de agricultura, mas subordinando-a ao tempo deixado livre pelas outras ocupações mais lucrativas*” (1981:174).

A agricultura começa a viver os efeitos da modernidade e da civilização urbana, na opinião do sociólogo António Barreto (1978) e ex-Ministro da Agricultura.

Apesar da reforma e contra-reforma, a agricultura continuava a padecer dos mesmos aspectos negativos: predomínio das culturas de sequeiro, solos pobres,

clima adverso e escassos investimentos. A actividade produtiva concelhia radica ainda hoje na exploração agrícola de tipo extensivo.

3.2 – Política estrutural para a agricultura portuguesa

A agricultura estava em crise há bastantes anos e recentemente tinha sido objecto de uma reforma agrária de inspiração colectivista, “ *a necessidade de uma política comum no domínio da agricultura surge explicitamente ... numa altura em que os rendimentos dos agricultores, além de serem inferiores relativamente a outros sectores da actividade, apresentavam uma tendência constante para o decréscimo em termos reais*” (Lopes, 1985 :9).

A produtividade e o rendimento que dela advinha era reduzido e incomparavelmente mais baixa do que a verificada nos restantes países da Europa Ocidental, o investimento era muito fraco, a estrutura fundiária muito compartimentada, com áreas muito pequenas assentes no minifúndio, a burocracia do Ministério da Agricultura, o clima, solos de fraca capacidade, a rotina dos agricultores, as infra-estruturas ficavam aquém das necessidades e os rendimentos agrícolas evoluíam muito lentamente. Rejeitando tais argumentos tradicionais, gastos e ultrapassados das más condições portuguesas para a prática agrícola, J.A.S. Varela, assegura, “ *na realidade foi com tudo isto à partida, em maior ou menor dose, que todos os Países e nomeadamente os da Europa Comunitária, desenvolveram as suas agriculturas. Eles conseguiram, em suma, trabalhar à medida que iam corrigindo defeitos e handicaps de base, melhorando profissionalmente os agricultores, tornando mais operacionais os serviços , com a finalidade última desta actividade económica cuja função é produzir bens alimentares e matérias-primas agrícolas...em Portugal, nós temos sido inconsequentes com esta finalidade. Em grande parte dos casos procuramos, como atitude mental explícita ou implícita, lutar primeiro contra os obstáculos, remover se possível radicalmente a dificuldade, como condição para poder produzir depois. Tática inconsequente e utópica... se os navegadores portugueses dos finais do século XV tivessem seguido esta tática nem uma caravela teria saído da barra do*

Tejo, antes de termos o mar liberto de todos os baixios, de todos os escolhos, de todas as correntes, de todas as tempestades. Teriam ficado amarrados à utopia do mar sereno...”(1988: 230). Uma análise sociológica bem paradigmática que em muito define atitudes e comportamentos da nossa sociedade, “ *na verdade, os problemas estruturais da agricultura portuguesa têm profundas raízes históricas e sociais...*” (Varela, 1988: 21).

Foi perante este contexto de dificuldades, que Portugal se converteu em novo membro da então Comunidade Económica Europeia, (CEE) em 1986, na qual a agricultura era, sem dúvida, um sector que maiores preocupações suscitava às autoridades nacionais.

Por um lado a maioria dos agricultores estavam conscientes das dificuldades, no entanto apoiaram de um modo geral o projecto de integração europeia com uma expectativa positiva, havia consciência que a “ *adequação da agricultura portuguesa face às actuais e futuras determinações da PAC, exigirá um sério e persistente esforço*” (Lopes, 1985 :135). Tal anseio e expectativa, tinha essencialmente a ver com o desejo de estabilidade depois da instabilidade agrícola por altura da revolução de 1974. Esperava-se apoio financeiro que, se previa impulsionar a actividade para a modernização da agricultura portuguesa. Em 1977, quando foi requerida a integração, os nossos preços agrícolas eram muito inferiores aos que se praticavam na Europa, “ *a política de preços e de mercados é conseqüentemente o principal «vector» considerado pelo Tratado; tanto assim é que o nº 2 do artº 40 refere explicitamente uma organização comum de mercados agrícolas*” (Varela, 1988:27).

Os preços de grande parte dos produtos agrícolas eram então atribuídos administrativamente através de um sistema de subsídios, assistindo-se a um complexo e difícil problema na sua atribuição. Tudo isto se baseia numa máxima, da agricultura comunitária, “ *é necessário limitar a produção à quantidade colocada no mercado*” (Bergmann e Baudin, 1989:78).

Portugal foi na altura um grande importador de produtos agrícolas e particularmente de cereais que eram objecto de enormes direitos alfandegários que constituíam receitas comunitárias, o que preocupavam os agricultores portugueses e as autoridades nacionais.

Tais preocupações, colocaram o sector agrícola numa situação receosa e cautelosa no âmbito das negociações. A primeira e absoluta prioridade no que respeita à agricultura portuguesa, “ *consiste na definição e na implementação de uma política interna rigorosa, persistente e imaginativa, que permita eliminar a situação de estagnação que a tem caracterizado*” (Lopes, 1985 : 137). No entanto o conhecimento, a experiência dos agentes políticos e sociais envolvidos pautou-se por um comportamento rigoroso nas negociações com a Comissão Europeia, vindo a revelar-se de extrema importância, contribuindo para um ambiente comunitário positivo para Portugal.

O Tratado de Adesão, definiu, o período transitório no âmbito dos mercados e das estruturas agrícolas, as regras de harmonização regulamentar, o sistema de aproximação de preços, de ajudas, bem assim como apoios estruturais ao desenvolvimento. Relativamente ao processo de transição, foi instituído um modelo misto. Para determinados produtos, em que o seu peso global na produção portuguesa não ia além de 15%, foi definida uma transição clássica com duração de sete anos, em que os subsídios seriam pautados de forma progressiva e que abrangia o azeite, as oleaginosas, a carne de ovinos, os frutos e hortícolas transformados, o tabaco, o lúpulo e as sementes.

Por outro lado, os produtos que se esperavam ter maiores dificuldades na integração, representando a maior parte da produção agrícola portuguesa, nomeadamente nos sectores do leite, da carne de bovino e de suíno, das frutas frescas e hortícolas frescos, dos cereais e arroz, das aves e ovos e do vinho, foi acordada uma transição por etapas com a duração de dez anos, “ *os receios provocados pelo alargamento e mais propriamente pela entrada da Espanha na «área» dos produtos mediterrâneos, tinha, no sector das frutas hortícolas, o seu expoente mais significativo*” (Varela, 1991 : 193).

Também, foi acordado que durante a primeira etapa a CEE não participaria nos custos de suporte dos mercados e Portugal não transferiria para o orçamento comunitário nenhuma receita relativa às taxas alfandegárias cobradas à importação de produtos agrícolas vindo de Países terceiros. Numa denominada segunda etapa, a própria CEE, suportaria os custos de intervenção nos mercados e progressivamente Portugal já participaria nos recursos próprios da Comunidade.

O aspecto mais saliente foi a deslocação do ponto de aplicação das ajudas estruturais, as quais, iam anteriormente direccionadas à modernização das explorações e agora foram cada vez mais direccionadas como ajudas à reconversão cultural, incentivos e ajudas às funções não produtivas no sentido agrícola (turismo rural, ambiente), ou para promoção e incentivos de processos produtivos, o que não foi muito positivo para a nossa agricultura, que necessitou de se modernizar e produzir – muitas áreas desfavorecidas do País, principalmente no interior – as ajudas a certos rendimentos, foram bem vindas e correctas.

Na opinião de J. A. Santos Varela, Eng. agrónomo e Vogal do Ministério da Agricultura na ex-Comissão de Integração Europeia, especialista agrícola, sustenta não se poder alimentar um clima de euforia, prevendo até um cenário bastante desfavorável para a agricultura portuguesa, porque:

- “a) A agricultura é deficitária e enquanto se mantiver assim, o importador é pagador do FEOGA (Fundo Europeu de Garantia e Orientação Agrícola). Se o importador tiver, em Portugal, preços mais altos que os preços comunitários e, se importar, continua a ver reforçado o seu papel de pagador. Ora nós continuamos nestas situações para os produtos principais do nosso abastecimento alimentar (cereais, leite, carne de bovino, sementes oleaginosas, ramas de açúcar);*
- b) Os efeitos restritivos da política de preços e limitativos da produção, tanto da política como da política de estruturas, da PAC, tenderão a criar sérios problemas nas nossas regiões desfavorecidas;*
- c) A ajuda ao rendimento, prevista como vimos no âmbito das reformas da PAC é potencialmente interessante, no entanto tal ajuda poderá vir a assumir aspectos que, a nossa situação, é preciso acautelar. É o caso de virem a ligar a concessão da ajuda à obrigação de limitar as produções, à extensificação” (1988:226).*

Tal opinião é refutada categoricamente por Denis Bergmann e Pierre Baudin, ao afirmarem, que “ a Política Agrícola Comum, contribui para o desenvolvimento da produção agrícola europeia, facilitando os investimentos que têm modernizado e

permitido a saída da sub-produtividade e da miséria, a numerosas explorações agrícolas” (Bergmann e Baudin, 1989:206).

Apesar de discordâncias, de um modo geral, constatou-se como francamente positiva a nossa adesão, apesar de se saber que posteriormente a nossa agricultura iria ser confrontada com falta de produtividade e competitividade, reflexo de décadas de abandono e deixada à sua sorte. Verificámos que o nosso sector agrícola se modernizou desde a adesão à então CEE: por exemplo, aumentou significativamente a mecanização das explorações, através da aquisição de tractores e outras máquinas, evoluíram os equipamentos de regadio, instalaram-se pomares, olivais e vinhas, entre outros investimentos. Quanto às infra-estruturas, construíram-se barragens, caminhos, a electrificação rural aumentou a acessibilidade a muitas explorações, “ *é necessário manter e mesmo acelerar, a transformação das estruturas para que as unidades de produção tenham condições eficientes e consigam sobreviver a níveis de preços mais baixos*” (Bergmann e Baudin, 1989:204).

Apesar de se tratar de uma questão polémica, em que alguns não concordam, muitos analistas agrários consideram que Portugal sob o ponto de vista económico, tem sido um beneficiário líquido da integração agrícola, com repercussão bastante positiva, tendo em conta os efeitos directos e indirectos sobre a comunidade em geral.

3.2.1 – A política social e económica comunitária

A Comissão Europeia é uma instituição que dispõe de poderes de iniciativa, de execução, de gestão e de controlo. Representa o interesse geral.

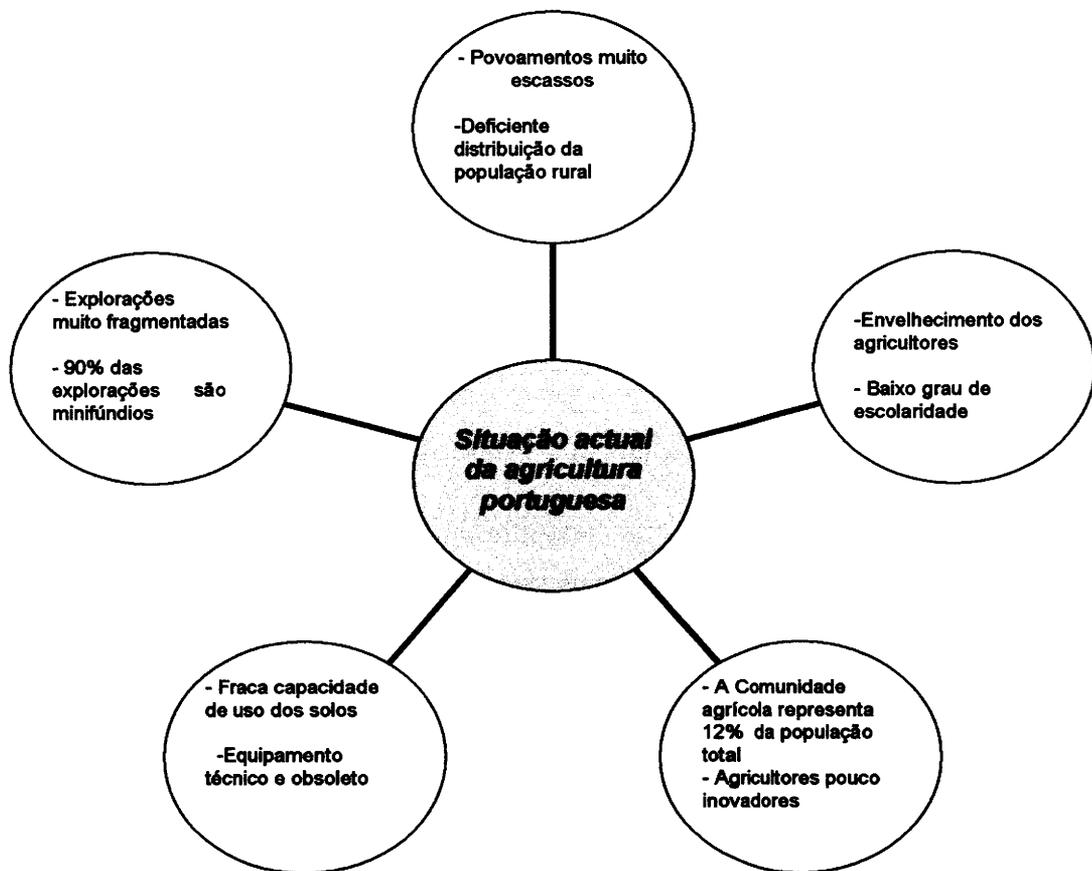
Comissão nomeada de comum acordo pelos Estados-Membros, por um período de 5 anos, e é sujeita a um voto de investidura do Parlamento Europeu, perante o qual é responsável. O colégio dos Comissários é assistido por uma administração composta por Direcções-gerais e serviços especializados, cujo pessoal se encontra repartido essencialmente entre Bruxelas e o Luxemburgo, a

necessidade de, " *uma política social parecia evidente nos princípios do estabelecimento do Mercado Comum*" (Lopes, 1985 :82).

De acordo com o programa de desenvolvimento para 2000-2006, foram tipificados pela U.E. alguns estrangulamentos, relativamente à agricultura portuguesa.

Diagrama nº 1

Diagnóstico da situação actual
da Agricultura Portuguesa



Fonte: Síntese do diagnóstico de desenvolvimento referente a Portugal 2000-2006/U.E./Internet - Comissão Europeia Agricultura e Desenvolvimento Rural/2000

A população agrícola portuguesa representa ainda pela negativa uma grande percentagem da sua população total, comparativamente com os seus congéneres europeus. Relativamente à questão acima enunciada, Fernando Oliveira Batista,

citando José Graziano da Silva in «Reforma Agrária? Reforma Agrária», Campinas , Brasil, 1987, sustenta a tese que, “ *há, assim, uma grande faixa da população ligada à actividade agrícola e à terra que se situa marginalmente em relação ao sistema económico e que vem sendo empurrada para uma crescente marginalização social* ” (1993:35). A maioria das explorações agrícolas em Portugal, são assentes numa agricultura do tipo familiar. Cerca de 90% das explorações têm áreas reduzidas, a idade avançada dos agricultores e as baixas qualificações literárias, contribuem negativamente para a inovação e a modernização do sector. O povoamento rural é muito irregular e diminuto, há desequilíbrio na sua distribuição gerando graves problemas sociais.

Na concepção de Francisco Avillez, “ *houve melhorias estruturais quantitativas significativas mas qualitativamente não há grandes alterações e, nalguns casos, a situação piorou, nomeadamente na questão do envelhecimento. Isto apesar de no fim deste período estarem na agricultura apenas 50% dos que estavam anteriormente. Mas a metade que ficou continua envelhecida*” (2004:6).

Devido a esta situação, foram constituídas algumas prioridades, para o desenvolvimento da agricultura portuguesa no âmbito da intervenção comunitária, nomeadamente:

- o programa de desenvolvimento rural para Portugal, também considerado o programa da nova geração será mais ambicioso, tem por objectivo central melhorar a competitividade da agricultura e da floresta portuguesa, promove a qualidade e a inovação, apostando no potencial das áreas rurais. “ *Visa essencialmente o robustecimento e a diversificação do seu tecido produtivo e a revitalização económica, social e cultural*” (Cunha, 1996:167) e assenta na dinamização de quatro vectores principais: a reforma antecipada dos agricultores, a florestação das terras agrícolas, a continuação e o incremento das candidaturas agro-ambientais e a promoção de actividades em zonas rurais.

Nesta prioridade, dá-se um relevo especial, à reforma antecipada dos agricultores, dando aos agricultores idosos a possibilidade de terem um rendimento suficiente, bem como contribuir, segundo a viabilidade da exploração, para a sua substituição ou a reafecção das terras a utilizações não agrícolas; igualmente a

florestação de terras agrícolas será fomentada, com a atribuição de um subsídio de manutenção e um subsídio de perda de rendimento.

As medidas agro-ambientais, beneficiam os agricultores que utilizem métodos de produção agrícola concebidos para proteger o ambiente e preservar o espaço natural, ou o bem estar animal. A promoção da diversidade em espaço rural, tem a ver com a política de apoio comunitário às actividades que visam a reconversão e o melhoramento das actividades agrícolas, tais como: desenvolvimento dos serviços rurais importantes, da renovação das aldeias e da protecção do património, do incentivo às actividades turísticas e artesanais, “ ... esta política terá de ser assumida como uma componente substancial da futura PAC, integrar a actual política estrutural e abranger todos os investimentos, agrícolas ou não, realizados por agricultores ou não agricultores” (Cunha, 1996:167).

A política social e económica comunitária, tem como princípios básicos a «subsidiariedade» e a «proporcionalidade».

O princípio da subsidiariedade tem por objectivo assegurar uma tomada de decisões o mais próxima possível dos cidadãos, ponderando constantemente se a acção a realizar à escala comunitária se justifica em relação às possibilidades que oferece o nível nacional, regional ou local. Concretamente, consiste num princípio segundo o qual a União só deve actuar - a não ser que se trate de um domínio da sua competência exclusiva - quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local. Este princípio está intimamente relacionado com o princípio da proporcionalidade, que pressupõe que a acção da União não deve exceder aquilo que seja necessário para alcançar os objectivos estabelecidos pelo Tratado da União.

O processo de globalização de mudança tecnológica provoca uma inevitável adaptação das economias e do trabalho e pede mudanças na condução das políticas sociais. A Europa Social também entrou numa fase de renovação que se tornou necessária tendo em vista os desafios com os quais está hoje confrontada: a luta contra o desemprego e pelo pleno emprego, apesar do desemprego estar em baixa em todos os Países da União, o envelhecimento demográfico, a globalização, a mudança tecnológica e a organização do trabalho e a exclusão social, citando Denis Bergmann e Pierre Baudin “ *é necessário organizar uma sociedade mais justa;*

concorrer com os Estados Unidos mas tratar com menos aspereza os nossos agricultores” (1989:150).

Finalmente o desafio da nova economia, mobiliza hoje em dia todas as energias da União Europeia, até porque “ *a gestão centralizada da PAC, exige bastantes recursos financeiros comunitários*” (Bergmann e Baudin, 1989:150).

Pelo conhecimento da zona e nos contactos que tenho mantido com alguns actores locais privilegiados poderei afirmar com alguma certeza, que a maioria dos agricultores do concelho de Grândola, vêem a adesão de Portugal à comunidade Europeia, como um facto irreduzível, ou seja como uma realidade e que tem de ser aceite forçosamente. No entanto, consideram também que a integração tem transformado o modo de vida dos portugueses e paralelamente contribuído para a sua melhoria.

A posição assumida nesta vertente, em publicações da OCDE, merece realce, « ... nas zonas rurais, onde a densidade da população é fraca, a criação de um pequeno número de empregos pode ter um efeito considerável sobre a economia local». Em contrapartida, alguns jovens agricultores têm uma visão restritiva no que respeita à economia e à soberania portuguesa, analisando a integração como um limitador do poder do Estado – onde acentuam que em Bruxelas dão “ordens” e em Portugal temos que nos sujeitar, aceitam as ajudas para a modernização da agricultura, mas argumentam da necessidade imperiosa de preservar o poder e a identidade nacional, opinião cimentada por J. A. Santos Varela, “ *Portugal tem e não tem uma política agrícola ... ao negociar com a comunidade e ao subscrever o Pacto de Adesão, Portugal passou a ter uma política agrícola, concretamente a Política Agrícola Comum*” (1988 : 113).

A política de coesão económica e social, tem como finalidade a criação de condições económicas e sociais que permitam a todas as regiões participar no crescimento económico do mercado único europeu. Tal política surge no seio da UE, com a finalidade de reduzir as diferenças existentes entre as regiões. No entanto com o passar do tempo, acentuou-se o aumento de algumas diferenças regionais e a adesão de novos Estados membros certamente provocam novos desequilíbrios, colocando necessidade de levar a cabo uma política sectorial comunitária para eliminar os problemas económico-sociais, existentes no seu conjunto. Por tal facto

surgem novos desafios, tanto internos como externos, o qual a Comunidade tem adaptado instrumentos e mecanismos que se têm consolidado, dando lugar à coesão económica e social.

A integração de Portugal na Comunidade Europeia, põe em confronto dois níveis de desenvolvimento na agricultura e dois tipos de crise nos Países industrializados da Europa Comunitária. Vive-se uma crise de sobre-produção (efeito perverso de uma política com sucesso, que favoreceu o investimento e assegurou o escoamento dos produtos e da capacidade de resposta dos agentes económicos a quem se destinava – os agricultores); enquanto que em Portugal, se vive uma crise excessiva de dependência agrícola e alimentar, de baixa produtividade e de excesso de população na agricultura.

Nesta conjuntura política, Portugal tem recebido um grande volume de ajudas para a sua agricultura, destinada a subsidiar os preços de alguns produtos e a proceder alterações estruturais no aparelho produtivo.

Segundo Francisco Avillez, a PAC, mediante determinadas medidas e orientações tem por objectivos fundamentais:

- *“ produzir bens alimentares e matérias primas agrícolas de boa qualidade e em condições sanitárias adequadas, baseando-se numa utilização economicamente eficiente dos recursos disponíveis e em processos produtivos ecologicamente sustentáveis e respeitadores do bem estar animal;*

- *valorizar de forma sustentada os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas aonde as suas explorações se localizam;*

- *contribuir para o reforço e diversificação do tecido económico e sociais das zonas rurais” (s/d:1).*

Neste contexto, a PAC tem por finalidade promover a competitividade de vários sistemas de agricultura e dinamizar a concorrência a nível de mercados, na concepção de Mosca (1997), o primeiro grande objectivo da Reforma Agrícola Comum é a criação de um «sector agrário competitivo». Na opinião de Denis Bergmann e Pierre Baudin, “ a PAC era indispensável sob o aspecto técnico e também para o fortalecimento dos agricultores e as suas organizações” (1989 : 56).

Há no entanto, quem afirme precisamente o contrário “ as orientações da PAC não são favoráveis à agricultura portuguesa, pois continuam a privilegiar os

produtos mais relevantes do Centro e Norte da Europa, em detrimento dos mediterrânicos que marcam numerosos sistemas de produção dos Países do Sul...privilegia-se também as explorações agrícolas tidas como mais competitivas no mercado mundial" (Brito, 1996 :51).

O Alentejo é uma região rural desfavorecida cujo desenvolvimento está praticamente virado ao sector agrícola e em que a maioria dos agricultores, produtores e empresas agrícolas existentes no concelho de Grândola, não foge à regra, pobre em recursos humanos, solos fracos com baixo índice de produtividade, a quase inexistência de infra-estruturas, apresentando-se muito difícil a competitividade, em relação aos europeus com produções em massa e baixo preço de mercado. Perante esta realidade, é também «exigida» uma mudança comportamental do agricultor, a nossa agricultura não tem condições para ser dinâmica e competitiva, não deixa de ser sintomática e curiosa, uma frase de Winston Churchill, proferida na Câmara dos Comuns, a 13 de Maio de 1940 « os agricultores têm sido embalados por discursos demagógicos e estimulantes, embora fosse preferível anunciar-lhe, sangue, trabalho, lágrimas e suor».

No conceito de Avillez (1993), uma das mais profundas consequências para o sector agrícola devido à adesão de Portugal à CEE, foi sem dúvida a «reduzida capacidade de afirmação do nosso Governo, na orientação das suas políticas intervencionistas», o que "*implica enormes alterações na evolução de muitos sistemas agrícolas*" (Ventura, 1997 :21), verificando-se quebras no rendimento dos agricultores que desempenham a sua actividade agrícola em sistemas menos competitivos ou rentáveis. O mesmo autor considera que para o nosso País beneficiar de facto da adesão, uma das grandes prioridades estratégicas para a aplicação das ajudas financeiras vindas da CEE, seria sem dúvida o apoio a conceder a agricultores que fossem forçados a abandonar a agricultura, devido à falta de produtividade e de rendimento e dedicarem-se a outras formas alternativas, adoptando outro modo de vida, dentro ou fora do meio rural.

O «planeamento agrícola», a «estratégia nacional», o «reforço e reorganização das estruturas de mercado», a distribuição equitativa de fundos estruturais em função das características de agricultura aliada a uma informação objectiva, são alguns dos elementos básicos que continuam a faltar na política

estrutural agrícola portuguesa, na opinião de F. Avillez (1993) e Nelson Lourenço (1991).

No entanto, de acordo com Avillez (1993) a nossa PAC, veio dar «algumas respostas a alguns problemas» com que a agricultura portuguesa se vinha debatendo desde há longos anos. Se por um lado haveria que ser contrariado o aumento da desertificação no mundo rural, por outro lado era necessário tentar uma aproximação aos preços agrícolas comunitários aos mundiais.

3.2.2 – A revisão da PAC e as implicações sobre a política agrária

Portugal beneficia desde 1986, de apoio financeiro comunitário, com a finalidade de reduzir as assimetrias relativamente aos padrões médios europeus, correspondendo a fases distintas: a primeira relativa ao período de 1986 a 1988, também designada por Anterior Regulamentação, a segunda referente ao Q.C.A. I (Quadro Comunitário de Apoio), 1989 – 1993, a terceira referente ao Q.C.A. II 1994 – 1999 e a quarta, abrangendo o período 2000 – 2006 (Q.C.A. III). Na génese da Reforma da PAC, foram fixados princípios fundamentais, em que a Comunidade procura desde 1986, “ *combinando: a melhoria da competitividade mundial da agricultura comunitária; o ajustamento do potencial de produção às necessidades do mercado; a protecção do ambiente e o desenvolvimento das zonas rurais com problemas*” (Descheemaekere, 1993 : 24).

Ao longo da história, a PAC foi obrigada a evoluir, para enfrentar os novos desafios a que foi sistematicamente confrontada, principalmente atingir os objectivos do artigo 39º do Tratado, “*...melhorar a produtividade, garantir um nível de vida equitativo à população agrícola, assegurar a segurança do abastecimento a preços adequados e depois controlar os desequilíbrios quantitativos*” (Bergmann e Baudin, 1989 :63).

As primeiras necessidades, fizeram-se sentir no início dos anos 80 em consequência da degradação da situação do sector agrícola, da sua elevada incidência orçamental FEOGA e dos desequilíbrios registados entre a oferta e a procura nos mercados europeus e internacionais. O financiamento da política de

estruturas é feito pelo FEOGA, como o nome indica o FEOGA tem duas secções, a «garantia» e a «orientação»: a primeira financia a política de mercados, a segunda a política de estruturas; esta criada ao mesmo tempo que a primeira em 1962, só começando a funcionar em 1964. *“Mediante os financiamentos da sua secção «garantia», garante como o nome indica, o suporte dos preços e a gestão dos mercados (intervenções, restituições, ajudas etc.). É a secção «orientação» que financia mediante comparticipação a fundo perdido, uma percentagem das despesas que os Estados Membros fazem para o melhoramento das estruturas”* (Varela, 1988 : 22) .

Neste contexto, foram adoptadas em 1984 medidas de enquadramento das despesas (com a instituição de quotas leiteiras e das disposições de controlo dos mercados dos cereais e do vinho). Na opinião de especialistas, a postura de Portugal foi assinalável e reconhecida, a Comunidade em 18 de Julho de 1984, escreveu e sublinhou o seguinte: *“a declaração portuguesa de 13 de Abril de 1984, marca um progresso considerável na via de conclusão da negociação do capítulo agrícola. Com efeito um acordo se desenha a partir de agora sobre as grandes linhas da organização do período de transição”* (Varela, 1991 :237).

Igualmente a Comissão apontava a necessidade de adaptar a PAC aos imperativos económicos e à obtenção de um melhor equilíbrio dos mercados, pondo relevo no papel económico e social desempenhado pela agricultura. Considerando que tais acções não melhoraram a situação da agricultura europeia, a Comissão, elaborou uma nova proposta em 1988 que decidia no seu essencial, uma aplicação de uma disciplina orçamental mais rigorosa do que a instituída em 1984, propondo duplicação da dotação dos fundos estruturais durante o período de 1988 a 1993, introduzindo medidas complementares sócio-estruturais, destinadas a contribuir para o ajustamento da oferta e da procura, mediante a redução das terras cultivadas ou da criação de gado, bem como a introdução do “set – aside”; que consistia num sistema de retirada das terras aráveis, *“ com o objectivo de reduzir a superfície cultivada, como resultado do decréscimo da população agrícola”* (Varela, 1988 :32); regime de incentivo à cessação da actividade agrícola ou seja a denominada Reforma Antecipada, *“ aplica-se a agricultores com 55 anos ou mais, procurando-se deste modo subtrair terras à produção, reduzindo o actual potencial produtivo e*

assim agir no sentido do equilíbrio da oferta e da procura nos mercados agrícolas “ (Varela, 1988 :123), regime de ajudas directas ao rendimento, regime de extensificação de produção e de reconversão dos produtos excedentários, baseado na concessão de prémios aos produtores que se comprometam a reduzir a produção.

Porém, tais medidas revelaram-se mais uma vez insuficientes. Dadas as pressões orçamentais (relacionadas com os excedentes), ambientais (resultante da intensificação de culturas), a Comissão foi levada a efectuar uma nova reforma da PAC. Assim a reforma de 1992, confirmada pelo apoio político do conselho de 21 de Maio do mesmo ano, determinou uma importante mudança no sistema de apoio ao sector agrícola, até então em vigor. As orientações adoptadas no âmbito da reforma da PAC de 92 conjuntamente com os compromissos assumidos no contexto do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), para o período de 1996-2001, constituem uma primeira fase do processo de liberalização dos mercados agrícolas comunitários, cuja orientação vem bem expressa nas propostas de aprofundamento da reforma recentemente apresentada pela Comissão da UE, para o período 2000-2006.

Por outro lado a reforma da PAC de 1992, introduziu três modalidades diferentes de ajudas directas aos rendimentos dos produtores: as ajudas compensatórias à produção, as ajudas à reconversão e as ajudas agro-ambientais. As ajudas compensatórias à produção têm por objectivo compensar as reduções introduzidas nos preços institucionais e foram indexadas em 1992, aos níveis históricos de produção, estando o seu pagamento, por hectare ou cabeça de gado, sujeito não só à continuação da prática das mesmas actividades agrícolas, como também a um conjunto de medidas de controlo directo e indirecto da produção.

Este tipo de ajudas foi inicialmente introduzido para os cereais, oleaginosas, proteaginosas e carnes de bovinos e ovinos (neste caso por mera adaptação do sistema de prémios já em vigor antes de 1992), estando previsto o seu reforço (se bem que baseado numa compensação parcial das reduções de preços previstas) para os mesmos sectores nas propostas apresentadas para o período 2000-2006, assim como o seu alargamento ao sector leiteiro.

As ajudas de apoio à reconversão foram introduzidas, no contexto das chamadas medidas de acompanhamento da reforma da PAC, com o objectivo de se poderem vir a criar condições favoráveis à reconversão produtiva das áreas agrícolas cuja viabilidade económica seja posta em causa pela introdução do novo sistema de preços e ajudas agrícolas. No quadro da reforma de 1992 este tipo de medida foi exclusivamente orientado para o apoio à reconversão florestal de áreas agrícolas e baseia-se em apoios ao investimento florestal em complemento com ajudas directas aos rendimentos dos produtores durante os anos correspondentes ao período de maturação dos referidos investimentos. As propostas contidas na Agenda 2000 e referentes ao período 2000-2006, apesar de não se referirem explicitamente a este tipo de ajudas e de, não preverem o seu alargamento a outras potenciais áreas de reconversão, apontam no entanto, para um reforço futuro do conjunto das medidas de acompanhamento da reforma da PAC.

Para condicionar a oferta, esta reforma substituiu o sistema de ajudas directas, tendo sido aplicada desde as primeiras campanhas de 1993. As propostas apresentadas neste âmbito para o período 2000-2006, apontam não só para um reforço dos meios financeiros disponíveis, como também para a aceitação de novas modalidades de aplicação deste tipo de apoios, cuja articulação prevista nas referidas propostas, com as indemnizações compensatórias às regiões desfavorecidas poderá constituir um mecanismo favorável à reconversão agro-ambiental e agro-rural de extensas zonas da UE.

Da sua aplicação, constatou-se resultados muito positivos no sector de cereais, atendendo que permitiu orientar a produção, incentivar o consumo e reduzir substancialmente as existências públicas.

A consequência mais assinalável da descida dos preços dos cereais decidida em 92 foi o regresso em força do trigo e do milho à alimentação animal. A comissão, no entanto foi «obrigada» a suspender «temporariamente» as exportações de cereais que beneficiavam as restituições para evitar uma subida excessiva dos preços comunitários e proteger o consumo interno. No sector das oleaginosas, os resultados foram mais positivos, uma vez que a Comissão considerou que as reduções dos preços registadas foram amplamente compensadas pelas ajudas directas concedidas por hectare (ha), o que não se verificou no sector das

proteaginosas, no qual as ajudas não foram suficientes para compensar a descida de preços.

No sector da carne de bovino, atingiram-se óptimos resultados. Também no que se refere às carnes de ovino e caprino foram alcançados resultados excelentes, no entanto, os sectores de carne de suíno e de aves de capoeira não puderam melhorar a sua posição concorrencial nos mercados europeus e mundiais. O problema foi agravado pela redução de restituições à exportação, bem como pela peste suína e pela crise da dioxina.

No que respeita ao sector do leite, as exportações da UE, baixaram progressivamente até à Primavera de 1999, embora segundo dados estatísticos fiáveis, representem ainda 40% das trocas mundiais. Neste final de milénio, impôs-se uma nova orientação da PAC, na linha da estratégia decidida em 92, devido à perspectiva da adesão de países da Europa central e oriental, assim a designada «Agenda 2000» apresentada em 1997/98, constituiu um enorme passo, onde se decidiu nomeadamente uma redução de 15% nos preços institucionais para as culturas arvenses, compensada por um reforço de ajudas directas, para a carne de bovino fixou-se uma redução de 20% nos preços e a instauração a partir de Julho/2002 de um sistema de rede de segurança que substitui o regime público de intervenção, completado por uma subida de ajudas por cabeça, para o sector leiteiro, uma redução de 15% nos preços instituídos a partir de 2005/6 em troca da atribuição de uma ajuda por vaca leiteira.

A PAC, como as políticas nacionais que a precederam, *“utiliza como método principal de suporte dos preços agrícolas, compras de intervenção a um preço mínimo ... neste método um organismo de intervenção compra sem limites todas as quantidades de produtos que lhes são apresentadas: paga-as aos preços mínimos decididas pela autoridade executiva competente. As quantidades assim adquiridas, voltam a ser vendidas em mercados de onde se arriscam a não regressar, (País estrangeiro, desnaturação, transformação vigiada)”* (Bergmann e Baudin, 1989 :70).

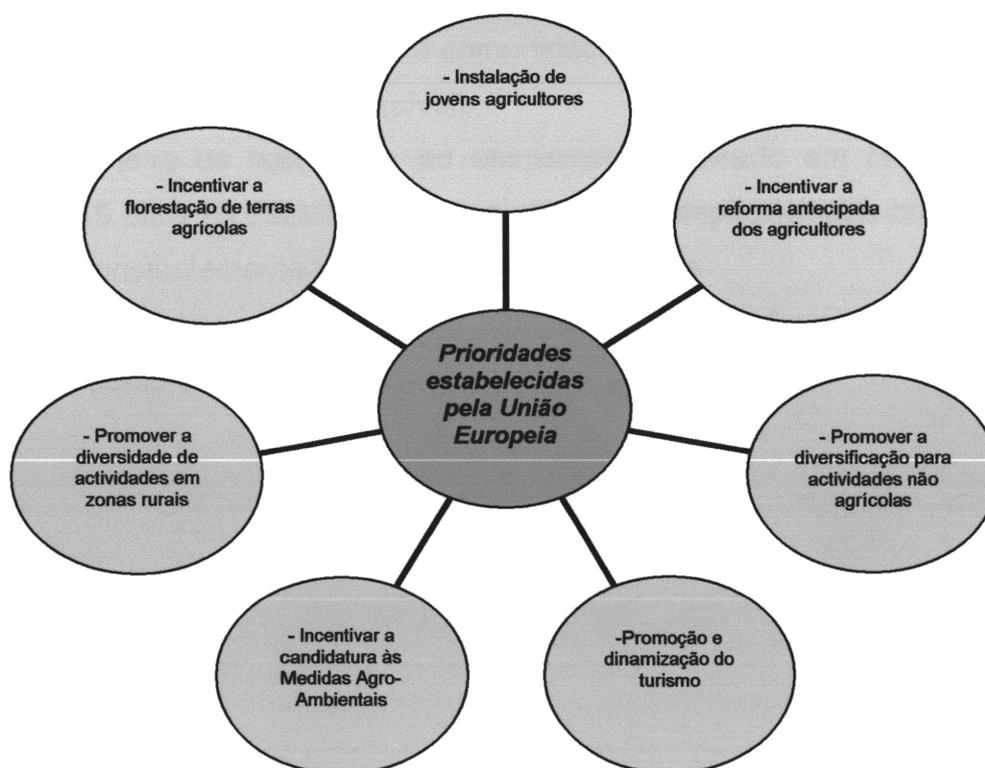
O primeiro ano da execução da PAC, no quadro da agenda 2000, foi marcado pela continuação deste processo de reformas (com reformas já concluídas como o linho, o cânhamo, ou em preparação, como nos casos do arroz, algodão, das frutas e dos produtos hortícolas).

Mas as grandes alterações não se fizeram esperar e em 22 de Junho de 2003, através dos ministros da agricultura da União Europeia, adoptou-se uma reforma profunda da política agrícola comum (PAC), que altera profundamente o modo como a UE apoia o sector agrícola.

Aguarda-se entretanto outras alterações, dependendo da evolução, como do futuro alargamento da comunidade, numa articulação duma produção sustentável de produtos agrícolas, assim como pela protecção do ambiente e pela preservação do espaço rural. E é neste contexto que se encontram já enumeradas as prioridades estabelecidas pela União Europeia, tais como o diagrama que se segue ilustra.

Diagrama nº 2

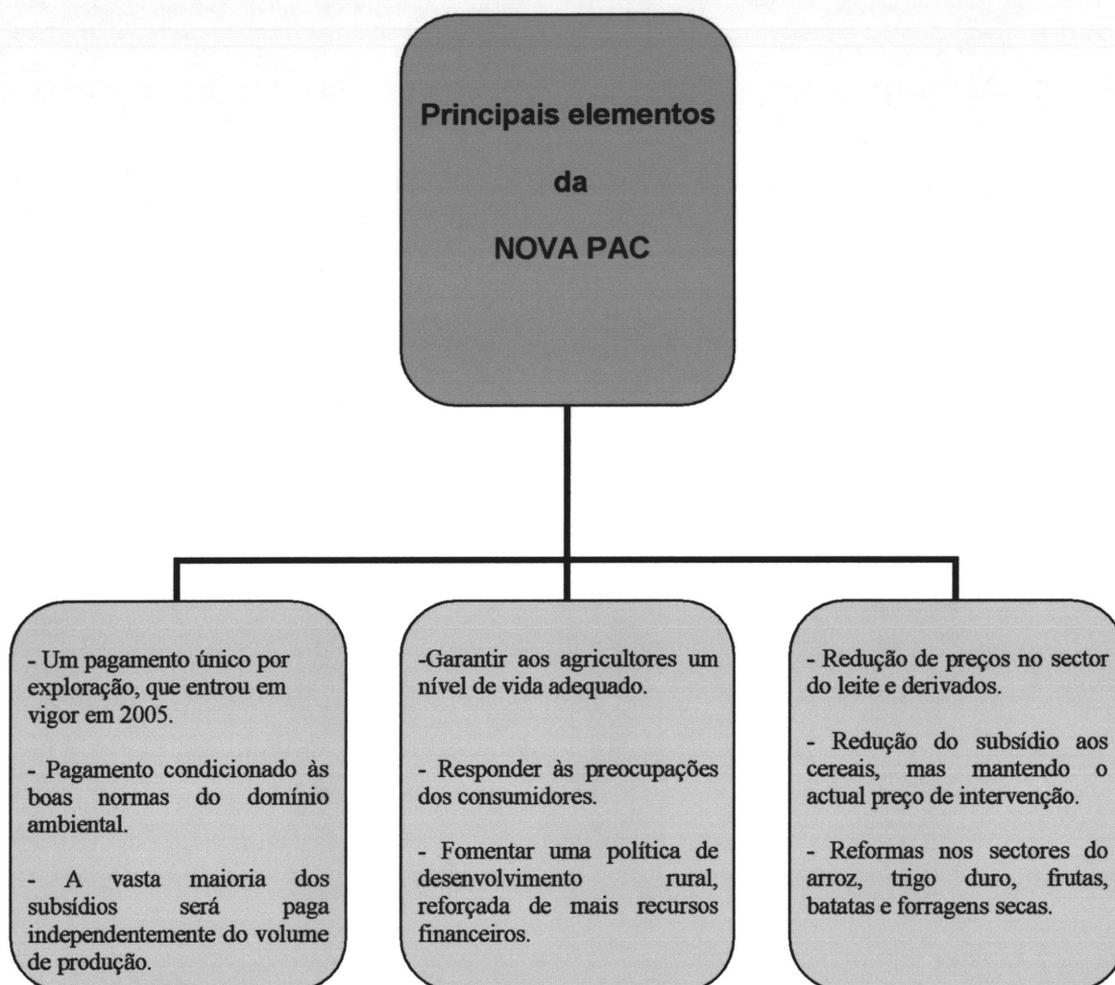
Prioridades para o desenvolvimento da agricultura portuguesa



Fonte: Programa de desenvolvimento para Portugal 2007-2013/U.E./Internet - Comissão Europeia / 2004

Na perspectiva de Francisco Avillez, " as alterações previstas na composição futura da PAC, vão ter um impacto profundo sobre os tipos de agricultura de produção actualmente dominantes, uma vez que irão:

Diagrama nº 3
Reforma da PAC



Fonte: Síntese da reforma da PAC-U.E./Internet – Reforma da PAC
Europa-Comissão Europeia-Agricultura/2003

Fundamentalmente, a nova PAC deixa aos agricultores a possibilidade de adaptarem livremente a sua produção às necessidades do mercado. A nova política orientar-se-á particularmente para os consumidores e os contribuintes, assistimos a um novo conceito, o da «*co-responsabilidade*», a ideia básica é tornar os “*produtores responsáveis pelo escoamento da parte da produção que exceda um certo limite (plafond), correspondente, em principio às necessidades internas*” (Bergmann e Baudin, 1989 :124).

Futuramente a grande maioria dos subsídios serão pagos independentemente do volume de produção, tais pagamentos únicos por exploração estarão sujeitos ao respeito de normas ambientais, de segurança alimentar e de

bem estar dos animais. Em consequência da redução dos pagamentos directos às explorações maiores, passarão a estar disponíveis mais recursos financeiros para os agricultores participantes em programas relacionados com o ambiente, a qualidade e o bem estar dos animais.

Paralelamente foi decidido proceder a um revisão do mercado do leite, arroz, cereais, trigo duro, forragens secas e frutas de casca rija. Foi também introduzido um mecanismo de disciplina financeira, definindo a necessidade de ser transparente e rigorosa. “ *As políticas agrícolas, tal como as políticas económicas em geral, não lhes basta ser perfeitas. Antes disso têm que existir !* ” (Cunha, 1996:165).

Convém realçar que na cimeira dos ministros da agricultura da UE, a necessidade imperiosa da introdução futura da temática ambiental no mundo rural, “*o turista vindo das cidades fica feliz por encontrar uma região campestre com os acessos bem tratados, com as áleas bem aparadas e com as pastagens vicejantes salpicadas de pacíficas vacas ...fará recriminações se a presença de vegetação prejudica a sua marcha ... portanto é necessário que seja o Estado, através da política económica, a substituir-se ao particular, que não desejar pagar e que remunerar todos os serviços ao ambiente assumidos pelos agricultores*” (Bergmann e Baudin, 1989 :188).

A degradação sócio-ambiental (perda de fertilidade do solo, marginalização social, pobreza, desnutrição etc,) bem como a destruição ecológica, resultaram de uma continuada prática com referências tecnológicas de um modelo depredador, que tinha como objecto a maximização económica a curto prazo, à custa dos recursos naturais e sistemas sociais.

Não deixa de ser pertinente, a opinião de Leff (1986), segundo o qual as transformações ambientais futuras, dependerão da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas mutações tecnológicas através da participação social na gestão dos recursos ambientais.

Há pois, preocupações de activar e objectivar um conjunto de processos sociais, para que se consigam resolver os problemas ambientais, assim como incorporar as condições ecológicas e bases de sustentabilidade nos processos económicos. É necessário que o ambiente adquira um sentido estratégico e prático

na construção da realidade social. Por outro lado, é necessário que o saber de acordo com Leff (1986) se oriente numa perspectiva construtivista, por forma a fundamentar e promover os processos de transição que permitam viabilizar uma nova racionalidade social, que incorpore as condições ecológicas e sociais de um desenvolvimento equitativo, sustentável e sustentado. É uma preocupação fundamental, “ *tornarem as áreas rurais mais atractivas para as pessoas nelas viverem e trabalharem, e tornarem-se centros com mais elevado significado para uma crescente diversidade de pessoas de todas as idades* “ (Covas, 1997 : 4).

Segundo o site da União Europeia - agricultura, os principais elementos da nova PAC reformulada resumem-se a:

- pagamento único por exploração para os agricultores da União Europeia, independente da produção;
- tal pagamento estará sujeito ao respeito pelas normas no domínio do ambiente, da segurança dos géneros alimentícios, da sanidade animal, da fitossanidade e do bem-estar dos animais;
- a existência de uma política de desenvolvimento rural reforçada, dotada de mais recursos financeiros, e sujeita a novas medidas a favor do ambiente, da qualidade e do bem-estar dos animais, que auxiliará os agricultores a cumprir as normas de produção da UE a partir de 2005. “ *Os agricultores terão de adquirir poder económico na negociação dos preços dos produtos agrícolas brutos, transformados os comercializados debaixo de um nome de marca, o que pressupões actuarem agrupados; as novas condições de mercado impões a produção ao menor custo e à maior qualidade possíveis e a utilização de poderosos meios comerciais, requerendo a mobilização de capitais importantes*” (Descheemaekere, 1993 : 33).
- de modo a financiar a nova política de desenvolvimento rural, prevê-se a redução dos pagamentos directos no caso das explorações de maiores dimensões;
- um mecanismo de disciplina financeira que assegure o respeito do orçamento agrícola fixado até 2013;
- a revisão da política de mercado da PAC:

- reduções assimétricas de preços no sector dos produtos lácteos: o preço de intervenção para a manteiga será reduzido de 25% ao longo de quatro anos, o que representa uma redução adicional de 10% em comparação com o estabelecido na Agenda 2000; para o leite em pó desnatado é mantida uma redução de 15% ao longo de três anos, conforme acordado na Agenda 2000;
- no sector dos cereais, redução para metade dos incrementos mensais, sendo mantido o actual preço de intervenção;
- reformas nos sectores do arroz, do trigo duro, das frutas, da batata e das forragens secas.

Na opinião de Francisco Avillez, existem consequências relevantes para agricultura portuguesa na adopção dos cenários alternativos da Reforma da PAC de 2003, nomeadamente;

- *“ uma quebra significativa nas áreas das culturas arvenses de sequeiro e sua substituição quer por prados e pastagens temporários e permanentes, na sua maior parte espontâneos, quer por áreas florestais;*
- *um aumento sustentado do efectivo bovino para a produção de carne, acompanhado por uma quebra significativa no efectivo ovino para produção de carne e lã;*
- *uma redução do efectivo leiteiro acompanhada, no entanto, por crescimentos de produtividade que assegurarão a total utilização da quota leiteira disponível;*
- *uma muito provável extensificação tecnológica das culturas do milho e do arroz com uma tendencial redução das suas áreas actuais e uma gradual substituição da cultura do milho, por actividades de produção agrícola de regadio mais rentáveis se as transferências dos direitos relacionados com as ajudas únicas às explorações forem viabilizadas;*

- *uma evolução favorável no âmbito dos produtos hortícolas e hortofrutícolas ao ar livre, que poderá vir a assumir uma expressão muito significativa no contexto da área de regadio em Portugal;*
- *um aumento das áreas de novas plantações de fruteiras, vinha e olival tecnologicamente evoluídos, aumento de áreas este que no entanto, será acompanhado por uma redução significativa das áreas ocupadas por culturas permanentes tradicionais, sobretudo no caso da vinha, que estão a atingir o final da sua vida económica;*
- *um aumento gradual mas sustentado dos sistemas de ocupação do solo e das técnicas agrícolas ecologicamente sustentáveis, com uma sua crescente interligação com o aparecimento de um conjunto diversificado de actividades não agrícolas em meio rural” (s/d : 6 e 7).*

A nova PAC promoverá os programas de desenvolvimento regional, será mais aberta ao exterior, mais generosa com os seus agricultores e terá mais atenção aos perigos ambientais provocada pela agricultura moderna. Interpretação diferente tem Fernando Oliveira Batista ao afirmar categoricamente que as futuras alterações, previstas a curto e médio prazo, no âmbito da PAC, “ ... vão acentuar decisivamente a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo, económica e socialmente assistido por Bruxelas, com uma crescente dependência alimentar, pesando cada vez menos no quadro negocial europeu e, simultaneamente, empurrando uma parte da sua população para os mercados de trabalho de outros países da C.E. onde vai aumentar as já numerosas colónias de portugueses que aí vivem um estatuto cívico e social de segunda classe, numa Europa que é apenas um grande mercado” (1993 :92).

Na opinião de Francisco Avillez, “ a evolução da PAC e as respectivas consequências para a agricultura e o mundo rural da UE em geral e para a agricultura e o mundo rural português em particular depende, por um lado, da competitividade actual e potencial dos diferentes tipos de sistemas de produção praticados pelas explorações e, por outro, de um conjunto de diversificado de

factores com uma influência determinante nas decisões quanto ao futuro das políticas agrícolas e rurais no contexto da UE” (2004:22).

Perante este cenário é perceptível que as novas directrizes da Política Agrícola Comum, estão promovendo junto das classes rurais uma crescente consciência social do rural, mais tendencialmente como território para descansar, espaço de entretenimento, de ócio, do que propriamente de produção.

3.3 – Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas

O calendário de execução das diferentes medidas, iniciou-se em 2000 até ao ano 2006, a entidade responsável pela sua gestão é o MADRP (Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas).

A estratégia de desenvolvimento agrícola e rural a prosseguir no período 2000 a 2006 tem como pilar principal uma sólida aliança entre agricultura, enquanto actividade produtiva, moderna e competitiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambientais, económica e social. Por tal facto, tem colocado vários tipos de projectos, no sentido de apetrechar as explorações agrícolas de máquinas, equipamentos, introdução de culturas e diversos tipos de apoios bem atractivos (os quais adiante mencionarei).

É uma constatação que a agricultura portuguesa tem que inovar, para que possa vir a ter ao longo dos próximos anos uma contribuição positiva para uma realização eficiente dos recursos nacionais, para uma repartição mais justa, mais equitativa da riqueza gerada. Por isso, torna-se necessário apetrechá-la com a finalidade de a tornar mais competitiva. O futuro depende fundamentalmente de condições favoráveis, das grandes transformações tecnológicas, produtivas e estruturais, indispensáveis à competitividade e à viabilidade dos sistemas de produção agrícolas, *“os agricultores e os empresários agrícolas em Portugal, vão ter de «trocar» as facilidades da mão de obra barata e as ilusões dos preços capazes de cobrirem « os custos que temos», pelos níveis europeus de produtividade dos solos, do trabalho etc e vão também de se «bater» pela obtenção de níveis, também Europeus, dos factores de produção, (adubos, combustíveis, máquinas, pesticidas,*

rações, etc) “ (Varela 1991 :321). Nesta linha de orientação, tenho que afirmar pela negativa, que nem sempre os agricultores do concelho de Grândola, aproveitam as medidas que se encontram à sua disposição.

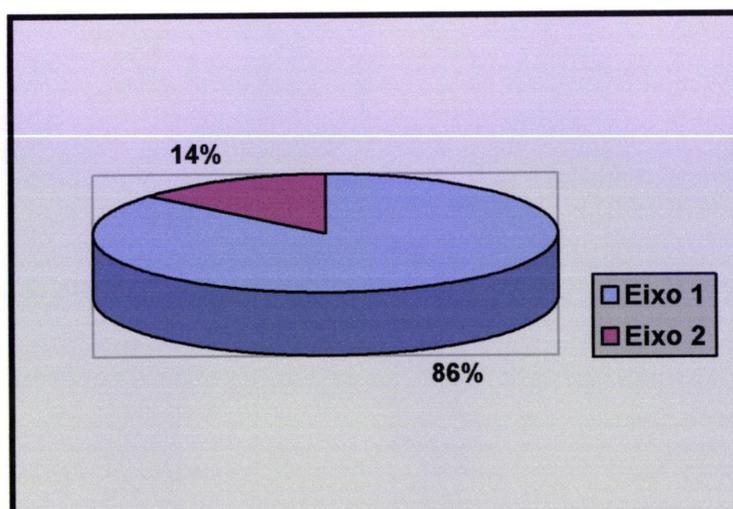
3.3.1 – Projectos da Medida “AGRO”

Pode ler-se na introdução dos manuais dos projectos «Agro», (1992) distribuídos pelo Ministério de Agricultura, na qual cita que o Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, denominado «Agro», é composto por vários tipos de recursos financeiros, (gráfico nº 2) e integra dois eixos prioritários, a que correspondem os seguintes objectivos:

- ✓ Melhorar a competitividade Agro-florestal e sustentabilidade rural (eixo 1- Gráfico nº 3).
- ✓ Melhorar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas rurais (eixo 2 – Gráfico nº 4).

Gráfico nº 2

Repartição de Recursos Financeiros
(2000 – 2006)



Fonte: Agro – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

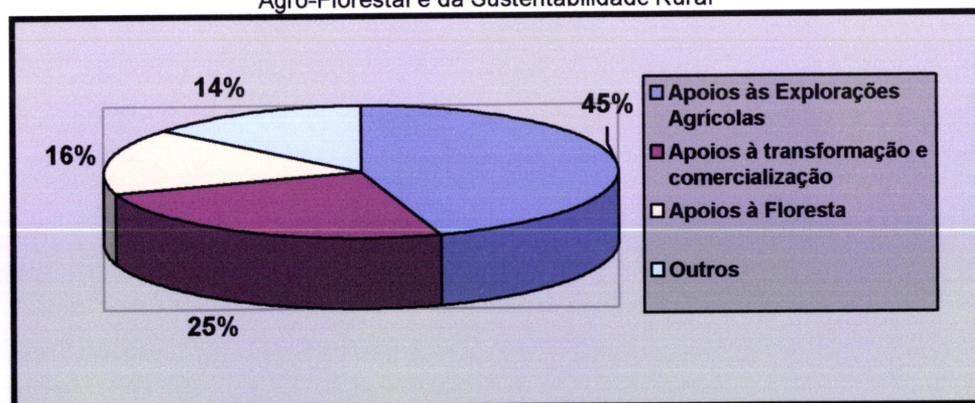
Como se pode verificar, através do gráfico nº 2, a maioria da percentagem (86%) da repartição de recursos financeiros atribuídos tem por objectivo central melhorar a competitividade agro-florestal e sustentabilidade rural, que funciona como o pilar do desenvolvimento da nossa agricultura.

Paralelamente, dá-se uma grande importância à florestação, nas áreas incultas, em grandes extensões de terreno, com variedades arbóreas que se adaptem às zonas a florestar. O Estado português, através da Direcção de Serviços Florestais (D.G.F) tem incrementado uma maior política de apoio à reflorestação, desenvolvendo, neste terceiro quadro comunitário de apoio, uma campanha de mentalização das pessoas sobre o valor da floresta.

Simultaneamente tem promovido programas e projectos relativos ao incremento das infra-estruturas florestais, ou seja planejar atempadamente vias de fácil acesso para defender a floresta dos eventuais incêndios. Deverá criar ainda um seguro de floresta, não só para compensar as perdas, mas dar apoio e atribuir incentivos a quem planta a floresta.

Gráfico nº 3

Eixo 1: Apoios à Melhoria da Competitividade Agro-Florestal e da Sustentabilidade Rural

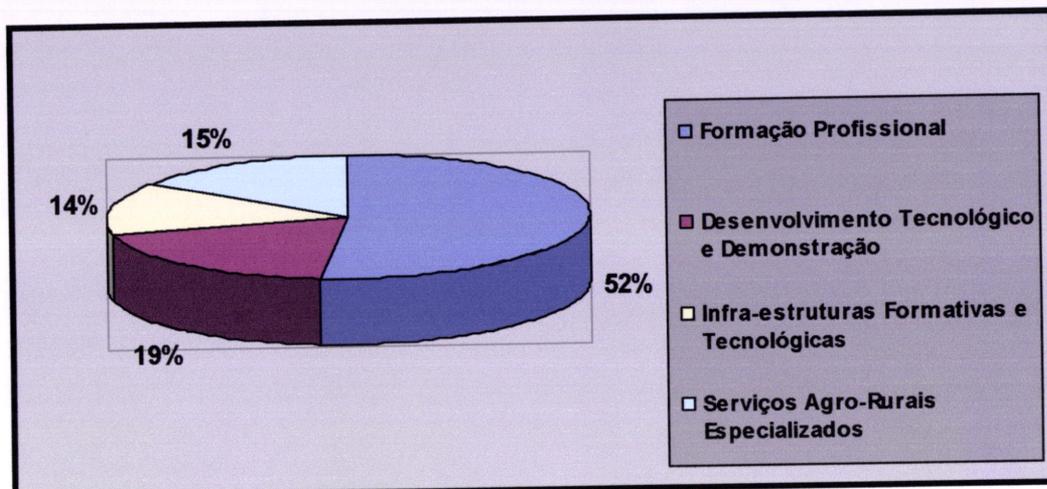


Fonte: Agro – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

Através do gráfico acima mencionado (nº3), podemos visualizar que a maior percentagem atribuída, relaciona-se com ajuda às explorações agrícolas, que é o suporte de toda a nossa agricultura. Seguidamente, é também atribuída uma verba significativa, à transformação e comercialização.

Gráfico nº 4

Eixo 2: Apoios ao Reforço do Potencial Humano e dos Serviços à Agricultura e Zonas Rurais



Fonte: Agro – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

Este programa tem por objectivos específicos reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, promover a qualidade e inovar a produção agro-florestal e agro-rural, resumindo melhorar as condições de vida, do trabalho e do rendimento dos agricultores. É curioso constatar que uma grande fatia do apoio, (52%), é canalizada para o exercício da formação profissional, condição essencial para o desenvolvimento da agricultura, a qual os agricultores tanto necessitam, particularmente os mais jovens. Para uma informação mais detalhada – tipo de apoio, enquadramento legal, destinatários, despesas elegíveis e nível de ajudas - consultar listagens em anexo com o nº X .

Informo que, algumas destas medidas não figuram na referida listagem pelo facto da sua reduzida procura pelos agricultores e da sua quase inexistente implantação no concelho. Algumas medidas, destinam-se essencialmente a Infra-estruturas formativas; INIA, DRA; Centros de formação agrária e outras entidades titulares de estruturas de desenvolvimento tecnológico e experimentação, etc.

Quadro nº 1

Med. "AGRO" - Dez Medidas ao dispor dos agricultores (2000-2006)

AGRO – Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural			
Nº	Medidas	Nº	Sub-Medidas
1	Modernização, reconversão e diversificação das explorações		
		1.1	Jovens agricultores
		1.2	Investimentos nas explorações agrícolas
2	Transformação e comercialização de produtos agrícolas		
3	Desenvolvimento sustentável das florestas		
		3.1	Apoio à silvicultura
		3.2	Restabelecimento do potencial de produção silvícola
		3.3	Apoio à produção de sementes e plantas
		3.4	Colheita, transformação e comercialização da cortiça
		3.5	Exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e gema de pinheiro
		3.6	Promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais
4	Gestão e infra-estruturas hidro-agrícolas		
5	Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo agrícola		
6	Engenharia financeira		
7	Formação profissional		
		7.1	Qualificação e reorientação profissional
		7.2	Formação de formadores e quadros técnicos
		7.3	Sistema de informação
8	Desenvolvimento tecnológico e demonstração		
		8.1	Desenvolvimento experimental e demonstração
		8.2	Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação de produtos farmacêuticos
9	Infra-estruturas formativas e tecnológicas		
		9.1	Infra-estruturas e equipamento de desenvolvimento tecnológico e experimentação
		9.2	Requalificação das estruturas formativas
10	Serviços agro-rurais especializados		

Fonte: MADRP/ Internet Med. Agro – síntese

O programa AGRO, designado por Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural integra dez medidas, que acima enumero (quadro nº 1) e que se encontram ao dispor dos actores sociais rurais, ou instituições, que directa ou indirectamente tratam da temática agrícola.

Saliento que os agricultores do concelho de Grândola, pouco têm recorrido a estas medidas.

3.3.2 – Projectos da Medida "AGRIS"

Os projectos Agris, inserem-se numa estratégia de desenvolvimento agrícola e florestal. Englobam um conjunto diversificado de apoios que visam incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e

competitiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social, no período 2000 a 2006.

Em particular, a acção denominada, « Diversificação na Pequena Agricultura» estando associada aos projectos Agris, considera um largo estrato das explorações agrícolas de pequena dimensão, muito associado à pluriactividade e visa sobretudo, a diversificação económica dos territórios rurais.

A medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais, designada Agris, está intimamente ligada ao P.O. Agricultura e Desenvolvimento Rural, quer em termos de objectivos, quer em termos de consistência instrumental. Essa medida é constituída por acções complementares das que integram o programa Agro e pretende-se que os seus impactes sejam convergentes. A sua complementaridade é observável, quer ao nível do conteúdo das medidas, quer na perspectiva de abordagem e integração territorial.

O objectivo geral da estratégia, como se poderá ler no manual «Agris» elaborado pelo Ministério da Agricultura, será prosseguido através do seguinte conjunto de objectivos específicos:

- *“ reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social;*
- *incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica;*
- *promoção da qualidade e da inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar;*
- *valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica;*
- *melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da igualdade de oportunidades, da defesa dos rendimentos e da garantia*

de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano” (MAP-Agris - 2000).

É também de salientar, que algumas acções não figuram na listagem em anexo, (anexo IX – tipo de apoio e enquadramento legal), pois estão mais vocacionadas para Organismos da Administração Pública, Associações de Regantes, Cooperativas de rega, Cooperativas e Associações de Agricultores de 1º grau, Organizações inter-profissionais de âmbito regional com ligações ao sector agrícola, centros tecnológicos, pequenas empresas e serviços agrícolas etc.

Este programa é composto por oito acções e várias sub acções, que estão ao dispor dos agricultores, instituições ou organismos que se relacionam com a vida rural.

Podem ser concedidas ajudas nos seguintes domínios;

Quadro nº 2

Med. “AGRIS” – Oito acções ao dispor dos agricultores (2000 -2006)

AGRIS – Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais			
Nº	ACÇÕES	Nº	SUBACÇÕES
1	Desenvolvimento na pequena agricultura		
2	Desenvolvimento dos produtos de qualidade		
		2.1	Criação e modernização de unidades produtivas
		2.2	Incentivos a produtos de qualidade
3	Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas		
		3.1	Instalação de organização de produtores florestais
		3.2	Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais
		3.3	Apoio à prestação de serviços florestais
		3.4	Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos
		3.5	Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público
4	Serviços à agricultura		
		4.1	Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas
		4.2	Desenvolvimento de outros serviços à agricultura
5	Gestão de recursos hídricos e emparcelamento		
		5.1	Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais
		5.2	Reabilitação e modernização dos perímetros de rega
		5.3	Emparcelamento rural
6	Caminhos e Electrificação Agro-Rurais		
		6.1	Caminhos agrícolas e rurais
		6.2	Electrificação
7	Valorização do ambiente e do património rural		
		7.1	Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural
		7.2	Conservação do ambiente e dos recursos naturais
8	Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural		

Fonte: MADRP/ Internet Med. Agris – Síntese

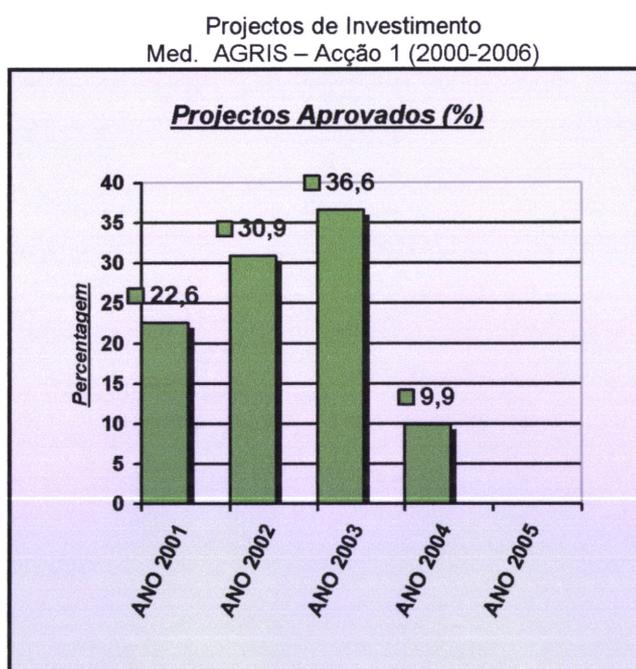
Os projectos do quadro acima referido denominado por AGRIS – Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais, têm

constituído uma grande importância para os agricultores do concelho e são os mais procurados.

Especialmente os projectos da acção 1, canalizados para o desenvolvimento na pequena agricultura, tem constituído uma mais valia, uma verdadeira atracção para os agricultores locais, os seus investimentos são beneficiados a 50% e apresenta-se como uma última possibilidade dos agricultores apetrecharem as suas explorações com máquinas e outros equipamentos.

Para uma maior e melhor informação, consultar a listagem em anexo com o nº VIII - *projectos aprovados aos agricultores* - referente aos anos 2001, 2002, 2003 e 2004, totalizando 72 projectos com investimentos devidamente aprovados de máquinas, alfaias e outros equipamentos.

Gráfico nº 5



Fonte: Projectos Agris /ZAG

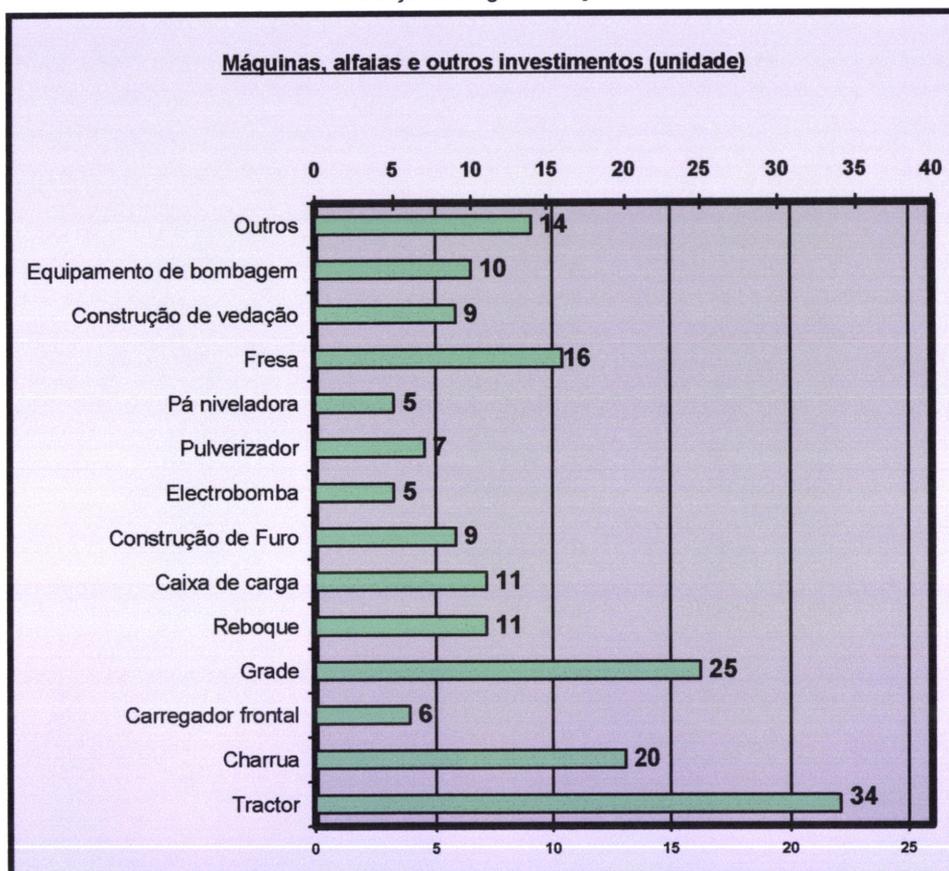
Verificando o gráfico acima (nº 5), constatamos facilmente que no ano de 2003 atingiu-se no concelho, a maior percentagem de projectos aprovados com cerca de 36,3 %, vindo a decrescer até ao momento, especialmente por falta de verbas, o que se mostrou bastante negativo para todos os agricultores de Grândola.

No corrente ano, não se verificou qualquer aprovação de projecto no âmbito desta acção.

É sem dúvida, um dos projectos mais procurados pelos agricultores do concelho e um dos que beneficia mais directamente os mesmos.

Gráfico nº 6

Projectos Agris – Acção 1



Fonte Projectos Agris/ZAG/ Anexo VIII

Através do presente gráfico (nº 6), visualizam-se, os projectos aprovados, por máquina, alfaia ou outro investimento o que denota um grande esforço financeiro efectuado pelos agricultores no sentido de modernizarem as suas explorações quer técnica, quer tecnologicamente e aproveitarem um conjunto de subsídios fornecidos pela PAC.

Constata-se um elevado número de tractores adquiridos novos, para substituição dos existentes, o que demonstra que o parque de máquinas então

existente estava velho, avariado e sem qualquer possibilidade de assegurar uma agricultura produtiva e competitiva.

3.3.3 – O Plano de Desenvolvimento Rural - “RURIS”

O Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente denominado «Ruris», tem por objectivo a concessão de ajudas, através das suas quatro intervenções:

- Reforma Antecipada
- Indemnizações Compensatórias
- Medidas Agro-Ambientais
- Florestação de Terras Agrícolas

As medidas acima mencionadas, exigem o cumprimento integral de assumidos compromissos, relativamente às parcelas candidatas durante o período de atribuição de ajudas. Seguidamente iremos verificar algumas condicionantes e alguns montantes de ajudas, em cada caso:

3.3.3.1 – Reforma Antecipada

A Reforma Antecipada, visa proporcionar um rendimento adequado aos agricultores (cessantes), que decidam cessar a actividade agrícola, que tenham de idade 55 anos ou mais, tendo por intuito reafectar terras agrícolas a utilizações não agrícolas, quando a sua afectação a fins agrícolas não seja possível em condições satisfatórias de viabilidade económica. Na realidade pretendia-se, “ *conceder um incentivo aos agricultores com mais de 55 anos a cederem a exploração a outros agricultores para efeitos de reestruturação* ” (Cunha, 1996:80).

No caso concreto do concelho em estudo, temos unicamente duas candidaturas uma em 1996, e outra em 2002, aprovadas, de agricultores que optaram por tal modalidade.

Verifica-se, assim, uma fraca adesão a esta medida, pois os resultados ficaram muito aquém das expectativas. Para além de outros motivos relacionados com a

falta de informação / divulgação dos numerosos requisitos legais exigidos e da complexa formulação das candidaturas, que a tornam desde logo uma medida selectiva, considerou-se também que, “ *há alternativas, certezas e riscos a rodear a decisão da Reforma Antecipada e conseqüentemente, há recusas quanto à ideia do abandono da actividade agrícola*” (Batista et al., 1999).

De entre as razões apontadas para a recusa de candidatura a este programa temos o facto de os hipotéticos agricultores cessantes estarem apenas dispostos a passar a sua exploração em situações em que os novos titulares sejam familiares – filhos ou genros. Tal facto, limita desde logo o número de candidaturas a tais ajudas, já que são cada vez menos os agricultores cujas explorações têm sucessor. Por outro lado, a exigência de que os novos titulares sejam agricultores a tempo integral, resulta também numa redução do número de aderentes ao programa, dado o crescente número de casos em que a agricultura é exercida em complemento de outras actividades. Salienta-se ainda que a maioria das candidaturas a esta medida se verifica num contexto de arrendamento de terras agrícolas, o que mostra que os agricultores cessantes não querem abdicar do seu património. Aparece também como justificação de uma nova candidatura, a recusa a uma hipótese de abandono da actividade agrícola.

Quadro nº 3

Reforma antecipada (2000-2006)

Condições de acesso:

Condições	Cessantes			Cessionário	
	Agricultor	Cônjuge	Trabalhador agrícola	Agrícola	Não agrícola
Idade	Entre 55 anos e 64 anos e 4 meses à data da candidatura.			< 50 anos	
Obrigações	- Estar inscrito como produtor, cônjuge de produtor ou trabalhador agrícola; - Tenham contribuído durante um período de pelo menos 5 anos até à data da candidatura.				
Segurança Social	- Tenham direito à reforma por velhice aos 65 anos ou no máximo aos 70 anos, com o mínimo de 15 anos de desconto para a segurança social.		- Tenham direito à reforma por velhice aos 65 anos com o mínimo de 15 anos de desconto para a segurança social.		
Actividade Agrícola	- Exercida nos últimos 10 anos	- 50% do tempo dedicado à actividade nos últimos 4 anos na exploração de cessante.	- 50 % do tempo dedicado à actividade nos últimos 5 anos e tenham trabalhado na exploração durante um período pelo menos equivalente a 2 anos a tempo inteiro nos últimos 4 anos.		

Fonte: Ministério da agricultura / 2003

O agricultor terá ainda de ser titular de uma exploração com uma área mínima de:

Quadro nº 4

Área mínima de exploração (2000-2006)

Região/Distrito	Regadio (ha)	Sequeiro (ha)	
		Vinha Pomar e Olival	Outras
Norte do Tejo	2	2	6
Portalegre, Évora, Beja, Setúbal	3	3	10
Faro	2	2	6

Fonte: Ministério da agricultura / 2003

A ajuda paga mensalmente tem a duração máxima de 10 anos. A ajuda ao cessante é constituída por um prémio anual, acrescido de um prémio complementar concedido em função da área e das actividades agrícolas da exploração, não

podendo ultrapassar por mês 725 Euros, (145 contos), ao cessante individual ou com cônjuge a cargo.

Para o cessante e cônjuge é fixado um limite de 900 Euros por mês (180 contos). No caso da reforma por velhice do agricultor, é deduzido ao valor da ajuda o montante da pensão da Segurança Social.

Por mês é também fixado ao trabalhador agrícola, assalariado ou familiar 291 Euros, (58 contos).

3.3.3.2 – Indemnizações compensatórias

As indemnizações compensatórias, compensavam os agricultores pelas desvantagens permanentes que defrontam na sua actividade.

Os beneficiários podem ser Agricultores a Título Principal ou outros agricultores. Entende-se por Agricultor a Título Principal:

- a pessoa singular cujo rendimento proveniente da exploração agrícola é igual ou superior a 25% do seu rendimento global e que dedica mais de 50% do seu tempo de trabalho à mesma;

- a pessoa colectiva que, nos termos do respectivo estatuto, tem exclusivamente por objecto a actividade agrícola e cujos administradores ou gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares e sócios da pessoa colectiva, dediquem mais de 50% do seu tempo de trabalho à exploração onde exercem a actividade agrícola, dela auferindo, no mínimo, 25% do seu rendimento global e desde que detenham, no seu conjunto, pelo menos 10% do capital social.

A qualidade de Agricultor a Título Principal (ATP) é declarativa e será comprovada pelo requerente/beneficiário sempre que tal lhe seja exigido, podendo haver lugar à rescisão do contrato e à aplicação das sanções que se encontram previstas, quando se constatar a existência de uma falsa declaração.

Podem beneficiar da ajuda, os agricultores em nome individual ou colectivo, que reúnam os seguintes requisitos:

- residirem ou terem a sua sede em zona desfavorecida;

- serem titulares de uma exploração agrícola com uma dimensão económica máxima de 40 UDE, situada na totalidade ou em parte em zona desfavorecida, e uma Superfície Agrícola Útil (SAU) igual ou superior a 0,5 hectares em zona desfavorecida;

- serem titulares de uma exploração em zona desfavorecida cujo encabeçamento em pastoreio seja igual ou inferior a:

- 3 CN por ha de SAU, no caso de se tratar de explorações em zona de montanha ou de explorações até 2ha de SAU;
- 2 CN por ha de superfície forrageira, para efeitos de encabeçamento, no caso de se tratar de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e com mais de 2 ha de SAU.

Quadro nº 5

Indemnizações compensatórias
-Total da ajuda – (2000-2006)

Área	Montantes das Ajudas - Euros /ha			
	Agricultores a título principal		Outros agricultores	
	Zonas de montanha	Restantes zonas desfavorecidas	Zonas de montanha	Restantes zonas desfavorecidas
Até 5 ha	170,00	100,00	85,00	50,00
Mais de 5 ha até 20 ha	95,00	56,00	47,50	28,00
Mais de 20 até 50 ha	58,00	34,00	29,00	17,00
Mais de 50 até 500 ha	17,00	10,00	8,50	5,00

Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

As ajudas compensatórias têm por objectivo compensar as reduções introduzidas nos preços. Este tipo de ajudas foi inicialmente introduzido para os cereais, oleaginosas, proteaginosas e carnes de bovinos e ovinos.

3.3.3.3 – Medidas Agro-Ambientais

As Medidas Agro-Ambientais, previstas no regulamento (CE) nº 1257/99, integram o Plano de Desenvolvimento Rural e também é co-financiado pelo FEOGA-Garantia.

As ajudas Agro-ambientais, que fazem igualmente parte das medidas de acompanhamento da reforma da PAC de 1992, visam essencialmente:

- incentivar processos de reconversão tecnológica que permitam a minimização dos efeitos poluidores gerados por algumas das actividades e sistemas de produção mais intensivos;

- criar as condições necessárias para a manutenção e desenvolvimento de sistemas de agricultura com uma contribuição potencialmente positiva para a conservação do ambiente e dos recursos naturais e para promoção do espaço natural e da paisagem.

Quadro nº 6

Agro-Ambientais - Tipos de acções (2000-2006)

Acções	Tipo
Medida 1.1	Luta Química Aconselhada
Medida 1.2	Protecção Integrada
Medida 1.3	Produção Integrada
Medida 1.4	Agricultura Biológica
Medida 1.5.1	Sementeira Directa
Medida 1.5.2	Técnicas de Mobilização Directa
Medida 1.5.3	Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes
Medida 1.6	Sistemas Forrageiros Extensivos
Medida 2.3	Vinhas em Socalcos do Douro
Medida 2.5.1	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve)
Medida 2.5.2	Sistema Vitícola de Colares
Medida 3.1	Sistemas policulturais tradicionais
Medida 3.2	Montados (Azinho e Carvalho Negral)
Medida 3.3	Lameiro e outros Prados e Pastagens de elevado valor florístico
Medida 3.4	Olival Tradicional
Medida 3.5	Pomares tradicionais
Medida 3.6	Plano Zonal de Castro Verde
Medida 4.1	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo-arbóreos com interesse Ecológico-paisagístico.
Medida 4.4	Arrozal
Medida 5.1	Manutenção de Raças Autóctones

Fonte: Ministério da Agricultura- Med. Agro-ambientais / 2003

No quadro acima (nº 6), como podemos observar, são vários os tipos de Medidas Agro-Ambientais que proporcionam um leque de opções aos agricultores de Norte a Sul do País, sempre de acordo com as características da agricultura desenvolvida.

O incentivo à introdução de processos de exploração compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética, bem como a preservação da paisagem e do espaço natural, ocupa um ponto fulcral, cada vez mais de maior importância, face ao crescente das exigências das comunidades em matéria ambiental. Tais ajudas mostravam-se inovadoras, " *porque eram de facto a primeira grande tentativa realizável de reordenar a ocupação da terra de produções excedentárias para produções*

deficitárias e de preservar sistemas produtivos verdadeiramente extensivos e compatíveis com o ambiente " (Cunha, 1996:78).

Especialmente no que se refere à PAC, a sua adaptação encontra fundas razões que perfilham, como se afirmou numa comunicação da Agenda 2000, a favor da « aspiração a uma agricultura mais respeitadora do ambiente e mais preocupada com a qualidade».

Quadro nº 7

Agro-Ambientais
-Montante da ajuda-(2000-2006)

Área	Montante por hectare (Euro)
Até 10 ha	109,00
10 a 20 ha	87,00
20 a 50 ha	71,00
50 a 100 ha	54,00
100 a 200 ha	44,00

Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

Como é visualizado no quadro nº 7, relativamente às Agro-ambientais e concretamente aos sistemas de forrageiros extensivos, os montantes da ajuda das agro-ambientais são bastante atractivas para os agricultores.

3.3.3.4 – Florestação de terras agrícolas

Quanto à vertente arbórea, com as suas implicações silvícola e ambientais, J.A. Santos Varela, sublinha a influência exercida junto do meio rural quando afirma, *" ao darmos à floresta o seu lugar, ao assegurarmos o seu desenvolvimento sustentado e o usufruto pacífico dos seus múltiplos dons, estaremos certamente a ajudar a própria PAC a evoluir no sentido da sua reforma e ainda a ajudar também o mundo rural nos caminhos da sua sobrevivência"* (1996 :168).

Sabe-se, através de vários estudos efectuados, que o nosso País e em particular o Alentejo, tem uma predisposição para a floresta, *" ... o que unifica, numa leitura sociológica, o rural face ao urbano, é o seu maior contacto com a natureza, com a actividade agrícola e florestal "* (Batista, 1993 :29).

Neste âmbito, foi também criada uma ajuda, promovendo a expansão florestal em terras agrícolas, com arborizações de qualidade e bem adaptadas

ambientalmente, contribuindo para aumentar a existência de madeiras de qualidade; cortiças e outros produtos não lenhosos, promovendo a diversificação de actividades nas explorações agrícolas, “ ... as potencialidades do território nacional, no que respeita à florestação e reflorestação, apontam ainda para a possibilidade de serem concretizados aumentos na produção de madeiras e outros produtos, (resina e cortiça)” (Lopes, 1985 :141).

Há todavia determinadas condicionantes a cumprir, como de resto em quase todas as ajudas. Para o efeito, é considerada elegível, toda a superfície que nos últimos 10 anos tenha sido objecto de uma utilização agrícola regular, incluindo pousios até 6 anos e pastagens naturais com um encabeçamento mínimo de 0,15 cabeças normais.

As ajuda são constituídas por dois tipos:

- um prémio à manutenção, destinado a cobrir as despesas correntes das operações de manutenção das superfícies arborizadas;
- um prémio por perda de rendimento, destinado a compensar a perda de rendimento, decorrente da arborização da superfície agrícola.

O prémio de ajuda ao investimento, reveste a forma de subsídio não reembolsável e apresenta o seguinte nível de ajudas:

Quadro nº 8

Florestação de terras Agrícolas
-Beneficiários- (2000-2006)

Tipo de beneficiário	Níveis de ajuda
Organismos da Administração e Órgãos de Administração dos baldios	100 %
Áreas agrupadas	80 %
Agricultores	70 %
Outros tipos de beneficiários	50 %

Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

O prémio por perda de rendimento, referente à florestação de terras agrícolas, como se pode verificar através do quadro nº 9, é atribuído anualmente por um período máximo de 20 anos, discriminado do seguinte modo:

Quadro nº 9

Prémio por perda
de rendimento (2000-2006)

Classe de superfície cumulativas	Euros por Hectare	
	Agricultores e áreas agrupadas	Outras superfícies
Primeiros 5 ha	249,00	130,00
Entre 5 e 10 ha	200,00	115,00
Entre 10 e 20 ha	150,00	80,00
Entre 20 e 50 ha	75,00	50,00
Entre 50 e 100 ha	50,00	35,00
Entre 100 e 250 ha	25,00	15,00

Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

Segundo o quadro abaixo mencionado, com o nº 10, podemos verificar igualmente que o prémio à manutenção, é também bastante atractivo para os agricultores e é atribuído anualmente durante um período de 5 anos, nomeadamente:

Quadro nº 10

Prémio à manutenção (2000-2006)

Tipo de povoamento	Prémio de manutenção Euros / ha
Folhosas	150,00
Resinosas	100,00
Freguesias de alta susceptibilidade à desertificação	175,00

Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

A necessidade da florestação surge em Arlindo Cunha como uma opção prioritária, "*...apesar de serem referidos apenas os solos agrícolas, importa sublinhar que a floresta constitui uma outra inquestionável realidade alternativa no contexto das energias renováveis, oferecendo a vantagem de as matérias primas de base para a alimentação energética serem um subproduto da nossa floresta e a criação de empregos duradouros no meio rural*" (1996:157).

Poder-se-á dizer que no concelho de Grândola, existe uma procura relativa por este tipo de ajuda, a qual constatamos ter vindo a aumentar, com a finalidade de arborizar terras agrícolas.

3.3.4 – Culturas Arvenses

Através do quadro abaixo, (nº 11) podemos verificar que as cinco freguesias do concelho de Grândola , têm uma classe de rendimento relativamente baixa, o que explica o fraco rendimento agrícola na zona e conseqüentemente os prémios e as ajudas comunitárias atribuídas são bastante inferiores às outras freguesias do Alentejo Litoral. Na opinião de Francisco Avillez, “ *as ajudas são positivas do ponto de vista do rendimento dos produtores, mas vão deixar de ter qualquer influência nas decisões de produção concretas. Aquilo que eram as opções baseadas numa conjugação de preços, com ajudas directas no futuro têm de ser basicamente baseadas nos preços. O que torna urgente e indispensável uma reconversão da agricultura, que já teria que se fazer, porque não era possível continuar a fingir que se produziam cereais para manter as ajudas*” (2004:7).

Quadro nº 11

Classes de rendimento atribuídas
no Alentejo Litoral (até 2004)

Freguesia	Classes de Rendimento			
	Sequeiro	Regadio		
	Culturas Arvenses Ton/ha	Milho Ton/ha	Outros Cereais Ton/ha	Pousio/Oleaginosas Peq. Produtores Ton/ha
Torrão	2,05	7,60	4,20	5,60
Colos	2,05	7,60	4,20	5,60
Vale de Santiago	2,05	7,60	4,20	5,60
Bicos	2,05	7,60	4,20	5,60
Abela	1,50	7,60	4,20	5,60
Alvalade	1,50	7,60	4,20	5,60
Ermidas – Sado	1,50	7,60	4,20	5,60
S. Domingos	1,50	7,60	4,20	5,60
S. Susana	1,50	7,60	4,20	5,60
Santiago	1,50	7,60	4,20	5,60
S. Martinho	1,50	7,60	4,20	5,60
S. M. do Castelo	1,10	7,60	4,20	5,60
Santo André	2,05	7,00	3,30	4,45
Zambujeira do Mar	1,50	7,00	3,30	4,45
Cercal	1,50	7,00	3,30	4,45
Sant. do Cacém	1,50	7,00	3,30	4,45
S. Salvador	1,50	7,00	3,30	4,45
São Teotónio	1,50	7,00	3,30	4,45
Az. de Barros	1,50	7,00	3,30	4,45
V. Nova de Milf.	1,10	7,00	3,30	4,45
São Luís	1,10	7,00	3,30	4,45
Sines -Todas as Freg.	1,10	7,00	3,30	4,45
Comporta	1,10	7,00	3,30	4,45
Sabóia	1,10	7,00	3,30	4,45
Sta. Clara-A-Velha	1,10	7,00	3,30	4,45
Santa Maria	1,10	7,00	3,30	4,45
Melides	1,10	7,00	3,30	4,45
Grândola	1,10	7,00	3,30	4,45
Santa Cruz	1,50	4,30	2,00	3,20
S. Franc. da Serra	1,50	4,30	2,00	3,20
S. Mart. das Amoreiras	1,50	4,30	2,00	3,20
Pereiras-Gare	1,10	4,30	2,00	3,20
Luzianes-Gare	1,10	4,30	2,00	3,20
S. Bartol. da Serra	1,10	4,30	2,00	3,20
Relíquias	1,10	4,30	2,00	3,20
Carvalhal	1,10	4,30	2,00	3,20
Sta. Marg. da Serra	1,10	4,30	2,00	3,20

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais 2003 / CAP

O tipo de ajudas, para as denominadas culturas arvenses, de acordo com o quadro nº 12, são geridas e pagas pelo INGA. Para efeitos de apoio aos produtores, as culturas arvenses no Alentejo, dividem-se em três grupos: milho, proteaginosas e outras culturas arvenses. Distribuem-se por duas superfícies de base – sequeiro e regadio e aplicando-se os seguintes níveis de ajuda:

Quadro nº 12

Valores atribuídos a culturas
arvenses no Alentejo (até 2004)

Produtividade	Valores aplicados a todos os produtores de culturas arvenses no Alentejo					
	Milho		Outras Culturas Arvenses		Proteaginosas	Pousio
	Sequeiro	Regadio	Sequeiro	Regadio	Sequeiro	Obrigatório/Voluntário
ton./ha	Euros/ha	Euros/ha	Euros/ha	Euros/ha	Euros/ha	Sequeiro /Regadio
Sequeiro 1,10	69,30		69,30		79,75	69,30
Regadio 4,30		270,90				
Regadio 2,00				126,00		
Sequeiro 1,10	69,30		69,30		79,75	69,30
Regadio 7,00		441,00				
Regadio 3,30				207,90		
Sequeiro 1,10	69,30		69,30		79,75	69,30
Regadio 7,60		478,80				
Regadio 4,20				264,60		
Sequeiro 1,50	94,50		94,50		108,75	94,50
Regadio 4,30		270,90				
Regadio 2,00				126,00		
Sequeiro 1,50	94,50		94,50		108,75	94,50
Regadio 7,00		441,00				
Regadio 3,30				207,90		
Sequeiro 1,50	94,50		94,50		108,75	94,50
Regadio 7,60		478,80				
Regadio 4,20				264,60		
Sequeiro 2,05	129,15		129,15		148,63	129,15
Regadio 7,00		441,00				
Regadio 3,30				207,90		
Sequeiro 2,05	129,15		129,15		148,63	129,15
Regadio 7,60		478,80				
Regadio 4,20				264,60		
Sequeiro 2,60	163,80		163,80		188,50	163,80
Regadio 7,60		478,80				
Regadio 4,20				264,60		

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais 2003 / CAP

Tais classes de rendimento resultam duma tipologia definida pelo Ministério da Agricultura e têm por base o tipo de capacidade de uso de solos. Este processo foi utilizado até ao ano 2004.

O pagamento único por exploração entrou em vigor em 2005. Se, devido às suas condições agrícolas específicas, um Estado-Membro necessitar de um período de transição, poderá introduzir o pagamento único por exploração até 2007, o mais tardar. Esta informação foi definida pelos Ministros da Agricultura da União Europeia em 22.06.2003.

Quadro nº 13

Classes de rendimento instituídas nos concelhos do Alentejo Litoral (até 2004)

Concelhos do Alent. Litoral	Classes de Rendimento		
	Sequeiro	Regadio	
	Culturas arvenses Pousio Ton/ha	Milho Ton/ha	Outras culturas arvenses de Reg. Ton/ha
Alcácer do Sal	1,45	7,50	4,05
Grândola	1,18	5,92	2,79
Santiago Cacém	1,51	6,43	3,27
Sines	1,10	7,00	3,30
Odemira	1,39	6,40	3,13

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais / CAP/ 2003

Como já referi, estes valores, resultaram de classes de rendimento com base numa tipologia definida pelo Ministério da Agricultura, verificando-se que as áreas de regadio, usufruem duma produtividade maior do que as de sequeiro. No entanto, Francisco Avillez, adianta, " *com a reforma da PAC, iniciada em Junho de 2003, no futuro os produtores agrícolas que têm as suas explorações nas áreas em causa deixam de ter a obrigação de as ocupar com o tipo de produção vegetal actualmente dominante para poderem vir a receber os pagamentos (ou ajudas) únicos às explorações agrícolas, o que poderá vir a conduzir ao respectivo abandono.*

Pelas razões anteriormente expostas, não vai ser, em nossa opinião, muito significativo o risco associado com o abandono da produção de bens comercializáveis " (2005:11).

Na leitura do quadro acima citado, (nº 13), é bastante elucidativo, a média de classes de rendimento atribuídas aos concelhos do Alentejo Litoral. O concelho de Grândola, relativamente aos outros concelhos expressa um dos menores índices de rentabilidade do sector agrícola, o que, influencia pela negativa as culturas praticadas, as ajudas atribuídas e conseqüentemente marginaliza as condições de vida dos seus agricultores.

3.3.5 – Efectivo pecuário

O concelho de Grândola, usufrui de características próprias para o desenvolvimento do sector pecuário. Ultimamente são vários os agricultores /

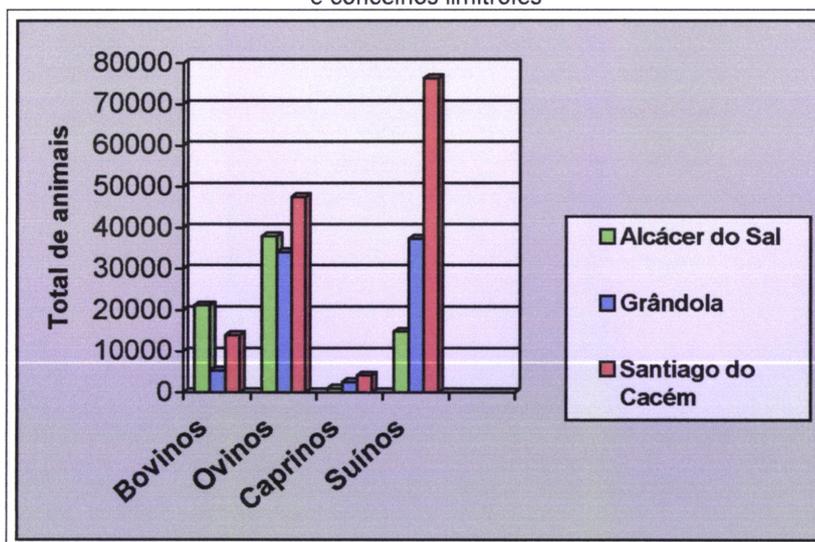
produtores que desenvolvem tal actividade, em regime extensivo ou intensivo. Verificou-se uma maior dedicação à sementeira de pastagens melhoradas, com a finalidade da criação de gado.

O aumento de produção de carnes, resultou directamente do aumento da produção de cereais (forragens), havendo ainda lugar para uma decisiva acção no domínio do aumento da produtividade. Na opinião de Francisco Avillez”, “ ... os únicos casos em que o tipo de ajudas directas até agora em vigor estava efectivamente relacionado com a produção de bens comercializáveis dizem respeito às carnes de bovinos e ovinos, cujo combate ao abandono no contexto da nova Reforma da PAC acabou por ficar salvaguardado com a possibilidade de se vir a aplicar um desligamento parcial dos prémios em vigor” (2005:11).

Lendo o gráfico abaixo representado, (nº 7) constatamos que, o concelho de Grândola é importante em termos de efectivos pecuários.

Gráfico nº 7

Efectivos pecuários, no concelho e concelhos limítrofes



Fonte: RGA/99 – I.N.E.

3.3.5.1 - Bovinos

No sector da carne de bovino, desde o início da BSE, em Outubro de 2000, foram tomadas novas medidas de modo a minimizar a doença e favorecer a

modernização das estruturas de produção, de transformação e comercialização, visando um aumento da produtividade das explorações agrícolas e uma melhor rentabilidade do sector. Foram criadas acções comunitárias de modo a reduzir o excedente crescente de oferta, face à procura e a tranquilizar os consumidores com os melhores padrões de segurança a que a carne de bovino comunitária tem passado a obedecer. Após as recentes crises da BSE e da febre aftosa, os mercados da carne de bovino entraram numa fase de retoma do consumo, da produção e das exportações. *De acordo com Artur Cristóvão, “ há uma preocupação muito grande na Europa com as questões da segurança alimentar, não tanto com a produção agrícola, mas mais ligada à produção animal” (2002:10).*

São as seguintes as ajudas para o sector:

Quadro nº 14

Montante unitário das ajudas atribuídas
a bovinos machos – (2003 -2004)

AJUDAS	Euros	Unidade
Bovinos Machos		
▪ <i>Animais Castrados</i>		
Prémio Base	150,00	animal
Prémio de Extensificação	100,00	animal
▪ <i>Animais não Castrados</i>		
Prémio Base	210,00	animal
Prémio de Extensificação	100,00	animal

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais / CAP/ 2003

3.3.5.2 – Vacas aleitantes

A produção de carne de bovino na Região está baseada na recria especializada e na engorda de vitelos da raça frísia associadas à produção de leite, assim como na exploração dos efectivos femininos de raças autóctones (arouquesa, barrosã, cachena, minhota, e mirandesa), através da criação de vitelos com leite materno (vacas aleitantes) até aos 6 ou 8 meses, idade do desmame das crias que são vendidas para abate ou para engorda.

O primeiro sistema de produção, com nível elevado de especialização e de intensificação, localiza-se essencialmente na zona litoral e nas várzeas da zona intermédia do Entre Douro e Minho, enquanto a produção não intensiva de bovinos

autóctones e de pequenos ruminantes assenta em explorações de pequena dimensão nas zonas de montanha, de meia encosta alta e de planaltos da Região Norte, com menor aptidão para a intensificação forrageira e onde se pratica o aproveitamento dos subprodutos das culturas e dos recursos naturais existentes, nomeadamente o aproveitamento de áreas de aptidão silvo-pastoril (baldios...).

No quadro abaixo (nº 15), poder-se-à verificar os montantes de ajudas atribuídos às vacas aleitantes.

Quadro nº 15

Montante de ajudas atribuídas às vacas aleitantes – (2003-2004)

	Euros	Unidade
Vacas Aleitantes		
Prémio Base	200,00	animal
Prémio de Extensificação	100,00	animal
Prémio Complementar	30,19	animal
Poseima – Complemento do Prémio	50,00	animal

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais / CAP/ 2003

3.3.5.3 – Ovinos e caprinos

Na região de Grândola, existem vários produtores de ovinos que se dedicam a esta actividade. No entanto, a produção de ovinos e caprinos é sobretudo praticada nas zonas de montanha e de meia encosta, nos vales, sub-montados e nos planaltos da Região Norte em sistemas de exploração extensivos, em regra geral ligados a utilização de baldios, campos cerealíferos e outras terras de vizinhos, sendo essa produção bem mais significativa em Trás-os-Montes. Entre 1979 e 1989 assiste-se a uma concentração da produção: o crescimento do efectivo de ovinos e caprinos foi acompanhado de uma diminuição das explorações. Este aumento da produção explica-se pela ausência de alternativas em termos de orientações produtivas, pelo estímulo que advém da atribuição das indemnizações compensatórias e dos prémios aos produtores de carne de ovinos e caprinos (que contribuem para a viabilização económica de numerosas explorações agrícolas), assim como pelo esforço das Associações de Produtores na valorização de produtos como o queijo, a carne de borrego e de cabrito, através da atribuição de denominações de origem e de indicações geográficas protegidas.

Desde 1995, o efectivo caprino tem vindo a diminuir de maneira significativa devido, entre outros aspectos, à área reduzida das explorações para pastoreio, à degradação das áreas silvo-pastorícias, às dificuldades de implementação de uma estratégia de comercialização, à não continuidade da actividade por falta de sucessor na exploração, ao deficiente controlo da brucelose.

Hoje, a concorrência dos borregos provenientes de Espanha, Irlanda e Escócia também aparece como ameaçadora para este sector.

O prémio atribuído para cada animal é o seguinte:

Quadro nº 16

Ajudas atribuídas a
ovinos e caprinos (2003-2004)

AJUDAS	Euros	Unidade
Ovinos e Caprinos		
Ovinos de carne	21,00	animal
Ovinos de leite e Caprinos	16,80	animal
Prémio complementar	7,00	animal

Fonte: Prémio e Ajudas Anuais / CAP/ 2003

3.3.6 – A PAC e as ajudas comunitárias: III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)

No QCA III (2000-06), os investimentos programados por sectores, atingem os 33 000 milhões de euros, como se pode verificar no quadro abaixo descrito e distribuídos do seguinte modo;

Quadro nº 17

Fundos estruturais – Investimento programado

Investimento Programado Investimento Total 2000-06 Fundos Estruturais
--

Sector	Total (Milhares de Euros)
Educação	2 342 053
Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	4 395 470
Ciência, Tecnologia e Inovação	986 680
Sociedade da Informação	788 710
Saúde	1 020 856
Cultura	360 740
Desporto	237 532
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4 731 113
Pescas	429 892
Economia	10 609 156
Acessibilidades e Transportes	5 659 753
Ambiente	665 630

Fonte: Ministério da Agricultura/2003

Através do presente quadro, (nº 17) pode-se confirmar que uma quantia significativa é atribuída ao sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural, somente superado por dois sectores; o sector Económico e o de Acessibilidades e Transportes. *“As ajudas visavam o pragmático objectivo de compensar os agricultores pela redução dos preços e de garantias então operada nos sectores dos cereais, carne bovina e produtos lácteos. Para além da sua razão de ser objectiva, as ajudas constituíram também o principal argumento para tornar a reforma politicamente aceitável pelos seus destinatários, já que não era justo baixar drasticamente de um dia para o outro um nível de apoio vigente há cerca de três décadas”* (Cunha, 1996: 126).

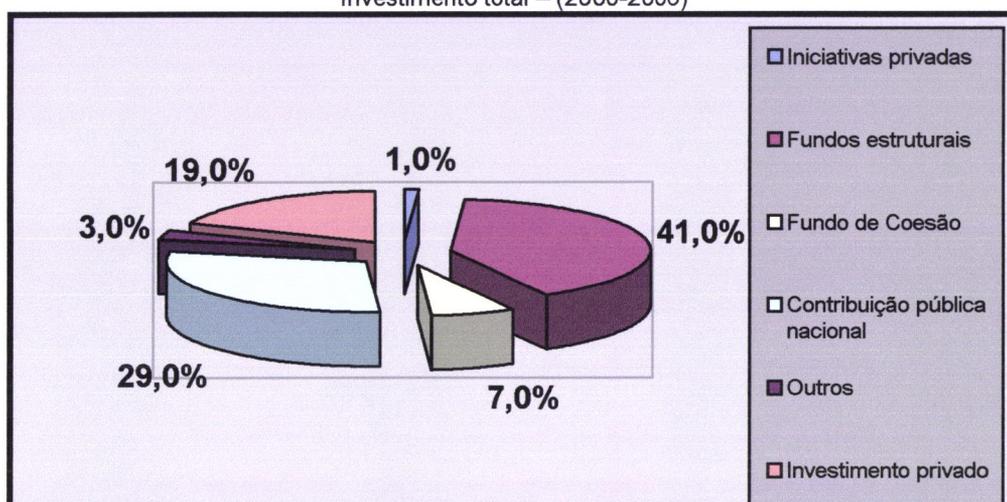
Os fundos estruturais comunitários, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, representam um investimento total de 42 200 milhões de euros para o período 2000-2006, aos valores mencionados acrescem ainda os montantes de investimento global do Fundo de Coesão (5 499 milhões de euros), os montantes

de ajuda referentes aos Programas de Iniciativa Comunitária (713 milhões de euros), a que serão adicionados os recursos nacionais associados, bem como o apoio do Banco Europeu de Investimentos e outras entidades (1 446 milhões de euros).

Deste modo, prevê-se que o investimento total a realizar no período 2000/06, ultrapasse os 50 000 milhões de Euros.

Gráfico nº 8

Investimento total – (2000-2006)



Fonte: Ministério da Agricultura/2003

As acções a empreender serão apoiadas pelos fundos comunitários de acordo com a vocação específica de cada um, nomeadamente:

O FEDER – (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), apoia investimentos produtivos, investimentos em infra-estruturas, acções de desenvolvimento do potencial endógeno e iniciativas de desenvolvimento local.

O FSE – (Fundo Social Europeu), apoia as políticas de educação, de formação profissional, tendo em vista a promoção do emprego e a integração no mercado de trabalho.

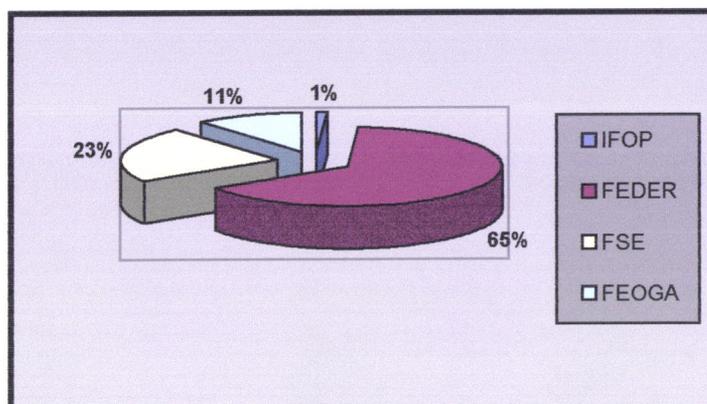
O FEOGA-O – (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - secção Orientação), está vocacionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais.

O IFOP – (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca), intervém em acções de reforço da competitividade das estruturas de exploração e das empresas,

no sentido de valorizar os produtos da pesca e as áreas dependentes desta actividade.

Gráfico nº 9

Distribuição de fundos comunitários (2000-2006)



Fonte: Ministério da Agricultura / 2003

Todo este esforço, demonstra um enorme apoio comunitário, o qual tem vindo a evoluir de uma forma crescente.

O INGA (Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola), é o organismo do Estado Português coordenador e pagador do FEOGA, criado em 1986. Actualmente é um organismo autónomo que se encontra sob a tutela dos Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Compete-lhe a aplicação e financiamento das medidas de Orientação, regularização e intervenção agrícola definidas a nível nacional e comunitário e exerce as funções de organismo pagador e de organismo coordenador das despesas financiadas pelo FEOGA, o INGA sendo o único interlocutor nesta matéria, com a Comissão Europeia.

A nova política de desenvolvimento rural na União Europeia (UE), prepara-se para o período de financiamento do próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional, (Q.R.E.N.) para 2007-2013, com um novo sistema de ajuda ao Desenvolvimento Rural revigorado e mais simplificado, com base num único mecanismo de financiamento. Em Julho de 2004, foi apresentada à Comissão Europeia, uma proposta de Regulamento, tendo como objectivo fundamental uma grande reestruturação a nível do apoio ao Desenvolvimento Rural na União

Europeia. Essa proposta visou a execução de um plano específico para o sector denominado : Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADR).

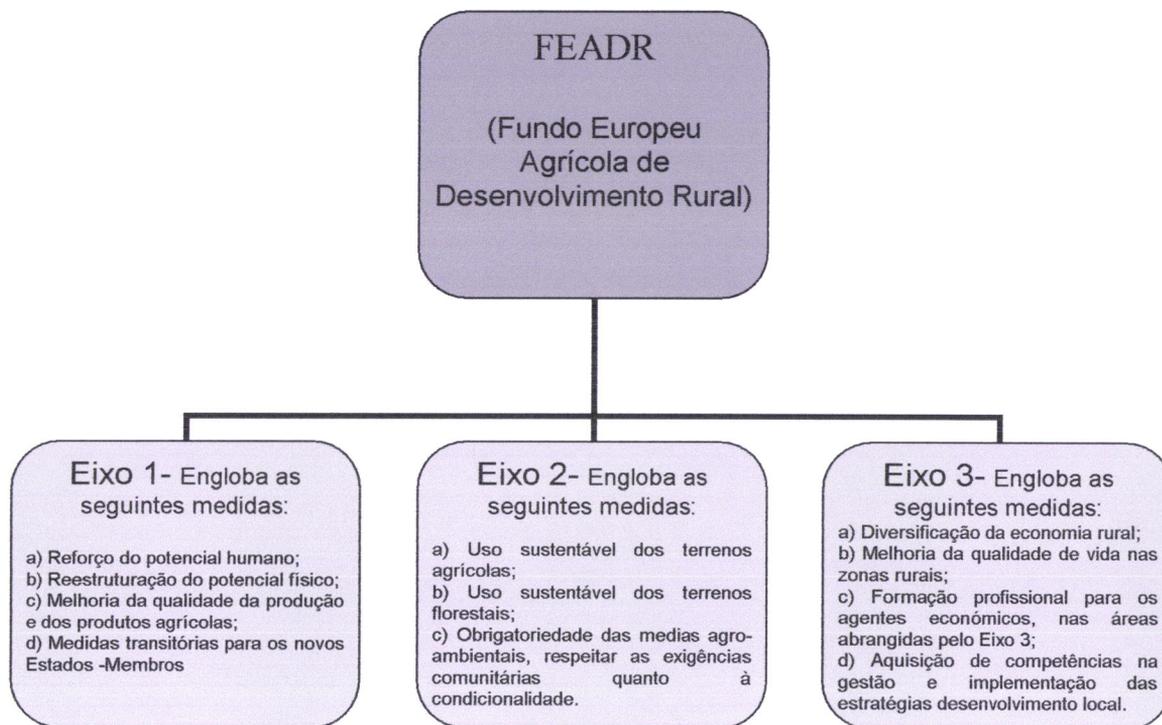
De acordo com Pedro Serrano, “ o fundo será constituído por três eixos, (diagrama nº 4) que equivale aos três objectivos básicos da nova política para o desenvolvimento rural:

- eixo 1 – aumentar a competitividade do sector agro-florestal;
- eixo 2 – melhorar o ambiente e o espaço rural;
- eixo 3 – fortalecer a qualidade de vida nas zonas rurais e promover a diversificação de actividades económicas. Incorporará ainda, um quarto eixo, a iniciativa leader” (s/d:1 e 2).

Actualmente encontra-se ainda em estudo na Comissão Europeia um documento estratégico de orientação que definirá as principais prioridades de cada eixo, servindo de apoio à preparação dos programas nacionais de Desenvolvimento Rural.

Diagrama nº 4

A nova política de Desenvolvimento Rural na UE



Fonte: Pedro Serrano - A nova Política de Desenvolvimento Rural na UE

Na opinião de Pedro Serrano, “ o Eixo 1, deverá receber menos de 15% dos recursos financeiros afectos ao desenvolvimento rural, a taxa da União Europeia de co-financiamento será no máximo de 50%;

- para o Eixo 2, estarão afectos cerca de 25% dos recursos financeiros nacionais, sendo a taxa máxima de co-financiamento da UE 55%;

- finalmente para o Eixo 3 será destinada cerca de 15% dos recursos financeiros nacionais, sendo a taxa de co-financiamento da UE no máximo 50%” (s/d: 3 e 4).

Será implementado um quarto eixo (LEADER) que completará as estratégias de desenvolvimento local, que até ao momento eram financiadas no campo da iniciativa LEADER. Cada Estado Membro deverá afectar ao Leader um mínimo de 7% do financiamento total do respectivo programa de Desenvolvimento Rural. Pelas medidas apresentadas constata-se uma redução nas medidas a adoptar e segundo a adjudicação dos recursos financeiros verifica-se a atribuição de verbas relativamente menores, em relação às anteriores.

CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA DO CONCELHO DE GRÂNDOLA

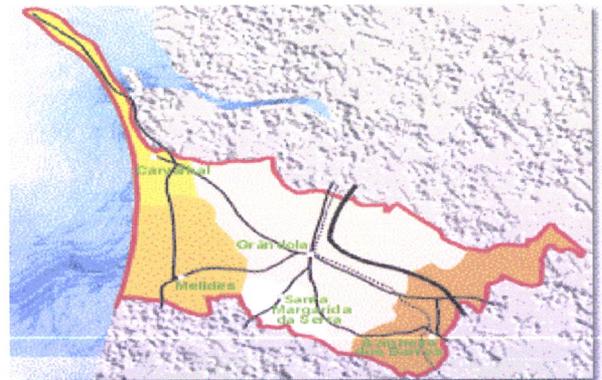
No seguimento da reflexão anteriormente apresentada sobre a evolução da agricultura em Portugal, na qual pretendi – sempre que as informações disponíveis o possibilitaram – enquadrar os principais atributos deste sector económico na área territorial em estudo, procederei de seguida a uma breve caracterização das actividades agrícolas desenvolvidas no Concelho de Grândola. Para o efeito são privilegiadas as dimensões que complementarmente ao exposto no capítulo anterior, são tidas como de interesse para apresentar um diagnóstico enquadrador do sector agrícola na área geográfica em análise.

4.1 – O Território

O concelho de Grândola, situa-se na zona centro norte do Alentejo Litoral (anexo I) a cerca de 50 km a nordeste de Sines e a 24 Km a Sul de Alcácer do Sal.

Encontra-se na confluência de grandes eixos rodoviários estratégicos IP-1, IP-8 e A-2.

A sua superfície é de 805,4 km² representando 15 % da superfície do Alentejo Litoral e 3% do Alentejo, sendo constituída por cinco freguesias (anexo II);



Fonte: Internet/ CMG-Vila de Grândola

Grândola (363,6 km²), Santa Margarida da Serra (52,3 km²), Carvalhal (90,1 km²), Melides (127,9 km²) e Azinheira de Barros (172,6 km²).

Situado na confluência de diversas regiões, possui tipos de paisagem diferenciada.

Sob o ponto de vista climático, o concelho de Grândola é definido por duas grandes zonas: litoral e interior. O clima da serra de Grândola, define-se, segundo o PDAR de 1995, como sendo acentuadamente mediterrânico, com a precipitação anual média a rondar os 700 mm. Quanto às características geológicas e uso do

solo são identificáveis três grandes unidades – bacia do Sado, a serra de Grândola e a faixa litoral. Verifica-se que, na área da Bacia do Sado predominam os montados de sobro e sistemas culturais arvenses extensivos e de regadio associado à cultura do arroz. É a zona que manifesta a maior rarefacção populacional e a menor taxa de urbanização.

No âmbito da presente investigação, ao colocar a questão, “ *considera o concelho em estudo diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola? Justifique a sua opinião*”.

Um dos inquiridos respondeu:

- “ *penso que o concelho de Grândola é fértil em possibilidades de introdução de novas actividades no seu espaço rural, porque não se trata de um concelho demasiado “ferido” pela interioridade e é constituído com uma diversidade acentuada de paisagens: serra, charneca e litoral. A justificação é bem evidente com a simples enumeração das premissas apresentadas, mas reforça ainda mais:*

- *a extensa faixa costeira quando bem aproveitada turisticamente, bem integrada na ruralidade, pode-se inserir numa pluriactividade frutuosa;*

- *a serra, se perder o interesse agrícola, não deve perder o interesse como expressão de ruralidade;*

- *a charneca recortada por extensas linhas de água, é a que mantém as características mais marcantes de actividade agrícola”*(entrevistado C).

Argumenta o entrevistado que, o concelho apresenta potencialidades naturais susceptíveis de serem incrementadas novas actividades. As infra-estruturas existentes e o cenário local diversificado combinam para uma pluriactividade de desenvolvimento. Uma representação sólida dos contornos do concelho, concorrerá para uma maior abertura ao exterior, mantendo no entanto, a inviolabilidade da identidade cultural.

Perante a mesma pergunta o inquirido B, respondeu:

- “ *talvez. Porque este concelho é especialmente assente em áreas reduzidas e viver só da agricultura não é economicamente viável*”.

Referindo-se à viabilidade económica do concelho, este actor, prefere catalogá-la um pouco diferente dos outros, as explorações são demasiado

reduzidas. Subentendendo-se que, na actividade agrícola tem sempre permanecido o subdesenvolvimento concelhio.

Na Serra de Grândola é marcante a presença de montados associados à actividade pecuária. A faixa litoral é caracterizada pela exploração do pinhal, *salpicada* por actividades hortícolas de pequena expressão em torno das lagoas e linhas de água principais. Economicamente assume particular importância: - o cultivo de cereais, da vinha, da oliveira, do arroz, a silvicultura, a produção de cortiça e criação de gado suíno, bovino, ovino e caprino.

4.2 – Densidade populacional

Quadro nº 18

Densidade populacional de Portugal,
Alentejo e Grândola

	População	Área	Densidade Populacional
Portugal	10356117	91946,7 Km2	112,6 hab/Km2
Alentejo	776585	31483,6 Km2	24,7 hab/Km2
Alentejo Litoral	99976	5244,2 Km2	19,1 hab/Km2
Grândola	14901	805,4 Km2	18,5 hab/Km2

Fonte : INE: Resultados definitivos Censos 2001

Como se pode verificar através do quadro acima representado, (nº 18), o concelho tem uma baixa densidade populacional, (18,5 hab/Km2), sendo bastante inferior á média do Alentejo, (24,7 hab/Km2), o que do ponto de vista sociológico traduz – ao contrário do que seria desejável - uma representação muito irregular da população no todo territorial, encontrando-se concentrada em aglomerados populacionais de relativa dimensão.

4.3 – Contributo para a identificação do perfil sociológico dos agricultores e das suas explorações agrícolas

4.3.1 – Nível etário dos agricultores

Quadro nº 19

Idade do produtor
Agricultora

Idade	nº de produtores	%
0 a < 25 anos	11	1,12
26 a < 40 anos	31	3,18
41 a < 55 anos	272	27,9
56 a < 65 anos	261	26,7
> 65 anos	399	40,9
Total	974	100%

Fonte: Caracterização do conc. de Grândola
RGA 99 – dados compilados

Através da observação do quadro nº 19, verifica-se que a maioria (67,6%) dos agricultores têm 55 anos de idade ou mais, constatando-se pela negativa, a diminuta percentagem de jovens na actividade agrícola. O envelhecimento da maioria dos agricultores, constitui entraves ao desenvolvimento económico e social. Muitos jovens vêem na agricultura um trabalho duro e árduo, de pouco rendimento, constituindo uma actividade pouco atractiva.

4.3.2 – Nível de literacia dos agricultores

Quadro nº 20

Nível de instrução do
produtor agrícola

Nível de instrução	nº de produtores	%
Não sabe ler nem escrever	227	23,21
Sabe ler e escrever	163	16,6
4ª classe (1º ciclo)	416	42,53
6º ano (2º ciclo)	53	5,41
3º ciclo ou 9º ano	37	3,78
Sec. agrícola ou florestal	5	0,51
Sec. não agric. não florestal	23	2,35
Politéc. Sup. Agríc. florestal	16	1,63
Pol. Sup. n/ agric. n/ florestal	38	3,88
Total	978	100%

Fonte: Caracterização do concelho de Grândola/ RGA- 99
Dados compilados

Através do recenseamento geral agrícola, realizado em 1999 e referente à caracterização do concelho de Grândola, de acordo com o quadro acima representado (nº20), verifica-se que a maioria dos agricultores usufrui de baixas habilitações académicas, o que condiciona a evolução e reestruturação do sector agrícola.

4.3.3 – Exploração versus rendimento

Quadro nº 21

Tempo médio dedicado semanalmente à exploração agrícola/Rendimento da exploração suficiente para sustento familiar

Tempo médio dedicado	Rendimento da exploração suficiente para sustento familiar			Total global
	Sim	Não	Não resposta	
Horas (Semanal)				
0 - 4	0,00%	9,00%	0,00%	9,00%
5 - 9	3,50%	15,00%	0,00%	18,50%
10 - 14	8,00%	20,50%	0,00%	28,50%
> 14	22,50%	20,50%	0,50%	43,50%
Não resposta	0,00%	0,50%	0,00%	0,50%
Total global	34,00%	65,50%	0,50%	100,00%

Fonte: Inquérito aos Agricultores do concelho de Grândola/2000/ZA

De acordo com o quadro acima mencionado (nº21), verifica-se que a maior parte (65,5%) dos agricultores considera que o rendimento da exploração não é suficiente para o sustento familiar. “ *Por isso tem toda a pertinência analisar a vivência do concelho, no que respeita ao fenómeno da pluriactividade na agricultura*” (Chainho, 1997:92)

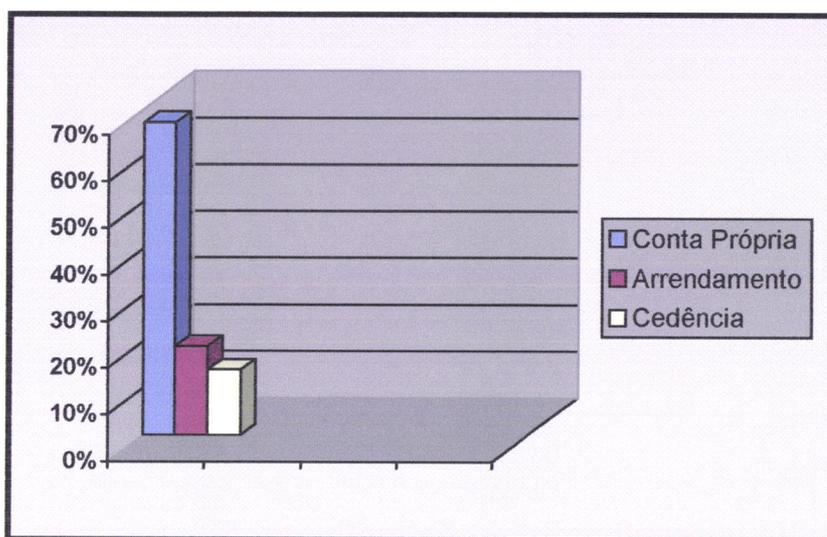
Observa-se que existe uma dispersão com alguma equitatividade entre 3 categorias do tempo médio dedicado semanalmente a esta, isto é, 20,5% dedicam mais de 14 horas; 20,5% entre 10 e 14 horas e 15% entre 5 e 9 horas. “ *Para melhor entendimento da implantação do fenómeno da pluriactividade no concelho, convirá observar o modo como o produtor individual, utiliza o seu tempo na actividade agrícola*” (Chainho, 1997:92).

Dos 34% que opinam que o rendimento da exploração é suficiente, a maioria (22,5%) ocupam mais do que 14 horas. A maioria considera insuficiente o rendimento da exploração para sustentar o agregado familiar, verificando-se no

entanto, que são aqueles que dedicam mais tempo que a consideram suficiente para o sustento dos familiares.

4.3.4 – Tipo de exploração

Gráfico n.º 10
Tipo de Exploração



Fonte: Inquérito aos Agricultores do concelho de Grândola/2000/ZA

Conforme se constata no gráfico n.º 10 e ao analisar a questão referente ao tipo de exploração dos agricultores, verifica-se que a área explorada por “conta própria”, corresponde a 67%.

Constata-se também que a título de “arrendamento” a exercem cerca de 19% dos agricultores.

Em relação à área explorada por cedência, observa-se que 14%, dos agricultores a pratica.

4.3.5 – Tipo de solos

Quadro nº 22

Classes de capacidade de uso dos solos no
concelho de Grândola e Alentejo Litoral

CONCELHO	CLASSE DE SOLOS (ha)										TOTAL	%
	A	%	B	%	C	%	D	%	E	%		
Alcácer do Sal	2772	2,0	5549	4,0	15243	11,0	46964	33,7	68859	49,3	139387	100
Grândola	165	0,2	1914	2,4	5699	7,1	26610	33,2	45603	57,1	79991	100
Odemira	2344	1,4	8420	4,9	14753	8,6	34490	20,0	111624	65,1	171631	100
Santiago Cacém	3306	3,1	5352	5,0	13464	12,7	43790	41,2	40440	38,0	106352	100
Sines	103	0,6	809	4,4	1237	6,7	10864	59,2	5327	29,1	18340	100
Alentejo Litoral	8690	1,7	22044	4,3	50396	9,8	162718	31,5	271853	52,7	515701	100

Fonte: Censos 91, dados compilados

Através do quadro n.º 22, pode-se observar que o concelho de Grândola e Sines, a nível de classificação de tipo A e B representam ter a menor percentagem de solos com aptidão agrícola comparativamente com os outros concelhos do litoral Alentejano, o que demonstra uma agricultura deficiente assente em solos muito pobres e as consequentes baixas de produtividade.

“Grândola e o seu concelho têm vindo a ser sujeito a nível interno, a fenómenos inerentes aos que uma região com as suas características está sujeito, isto é, a passagem de um tipo de desenvolvimento profundamente marcado pela actividade agrícola, para uma dinâmica mais equilibrada entre os seus sectores, em que a indústria, o comércio e o turismo assumem papéis determinantes” (Cháinho, 1997 : 78).

Tais fenómenos terão contribuído para que a população desta vila alentejana, tenha passado por um processo de mobilidade negativa, cuja consequência registada foi a diminuição de valores demográficos.

4.3.6 – Culturas predominantes

Quadro nº 23

Principais Culturas

Sequeiro

Regadio

Grupo de Cultura	nº de Expl.	Área (ha)	%	Grupo de Cultura	nº de Expl.	Área (ha)	%
Cereais p/grão	274	2.265	15,7	Milho Grão	107	423	23,28
Leg. P/ Grão	55	132	0,91	Girassol	3	48	2,64
Pousios	347	5.154	35,81	Arroz	74	602	33,13
Cult. Permanentes	663	1.052	7,31	Trigo Mole	4	42	2,31
Prados temp.	303	4.616	32,8	Milho p/ Silagem	9	67	3,68
Culturas Industriais	9	264	1,83	Out. cult. Forrageiras	45	223	12,27
Olival	475	758	5,26	Prados Temporários	2	23	1,26
Vinha	190	148	1,02	Prados past.permanente	7	19	1,04
				Pomares	111	58	3,19
				Citrinos	304	65	3,57
				Tomate p/indústria	41	140	7,70
				Hortícolas ar livre	116	82	4,51
				Vinha p/ uva mesa	3	1	0,05
				Vinha p/ vinho	9	20	1,10
				Olival	13	4	0,22
Total	2.316	14.389	100%	Total	848	1.817	100%

Fonte: Caracterização do concelho de Grândola /RGA 99 – dados compilados

No quadro acima (nº 23) poder-se-á verificar a pouca expressividade das explorações com aptidão para culturas de regadio. O concelho de Grândola, possui as características típicas da região alentejana, assente sobre recursos fundiários, assimetricamente distribuídos e apoiados sobre um sector agrário pouco diversificado a que unanimemente se tem reconhecido baixos níveis de desenvolvimento e modernização, tanto no sector organizativo, como de deficiência produtiva. A maior parte dos agricultores assentam a sua actividade numa exploração de sequeiro, baseada num sistema extensivo, o que indicia pouca produção e escassos rendimentos.

A pequenez de muitas explorações, mesmo quando intensamente cultivada e complementada com a pecuária não permite, com efeito, a obtenção de receitas capazes de assegurar padrões de consumo e bem estar compatíveis com outros sectores de actividade económica. “ ... a importância da agricultura e, em particular, da pequena agricultura de pluriactividade retaguarda de outras fontes de rendimento traduz-se, digamos assim, numa reserva de equilíbrio que amortece as crises do mercado de trabalho, designadamente do mercado industrial, favorecendo a sua flexibilidade e, por esta via, participando de uma estruturação das relações sociais

não apenas numa base material como aos níveis do simbólico e / ou ideológico” (Lima, 1990:60)

Os níveis concelhios de produtividade são caracterizados por um fenómeno de marginalização das suas áreas rurais e consequentemente esta não é objecto de significativas compensações financeiras no âmbito da política da PAC.

Quadro nº 24

Indicadores de desenvolvimento
para o concelho de Grândola

Indicadores	Unidade	Concelho	Alentejo
População residente na sede de concelho	%	37.1	43.7
População residente em lugares > 5000 hab.	%	37.1	30.5
População residente em lugares < 100 hab.	%	21.5	14.6
População com idade < 25 anos	%	28.7	30.9
População com idade > 65 anos	%	19.0	19.3
Taxa bruta de mortalidade	%	13.9	14.2
Taxa de natalidade	%	9.6	9.4
Taxa de desemprego	%	9.4	10.2
Taxa de desemprego feminino	%	17.8	18.8
Taxa de actividade	%	40.9	41.1
Emprego no sector primário	%	23.4	23.2
Emprego no sector secundário	%	23.4	25.9
Emprego no sector terciário	%	53.2	50.8
População em alojamentos c/ água canalizada	%	80.2	86.9
População servida por rede de esgotos	%	84.4	83.8
População servida por electricidade	%	92.3	94.5
População c/ água canalizada, electricidade e esgotos	%	78.2	79.1
Médico por 1000 habitantes	Nº	0.5	1.3
Camas por 1000 habitantes	Nº	1.5	3.2
Pensionistas / População total	%	52.6	33.3
Taxa de analfabetismo	%	26.9	21.8
População com ensino superior completo	%	0.9	1.5

Fonte: INE – Direcção Regional do Alentejo - Os Municípios do Alentejo – 1997

Como se pode visualizar através do quadro nº 24, cerca de 40 % da população do concelho de Grândola reside na sede do concelho ou em lugares com mais de 5000 habitantes, o que se traduz num povoamento concentrado em zonas urbanas.

A estrutura da população, apresenta-se muito envelhecida, com muitos idosos e poucos jovens, o que faz com que se verifique uma tendência para o decréscimo gradual da população do concelho. As taxas de actividade e de desemprego apresentam valores próximos dos da região do Alentejo.

O emprego feminino é profundamente penalizado. A população servida por redes e esgotos apresenta sinais positivos, sendo ligeiramente maior que no

Alentejo. Ao contrário a população servida com água canalizada, electricidade e esgotos apresenta menor percentagem que no Alentejo. Outro aspecto a considerar é o número de médicos por habitante, muito aquém do Alentejo, o que indicia uma deficiente política de saúde. Também a população do concelho de Grândola, com ensino superior completo, regista valores muito desfavoráveis relativamente ao do Alentejo.

CAPÍTULO 5 – CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO

5.1 – Delineamento geral do estudo

Neste capítulo será referida a metodologia a adoptar, assim como as questões relacionadas com a estratégia da pesquisa, direccionadas aos objectivos fundamentais da investigação.

Esta dissertação de mestrado divide-se em duas fases sob o ponto de vista metodológico:

- na primeira fase mostrou-se mais indicado o estudo exploratório-descritivo, pois pretendia-se alcançar ideias e também conhecimentos, de forma a poder descrever o problema em análise e as questões com ele relacionadas, sem o qual não se conseguiria atingir o objectivo proposto. Esta fase compreende a introdução e o primeiro ponto do 1º capítulo desta dissertação isto é, a problemática e a conceptualização da pluriactividade, onde se procede à caracterização do modelo agrícola existente no concelho de Grândola e as condicionantes ao seu desenvolvimento. Desenvolveu-se ainda a concepção do fenómeno pluriactivo e a sua implicação económico-social na comunidade do concelho de Grândola;

- na segunda fase foi feita um estudo predominantemente analítico, no qual foram questionados os agricultores locais sobre a sua actividade, para saber o que eles pensam da agricultura local e quais os seus conhecimentos sobre a nova forma de ruralidade. Identificado o problema, definido o tipo de estudo mais adequado, determinou-se o modelo de informação que carecíamos e as fontes a que recorreremos, para fundamentar a presente dissertação.

Raymond Quivy e Campenhoudt, resumiu muito sinteticamente o processo científico, “ *o facto científico é conquistado, construído e verificado: conquistado sobre os preconceitos, construído pela razão e verificado pelos factos*” (1998: 25). Assim, o pensamento sociológico é potencialmente portador de conhecimento, de compreensão e de apreciação, o investigador social tem de ser entendido, “ *na compreensão dos fenómenos sociais, cabe à teoria o papel orientador, que*

selecciona as problemáticas e as delimita, que dá sentido aos resultados e aos dados brutos”, (Mendes, 1991:5).

Pelo exposto e tendo em atenção o objecto a investigar, na fase inicial do presente trabalho houve um levantamento exaustivo da informação disponível, bibliografia, consulta de estatísticas e toda a documentação relacionada sobre o tema.

Associando os estudos de natureza qualitativa e quantitativa, de acordo com Ghiglione e Matalon (1997: 106), “ *depois de um inquérito quantitativo, realizar uma fase qualitativa complementar, ajuda a interpretar certos resultados inesperados*”.

Na fase exploratória, foi privilegiada a revisão bibliográfica, além do conhecimento pessoal da realidade do estudo a desenvolver.

Assim, na procura de alcançar toda a dimensão do fenómeno, conciliou-se a aplicação de um inquérito por questionário com a entrevista, devido à vantagem que esta complementaridade oferece como a forma de apreender as múltiplas informações recolhidas no decorrer da presente investigação.

Nesta perspectiva, é importante a abordagem pluri-metodológica como estratégia eficaz na clarificação dos fenómenos, quer em termos da sua extensão, quer em termos do seu significado. Para uma melhor compreensão e análise as metodologias quantitativa e qualitativa não se opõem, antes se completam, pois como refere Diogo Moreira “ *muitos investigadores têm-se interrogado se a comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa é realmente construtiva, argumentando que a melhor investigação social se serve usualmente de elementos de ambas*” (1994: 93).

Nesta conformidade face ao modelo conceptual estruturado e ao quadro de investigação subjacente, considera-se que as técnicas mencionadas seguidamente são as mais aconselhadas:

- a **análise documental** é a vertente primordial em qualquer trabalho de investigação;

- a **entrevista** surge para melhorar a informação com carácter mais intensivo sobre o tema em estudo, na perspectiva de Diogo Moreira “ *é administrada para estabelecer a variação de opinião, referente a um determinado tópico*” (1994: 135), utilizando-se a análise de conteúdo , que no conceito de Belsion (1952), citado por

Ghiglione e Matalon (1997: 177), “ constitui uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de comunicação”;

- o inquérito por **questionário**, recolhe a informação de natureza mais extensiva, ou seja não se consegue obter grande profundidade de informação, mas aplica-se a um número mais extenso de indivíduos; técnica essencial no âmbito das ciências sociais, é sustentada pela afirmação de que “ a aplicação de questionário a uma amostra, permite uma maior inferência estatística, através da qual se verificam as hipóteses elaboradas no decurso da primeira fase da investigação” (Ghiglione; Matalon, 1997: 105); para tratamento dos dados recolhidos recorreu-se à estatística como método de análise e tratamento de dados, reforçada pelo seguinte comentário, “ neste sentido a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados, são muito mais do que simples métodos de exposição dos resultados” (Quivy e Campenhoudt ,1998: 223);

- a **observação directa** é também utilizada e para o efeito assume um papel preponderante dada a experiência profissional na área em estudo.

5.2 – O contexto do estudo

Analisando o contexto interno e o externo, enunciando os seus principais vectores, construí uma grelha que nos dá uma caracterização mais profunda, e de natureza mais sistematizada, da vila de Grândola e o seu concelho. Assim podemos verificar a síntese que abaixo enumero, designada por conceitos estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Grândola:

Quadro nº 25

Conceitos estratégicos para
o desenvolvimento do concelho de Grândola

Contexto Interno		Contexto Externo	
Potencialidades	Debilidades	Oportunidades	Ameaças
As políticas promovem a Preservação do ambiente	Taxa de envelhecimento elevada	A forte apetência dos grandes investidores	O facto de o potencial de desenvolvimento turístico ser captado por concelhos limítrofes, Ex. Setúbal e Sines
Localização geográfica privilegiada	Taxa de natalidade baixa	O concelho é atractivo economicamente	As fortes pressões ambientais, com vista à aprovação de grandes projectos, por parte do Governo central, constituem uma ameaça porque se perde uma das potencialidades do território
Faixa litoral de 42 quilómetros	Pirâmide etária invertida	A possibilidade de instalação de pequenas e médias empresas	
Boas acessibilidades	Decréscimo populacional	Criação de centrais de biomassa	
Combinação de mar, serra e planície	Fraca capacidade de uso do solo	Está na moda o turismo ligado à preservação ambiental	
Forte potencial turístico	A parte florestal, envelhecida e o montado de sobro muito debilitado	Turismo de carácter político e patrimonial	
As potencialidades rurais apresentam um espaço de novas ocupações	O despovoamento das zonas rurais	Outras actividades que despontam no meio rural	
A nova ruralidade aceita estratégias de desenvolvimento rural	Economia muito assente nos serviços/comércio	O desenvolvimento de políticas de diversificação multifuncional no meio rural que a PAC irá impulsionar	
A existência de múltiplos recursos naturais, possibilitam a diversificação das actividades	Pouca indústria		
	Deficiente formação e qualificação dos recursos humanos		

Fonte: CMG - 2005

O PDM do concelho de Grândola, está a ser revisto, é de 1995, está desactualizado e desajustado da realidade. Foi numa reunião efectuada na CMG, em 2005, que se definiram novos conceitos estratégicos para o desenvolvimento do Concelho de Grândola. Poder-se-á dizer que a nível do contexto interno, o concelho evidencia um relativo equilíbrio a nível das potencialidades e debilidades. Relativamente ao contexto externo é notório a maior constatação de oportunidades, para os seus munícipes do que ameaças.

Em termos de acessibilidades, a vila de Grândola é sede do concelho, dista apenas 75 kms de Setúbal, 40 Kms do porto de Sines, 70 Kms de Beja e do futuro aeroporto e 110 Kms de Lisboa.

O concelho apresenta um elevado potencial de desenvolvimento não só, pela sua localização geo-estratégica, acima referida, mas também por causa da sua extensão costeira de grande beleza natural e que apresenta um pólo atractivo de investimento privado e de desenvolvimento do turismo da região, estando em fase de lançamento 3 importantes empreendimentos turísticos ao longo da orla costeira e, a médio prazo fixação da população associada a estes postos de trabalho. A existência de importantes e diversificados recursos naturais, paisagísticos, patrimoniais, culturais e gastronómicos, constituem o elemento chave para o processo de desenvolvimento, de onde se destaca, pela sua abrangência, o desenvolvimento do turismo em espaço rural e do turismo de natureza, numa perspectiva integrada.

É efectivamente o turismo o sector de actividade que manifesta maior dinamismo na região gerando vários postos de trabalho e contribuindo decisivamente para a economia local.

Como já foi referido, este é o sector onde estão previstos importantes investimentos e que constituirá uma das principais alavancas de sustentabilidade do desenvolvimento: na faixa costeira de Grândola estão previstos alguns empreendimentos turísticos que terão um grande impacto em toda a região do Litoral Alentejano, dos quais se destacam os projectos da Imoareaia/Torraltá (Tróia), Atlantic Development (Herdade da Comporta), Costa Terra (Melides), Feba Baú/Empresinter (Herdade do Pinheirinho), Sapec/Fundação Frédéric Velge (Lousal).

Está igualmente prevista a criação de um número significativo de postos de trabalhos directos e um adicional de postos de trabalhos indirectos. Em síntese, abrem-se para Grândola novas perspectivas de crescimento e os agentes locais, públicos ou privados, devem equacioná-las e transformá-las em estratégias de desenvolvimento equilibrado e equitativo para todos os grandolenses, num esforço de tornar a sociedade local economicamente activa, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Evidentemente, neste contexto a agricultura e a agro-pecuária as: importância extrema, pois há no concelho um vasto território rural caracterizado essencialmente pela produção de madeira de eucalipto e de pinheiro, pinha, cortiça, pinhão e criação de gado, que potenciam para Grândola diferentes perspectivas de desenvolvimento.

A nível de algumas debilidades, surge uma agricultura antiquada, pouco promissora, com uma elevada taxa de envelhecimento, o despovoamento das zonas rurais, incapazes de sustentar os seus agricultores a nível de exclusividade, que no entanto, talvez venham a ser ultrapassadas por outras actividades complementares.

É verificável que a potencialidade concelhia rural oferece outras alternativas complementares e surge um espaço de novas ocupações.

5.3 – População e plano amostral

5.3.1 – O universo de estudo

O universo de estudo, numa primeira instância, e como já se afirmara corresponde à área territorial que corresponde ao concelho em estudo. A necessidade de operacionalizar a aplicação das técnicas de recolha de dados no contexto do presente estudo, e mais especificamente o inquérito por questionário⁷, pressupôs a elaboração da listagem dos agricultores circunscritos geograficamente no concelho de Grândola, os quais se encontram inscritos nas fichas de subsídio de gasóleo na Zona Agrária, tendo em consideração que, “*a situação ideal é aquela em que dispomos de uma lista exhaustiva da população, de uma base de sondagem*” (Ghiglione e Matalon, 1997: 31). O elevado número de dados a colher e o rigor colocado no seu tratamento, tornaram o trabalho de recolha e organização de informação uma etapa demorada e extremamente exigente. A colheita de dados

⁷ Importa fazer referência que no presente sub-capítulo se aborda somente os procedimentos de cálculo da amostra e correspondente indivíduos a inquirir através de questionário. Uma vez que a explicitação dos informantes privilegiados escolhidos para responder à entrevista será apresentada no capítulo da instrumentalização, no momento em que se desenvolve a entrevista como técnica de recolha de dados usada na pesquisa. (cf. subcapítulo 5.5.3).

necessário, foi realizada em 2003, no mês de Setembro e Outubro, data das inscrições de benefício fiscal ao gasóleo para o ano 2004, sendo efectuadas 415 confirmações.

Quadro n.º 26

Agricultores inscritos
por freguesia

Freguesia	Agricultores Inscritos
Azinheira de Barros	27
Carvalhal	63
Grândola	234
Melides	84
S. Marg. da Serra	7
Total	415

Fonte: Sub. de Gasóleo para 2004 -Z.A.G.

Através do quadro nº 26, facilmente se verifica que, mais de metade dos inscritos são provenientes da freguesia de Grândola, constatando-se apenas que 2% das inscrições são na freguesia de Santa Margarida da Serra, de características serranas, situada em plena Serra de Grândola, sendo a mais pequena e menos populosa freguesia do concelho, onde a economia assenta fundamentalmente na exploração do montado de sobre.

5.3.2 – O Plano Amostral

5.3.2.1 – Definição da amostra

Dadas as limitações que se opuseram à investigação, nomeadamente de tempo e recursos, não foi possível estudar a população total, havendo a necessidade de recorrer a amostras (subconjunto do universo), para recolha de dados e elaboração deste trabalho.

Assim, num universo de **415** indivíduos inscritos, sentiu-se a necessidade de recorrer à técnica de amostragem – amostra probabilística que, de acordo com Diogo Moreira a “*amostragem probabilística é a única a permitir planos de amostra*

representativa" (1994: 77) e através da formulação utilizada para populações finitas, estimar o volume da amostra:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q}{(N - 1) D + p \cdot q} = 204$$

Onde;

$$N = 415$$

$$D = \frac{B^2}{4}$$

$$B = 0,05$$

$$p = 0.5$$

$$q = 1-p$$

Calculada a amostra de **204** indivíduos, estratificaram-se os dados, como demonstram os quadros a seguir;

Quadro n.º 27

Agricultores inscritos para subsídio de
gasóleo na Z.A.G.

	Freguesias do concelho de Grândola									
	Az. de Barros		Carvalhal		Grândola		Melides		Sta. Marg. da Serra	
SEXO	N	n	N	n	N	n	N	n	N	n
M	23	11	56	27	214	106	73	36	7	3
F	4	2	7	3	20	11	11	5	0	0
Total	27	13	63	30	234	117	84	41	7	3

Fonte: Sub. de Gasóleo para 2004 - Z. A. G.

Em que;

N = Número de elementos da população

n = Número de elementos da amostra

Através do quadro n.º 27, poder-se-á verificar através da amostra por quotas proporcionais, a distribuição de agricultores inscritos no subsídio de gasóleo, segundo o sexo e freguesia na população (N) e na amostra (n).

Quadro n.º 28

Agricultores inscritos no
subsídio de gasóleo

Agricultores do concelho de Grândola				
Sexo	N	%	n	%
M	373	90 %	183	90 %
F	42	10 %	21	10 %
Total	415	100 %	204	100 %

Fonte: Sub. de Gasóleo para 2004 – Z. A. G.

No quadro acima representado (nº 28) podemos igualmente verificar a percentagem total de agricultores inscritos no subsídio de gasóleo, segundo a variável sexo (N) e na amostra (n).

5.3.2.2 – Indivíduos a inquirir

A primeira etapa diz respeito à definição do universo de estudo e dentro deste, à selecção dos indivíduos a inquirir para obter a informação necessária.

Como já referi para uma população de 415 agricultores (N = 415), foi definida uma «**amostra estratificada**» (n = 204), segundo a freguesia e o sexo.

Segundo Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon (1997), a amostra estratificada, apresenta várias vantagens: em primeiro lugar, permite-nos obter amostras suficientemente representativas, possibilitando assim a realização de análises aprofundadas de cada estrato separadamente (...) e em segundo lugar, permite uma melhor estimativa das grandezas, tendo também como uma última vantagem, permitir estabelecer comparações entre grupos ou sexos.

Elaborei uma lista, constituída por ambos os sexos, por freguesia, encontrando-se ordenada por ordem alfabética, contendo as respectivas moradas, dispondo assim da *base de amostragem*.

A escolha a quem inquirir foi feita, através do método de números aleatórios, pois, de acordo com R. Ghiglione e B. Matalon, “*as amostras aleatórias, ou estatísticas obtêm-se por um sorteio que respeite a condição de definição das amostras representativas: actuar de forma a que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de ser incluída na amostra*” (Ghiglione e Matalon, 1997: 31).

5.4 – Definição conceptual das variáveis

As variáveis mais utilizadas, estão omnipresentes ao longo de todo o trabalho e encontram-se referenciadas nas palavras-chave, no resumo desta dissertação, nomeadamente: agricultura a tempo parcial, compatibilização de actividades, pluriactividade, políticas agrárias, PAC, desenvolvimento rural e concelho de Grândola.

- A *agricultura a tempo parcial*, define o trabalho dispendido pelo agricultor ao longo de um determinado tempo. A agricultura a tempo parcial que é referida no trabalho, caracteriza o tipo de agricultura em que o agricultor para além da sua actividade agrícola, tem outra actividade, que por vezes é inclusivamente outra actividade principal, não trabalhando exclusivamente a terra.

- A *compatibilização das actividades*, admite a correcta associação entre diferentes tipos de acções, sem qualquer problema obstaculizador.

Na compatibilização das actividades, a expressão utilizada no trabalho, são actividades que se realizam, são conciliáveis e não são incompatíveis, podendo-se interligar com vantagens produtivas, no sentido de se obter mais valia competitiva ou ganhos de produção.

- A *pluriactividade*, pressupõe a efectivação de multifuncionalidades, quer no espaço rural, quer nas actividades desenvolvidas pelos agricultores. Esta variável encontra-se mais presente no capítulo 1, ponto 1.1, onde é abordada a problemática e a conceptualização da pluriactividade. Em termos de conceito utilizado neste trabalho, a pluriactividade significa não só a abertura do mundo agrícola ou do espaço rural a outras actividades potenciadoras de gerar melhor rendimento e de se obterem novas oportunidades, como igualmente o desempenho de outras actividades complementares por parte do agricultor.

- A *política agrária* é subentendida como um conjunto de princípios e de objectivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da

planificação das actividades agrícolas. No fundo são as linhas de orientação política traçadas pelo poder central a nível da agricultura e que estão consignadas na legislação publicada sobre esta matéria. Após a entrada de Portugal à Comunidade Europeia (CE), as directivas comunitárias sobre a agricultura passaram a fazer parte integrante da legislação nacional, condicionando de forma significativa as políticas nacionais e locais.

- A *Política Agrícola Comum (PAC)*, tem a ver com a definição de normas fundamentais, define linhas de orientação para o desenvolvimento rural sustentado e condiciona a produção às necessidades do consumo dos alimentos agrícolas dos países da União Europeia. A *Política Agrícola Comum* corresponde a normas comunitárias e de aplicação obrigatória na legislação portuguesa. Foi criada em 1962, tendo como objectivos principais:

- assegurar o abastecimento regular dos géneros alimentícios, manter o equilíbrio entre o espaço urbano e o mundo rural;
- valorizar os recursos naturais, preservar o ambiente e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos.

Em 1999, foi feita uma reforma importante à *PAC*, fixando volumes de produção para cada produto, definindo preços agrícolas através de mecanismos de mercado, prevendo-se compensações monetárias aos agricultores que com base nestes preços perderam rendimento.

- *Desenvolvimento rural* é conotado com o progresso de um estágio a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito que o anterior. Nos últimos anos tem vindo a assistir-se ao esvaziamento e à desertificação das zonas rurais com migrações consideráveis de população para os principais centros urbanos e para o litoral. Torna-se necessário inverter esta tendência promovendo um adequado desenvolvimento rural, onde a par da actividade agrícola, outras actividades ligadas

ao ambiente, ao lazer, ao entretenimento, irão coexistir de uma forma sustentada, possibilitando a fixação de população e um adequado reordenamento do território.

- *Concelho de Grândola*, tem a ver com a circunscrição administrativa definida superiormente para o concelho em causa. O número de concelhos no continente e regiões autónomas por NUTS II e III – Dezembro de 2003, totalizavam 308 concelhos e 4257 freguesias.

A primeira referência à criação de concelhos e freguesias é atribuído ao século XII e XIII. O concelho de Grândola foi criado por foral em 22 de Outubro de 1544, com a passagem de aldeia a vila, e em virtude de uma delimitação geográfica aquando da criação da Comenda, ficou o novo concelho com uma área territorial que inicialmente abrangia além da freguesia de Grândola, as freguesias de Azinheira de Barros, S. Mamede do Sadão e Santa Margarida da Serra. No que se refere à sua organização política-administrativa, dependia da Comarca de Setúbal. O século XIX, em Grândola, é uma época de franco progresso. Em 1890, foi-lhe concedida uma série de benefícios tendo-se tornado comarca. Em finais do século passado, em virtude de uma nova delimitação administrativa territorial, passou a integrar a freguesia de Melides, que abrangia os territórios de Melides, Carvalhal e Tróia. A evolução económica e demográfica concelhia pautou-se por um crescimento, desde 1864 até 1950, ainda que de forma diferenciada.

Com o surgimento do Poder Local Democrático o concelho de Grândola tem vindo, nas décadas de 80 e 90, a dotar-se de todas as infra-estruturas básicas e equipamentos necessários para o bem estar e qualidade de vida da população.

Chegado ao final do século XX, o Concelho está praticamente apetrechado, de todos os instrumentos de planeamento e ordenamento que auguram para o início do século XXI um elevado salto em frente na via do desenvolvimento sustentado.

5.5 – Instrumentação

Existem basicamente quatro técnicas usadas na pesquisa sociológica: a *pesquisa documental*; o *inquérito por questionário*, a *entrevista* e a *observação directa*.

A *pesquisa documental*, pode traduzir-se em informação diversa de acordo com as características do documento, quer sobre informação muito abrangente (estatísticas), quer sobre informação em profundidade (temas específicos). Na concepção de Umberto Eco, “ *uma tese estuda um objecto, utilizando determinados instrumentos. Muitas vezes o objecto é um livro e os instrumentos são outros livros*” (1998: 69), nesta perspectiva como elemento condicionante a esta técnica, é o facto de estarmos dependentes do tipo de fontes que existem e da sua melhor ou pior qualidade.

O *inquérito por questionário*, tem a vantagem de permitir uma recolha de informação sobre um grande número de indivíduos; pelo facto de serem perguntas maioritariamente fechadas, o tratamento é mais fácil, possibilita igualmente comparações precisas entre as respostas dos inquiridos e possibilita – de acordo com o tipo de amostra seleccionado - a generalização dos resultados da amostra à totalidade da população (ver anexo III).

Como elemento limitador posso argumentar que o material recolhido pode ser muito superficial. Com a adopção de *entrevistas*, é possível a flexibilidade, porque o contacto directo permite uma melhor argumentação das perguntas e das respostas, em contrapartida com a aplicação das entrevistas, o que se ganha em profundidade perde-se em extensividade. As respostas das entrevistas, geralmente são mais longas do que as de questionários, tendo esta técnica a incapacidade para inferir generalizações (ver anexo IV).

A *observação directa*, garante uma informação rica e profunda, no entanto condicionante, levantando dificuldade de generalização e só poderá ser usada para estudar pequenos grupos ou pequenas comunidades.

5.5.1 – Pesquisa documental

A pesquisa documental é frequente nos estudos de âmbito social e necessária quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou quando a informação disponível se encontra desordenada, isto é, incapaz de se relacionar com o problema.

No início e durante a primeira parte do trabalho utilizei a pesquisa documental, em fontes muito diversificadas e dispersas, que foram: revistas agrícolas; alguns elementos para actuação das equipas de extensão,- MAP – Direcção geral da extensão rural,(1978), boletins trimestrais da D. P. E. R. C. editadas pelo INGA de 2002 a 2004, censos da região Alentejo (1991 a 2001), recenseamentos agrícolas(1989 e 1999), anuários estatísticos da região Alentejo (1995 e 97), DRA - os municípios do Alentejo (1997), artigos de opinião, inquérito aplicado aos agricultores do concelho de Grândola (2000), fichas de subsídio de gasóleo do MAP (2003), boletins informativos agrícolas, pecuários e publicações do Ministério da Agricultura. Todos estes documentos, relacionados com os objectivos da pesquisa. A pesquisa documental promove o confronto entre dados, as evidências e as informações recolhidas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado sobre o mesmo. Tal pesquisa tem o objectivo central de incentivar, revelar e concretizar ideias. Essa aquisição de informação é fruto da curiosidade, da inquietação e da actividade investigadora que desperta em cada um.

A recolha de informação, é imprescindível no início de qualquer trabalho, funcionando como um alicerce sustentável na elaboração de uma investigação, de acordo com Diogo Moreira, “ *os investigadores sociais interessam-se geralmente pelas fontes documentais, pelos dados que podem obter a partir delas*” (1994:29).

Há que distinguir vários tipos de fontes, “ *em que a principal distinção a fazer é entre as fontes primárias e secundárias*” (Moreira, 1994:29).

Segundo o autor, as **fontes primárias** são constituídas por livros e outros documentos que foram produzidos pelas pessoas e que estão a ser estudadas durante o próprio período de pesquisa, as **fontes secundárias** são constituídas por livros e documentos escritos depois dos acontecimentos terem ocorrido, ou por alguém que não testemunhou pessoalmente os factos. Isto é, colocam a evidência indirecta acerca dos acontecimentos que se procuram estudar. De acordo com o autor acima mencionado, as informações com base documental têm um custo reduzido, tendo como principal inconveniente de serem muito heterogéneas, uma vez que, recorrendo a diversas fontes de informação documental e, apesar de incidirem sobre o mesmo tema, raramente os resultados são coincidentes. Além das fontes primárias e secundárias, existem também as denominadas **terciárias**, estas

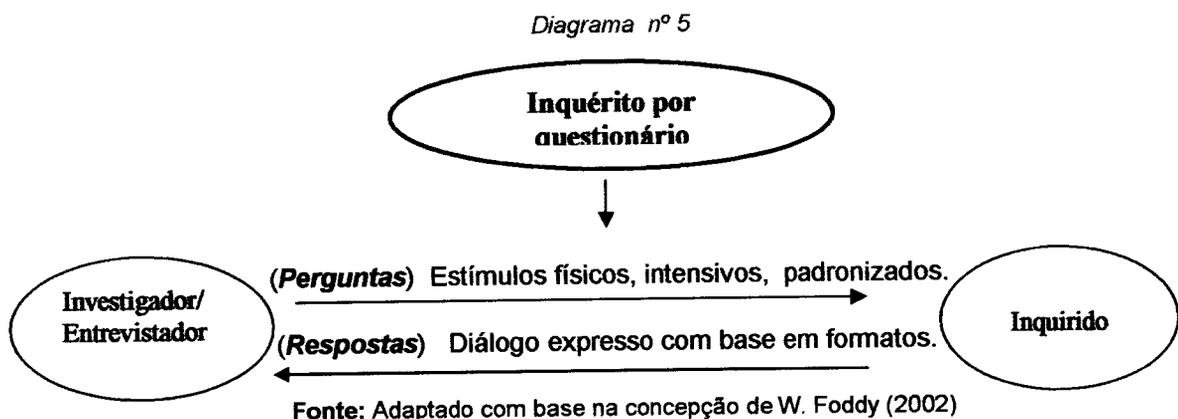
menos utilizadas, são índices, resumos e variada bibliografia que podem eventualmente possibilitar o apoio desejado. Ainda, segundo o autor, a fonte secundária consiste em informação gerada para outros fins, mas que pode ser importante para a elaboração das várias investigações.

Dos três tipos de fontes de informação e conforme o referido autor, existem vantagens e desvantagens neste tipo de recolha de informação. Como vantagens, mencionamos o caso de recolha de dados já disponíveis, constitui um processo «muito menos oneroso», e muito mais rápido, visto que os dados se encontram à nossa disposição. Como desvantagens, refere-se o caso em que tais informações se apresentam sob a forma e medidas fora do contexto, ou não adaptadas ao estudo objecto de análise.

5.5.2 – Inquérito por questionário

O inquérito por questionário é frequentemente utilizado nos estudos de ciências sociais e nomeadamente na Sociologia.

Posso sintetizá-lo do seguinte modo:



A figura acima representada pelo diagrama nº 5, através de um processo esquemático, define o modelo tradicional de inquirição por questionário. A importância central da utilização do questionário, na sua aplicação em matéria de análise de investigação, é definida pela seguinte citação, “ o inquérito por

questionário corresponde ao mais estruturado e rígido dos tipos de entrevista" (Lima, 2000: 26).

É uma constatação sociológica que o inquérito por questionário, se assuma como a técnica privilegiada, isto é a mais utilizada pelo investigador social na recolha dos fenómenos sociais. O questionário constitui assim, uma técnica de informação fundamental entre o inquiridor e o inquirido: analisa uma série de questões referentes à problemática, e espera-se por parte do inquirido uma informação válida, o questionário deve pois, "*ser elaborado com o inquirido em mente*" (Moreira, 1994: 171). Antes de aplicar o questionário definitivo a uma amostra, apliquei o pré-teste, onde procurei testar a formulação e o tipo de perguntas, a sua ordenação e a dimensão do questionário, onde incluírei dimensões demográficas (sexo, idade), educacionais, habilitações literárias, sócio demográficas (profissão, estatuto fundiário) sócio políticas (vínculo jurídico etc), e outras que visem o conhecimento numa vertente cultural da sua postura face às novas tecnologias e inovações, numa vertente actual e numa perspectiva futura.

O questionário aplicado e de acordo com a temática a investigar, será o de apresentação directa, conotado como administração indirecta, em que o investigador apresenta pessoalmente as perguntas ao inquirido, "*um questionário deve parecer uma troca de palavras tão natural quanto possível e as questões encadearem-se umas nas outras sem repetições nem despropósitos*" (Ghiglione e Matalon, 1997: 112). Neste método o inquirido não toma um contacto directo com o questionário; é o inquiridor que lê as perguntas e anota as respostas. No presente questionário serão introduzidas perguntas abertas e fechadas, codificadas – a fim de tornar mais fácil a interpretação e análise dos dados - e de selecção múltipla, dando hipótese ao inquirido de escolher uma das múltiplas possibilidades de resposta. Para as questões como, *não sabe*, foi definido o 0 e *não resposta* o número 99.

Relativamente à coerência interna do referido questionário, dada a sua extensão, o próprio instrumento de recolha de dados tentará testar a veracidade das informações recolhidas.

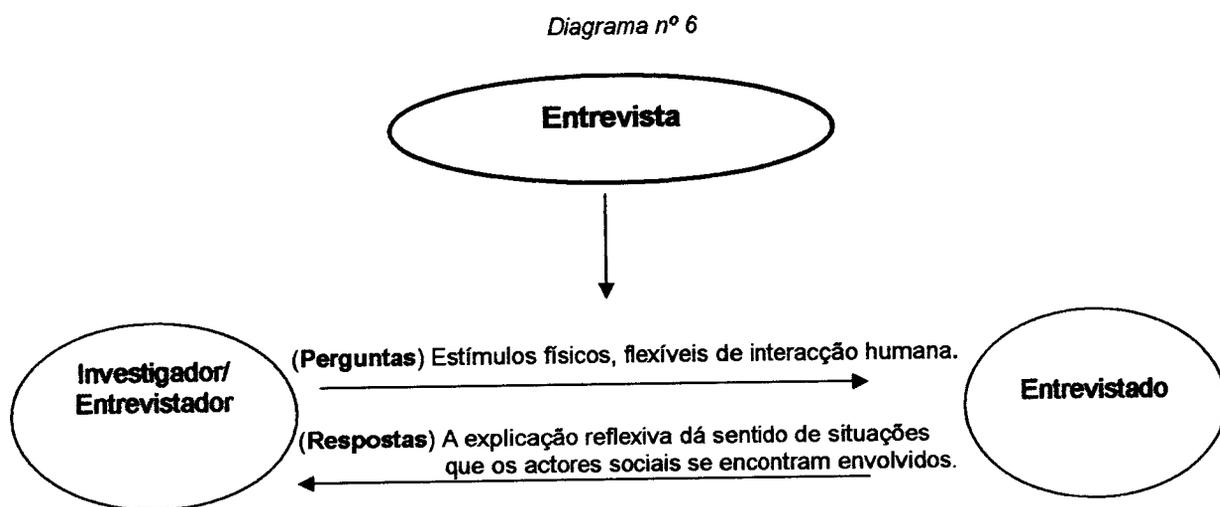
5.5.3 – A entrevista

A aplicação da entrevista é considerada para a investigação sociológica instrumento privilegiado das ciências sociais. As entrevistas são instrumentos que podem validar os resultados da análise dos questionários, apresentando-se como determinantes na observação de actores colocados num plano de observação diferente dos inquiridos.

Nas investigações sociais são de capital importância, a frequente utilização de técnicas qualitativas, tendo por objectivo investigar em profundidade a complexidade das relações estabelecidas relativamente às relações de poder nos vários actores sociais.

Uma entrevista pode ser entendida como uma comunicação bilateral, em que uma das partes procura informar-se dos conhecimentos e motivações sobre determinado fenómeno.

Muito genericamente e adoptando alguns pensamentos centrais de Quivy e Campenhoudt, nos quais, " *As ciências sociais, devem interessar-se mais por dimensões «vivas», pelos seres humanos do que por impactes de quaisquer fenómenos físicos*" (1998: 15), poderei representar esquematicamente a entrevista da seguinte forma:



Fonte: Adaptado com base na concepção de Quivy e Campenhoudt (1998)

A entrevista, parafraseando, Loffland, citado por Carlos D. Moreira, é “*uma conversa guiada*”, adoptada na presente investigação como “*estratégia de descoberta*” (1994: 134).

A entrevista acima representada (diagrama nº 6) – do tipo intencional - será direccionada a actores sociais locais seleccionados. Possuindo estes o perfil de actores privilegiados, que se situam na esfera do estudo a desenvolver e que estão directa ou indirectamente envolvidos com a actividade agrícola - o denominado *saber local* de actores -, constituem uma referência indiscutível. O primeiro a constar na listagem de agradecimentos, é o presidente da Associação dos Agricultores de Grândola, Sr. Luís Dias que tem desenvolvido uma actuação notável à frente desta instituição, em prol da agricultura local, o segundo é o senhor Presidente da Câmara de Grândola, Dr. Carlos Beato, que como representante do poder local, tem promovido o desenvolvimento concelhio, seguidamente surge o Presidente da Comissão Instaladora da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Engº António Gamito Chaínho, professor, com várias obras publicadas no sector agrário, o Presidente da Grandolacoop, Cooperativa de Comercialização de Consumo e Serviços, o Eng. Agrónomo Joaquim Alves da Mata, proprietário, reformado, antigo professor da escola Agrícola e muito conceituado na zona.

Na fase inicial foi elaborado um guião, contendo apenas tópicos, funcionando como «*linha de orientação*» para os diálogos a efectuar com os informantes privilegiados sobre esta temática.

A entrevista a utilizar é definida de acordo com a natureza do objecto de estudo em análise, pelo que optei pela entrevista semi-directiva. Atendendo ao fenómeno a estudar e ao tipo de pesquisa a desenvolver, penso ser este o tipo de entrevista própria por ser a mais orientada e simultaneamente a mais flexível, “*no âmbito de cada tema, os métodos aproximam-se dos da entrevista livre*” (Ghiglione e Matalon, 1997: 84).

O momento e o lugar da entrevista ficará ao critério do entrevistado “*tentar conciliar o objecto de estudo e os lugares da entrevista, na medida do possível*” (Ghiglione; Matalon, 1997: 70), utilizando assim o processo maleável para que o inquirido não se sinta descontextualizado.

5.5.4 – A observação directa

A observação directa, também designada por experiência mista de perguntas, genericamente um contacto informal com a comunidade que está a ser investigada, ou o grupo objecto de estudo.

A observação directa implica contactos informais continuados, o que se passou com alguns dos actores sociais locais, que acederam a ser entrevistados no âmbito deste trabalho. A observação directa tem sido a técnica de recolha de dados por excelência da etnografia, de acordo com Diogo Moreira, “ *a investigação etnográfica e a experiência de intimidade que esta proporciona constituem, como já se referiu, um dos exemplos mais marcantes de pesquisa qualitativa. Em muitos aspectos a investigação etnográfica é a forma mais básica de pesquisa social* ” (1994:105). Tal técnica exige um contacto permanente com o observado, o qual permite conhecer o seu estilo de vida, a sua conduta, os seus conhecimentos sobre o tema. Através do contacto diário com os agricultores que se dirigem à Zona Agrária, tenho a percepção das suas necessidades, preocupações e isso dá-me a possibilidade de reflectir sobre toda esta temática, ainda que por vezes não existam dados comprovativos, a minha sensibilidade intuitiva e a minha experiência vivida durante anos ao lado destes actores rurais, infere quais são as medidas e projectos mais procurados.

5.6 - Análise de dados

Quanto ao tratamento e análise de dados, divide-se pelo paradigma qualitativo para as questões abertas e quantitativo para as questões fechadas.

Para a análise de informação obtida, através da entrevista de cariz qualitativo, será utilizada a técnica de análise de conteúdo de natureza temática e do tipo categorial, o que permite a revelação e a medição de elementos predominantes decorrente do diálogo mantido na comunicação estabelecida entre investigador e inquirido.

Relativamente aos dados quantitativos, a análise estatística deverá consistir numa descrição e agregação dos dados de modo a expressar a sua distribuição.

Assim, recorrer-se-á a uma análise entre as variáveis mais relevantes para a análise e interpretação dos dados, utilizando-se a estatística descritiva.

A análise de dados para o tratamento da informação colhida, irá ser armazenada em base software estatístico muito utilizado para as ciências sociais (SPSS- 10).

O recurso ao Excel, tem por efeito visualizar quadros e gráficos, tendo por objectivo transpor os resultados obtidos para uma linguagem mais acessível.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

- A PLURIACTIVIDADE AGRÍCOLA NO CONCELHO DE GRÂNDOLA

6.1 – Características sócio-demográficas

Na perspetivação da realidade local importa pois conceber um espaço de reflexão sobre os principais protagonistas que trabalham na agricultura – as pessoas – como forma de compreender as diferentes dimensões que influenciam a situação. No conceito de José M. de O. Mendes “ *qualquer estudo deste tipo de agricultura, terá que considerar a lógica de desenvolvimento da família, isto é as características de fecundidade, de sexo, idade e coabitação entre as gerações. As relações entre os seus membros obedecem a um código de relações familiares*” (1991:27).

A divisão sexual no trabalho, não se baseia somente na organização social das famílias e das comunidades rurais, esta é também uma estratégia de ligação à terra considerada a unidade familiar de produção agrícola.

Enquanto a categoria sexo, diz respeito a categorias biológicas associadas ao homem e à mulher, a noção de género, abrange a ideia de que a sociedade por razões culturais, sociais, económicas e políticas, atribui diferentes papéis a ambos os sexos. Deste modo a caracterização sócio-demográfica da população local é importante para apreciação dos diferentes contextos que justificam as suas situações actuais e as diferentes relações que estabelecem com a actividade agrícola local.

A nível concelhio os dados obtidos e de acordo com o quadro nº 1 do anexo V, verificamos que a maioria dos inquiridos (88,7 %) pertence ao sexo masculino. É ainda de constatar a existência de 11,3 % de pessoas do sexo feminino no sector agrário. “ *Relativamente aos homens, pode dizer-se que sendo o sector agrário, o seu grande domínio de actuação dentro da unidade familiar, o seu trabalho tem de repartir-se por um muito largo conjunto de realização e funções* ” (Ribeiro, 1997:307).

O trabalho na agricultura é considerado difícil e pesado para as mulheres, seguindo uma lógica biológica de que as mesmas são diferentes dos homens na

esfera da produção, segmentando e limitando um espaço produtivo de inserção feminina. Os atributos como: fragilidade, delicadeza, habilidades para trabalhos manuais são incorporados como de «natureza feminina» e reforçam uma ideologia de dominação do homem sobre a mulher, estabelecendo relações de poder.

As mulheres permanecem numa posição subordinada na estrutura familiar, tendo pouco acesso à actividade agrária especialmente nas explorações com maior área, menores perspectivas profissionais que os homens e, portanto, pouca motivação para permanecer no meio rural. É elucidativa a forma como Fernando Oliveira Batista, vê a posição da mulher no trabalho, " *... são discriminadas no plano salarial dado que mesmo para trabalhos similares, recebem salários menores*" (1993:59).

No entanto nas pequenas explorações, com áreas reduzidas, viradas para o auto-consumo as mulheres participam activamente na agricultura.

A agricultura a nível geral e particularmente na região concelhia de Grândola, foi e é uma actividade essencialmente protagonizada por homens, já que desde os primórdios o sexo masculino exerceu exclusivamente tal função, a mulher ocupa funções mais leves na esfera doméstica, " *... à ideologia da domesticidade das mulheres, contrapõe-se a ideologia do homem como o ganha pão, o responsável, por definição, do sustento de família* " (Ribeiro, 1997:37).

Provavelmente o número de mulheres que ainda se dedica ao árduo trabalho agrícola, deve-se ao facto de no concelho de Grândola se verificar a inexistência de iniciativas geradoras de emprego (nomeadamente pequenas empresas), que afecta sobretudo os jovens e as mulheres.

Colocada a pergunta, " *a nível global, como analisa a agricultura no concelho?*

Foi respondido:

- " *com a degradação que a agricultura está a sofrer, quer a nível nacional, quer mundial, a actividade agrícola no concelho não pode furtar-se à actual conjuntura e as explorações agrícolas que não tiverem uma certa componente pecuária ou florestal tem muita dificuldade em subsistir. Se a revisão intercalar da PAC, não atender a estas duas vertentes, como parece inclinar-se para isso, a agricultura no nosso concelho não pode deixar de ser a arte de empobrecer alegremente*" (entrevistado C);

- *“é uma agricultura baseada em dois grandes pilares, a floresta e a pecuária. Na sua generalidade é tecnicamente pouco desenvolvida e não tem uma gestão empresarial. Tem sofrido nos últimos anos os efeitos das sucessivas reformas da PAC e do envelhecimento dos agricultores, sobretudo através da desertificação, bem como dos campos e um êxodo para outras ocupações. Com a última reforma esta tendência levará a acentuar-se a ponto de na minha opinião só ir sobrar a floresta”* (entrevistado D).

Alguns actores apontam a estagnação no sector agrícola e indicam no contexto actual a actividade florestal e pecuária como alternativa credível, particularmente potenciam a componente das florestas como actividade de futuro para o desenvolvimento local. O envelhecimento da população agrícola é outra variável referenciada, com alguma importância, a ser tida em conta.

Perante a mesma questão, outros actores apontam o negativismo do desenvolvimento da agricultura concelhia, ao afirmar:

- *“a agricultura no concelho de Grândola, não é competitiva”* (entrevistado B);
- *“depauperada, embora pontualmente apresente aspectos susceptíveis de maior inovação. Esta situação devido a um sistema ainda não reconvertido ”* (entrevistado E).

Finalmente estes dois dos actores entrevistados, têm uma perspectiva muito negativa da situação actual da agricultura local, segundo os entrevistados, corresponde mesmo a um estado de subdesenvolvimento. Transparecendo o sentimento da perda irreparável da identidade agrícola, que ainda persiste no concelho de Grândola. Para Armando Sevinate Pinto, *“ a realidade agrícola é aquilo que é e não se altera pelo facto de ser cada vez mais difícil explicá-la à sociedade não rural, cada vez mais afastada das suas origens e cada vez menos disponível para compreender um mundo que já não conhece e que, ao ritmo da sua vida apressada, identifica com atraso e imobilismo”* (s/d:1). Uma população carente ao nível das necessidades básicas, não pode objectivamente ter acesso a um conjunto de meios essenciais ao desenvolvimento. Neste cenário, o desemprego surge também como uma dimensão transversal em todos os contextos e reforça a presença desta problemática na região.

A agricultura como actividade económica que é, está invariavelmente ligada à sociedade, reflectindo a sua estrutura e evolução. É necessário ter sempre presente que os sistemas de agricultura são, em grande medida uma herança do passado.

O desenvolvimento da agricultura constitui um passo importante para toda a comunidade, mas ao longo do todo o sistema agrícola, há estrangulamentos que influenciam o rendimento e a produtividade.

Numa agricultura competitiva e moderna os seus intervenientes ou grande parte dos seus agricultores são jovens e inovadores. Neste trabalho de investigação e relativamente à idade dos inquiridos, para melhor estudar a variável em questão, formaram-se sete classes etárias, que vão até aos 89 anos, conforme acima se discrimina, e de acordo com o quadro nº 29.

Quadro nº 29

Faixas etárias
dos inquiridos

Classe	Idade (anos)
1	0 a 29
2	30 a 39
3	40 a 49
4	50 a 59
5	60 a 69
6	70 a 79
7	80 a 89

Fonte: Questionários aplicados
aos agricultores

Da leitura do quadro nº 2 do anexo V, permite-nos conhecer a dispersão de vários grupos etários e verificar que a maioria (88,2%), se situa entre os 30 e os 79 anos, ou seja as classes 1, 2, 3 e 4 e destes 54,2 % dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 60 e os 79 anos, verificando-se assim a existência de um envelhecimento. Devido a este facto, os espaços rurais estão fragilizados, os seus principais actores - os agricultores - revelam-se com idade avançada, incapazes de acompanhar o progresso técnico e científico da agricultura produtiva, constituindo isso um grande entrave ao desenvolvimento económico e social.

Os produtores são na maioria idosos e estão a abandonar o sector, também são poucos os jovens que seguem a actividade. Nesta conjuntura o sector apresenta-se com poucas perspectivas de mudança no quadro do momento actual.

Esta perspectiva é comparada por Fernando Oliveira Batista, ao afirmar, “...há muitas pessoas que vivem em explorações agrícolas e não têm possibilidade de encontrar emprego alternativo nos mercados de trabalho ... é o caso de velhos, crianças e, por vezes, de pessoas cujas características e qualificações estão desajustadas da procura nos mercados de trabalho” (1993: 46)

Se não existir uma conjuntura económica favorável e fortes apoios à fixação de jovens agricultores, esta movimentação fundiária resultante do desaparecimento dos agricultores idosos, em lugar de conduzir ao crescimento da área das explorações, conduzirá ou a um parcelamento mais acentuado, ou a um subaproveitamento ou mesmo abandono da terra, o que já se verifica na zona de Grândola..

Em Grândola, é praticamente inexistente a fixação de jovens agricultores. O assunto é preocupante, continua-se a verificar que a política portuguesa ainda não encarou seriamente este problema. Colocada a seguinte questão; “do ponto de vista de rentabilidade económica, como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?”

Estes responderam:

- “num concelho mal servido de solos agrícolas e com um clima que para não fugir à regra do País é mau não pode ter uma agricultura com boa rentabilidade económica”(entrevistado C);

- “estamos em crer que a rentabilidade existe. De tal forma assim é que continuamos a ter agricultores e uma Associação do sector em Grândola viva e actuante. Importa tudo fazer para melhorar essa rentabilidade jogando mão da aquisição de novos conhecimentos e utilizando tecnologia que possa garantir maior produtividade. Se assim for, a rentabilidade aumentará, satisfazendo mais e melhor a procura e gerando postos de trabalho que se afiguram da maior importância para o concelho”(entrevistado A);

- “muito pouco rentável. A agricultura por si só – pecuária e culturas – não conseguem sobreviver sem as ajudas comunitárias. Só o sector da produção de cortiça poderá sobreviver numa óptica de mercado” (entrevistado D);

- *“apenas no aspecto suberícola o acho positivo. Nos restantes vectores, muito débeis. O futuro dependerá da criatividade dos agricultores, no que toca à ponderação daquilo que os países ricos necessitem”* (entrevistado E);

- *“o actual estado da agricultura no concelho de Grândola, é preocupante, os idosos estão a sair da agricultura e os jovens não a consideram uma actividade atractiva”* (entrevistado B).

A agricultura e a sua componente económica é permanentemente focada, numa perspectiva negativa, apenas o sector suberícola é reconhecido como uma mais valia, uma potencialidade endógena geradora de desenvolvimento. A reanimação de alguns sectores, representa pois, uma das formas de redesenhar o desenvolvimento em Grândola. Igualmente a saída dos jovens e o envelhecimento dos agricultores é objecto de grande consternação social e económica. De facto a análise realizada, evidencia uma alta taxa de envelhecimento no concelho, situação obviamente sentida pelos entrevistados.

Para os jovens agricultores, o apoio específico que existe, é apenas um subsídio de instalação, os meios financeiros são extremamente reduzidos para esta acção, o processo burocrático de obtenção deste subsídio é complicado e demorado e sobretudo tarda em ser complementado com outros apoios financeiros que viabilizem a instalação, que só por si é insuficiente.

Neste trabalho, trata-se a ruralidade nos mesmos termos que o meio social rural, o qual é entendido como uma categoria de pensamento do mundo social, com singularidades de modo de vida e sociabilidades. O mais visível é sem dúvida a importância da família, penso que os casados têm mais responsabilidades e cimentam as relações sociais. No concelho de Grândola, são poucas as mulheres solteiras que trabalham em explorações familiares, no entanto temos de ter em consideração que já praticamente não existe a família agrícola propriamente dita, como unidade económica que dependa exclusivamente da agricultura.

No concelho de Grândola e referente ao estado civil dos agricultores existentes, é verificável através do quadro nº 3, anexo V que a maioria (85,8%) encontra-se casada, com a preocupação prioritária de alimentar suas famílias, os agricultores solteiros surgem apenas com 3,9 %.

Sabe-se, que as comunidades constituídas por pessoas que mantêm algum tipo de ligação – compromisso social – são consideradas com maior probabilidade de sucesso. As formas da exploração visam também jogar no trabalho da família, a responsabilidade pelo bom funcionamento da exploração agrícola.

Antes, o agricultor vivia de monocultura, numa agricultura de subdesenvolvimento. Actualmente, o mercado exige a policultura ou a diversidade de culturas. Os agricultores necessitam de formação para se tornarem «empresários do campo». É preciso que se lhe ensine o modo de como se pode conquistar o mercado.

O sistema capitalista vem exigindo aos agricultores, condições para que possam plantar, colher, negociar e vender os seus produtos.

O analfabetismo, ou habilitações mínimas dos agricultores, geram miséria na zona rural, sendo a falta de alfabetização um forte obstáculo na geração dos agricultores e produtores.

Sem instrução, os produtores têm dificuldades de gerir a sua exploração, são muitas vezes lesados e têm pouco acesso a programas e ajudas de incentivo comunitário. Os dados do RGA/99 revelam que a taxa de analfabetismo do total da população agrícola familiar ainda se fixava em 1999 nos 30,6 pontos percentuais. Esta taxa tenderá a diminuir com o desaparecimento dos agricultores mais velhos detentores de níveis de escolaridade muito baixos.

As dificuldades de ler, escrever e fazer contas têm sido a principal causa para a manutenção e até aumento da pobreza no campo.

Ao perguntar aos inquiridos, quais as suas “*habilitações literárias*” constatei que 78,4% “*sabem ler e escrever*” e destes, (42,6%) têm o “*ensino primário completo*”, o que denota um baixo índice de escolaridade. Curiosamente constata-se ainda a, existência de 2% dos agricultores do concelho de Grândola, que, “*não sabem ler nem escrever*”, de acordo com o quadro nº 4 do anexo V.

Ao colocar a pergunta, sobre as “*habilitações literárias dos filhos dos agricultores*”, verifiquei que todos “*sabem ler e escrever*” e 72,1 % situam-se entre o “*ensino primário incompleto/completo e o ensino secundário incompleto/completo*”, apenas 5,7 % dos filhos dos inquiridos têm o “*ensino superior completo*”, não

havendo filhos com pós graduação, mestrado ou doutoramento, (quadro nº 5, anexo V).

Verifica-se assim uma ligeira melhoria neste parâmetro no que diz respeito dos pais para os filhos, mas como se compreende, muito aquém de uma literacia média Europeia e desejável.

6.2 – Características da exploração fundiária

Desde a antiguidade que o homem tentou retirar da terra o seu melhor aproveitamento produtivo. Posteriormente e na tentativa de um melhor rendimento, fez-se uma selecção de terrenos para culturas de regadio e de sequeiro, de acordo com as capacidades freáticas de cada região.

Em zonas onde o relevo permitia um maneio fácil da terra e com grandes disponibilidades de água fazem culturas de regadio e nas zonas sem possibilidades de corrigir o défice hídrico no período estival, instalaram-se culturas de sequeiro, nomeadamente cereais, forragens ou pastagens em regime extensivo destinadas ao sector da pecuária, para serem pastoreadas em verde ou para dar aos animais em seco através de silagem, palha, feno, etc.

“ Assiste-se agora, com a crescente integração nos mecanismos da PAC, a uma capitalização e intensificação nas manchas de melhores solos, enquanto a maior parte do vasto campo alentejano, a plantação de eucalipto ladeia a extracção de cortiça nos montados, a pecuária extensiva, as coutadas e nas zonas mais degradadas, o abandono que, nalguns casos se confunde com o avanço da desertificação “ (Batista, 1993 :28).

Questionando os agricultores, qual o “ *tipo de exploração*, que é praticada, verifica-se que a maior parte dos inquiridos (48,5%), usufrui de explorações de “ *sequeiro*”, (35,8%) “*mistas*”, ocupando o *regadio*” uma reduzida percentagem de apenas 15,7%, (quadro nº 6, anexo V).

Os sistemas agrícolas concelhios e a produção agro-pecuária podem ser classificados como *intensivos* ou *extensivos*. Essa noção está ligada ao grau de capitalização e ao índice de produtividade, independente da área cultivada ou da

criação. A agricultura extensiva, é um sistema de cultivo agrícola baseado na exploração de grandes extensões de terra sem grande investimento de trabalho e capital, que geralmente ocorre em áreas em que o preço da terra é baixo.

A agricultura intensiva, é o sistema de cultivo agrícola que ocorre em áreas que apresentam alto custo da terra e que se baseia na aplicação intensiva de trabalho, capital e tecnologia, no sentido de obter alta produtividade e maior rentabilidade do solo.

As propriedades que, através da utilização de modernas técnicas de preparo do solo, cultivo e colheita, apresentam elevados índices de produtividade e conseguem explorar a terra por um longo período de tempo, praticam o sistema intensivo. Já as propriedades que utilizam a agricultura tradicional (aplicação de técnicas rudimentares com baixa produtividade) praticam a agricultura ou sistema extensivo, " *os que têm acesso a menos terra são obrigados a articularem-se com os mercados de trabalho, enquanto os de maior dimensão se inserem na função produtiva* " (Batista, 1993:50).

O aproveitamento das planícies sem reservas de água, está direccionada para os sistemas cerealíferos extensivos, verifica-se nas freguesias de Grândola e de Azinheira de Barros e remonta ao período de ocupação dos Romanos. Nos anos 30, houve um novo e evidente impulso, tanto demográfico como económico, tal impulso evidencia a época da campanha do trigo que decorre na política ruralista e agrícola do Estado Novo.

Assim, surge o Alentejo, no qual se inclui o concelho de Grândola, como terreno relativamente apto para a produção de cereais, a nível de exploração de sequeiro.

Paralelamente surge uma nova cultura de regadio – o arroz – que se implantou mais nas zonas da freguesia do Carvalhal e na freguesia de Melides , devido às suas características de terrenos de regadio, onde imperam igualmente as pequenas hortas familiares e surgem as parcelas de vinha. O concelho de Grândola é historicamente rico devido à exploração do sobreiro, pois o montado de sobreiro tem ao longo de vários anos assumido um papel predominante na economia regional, perdendo ultimamente parte da sua expressão, não só em termos de área, mas também em termos de rendimento.

Os grandes problemas da agricultura, devem-se também a um conjunto de factores, nomeadamente: a problemas relacionados com a incorrecta gestão do montado, as excessivas mobilizações de solo (provocada por pressões diversas, inclusive a desvalorização dos produtos do azinho e do sobro) e o caso da peste suína africana (que diminuíram a área afectada à pastorícia), contribuindo para a proliferação de algumas pragas e doenças das árvores, tendo como consequência uma diminuição do rendimento da cortiça e da bolota. Um aspecto importante no estudo das explorações agrícolas é o seu enquadramento dimensional: minifúndio, propriedade familiar, latifúndio e empresa agrícola (tipologia definida pelo Ministério da Agricultura).

As parcelas reduzidas são consideradas as explorações com poucas condições de trabalho, áreas minifundiárias e neste caso, não sendo capaz de conferir a quem nela trabalha, condições de conseguir o desenvolvimento económico e social; a propriedade familiar é definida como uma pequena exploração que é pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e económico. Não há emprego permanente de mão-de-obra de terceiros, é uma propriedade capaz de contribuir positivamente para o desenvolvimento económico e social de todos os integrantes da família.

«Latifúndio»⁸ é considerada toda a exploração que tem muita área e seja mantida inexplorada.

No latifúndio a exploração não atinge os graus de aproveitamento desejado e nem é capaz de propiciar o necessário desenvolvimento económico e social dos que nele trabalham. Como empresa agrícola, é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora económica e racionalmente exploração agrícola dentro de condições de rendimento económico, segundo padrões fixados pública e previamente pelo poder executivo. Na lei de bases do desenvolvimento agrário nº 86/95 de 1 de Setembro pode ler-se no ponto 2 do artigo 6º, " ... as medidas incentivadoras da cessação antecipada da actividade dos agricultores mais

⁸ – No conceito de Afonso de Barros, (1979) «o latifúndio» é definido como uma região com características de vincada especificidade, que se pode sintetizar do seguinte modo: a) baixa densidade demográfica; b) predomínio da actividade agrícola; c) predomínio da agricultura especificamente capitalista; d) predomínio da agricultura extensiva de sequeiro, ao qual cabem fortes responsabilidades no carácter de manifesto atraso e na natureza de marcada repressão.

idosos visam contribuir para o ajustamento estrutural da população activa agrária e para a melhoria da estrutura fundiária com rejuvenescimento do tecido empresarial da agricultura e aumento da dimensão das explorações agrícolas nas zonas de minifúndio ou nas que se caracterizam por uma excessiva fragmentação da propriedade”.

Aqui manifesta-se uma enorme preocupação pela dimensão de cada exploração agrícola. Colocada a seguinte questão, “*considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação*”.

Foi respondido:

- “*não. Considero importante sim numa óptica de desenvolvimento rural em que o mais importante é evitar o abandono dos campos. Num futuro próximo, as explorações têm de ser economicamente viáveis, tecnicamente bem apetrechadas e sobretudo bem dimensionadas*”(entrevistado D);

- “*a exploração em minifúndio tem vantagens e desvantagens. Mais importante que o tipo de propriedade é o domínio de novas tecnologias ligadas à exploração da terra, vontade de correr riscos de forma ponderada e força para vencer. Aliar o conhecimento a uma forte determinação de levar a melhor, é mais importante que o regime de exploração agrícola*”(entrevistado A);

- “*não. Porque o minifúndio não pode ultrapassar a fasquia do auto consumo e como tal em nada pode contribuir para o desenvolvimento agrícola de uma região*”(entrevistado C).

A questão foi igualmente colocada ao entrevistado B, que referiu:

- “*sim. Porque a nossa agricultura é muito compartimentada e fraccionada, por tal facto terá de ser assente numa agricultura intensiva, de modo a poder-se tirar o rendimento para os agricultores e o seu agregado familiar*”.

Neste aspecto as opiniões dividem-se entre a muita e a pouca importância, sendo sempre olhada essa importância como uma base sustentável de desenvolvimento diversificado no espaço rural.

Significa que, conceptualmente, os entrevistados, independentemente da dimensão das explorações, defendem para o concelho de Grândola, um tipo de desenvolvimento sustentável, isto é um modelo que desempenhe uma função

reprodutora de riqueza no próprio concelho, tendo em conta a gestão e conservação dos recursos naturais. Os entrevistados reconhecem como elo comum, a necessidade da existência da necessidade de um desenvolvimento produtivo, muito mais relevante que o tipo de exploração praticado.

Ao perguntar aos inquiridos, qual a , “ *dimensão da sua exploração (ha)?*”, como se pode confirmar através do quadro nº 7 do anexo V, verifica-se uma relativa igual distribuição pelas 7 classes consideradas; no entanto, a maioria das explorações (55,4%), situam-se entre as classes 1, 2 e 3, isto é, nas classes “ *menor de 5 ha*”, “ *6 a 10 ha*” e “ *11 a 20 ha*” e destes 28,4 % referem-se a explorações “ *menor que 5 ha*”, ou seja uma predominância do minifúndio.

As pequenas explorações e a agricultura familiar fazem parte territorial do concelho, ajudando a manter e dinamizar o mundo rural e a sua característica indispensável, a produção agrícola. Por outro lado, permanecem os desequilíbrios, pois as ajudas irão para os agricultores com explorações com maior dimensão, sendo que apenas 8,8 % dos agricultores do concelho têm explorações com áreas compreendidas entre os 100 e 200 hectares.

Um esquema de ajudas por hectare, premeia as explorações com maior dimensão e dentro destas para as mais competitivas.

Importa igualmente, ter em consideração qual é a forma jurídica em que o produtor dispõe da terra. Neste sentido consegue verificar-se a relação existente entre os proprietários das superfícies da exploração e o responsável económico e jurídico da exploração (o produtor), que tem delas a fruição, dirigindo-as ele próprio (se for simultaneamente dirigente da exploração) ou confiando parcial ou totalmente a um dirigente da exploração a sua direcção (feitor, caseiro, administrador, etc).

A caracterização da forma da exploração coloca-se somente em relação às terras que constituem a superfície agrícola utilizada (SAU). Assim a definição da tipologia baseou-se nos critérios e conceitos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – quando do Recenseamento Geral da Agricultura de 1999, que define;

“- *conta própria – superfície agrícola utilizada (SAU) da exploração que é propriedade do produtor;*

- arrendamento - superfície agrícola utilizada (SAU), de que a exploração dispõe por um certo período, mediante o pagamento em dinheiro, em géneros, em ambas as coisas ou ainda em prestação de serviço, de um montante previamente estipulado e independente dos resultados da exploração, mesmo que o senhorio seja o Estado ou outra entidade;

- cedência – é considerada «outras formas de exploração», em que as terras são cedidas gratuitamente para cultivar”, (INE – RGA/1999).

Em relação ao concelho em estudo, analisando atentamente o quadro nº 8, anexo V, verifica-se que apenas 19% explora a terra a título de “arrendamento” e igual percentagem através de “cedência”. Para se ser agricultor, na concepção de José Manuel de Oliveira Mendes, “ não basta uma qualificação profissional, havendo necessidade de um direito de uso sobre os meios de produção” (1991:27).

Constata-se pela positiva que a maioria dos agricultores (62%) explora a terra a título de, “conta própria”. Como atrás verificámos a forma de exploração é importante, pois os jovens que eventualmente se queiram instalar na agricultura, precisam de terra, a atribuição do subsídio de instalação supõe que os jovens já resolveram a questão do acesso à terra, quando se trata precisamente de um dos principais bloqueamentos à sua instalação. O acesso à terra para estes jovens agricultores do futuro, para além da herança, pode fazer-se por compra ou por arrendamento, mas é geralmente através do acesso à terra por conta própria, nomeadamente por herança, que o jovem é motivado a instalar-se, “ a propriedade da terra é, antes de mais, a condição que permite aos produtores serem donos dos frutos do seu trabalho e, por esta via, distingue-se quer da grande propriedade tradicional quer da propriedade capitalista em que ser dono da terra representa basicamente uma condição de captação sobre trabalho alheio. Mas numa actividade de produção de bens primários como é a actividade agrícola, a propriedade representa também uma sobrevivência dos produtores, tanto mais importante quanto mais escassos forem os recursos disponíveis e mais abundante a população a alimentar” (Hespanha, 1994:62).

Pelo exposto a posse da terra é motivo central da ideologia conservadora que faz da propriedade da terra um valor sagrado.

O sector primário, tradicionalmente caracterizado como rural, com pequena participação nos índices nacionais de produção e técnicas rudimentares, passou por uma grande evolução nas últimas décadas. As novas tecnologias permitem realizar melhoramentos e aumentar a produtividade, imprimindo um ritmo industrial a essa actividade. De acordo com a interpretação de Fernando Oliveira Batista, “...na produção para o mercado, o progresso técnico, tende a favorecer a grande dimensão e a inviabilizar a pequena exploração” (1993: 39).

Nas sociedades antigas, a agricultura era a principal actividade económica. Nas sociedades pré-industriais, o campo abrigava a grande maioria da população e era responsável pela quase totalidade da produção de riquezas. A Revolução Industrial transformou radicalmente as relações entre o campo e a cidade.

No período pré-capitalista, as sociedades eram basicamente agrícolas e não se diferenciavam muito umas das outras quanto ao estágio de desenvolvimento. A diferenciação só se acentuou com o capitalismo, quando a actividade industrial começou a tornar-se predominante em alguns países.

Nos países desenvolvidos, o campo moderniza-se, o emprego massivo de tecnologia na agricultura produz uma forte integração entre o sector agrícola e o sector industrial. Nesse caso utiliza-se a expressão agricultura industrializada.

No concelho de Grândola, consultando o quadro nº 11 do anexo V, verifica-se que 85,8 % dos agricultores inquiridos, utilizam tractor na sua exploração, 16,2% motocultivador (quadro nº 13), ceifeira 11,8% (quadro nº 15), 92,6 % charrua (quadro nº 16), 94,6 % grade de discos (quadro nº 17), 28,9 % escarificador (quadro nº19). Tractores, motocultivadores, ceifeiras, charruas, grades etc, fazem parte do arsenal de industriais, explicando as elevadas taxas de produtividade agrícola, realizam uma grande variedade de tarefas e estão equipados para suportar os trabalhos mais duros. Fernando Oliveira Batista, afirma, que, “*de facto as tecnologias a que recorrem as explorações agrícolas são impotentes por si próprias para aumentar os rendimentos físicos das culturas e dos gados: o seu grau de eficácia é inteiramente proporcional às aptidões dos vegetais e animais a que se aplicam*” (1993: 40). Explicitando que só por si as máquinas e alfaias são meros mecanismos, que facilitam imenso, mas não determinam produtividades.

No entanto, as máquinas e alfaias utilizadas, permitem melhorar em cada ano que passa, as condições de trabalho, produção e qualidade de vida dos agregados familiares no concelho.

Ter uma junta de bois, equídeos (égua, ou mula), uma charrua, uma grade rudimentar e outros equipamentos e alfaias de tracção animal, foi outrora o sonho de muitos agricultores da zona que apostaram neste tipo de “ajuda” para desenvolverem a sua agricultura. Hoje, como nunca, o agricultor é chamado a produzir cada vez mais e de melhor qualidade, produtos não só para o auto-consumo, mas também produzir excedentes para colocar no mercado. Há bastante tempo que nos campos agrícolas de Grândola desapareceram os animais a trabalhar a terra, para dar lugar a máquinas e alfaias.

Com a industrialização produziram-se em série máquinas e alfaias para o sector agrícola, no sentido de proporcionarem uma agricultura mais produtiva e competitiva.

As máquinas (tractores) realizam uma grande variedade de tarefas e são capazes de suportar os trabalhos mais duros. Com os avanços da mecanização, a agricultura tem substituído a mão-de-obra extensiva como grande gerador de emprego, pelo aproveitamento de trabalhos qualificados com a utilização de tecnologia. O problema do desemprego e do sub-emprego tem sido o tema principal dos governantes e da comunidade internacional nos últimos anos. A substituição maciça do homem pela máquina tornou-se uma ameaça real para os países com excesso de pessoas em busca de emprego.

Colocada a seguinte questão aos agricultores, “*qual a proveniência de máquinas e alfaias que utiliza?*”, podemos verificar que apenas uma minoria de 0,5% dos inquiridos indicou serem “*alugadas*”, tendo a maioria (99,5%) declarado que utiliza máquinas “*próprias*”, (quadro nº 22, anexo V).

O aluguer de máquinas torna a agricultura encarecida pelos montantes despendidos com a aquisição de máquinas e alfaias, “*têm surgido formas de utilização de serviços e equipamentos não pertencentes à exploração. Que permitem ultrapassar os efeitos destas economias. É por exemplo o recurso ao aluguer de tractores que permite o acesso à tracção mecânica sem possuir esta*

máquina. A rentabilização do tractor, faz-se assim através de sua articulação nos processos produtivos de diferentes explorações agrícolas” (Batista, 1993: 41).

No ano de 2005, o aluguer de um tractor de características Massey Ferguson 6290, custou cerca de 30 euros/ha, uma gadanheira 20 euros/ha, enquanto que uma ceifeira de trigo 60 euros/ha, preços bastante altos e nada compatíveis com a agricultura desenvolvida, no entanto, o seu trabalho é indispensável. Quem procura este serviço é principalmente o pequeno agricultor, com explorações de meia dúzia de hectares.

O desenvolvimento da agricultura é um processo que envolve, não só boas condições de solos e de clima, mas também aspectos políticos, sociais e económicos favoráveis. O objectivo do desenvolvimento económico é aumentar a produtividade da mão-de-obra, condicionado à manutenção e mesmo à ampliação dos postos de trabalho. Sem esse aumento, é impossível ampliar a massa de salários, de forma sustentável. O percurso da economia agrária, influenciada pela corrente neoclássica, *“... veio recolocar esta questão, deixando de debater os limites do funcionamento da agricultura familiar, mas postulando que o trabalho utilizado na agricultura permite obter um rendimento - que geralmente não compreende o lucro – e que este pode ser aumentado se esta agricultura for enquadrada por apoios institucionais convenientes e se o Estado desenvolver políticas agrárias adequadas”* (Batista, 1993:44).

Desde sempre a agricultura exigiu condições económicas propícias, porque a reorientação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo acarretou alterações no papel do trabalho, passou a exigir agricultores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações.

A necessidade de produzir mais e de se proceder à modernização do sector, somente será alcançado com a vontade dos agricultores, a situação financeira de cada um e uma política central de apoio a tais agentes do mundo rural. Pois é preciso apostar na inovação, na diversidade genética das plantas e animais.

A agricultura e o seu desenvolvimento na prática está relacionado com a economia em geral, à criação de infra-estruturas rurais, à tecnologia para produção agrícola, à utilização de fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas.

Ao pronunciar-se sobre a componente económica das explorações Fernando Oliveira Batista, afirma que as “ *produções arrancadas da exploração para auto-consumo, bem como o dinheiro obtido com as que vão ao mercado, são decisivas para a economia da família* ” (1993: 47)

Em relação à pergunta colocada aos agricultores, “ *que prioridades confere ao uso do capital financeiro?*”, a esmagadora maioria, (97,5%), indicou a “ *modernização tecnológica da exploração*”, como se pode verificar no quadro nº 23, anexo V. No entanto, também se tem constatado que no sector agrícola, tem sido a evasão do pouco capital existente, para outras actividades mais rentáveis e de menos riscos, como o comércio e a imobiliária. “ *No plano económico a decadência tem vindo a ganhar forma, a desenvolver-se num jogo de contrastes, numa espiral de causas – efeitos entre factores múltiplos e variados ... a não realização de investimentos tem travado a diversificação regional e a criação de empregos* ” (Ribeiro, 1997:466).

A reorganização do trabalho rural, em muitos casos, foi influenciada pelo processo de globalização da economia e pelos grandes grupos. A maioria dos pequenos agricultores locais, não se adaptaram aos novos padrões de produção - possibilitados pelas novas tecnologias no campo ou pela qualificação exigida - nem como proprietários, nem como trabalhadores agrícolas.

6.3 – Actividade agrícola e formas de exploração

A terra é o palco da sociedade, os homens são os actores. A evolução dos hábitos e costumes depende sempre da relação umbilical do homem à terra, ainda que, não seja fácil estabelecer tal relação. A técnica do homem para trabalhar a terra, ou as artes, somada aos seus padrões de vida iguala-se à soma total dos usos populares dos costumes. A soma da adaptabilidade do homem às exigências da vida iguala-se à sua civilização cultural.

Um agricultor usufrui de características muito próprias que o torna diferente do homem urbano. A agricultura é tida como a chave para entender o início das civilizações. Tudo começou num momento misterioso, conhecido por pré-história,

quando os nossos antepassados conseguiram domesticar as primeiras espécies vegetais e animais.

A revolução tecnológica e industrial iniciou-se com a introdução de nova tecnologia para a agricultura, causando as primeiras grandes renovações no comportamento social do ser humano. A agricultura fixou o homem em pontos estratégicos, garantindo uma subsistência mais duradoura ao desfrutar de interesses comuns, ele organizou-se socialmente e passou a defender com mais empenho o seu território. Para muitas famílias de agricultores de Grândola, a agricultura não é um mero trabalho, mas sim, um modo de vida que há muito tempo vêm a exercer.

Continuar a praticar a agricultura apesar das intempéries, da seca, das doenças nas culturas, e na pecuária, duras condições económicas e outros problemas atestam a sua capacidade de recuperação e amor pela vida no campo.

Quando os agricultores de Grândola foram questionados com a pergunta, “*sempre trabalhou na agricultura?*”, confirmei pelas respostas que a maioria (56,9%) dos inquiridos, respondeu, “*sim*”, (quadro nº 24, anexo V), apesar da actividade agrícola lhes trazer desafios inevitáveis.

É preciso reconhecer que o tempo, a economia e muitos outros factores, não podem ser controlados, apesar disso, muitos agricultores dedicam-se com grande envolvimento à terra e ao mundo rural, “*na função trabalho, incorporam-se as explorações em que o rendimento da família provém na sua maior parte de origens exteriores à exploração e em que membros do agregado doméstico trabalham fora da exploração*” (Batista, 1993 :37).

Um relatório do Cooperative Extension Service da Carolina do Norte, EUA, diz muito claramente uma frase sintomática, « ...uma dura lição para muitos agricultores, é que o trabalho árduo nem sempre leva ao sucesso».

Todo o agricultor enfrenta condições e factores que fogem ao seu controle. Muito elucidativa, é a frase que um dia um agricultor, me disse «...simplesmente aprendi a não lutar contra o inevitável».

Na percepção de muitos agricultores, existem outras alternativas bem mais credíveis para o espaço rural.

Um dos grandes problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas, é o desemprego, em função das profundas mudanças tecnológicas que torna o trabalho humano supérfluo. É assim em todos os sectores profissionais.

Neste concelho, é perceptível que a actividade agrícola é exercida há vários anos, pelos mesmos protagonistas. *“ A rarefacção de mão-de-obra disponível, o extenso envelhecimento da população presente, as incertezas da sucessão imediata são actualmente, questões prementes e comuns na maior parte das explorações”* (Ribeiro, 1997:467).

Na questão formulada aos inquiridos, *“ há quantos anos trabalha na agricultura?”*, foram incluídas cinco categorias: menos de cinco anos, seis a dez anos, onze a quinze anos, dezasseis a vinte anos e mais de vinte anos. Foi respondido que a maioria (90,7%), dos agricultores, se dedica à agricultura há *“ mais de 20 anos”*, (quadro nº 25, anexo V).

É notório, que nenhum jovem tenha preferido ingressar a agricultura durante os últimos cinco anos, o que demonstra que os jovens preferem outras actividades mais atractivas, quer social quer economicamente.

“ Quando passamos por essas zonas rurais, vemos toda essa fragilidade, toda essa circunstância em que as pessoas têm que viver. Então é fácil de perceber porque as pessoas querem sair. Sobretudo as mais jovens, que têm uma expectativa, o paradigma é a cidade. É na cidade que as pessoas terão muitas possibilidades, que muitas vezes não usam depois, por razões de tempo ou económicas. Então aí nos percebemos que não é muito fácil manter aquelas pessoas naquelas aldeias” (Cristóvão, 2002:12).

O início de uma actividade, seja ela qual for, é uma decisão que não pode ser tomada de ânimo leve, essa opção começa por ser particular e pessoal, tendo por vezes uma base familiar. Portugal tem vindo a operar desde os anos oitenta a profundas alterações no domínio da agricultura, além de toda a reestruturação da sociedade e da economia. Vivemos um projecto novo, com os problemas daí inerentes. A importância da agricultura segundo dados estatísticos no cômputo do PIB nacional, desceu 9% em 1980, para 55 em 1997. Tal mudança foi acompanhada por uma redução do número de activos agrícolas e da população associada.

Para muitos agricultores é colocada a questão económica acima de tudo, não investem no sector. Em vez de criarem condições estáveis de uma sustentabilidade credível para o futuro da sua exploração, não se preocupam com a deficiência de infra-estruturas, com a ausência no apuramento de raças para a continuidade, com o aperfeiçoamento e rentabilidade da sua unidade de exploração.

Foi colocada a seguinte questão aos agricultores, *“indique as razões ou motivos porque exerce a actividade agrícola?”*, a maior percentagem (48,0%), referiu *“ herança familiar”* e 35,3% indica *“modo de vida”*. É bastante elucidativo que apenas 1% dos agricultores refere, que exerce a actividade agrícola, *“ por ser economicamente rentável”*, (quadro nº 26, anexo V). Depreende-se a difícil situação da agricultura no concelho.

Apesar dos problemas globais da agricultura e das condicionantes naturais ao seu exercício no concelho, é surpreendente que as razões convincentes para uma mudança é muito rara.

A agricultura atravessa um mau período, pois as poucas oportunidades de trabalho, a falta de infra-estruturas, a decadência do sector agrícola, apresenta-se para muitos dos seus directos intervenientes, as menores possibilidades de realização pessoal. Para os jovens o conceito de rural e de campo está associado ao trabalho duro e com poucos proveitos económicos, por outras palavras é tido como uma imagem nostálgica de se manter o lugar ao passado.

Colocada a questão, *“concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique”*.

Foi respondido:

- *“ sem dúvida. O espaço rural tem um enorme potencial de desenvolvimento. Em certos casos por via do desenvolvimento da actividade agrícola mas não só. Existem possibilidades infindáveis de exploração do meio, do turismo à cultura, que fazem adivinhar a quem seja empreendedor e tenha arte e engenho, um futuro, deveras promissor caso a elas se queira dedicar”*(entrevistado A);

- *“ sim. Há que criar outras actividades não agrícolas, a fim de tornar o espaço rural atractivo e conseqüentemente proporcionar melhores contrapartidas económicas”* (entrevistado B);

- “ *claro que sim. As novas tendências da sociedade indicam que o caminho poderá passar por uma abertura de campo à cidade. A procura de novos espaços de lazer com uma grande ligação à natureza, como a caça, os passeios a cavalo, o agro-turismo etc, até podem constituir oportunidades de negócio que não devem ser menosprezados pelos agricultores*” (entrevistado D);

- “ *claro e deve ser utilizado, como é o caso do turismo e a habitação rural*” (entrevistado E).

Os entrevistados aceitam unânimemente que o espaço rural esteja receptivo a outras modalidades, acentuando a emergência de surgirem outras actividades, indiciando novas perspectivas alternativas para o mundo rural. No contexto da problemática do desenvolvimento local, a tipologia das prioridades, o turismo parece assumir relevância, na concepção dos actores sociais locais. Na perspectiva de Artur Cristóvão , “ *turismo no espaço rural, sim como um complemento, como uma actividade possível, desde que existam valores seguros, valores dos quais se possam construir um projecto em articulação com outros tipos de valores, que meramente a produção agrícola*” (2002:9).

Apesar de tudo, parece-me que o agricultor mantém ainda uma expectativa de esperança, até porque devido à idade e a enorme dificuldade de emprego, já não há possibilidade de grande mudança, mantendo por isso a sua actividade no concelho, complementando-a com outras actividades.

Para os principais agricultores, a saída definitiva não representa um desejo mas uma condição imposta pela necessidade de sobrevivência individual ou de contribuição ao grupo familiar.

Perante a questão colocada aos inquiridos, “ *a sua actividade foi sempre exercida no concelho de Grândola?*”, verificamos que, a quase totalidade (96,6%) dos mesmos, referiu que “*sim*”, apenas 3,4 % dos inquiridos, respondeu “*não*” exercer a sua actividade no concelho, (quadro nº 27, anexo V).

Na realidade, existem factores de ordem sócio-afectiva entre outros, que os fixam à terra e ao concelho onde há bastantes anos desenvolvem a sua principal actividade - a agricultura.

Cada vez mais, com o processo contínuo da industrialização, o avanço tecnológico na agricultura é um fenómeno real.

Assistimos globalmente à modernização na agricultura. A vulgarização das nossas práticas agrícolas – mecanização e produção exclusiva, acarreta, por um lado a especialização crescente do sector agrícola, os agricultores são obrigados a sobreviver cada vez mais num ambiente mais competitivo. Outros porém, proprietários de pequenas explorações, conciliam a exploração de suas unidades de exploração, com outras ocupações de postos de trabalho, no ramo da indústria, dos serviços, prestação de serviços, mediante o pagamento de salários. Isto é o que se conhece como uma nova realidade, a pratica de uma agricultura em regime de pluriactividade. Colocada a seguinte pergunta, “ *em seu entender quais as razões que justificam e promovem a pluriactividade agrícola?*”

Responderam-me:

- “ *são as necessidades para manter o rendimento das famílias*” (entrevistado E);
- “ *outras actividades, bem mais remuneradas e atractivas. O trabalho do campo está associado a um trabalho duro, sujo e esforçado*” (entrevistado B).

Perante este cenário, é compreensível que os agricultores de Grândola, cada vez mais, dediquem menos tempo à sua actividade, pois a combinação com outros sectores é uma realidade vivida. Actualmente, os nossos agricultores pelas razões acima descritas, procedem a uma diversificação das suas actividades e já não é o campo que lhes ocupa a sua totalidade de trabalho. Em suma, os agricultores empenham-se em potenciar a diversificação agrícola produtiva, com os outros sectores da actividade, complementando assim o seu ordenando, de modo a proporcionar melhores condições económicas.

Quanto à questão colocada aos inquiridos, “ *qual é o tempo médio que dedica semanalmente à actividade agrícola?*” , verifica-se pelas respostas dos agricultores, que a maior percentagem (45,8%) dedica “ *mais de 15 horas*”, seguida de 38,4%, que dedica semanalmente entre “ *11 e 15 horas*” à actividade agrícola, (quadro nº 28, anexo V). Verificando os números, concluímos que, o tempo actual dedicado à agricultura, é relativamente diminuto. Devido à modernização no sector agrário e a adopção de novos instrumentos tecnológicos: máquinas e alfaias, o trabalho ficou mais complexo e o agricultor com mais disponibilidade de tempo.

O agricultor em médias e ou em grandes explorações, terá de investir em novos conhecimentos, utilizar técnicas recentes e usar maquinaria, algumas delas, muito sofisticadas.

O mesmo trabalho que antigamente era feito manualmente, hoje é executado de um modo diferente, levando à diminuição de pessoas na agricultura. “ ... há famílias que só trabalham nas explorações, mas cuja sobrevivência depende sobretudo de rendimentos exteriores, seja de pensões, reformas ou subsídios. Trata-se de explorações cuja articulação com o sistema sócio-económico não decorre de nenhuma função económica neste, mas sobretudo de fluxos monetários estranhos ao trabalho de famílias na exploração ou fora deste ” (Batista, 1993 :35).

Nas pequenas explorações, como é o caso na maioria do concelho, ainda é frequente a existência de ajudas familiares na labuta agrícola. “ A aprendizagem e a socialização no trabalho agrícola começavam muito cedo, na casa ou a servir, e concorriam em parte com aprendizagem e a socialização escolar ” (Hespanha, 1994:183).

Este sentido de entreajuda é observável na região de Grândola, particularmente nas pequenas e médias explorações. Perante a pergunta, “recebe ajuda dos seus familiares na realização das actividades agrícolas?”. É verificável, que uma percentagem muito significativa (48,8 %) dos inquiridos, declarou “sim”, (quadro nº 29, anexo V).

É evidente a importância desta colaboração familiar na prestação das actividades agrícolas, onde embora as mulheres participem com o marido na tomada de algumas decisões, o que é sempre positivo, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos. Na região de Grândola, as mulheres apesar da dureza do trabalho agrícola e do seu papel subalterno do mesmo, preferem exercer essa actividade ao trabalho doméstico. Ao homem, cabe a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, gadanhar, ceifar, cortar lenha, cortar árvores e fazer cercas e parques. À mulher, de um modo geral, compete executar as actividades mais rotineiras, ligadas à casa, ou ao serviço agrícola, como as de carácter mais leve. A mulher executa praticamente todas as tarefas domésticas, o trato dos animais de pequeno porte,

(galinhas, porcos e outros animais domésticos), a ordenha das vacas, o cuidar da horta e o pomar.

As ajudas das mulheres e dos filhos, caracterizam-se como atrás disse, por estarem relacionadas, principalmente à limpeza de terra, à colheita, aos cuidados dos animais, tais como, alimentação, limpeza e ordenha, principalmente se os seus produtos forem destinados ao consumo do agregado familiar. “ *A inviabilização das explorações pode advir não só das pressões do mercado, mas também de factores ligados à situação familiar*” (Mendes, 1991:29).

No concelho de Grândola, grande número de explorações têm áreas reduzidas, são consideradas agricultura familiar, absorvendo mão de obra no interior da exploração, essencialmente como ajuda.

A unidade familiar de produção é caracterizada por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo.

Essa ajuda é caracterizada não só pelo espírito de unidade e coesão familiar, mas também de solidariedade entre os vários membros da família, “ *as práticas de reciprocidade, entreatajuda ou generosidade, mesmo que forçadas, encontram a sua razão num quadro de economia moral dominada pela ética de subsistência*” (Hespanha, 1994 :67).

Quando colocada a questão aos agricultores, “*como avalia o contributo familiar na actividade agrícola?*”, a maioria (63,5%) dos inquiridos responderam “ *considerável importância*” e 35,6 % avaliam como a “*máxima importância*”, de acordo com a leitura verificada no quadro nº 30 do anexo V .

A chamada “ajuda” é um tipo de trabalho geralmente considerado incerto, realizado no convívio de familiares e não reconhecido formalmente para efeito dos direitos. Geralmente, é executada na pequena agricultura de auto-consumo, nas reduzidas explorações e de baixa produtividade, sendo vulgarmente realizada com tecnologia rudimentar nos espaços que dependem exclusivamente das condições climáticas naturais, ou seja, das chuvas. Este tipo de “ajuda” é ainda bastante relevante no concelho em análise.

Resumindo, o trabalho considerado «ajuda» está dentro das condições de mercado, mas como parte de uma economia marginal que contribui com impostos

para o Estado, mas que raramente usufrui dos direitos que regulam o sistema de produção.

Pelo acima exposto, considere importante colocar a questão através de questionário aos agricultores, onde foram inseridas cinco categorias: sementeira, tarefas intermediárias, colheita, gestão da actividade agrícola e outras actividades, quais?

É pertinente conhecer a questão da ajuda familiar na agricultura. Perante a pergunta colocada aos agricultores, "*indique por ordem de importância onde é que a ajuda recebida é mais essencial?*", a maioria dos inquiridos (57,3%), refere ser mais essencial a ajuda recebida nas "*tarefas intermediárias*", constatamos também que no trabalho da "*sementeira*", foi considerado por 22,3% dos agricultores, como a ajuda prestada bem vinda, conforme se verifica no quadro nº 31, anexo V.

O principal factor condicionador da nossa agricultura prende-se com a baixa produtividade da maior parte das culturas que resulta, por um lado, das difíceis condições climáticas e por outro lado, do facto de a agricultura portuguesa ser menos subsidiada do que a dos nossos parceiros europeus. Na opinião de Armando Sevinate Pinto, "*os agricultores portugueses, entre os quais há muitos exemplos de iniciativa, de inovação e de mudança, que permitem comparações com o que de melhor se faz na Europa e no Mundo, estão, na sua maioria, dispostos a correr riscos e a competir numa economia aberta e em permanente evolução. Para isso necessitam apenas que lhes sejam proporcionadas condições estruturais, económicas e institucionais, comparáveis às que dispõem os seus concorrentes. Sem que essas condições estejam reunidas, todas as comparações são injustas e, às vezes ofensivas, todos os apelos são hipócritas e todos os planos são concretizáveis*" (s/d:3).

Na realidade, a agricultura que se pratica a nível concelhio é de fraca rentabilidade e verifica-se que nas pequenas explorações quase só funciona a actividade para auto sustento de algumas famílias ou como complemento da economia familiar. "*Há assim uma grande faixa da população ligada à actividade agrícola e à terra que se situa marginalmente em relação ao sistema económico e que também vem sendo empurrada para uma crescente marginalização social*" (Batista, 1993 :35).

Presentemente devido à seca sentida na zona e às dificuldades na alimentação animal, tem-se assistido ao pastoreio de searas que, devido às condições climatéricas, não justificavam a ceifa, também porque as áreas forrageiras de pastagens, para alimentação dos efectivos pecuários têm escasseado.

O recurso extraordinário a alimentos compostos, muito têm contribuído para o aumento dos custos de produção, levando alguns produtores a vender o gado em situações de mercado desfavoráveis.

Colocada aos inquiridos a questão, “ *como analisa a rentabilidade média retirada da sua exploração agrícola?*”, a maioria dos agricultores, (76%), consideram-na “*baixa*”, apenas 23,5% dos inquiridos a consideram “*média*”, (quadro nº 32, anexo V).

Nas áreas semeadas com culturas industriais (tomate, na zona de Melides e Grândola e girassol na região de Grândola e Azinheira de Barros), também se verificaram acentuados decréscimos em relação ao ano anterior.

Praticamente não houve produção de cereais de pragana no concelho, a campanha de 2004/2005, foi a pior das últimas décadas, com baixa produtividade e fraca qualidade do grão.

Para o milho de regadio a quebra rondou os 20%. A superfície semeada de arroz, nas zonas do Carvalhal e Melides, segue a mesma tendência, prevendo-se uma quebra de 15%, face ao ano transacto e de acordo com as previsões agrícolas do Ministério da Agricultura.

Ano após ano, os agricultores da zona de Grândola, têm assistido à diminuição dos seus rendimentos, provocando nestes actores sociais, um aumento do empobrecimento, que tem gerado um sentimento de impotência para alterar tal situação.

As pequenas unidades de exploração, “ *com famílias envelhecidas e muitas vezes com rendimentos exteriores, são conduzidas, em muitos casos sem a preocupação do lucro e sobretudo como suporte das despesas familiares*” (Batista, 1993 : 18). Neste contexto, importa saber qual a opinião concreta dos agricultores perante o rendimento da sua exploração.

Colocada a questão seguinte, “*o rendimento da sua exploração é suficiente para sustentar o agregado familiar?*”, a maioria dos agricultores (79,4%), refere que

o rendimento da sua exploração “*não*” é suficiente, (quadro nº 33, anexo V), para sustentar o seu agregado familiar, “*uma parte significativa da agricultura portuguesa é constituída por explorações familiares para cujos agregados domésticos pesa, como fonte de rendimento, a relação com os mercados de trabalho, em especial não agrícolas e com outros fluxos monetários exteriores à agricultura – pensões de reforma, remessa de emigrantes, etc – do que a produção arrancada da exploração*” (Batista, 1993 :13).

A incapacidade do sector agrícola em manter níveis de rendimento que possibilitem o acesso aos agricultores de rendimentos propícios, de níveis aceitáveis de vida, indicia, naturalmente que se está perante um espaço onde actividades de diversificação das fontes de rendimento, como por exemplo o turismo no espaço rural, pudesse constituir uma alternativa capaz de retroceder a difícil situação económica dos agricultores. “*Num período em que as economias das famílias rurais se alteram pela entrada de rendimentos monetários, de origem salarial, exteriores à agricultura, a produção e a venda de produtos da terra como forma normal de obter numerário tornarem-se em parte desnecessárias e, por esse facto, assistiu-se em muitos casos, não a uma intensificação da participação nos mercados agrícolas, mas, pelo contrário, a um enfraquecimento dessa participação*” (Hespanha, 1994:125).

Perante tal situação, os homens do mundo rural terão de procurar outras alternativas complementares noutros sectores, para fazer face economicamente à sua vida familiar.

Na perspectiva de Fernando Oliveira Batista, “*a análise precedente faz emergir alguns dos eixos que permitem compreender a resistência do amplo sector de agricultura, articulação de famílias agricultoras com outras fontes de rendimento*” (1993 :51).

Nos objectivos consagrados na Política Agrícola Comum, (PAC), procura-se garantir os rendimentos agrícolas aos agricultores, através de uma série de medidas de estabilização do mercado e dos preços.

No entanto e simultaneamente como resultado da liberalização do comércio, os agricultores comunitários estão cada vez mais sujeitos à concorrência dos preços agrícolas. Os problemas fundamentais da agricultura portuguesa mantêm-se: baixo

rendimento da maioria das famílias de agricultores e fraca capacidade competitiva que deriva de problemas de baixa produtividade, o que se traduz em problemas de exclusão social, êxodo, desertificação humana e desequilíbrios regionais. Perante tal situação, apercebemo-nos que a nível interno a agricultura nunca constituiu uma prioridade nacional.

A população concelhia que vivia da agricultura tem vindo a decrescer e aumentando aceleradamente o número daqueles que vivem na vila de Grândola e na cidade de Setúbal, ocupando-se sobretudo em actividades de serviços. Grande número de agricultores, está hoje longe dos problemas da agricultura e do campo.

Perante a questão que foi colocada, "*vive exclusivamente da agricultura?*", e analisando o quadro nº 34 do anexo V, verificamos que a maioria (61,6%) dos agricultores, respondeu que "*não*" vive exclusivamente da agricultura.

Assim é necessário o exercício duma profissão fora da agricultura, nomeadamente na Indústria, por parte de elementos das famílias agricultoras, os quais vêm modificando os comportamentos sociais, culturais e políticos das famílias deste sector. Paralelamente, "*...verifica-se também que muitos dos elementos destas famílias, que trabalham fora da agricultura, em particular na Indústria, não se auto identificam como agricultores, mas como operários e são acompanhados nesta mutação de identidade e social pelo modo como são reconhecidos, tanto por agricultores a tempo inteiro na exploração, como por operários sem ligação à agricultura*" (Batista, 1993 : 48).

Com a entrada do sector capitalista da economia na sociedade rural, há na região, um decréscimo na importância vital da agricultura.

Colocada a questão, "*já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?*"

Responderam-me:

- "*sim. A pluriactividade na agricultura é cada vez mais importante, funcionando como que uma mais valia económica para o agricultor. A pluriactividade, define-se como um agricultor desempenha outras actividades paralelas, como também de introduzir no seu espaço rural outras actividades, que pouco tem a ver com a agricultura.*"

Tudo isto na perspectiva de melhores condições económicas. Por tal facto é extremamente importante a pluriactividade que cada vez mais é praticada” (entrevistado B);

- “ apenas o conceito é novo, a forma já é muito antiga. Penso que pode ser uma saída para alguma agricultura e para alguns agricultores e é também um reflexo do actual estado das coisas. A busca de melhoria de rendimento pode revestir-se das mais diversas formas e a pluriactividade é apenas uma delas, permitindo manter a ligação à terra”(entrevistado D);

- “ por pluriactividade na agricultura entendo a dedicação por parte de um agricultor a diferentes vertentes da actividade agrícola. Esta situação apresenta vantagens e desvantagens, terá que ser o agricultor em função do seu caso concreto, em função da sua capacidade de trabalho, dos seus conhecimentos e dos factores de produção que tem ao seu dispor, a optar pela solução mais adequada, tendo em conta nomeadamente os meios de escoamento e as condições do mercado”(entrevistado A);

- “ já. É a única solução possível “(entrevistado E);

- “ entende-se por pluriactividade, quando o agricultor procura melhorar os seus rendimentos através de recursos a outros factores do meio rural em que está inserido, não se afastando normalmente muito dele. Surge assim, uma nova forma de ruralidade que em minha opinião enriquece a agricultura, não apenas no aspecto económico, mas também no aspecto social, na medida em que atrai para o meio rural outras camadas sociais, interessadas nas suas potencialidades, criando assim um intercâmbio de culturas deveras interessante”(entrevistado C).

O novo fenómeno, coloca o indivíduo perante uma perspectiva ansiosa do desenvolvimento e nessa medida, transmite aos próprios actores sociais, uma carga positiva sobre as dinâmicas locais a desencadear e por consequência, uma representação social muito forte do próprio processo. Um sentimento de prosperidade, que corresponde a uma permanente estabilidade social.

Aumenta a pluriactividade, em que os homens trabalham noutros sectores, conciliando e complementando duas actividades; na agricultura, e noutro sector exterior à exploração agrícola.

Nas pequenas explorações é mais visível a pluriactividade e plurirrendimento, estando a mulher mais ligada à casa e à agricultura e o homem trabalhando no sector secundário, ajudando ao fim da tarde e ao fim de semana na actividade agrícola.

O homem ganha por vezes o seu sustento e do agregado familiar, conjugando duas actividades e a mulher desempenha muitas vezes funções necessárias ao equilíbrio afectivo familiar. Colocada a questão, *“quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente”*.

Foi respondido:

- *“ dependerá daquilo que em concreto estivemos a falar. Nesta matéria não nos parece adequado falar em incompatibilidades em abstracto. É em face do caso concreto que elas têm de ser identificadas e ultrapassadas caso tal se afigure como possível, rumo a um desenvolvimento harmonioso, sustentado e sustentável”* (entrevistado A):

- *“ não vejo incompatibilidades, pelo contrário, há necessidade que a sua complementaridade se concretize”* (entrevistado E);

- *“ numa abordagem imediata não vejo qualquer tipo de incompatibilidades entre a agricultura e quaisquer outras actividades que complementem o orçamento dos agricultores e nem entre estas actividades que citei anteriormente e qualquer outra actividade comercial, turística ou industrial. Penso até que será desejável a sua coexistência pois favorece o aparecimento de uma certa dinâmica de grupo, que é um dos factores mais importantes para o desenvolvimento de uma região”*(entrevistado D);

- *“ não vejo que exista incompatibilidade entre a actividade agrícola e outras actividades, por tal facto, penso que podem ser exercidas em regime de complementaridade”*(entrevistado B).

Concluindo, verifica-se que existe concordância nas respostas, não existe incompatibilidade na pluriactividade agrícola, sendo até encarada como a única forma de sobrevivência.

A incompatibilidade da pluriactividade agrícola é assumida de acordo com a opinião destes entrevistado, como não obstaculizador do desenvolvimento local, não

se antevendo qualquer tipo de conflito social e económico para com outras actividades complementares.

Assim, a agricultura familiar e não só, adquire uma força relevante, não só a nível local mas a nível nacional, valorizá-la e ajudá-la a enfrentar suas dificuldades e realçar seu papel social, seus serviços ambientais é missão dos políticos, promovendo formas realmente participativas, incutindo novas políticas públicas para este sector no âmbito municipal e do governo central.

Neste contexto, a agricultura familiar valorizada e fortalecida pode assumir um status revigorado e capaz de mostrar à sociedade urbana que viver no campo pode ser sinónimo de qualidade de vida e com sustentabilidade económica.

As grandes transformações da paisagem rural do concelho, é um dado adquirido, a grande propriedade, deu origem a um modelo fundiário heterogéneo, com uma classe de agricultores pouco sucedida economicamente, que originou a emergência de outras ocupações, muitas delas complementares à actividade agrícola, " *neste sistema económico a terra é utilizada simultaneamente como um meio de trabalho e como um meio de subsistência. Ela garante e, ao mesmo tempo, demarca os limites da sobrevivência* " (Hespanha, 1994 :67).

Para muitos agentes rurais, a agricultura ainda está ligada às más condições de vida, social e económica, devido ao facto de o crescimento do sector agrícola ter sido insuficiente ou não ter beneficiado de forma adequada os mais desprotegidos. Situação bastante elucidativa da atracção dos actores sociais rurais, os agricultores e seus familiares, aos empregos urbanos, opção evidente duma evolução permanente, na estrutura produtiva concelhia, " *a produção agrícola representa uma contribuição importante, a par dos rendimentos salariais, para o orçamento do agregado doméstico* " (Hespanha, 1994 :75).

Confrontados os agricultores, com a seguinte pergunta, " *quais são as áreas de actividade económica e ocupação profissional, donde retira rendimento complementar à da actividade agrícola?*", através do quadro nº 35, anexo V, verificamos que a maior percentagem dos inquiridos (30,4%), refere os "serviços", 24,8% indica "actividade industrial" e 22,4 % aponta para "actividade comercial", quando a economia da família " *passa a integrar regularmente rendimentos salariais originados fora da exploração, em sectores modernos da economia, o modo de*

reprodução tradicional altera-se e com ele as características básicas da família patrimonial "(Hespanha,1994:74).

Grândola e a freguesia de Melides com ligações ao turismo caminham para uma terciarização, especialmente à custa de um enorme sacrifício do sector primário, impondo-se com maior clareza na freguesia de Grândola, onde se localizam a maioria de serviços de cariz administrativo e o gènesse de toda a actividade comercial, que muito rapidamente se começa a impor.

No que se refere ao sector secundário, o seu percurso, também bastante competitivo e digno de nota positiva, deve-se essencialmente ao desenvolvimento do sub-sector da construção civil, já que todos os outros manifestam uma evolução pouco significativa. Iguamente o sector secundário, assume um crescente protagonismo na sede do concelho, com a implementação de algumas indústrias transformadoras, como o caso da cortiça e de carnes.

Nas freguesias de Santa Margarida da Serra e Azinheira de Barros, o sector primário continua de certa forma solidário com muitos dos seus habitantes.

No concelho de Grândola, a actividade agrícola, ainda ocupa um papel central na actividade económica local e regional, apresentando um conjunto de constrangimentos estruturais, como a baixa qualificação, a idade avançada dos agricultores, a fragmentação da propriedade, etc. Na concepção de Francisco Avillez, e "*do ponto de vista sócio estrutural, as diferenças existentes encontram-se associadas com a predominância em Portugal de explorações com condições estruturais muito desfavoráveis (áreas médias muito reduzidas e emprego médio relativamente elevado) e de um tecido empresarial muito envelhecido, com níveis de qualificação profissional claramente deficientes e com níveis de rendimento fortemente dependentes de actividades exercidas ou remunerações obtidas fora das respectivas explorações*" (2005:9).

Assim o concelho de Grândola, além ter vindo a receber um conjunto de intervenções e medidas de política nacionais e comunitárias, tem sofrido um declínio económico e social que afectou nos últimos tempos, as zonas rurais, tornando-as periféricas e marginalizadas do processo mais vasto de desenvolvimento.

Grândola, tem assistido a um crescimento importante dos vários serviços, enquanto actividade potenciadora de rendimentos e emprego, objecto da modernização e do desligar progressivamente da agricultura. A diversidade da estrutura económica é perspectivada pelos agentes económicos capazes de desenvolvimento de um conjunto de actividades, como: a indústria, o artesanato, a caça e o turismo. Isto, acontece em todas as freguesias do concelho, com maior ou menor significado. Para Artur Cristóvão, “ *a vida de qualquer área rural depende de um cruzamento e de uma articulação entre actividades diversas. Não podemos pensar em estruturar o projecto de desenvolvimento apenas com base no turismo*” (2002:9).

Arlindo Cunha, reforça a teoria acima mencionada afirmando, que, “ *apesar de o turismo, a caça, a pesca e outras actividades ligadas ao ar livre e à agricultura experimentarem um crescendo de procura, elas não bastam por si só à sobrevivência dos agricultores em muitas regiões rurais ... a lógica subjacente ao presente raciocínio é a de que a agricultura é sempre um elemento determinante para o ordenamento do território, nos termos em que este se define*” (1996: 131).

Embora com determinados condicionantes, verificamos que, a dinâmica do mundo rural, oferece outras possibilidades e conta com a emergência de um conjunto significativo de actividades não agrícolas, que não envolvem a tradicional produção agrícola ou pecuária e que, muito progressivamente têm vindo a ocupar e implantar-se nessas zonas, preenchendo algumas necessidades das suas gentes, atraindo visitantes pertencentes às zonas urbanas, na tentativa de procurarem actividades de lazer e entretenimento.

“*O turismo de costa, é um dos componentes que mais dinamismo tem revelado nos últimos anos*” (Chaínho, 1997: 96), como é o caso das freguesias do Carvalhal e Melides. As freguesias de Santa Margarida da Serra e Grândola estão mais vocacionadas para o artesanato e o turismo rural. Na concepção de Chaínho, “ *o turismo em ambiente rural parece poder vir a desempenhar um relevante papel no desenvolvimento do concelho, não só do ponto de vista obviamente turístico, mas também dos pontos de vista ambiental, sociológico, económico e cultural*” (1997: 97). Opinião partilhada por Artur Cristóvão, ao afirmar que o turismo no espaço rural “*deve ser essencialmente visto como um complemento, como outra actividade que*

pode ser promovida em algumas áreas rurais, não necessariamente em todas, permitindo viabilizar as explorações agrícolas, as fazendas, viabilizá-las permitindo aumentar a renda, fixar as pessoas” (2002:9).

Também as freguesias de Grândola e de Azinheira de Barros têm no exercício da caça uma das actividades mais atractivas.

Paralelamente outros agricultores, exercem várias actividades, “ *a construção civil funcionava como plataforma de acesso ao mercado de trabalho não agrícola para a mão de obra masculina de origem rural. O nível de qualificação profissional exigido e os baixos custos de instalação explicam a capacidade de adaptação do sector às mudanças e o seu dinamismo. Fenómeno verdadeiramente importante constitui a atracção que os empregos urbanos exerciam sobre a população de outros concelhos* ” (Hespanha, 1994:119).

Através do inquérito foi colocada aos agricultores, a seguinte questão, “ *a agricultura baseada na pluriactividade, constitui um novo paradigma proporcionando a articulação entre a agricultura e outros sectores da actividade económica. Como vê os agricultores desempenharem outras actividades?*”, a maioria (61,8%), “ *nem concordo, nem discordo*”, apenas 5,9% dos inquiridos respondeu “ *discordo*”, como se pode verificar no quadro nº 37, do anexo V.

Daqui se depreende que existe um determinado consenso de apoio ao fenómeno que emerge com a nova ruralidade.

Neste cenário, a pluriactividade, tem a ver essencialmente com o fenómeno recente dos agricultores desempenharem outras actividades complementares à agricultura, na perspectiva de alcançarem melhores condições de vida para sustento do agregado familiar e também as novas alternativas que o espaço rural oferece aos seus protagonistas.

O despovoamento e o envelhecimento da população rural, é uma constatação dos nossos tempos, verificando-se esse fenómeno muito acentuado em Grândola.

Igualmente a escassez de infra-estruturas de apoio, dificultam a fixação à terra de uma nova geração de agricultores e de realizarem novos projectos de investimento.

Antigamente os agricultores dedicavam-se a tempo inteiro na realização das suas tarefas agrárias. Viver exclusivamente da agricultura, significava que os nossos agricultores, a exerciam como única actividade geradora de rendimentos.

Com toda esta mudança social nos campos, muitos dos seus agentes rurais praticam a agricultura em regime pluriactivo, de part-time, ou seja não em termos exclusivos. Existem varias concepções para os dois modelos praticados. Contactados os inquiridos, perante a pergunta, "*acha que só os agricultores a tempo inteiro sabem explorar convenientemente a terra ?*", a maioria dos agricultores (57,4%), considera que "*sim*", no entanto, uma parte muito representativa dos inquiridos (42,6%) considera que "*não*", (quadro nº 38, anexo V)

Os agricultores mais conservadores e numa vertente de índole técnica e profissional, consideram muito importante a dedicação à actividade agrícola a tempo inteiro, só perante esta concepção exploram eficazmente a terra.

Por rural, é considerado todo aquele indivíduo que pertence ao campo e à vida agrícola, por oposição a urbano que diz respeito à urbe – vila ou cidade. Na definição teórica de Arlindo Cunha, "*o mundo rural é todo o espaço não directamente polarizado ou envolvente das áreas metropolitanas ou das grandes cidades, sendo normalmente delimitado em função da menor densidade populacional ou da maior importância relativa da agricultura na economia e na sociedade ... em Portugal, considera-se normalmente como rural a população que vive em aglomerados de menos de 2000 habitantes, que representava 56% da população total em 1981 e 51% dez anos depois, o que confirma a tendência geral de associação da ruralidade com o fenómeno da repulsão demográfica*" (1996:136).

Antigamente as relações de quem vivia num ou noutro lugar, eram muito acentuadas e definidas, modelavam comportamentos nas pessoas consoante se estava no mundo rural ou urbano. Perante a nova situação que se vive, no mundo

rural e urbano, com a importação de valores culturais, de um e outro lado, interagem reciprocamente e vão-se esbatendo tais diferenças.

Outrora, o espaço rural funcionava como redutor a nível de conhecimentos, os seus protagonistas apresentavam-se pouco sociáveis e dotados de pouca expressividade. Hoje, já não é assim, muitas pessoas que vivem no campo, apresentam um espírito inovador e comportamentos muito sociáveis e de fácil comunicação.

Colocada a pergunta aos inquiridos, “ *considera-se mais do tipo; rural ou urbano?*”, a maioria dos agricultores (84,7%) de Grândola, considera-se do tipo “*rural*”, conforme se pode confirmar através do quadro nº 39 do anexo V.

Para Arlindo Cunha, só existe um mundo rural, “ *dinâmico se dispuser de uma estrutura urbana dinâmica e bem hierarquizada. Esta é sem dúvida a primeira prioridade que Portugal terá de resolver, conhecida que é a desarticulação e grande desequilíbrio da sua estrutura urbana* ” (1996:145).

Curiosamente uma parte representativa dos inquiridos, (15,3%) considera-se sentir como “ *urbano*”, o que constitui uma atitude nova e uma mentalidade inovadora.

A agricultura moderna chegou ao final do século XX, com fortes indícios de fragilidade, o que ao longo dos anos se tem vindo a acentuar progressivamente; sendo o concelho de Grândola, exemplo elucidativo.

Como alternativa à deficiente rentabilidade agrícola, muitos agricultores exercem simultaneamente outras actividades complementares, em busca de melhores condições de vida.

Colocada a pergunta aos agricultores, “ *considera que estar próximo de vila ou cidade é um factor determinante para exercer outras actividades complementares?* ”, de acordo com o quadro nº 40 do anexo V, a quase totalidade dos inquiridos (97,5%), responde “*sim*”, apenas 2,5 % dos estudados, referiu o “*não*”.

Na realidade muitos agricultores, que vivem na periferia urbana da vila, trabalham também noutras actividades, como na indústria, no comércio e serviços.

Aqueles que vivem mais afastados das localidades, sede do município e ou freguesias, têm uma vida profissional mais dificultada, trabalham mais arduamente e

vivem praticamente do seu trabalho rural, embora muitas vezes, trabalhem também como assalariados, nos trabalhos da tiragem da cortiça.

6.4 – Potencialidades, constrangimentos e preocupações para o sector agrícola

Grândola tem poucos jovens na actividade agrícola. De acordo com Francisco Avillez, *“ uma característica a realçar na situação actual da agricultura portuguesa esta relacionada com a existência de um tecido empresarial agrícola envelhecido, com um reduzido grau de qualificação profissional e uma insuficiente capacidade quer de gestão quer de organização comercial ”* (2004:20).

No concelho de Grândola os agricultores mais idosos, são aqueles que ainda se dedicam em maior número à agricultura, mas que já não estão disponíveis para frequentarem os cursos que lhes proporcionariam novos conhecimentos técnicos e a adopção de novas atitudes perante o mundo rural. Revestindo-se de grande importância o desencadear de informações e de acções visando a promoção e dinamização da actividade agrária.

Na questão abaixo formulada, pretende-se saber até que ponto é dinamizada a actividade agrícola a nível concelhio. Ao ser colocada a questão, *“ as Políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho ? Justifique”*.

Responderam:

- *“ sim, de um modo geral. No entanto, poderiam informar melhor os agricultores de alguns apoios e ajudas comunitárias, imprescindíveis para a sua actividade agrícola. No conjunto geral, penso que as políticas e estratégias municipais e regionais estimulam e promovem a actividade agrícola concelhia”* (entrevistado B);

- *“se bem que bem-vindas na maior parte dos casos, pecam por insuficientes para promover o desenvolvimento agrícola do concelho. É certo, que mais vale pouco que nada, principalmente no que diz respeito ao estímulo através da realização de novas estruturas ao seu alcance que melhorem a qualidade de vida*

dos agricultores. Sempre constitui um incentivo. Mas no que diz respeito à promoção não vejo que tenham grande interesse” (entrevistado C).

Perante estas respostas verifica-se que, são relativamente escassas as informações municipais e regionais com a finalidade de estimular a actividade, de modo a proporcionar um maior desenvolvimento na questão agrícola, do nosso concelho.

No entanto, colocando a mesma questão ao entrevistado A, este não partilha dessas opiniões, salientando que para o município seria mais importante a aposta no turismo, afirmando que:

- “ ao município importa promover o desenvolvimento em geral do território e das suas gentes. O actual executivo entende que a aposta estratégica do concelho é o turismo. Todavia, a actividade turística é uma actividade transversal a vários sectores de actividades, quer isso dizer que apostar no turismo não implica voltar as costas a outros subsectores nomeadamente ao agrícola. Com uma Escola Agrícola em Grândola e uma Associação de Agricultores como a que temos, o desenvolvimento da agricultura no concelho pode e deve ser uma realidade que permitirá criar condições para um uso da terra mais efectivo que gere riqueza para o concelho e para a região”.

Daqui se depreende que interessa o desenvolvimento concelhio dos vários sectores, dando um certo ênfase ao turismo, não descurando o sector agrícola. De acordo com Cristóvão *“ não há presidente de município, político local que não queira transformar a sua terra numa atracção turística. Mas a construção de um projecto de turismo não é fácil. Tem que ser muito bem articulada com as potencialidades agrícolas, com os produtos locais, com o património”*, (2002:9).

Na realidade, dentro das novas ocupações que estão emergindo no meio rural é destacado o turismo rural, como uma forma alternativa de desenvolvimento local, capaz de revitalizar as áreas decadentes e estagnadas, ao fomentar a diversificação de rendimentos e de trabalho para as zonas rurais.

É evidente que, Grândola e o seu concelho tem uma agricultura de fraco rendimento, em que a produtividade é baixa, os equipamentos utilizados são simples e os investimentos mínimos, agravada pela situação do envelhecimento dos agricultores e ou dos produtores agrícolas tem conduzido o sector a uma política de

estagnação, exigindo que seja desenvolvida uma outra política visando especificamente a fixação de jovens agricultores, com custos significativos, mas recuperáveis a médio e longo prazo.

Colocada a questão aos entrevistados, *“em sua opinião os pequenos e médios agricultores, do concelho de Grândola, podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente”*:

Responderam:

- *“ nos tempos difíceis que correm com condições tão adversas de solo e clima, tão carentes de infra-estruturas válidas economicamente, torna-se cada vez mais difícil viver exclusivamente da agricultura”* (entrevistado C);

- *“ não, porque as explorações não são rentáveis”* (entrevistado E);

- *“ na minha opinião, é difícil viver única e exclusivamente da agricultura, por tal facto têm que complementar o seu rendimento com outras actividades fora da agricultura”* (entrevistado B).

Donde se depreende que existem acrescidas dificuldades para os agricultores locais, verificando-se que existe uma opinião unânime de apoio ao fenómeno que emerge, isto é a adopção da pluriactividade agrícola. Não é fácil viver exclusivamente da agricultura. Além disso, a agricultura concelhia não se modernizou, as florestas continuam a arder todos os anos e a seca tem-se prolongado cada vez mais, tudo isto dificultando gravemente o nível de vida dos agricultores. Também durante as últimas décadas, a competitividade e a rentabilidade agrícola, constituem mais uma incógnita para o agricultor, a par da crescente complexidade da política europeia.

A reforma da PAC quase esqueceu em absoluto a agricultura familiar e os pequenos e médios agricultores de Grândola são igualmente penalizados. Colocada a pergunta, *“ está informado acerca da Política Agrícola Comum (PAC)?”*, a maioria dos inquiridos, (66,7%) respondeu:

- *“ não estou informado”*, apenas 4,9 % refere *“estou informado”* (quadro nº 41 do anexo V). Isto denota, uma questão essencial, o défice de informação, os agricultores sentem-se muitas vezes alheios ao que os pode beneficiar, desconhecendo quase totalmente o que lhes poderá trazer melhores condições económicas.

Colocada a pergunta, “ *o que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum (PAC)? Fundamente a sua opinião* ”.

Responderam:

- “ *muito se ouve falar da PAC. Umhas vezes, em sua defesa, outras vezes nem tanto. A PAC, não pode ser remédio para todos os males da agricultura. Ela deve apoiar a produção, permitir o escoamento da produção com regras realistas, constituindo uma das ferramentas de gestão do agricultor, mas não esgotando os instrumentos ligados à actividade agrícola. Ser agricultor, não pode ser apenas desenvolver uma actividade a coberto de subsídios para tudo e mais alguma coisa. É preciso criar condições para o desenvolvimento dos países membros da União Europeia também na vertente agrícola e nesse sentido a PAC é um instrumento a ter em conta. Ela, não pode cortar o desenvolvimento agrícola de umas regiões em detrimento de outras ou inibir a auto-suficiência dos países. Mas também, não pode ser o único chapéu a coberto do qual se enjeitam os riscos inerentes à actividade agrícola* ” (entrevistado A);

- “ *sou dos que pensa que a PAC, com todos os seus desvios é muitas vezes aproveitada pelos que de agricultores nada têm, mas para as explorações que souberam apetrechar-se ao longo da sua vivência e não confundindo qualidade com quantidade e adequação do material adquirido a PAC tem sido muito útil*” (entrevistado C);

“ *penso que todo o apoio é bem vindo, no entanto este concelho com as terras de fraca capacidade de uso, não colhe os apoios necessários como outras zonas*” (entrevistado B).

De uma forma geral, não sendo encarada como óptima ajuda, não deixa de ser considerada francamente positiva os incentivos proveniente da PAC. Depreende-se igualmente que, os subsídios atribuídos, muitas vezes não são correcta e racionalmente aplicados para aumentar e melhorar o nível de produção da nossa agricultura. Os esquemas para a extensificação produtiva através do número de cabeças de gado por hectare, premeia quem tem maior dimensão. Por tudo isto, os agricultores de Grândola e do seu concelho são marginalizados no tocante às

ajudas comunitárias, pois o objectivo central da reforma da PAC é promover as explorações agrícolas produtivas eficientes ou seja aquelas que são competitivas.

Colocada a seguinte questão, *“do ponto de vista estritamente económico, o apoio da PAC é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique”*.

Ao que foi respondido:

- *“ os agricultores são naturalmente insatisfeitos como todos os agentes económicos, mas agora com a reforma da PAC têm razão, porque quem não trabalhar bem, quem trabalhar apenas para o subsídio, como até aqui, tem os dias contados. Tudo se encaminha para que só sejam subsidiadas as culturas realmente viáveis ”* (entrevistado C) ;

- *“ pode estimular, mas não é estruturante ”* (entrevistado E);

- *“ não. Penso que não, sendo o facto evidente, muitos agricultores até já se retiraram da agricultura ou praticam-na apenas para auto-consumo ”* (entrevistado B).

Conclui-se das respostas anteriores dadas, pelos actores sociais locais, que a PAC só por si, não assegura o prosseguimento da actividade dos agricultores. Constata-se que muitos agricultores estão insatisfeitos com os apoios prestados pela PAC e que a agricultura deixou de ser a actividade principal sendo complementada por outras actividades muito mais atractivas economicamente, o que actualmente se auto denomina por pluriactividade, indo além da dupla inserção profissional em actividades de natureza diversificada.

Perante a mesma questão o entrevistado D, respondeu:

- *“penso que tudo tem que ver com dois factores: dimensão e organização. A agricultura portuguesa tem sofrido muitas alterações, de mais até e tem-lhe faltado uma política bem definida a nível do planeamento e da reestruturação o que vai inviabilizar no futuro que a maioria dos agricultores continue no activo por mais ajudas que existam”*.

Perante esta resposta, verifica-se que, à agricultura portuguesa tem faltado as políticas estruturais básicas que viabilizem a continuidade de muitos agricultores nessa actividade. Na concepção de Francisco Avillez, *“ ... cerca de 65% da superfície agrícola portuguesa utilizada em Portugal, vai acarretar riscos de*

abandono agrícola, mas simultaneamente criar novas oportunidades de reconversão agro-florestal (2005: 10) .

Assistindo-se assim, a uma reiterada incapacidade da actividade agrícola, para gerar emprego, proporcionar boas condições económicas e assegurar a exclusividade do trabalho.

6.5 – Conhecimento da envolvente europeia e da PAC

A Política Agrícola Comum (PAC), começou pela opção política de garantia interna e protecção exterior dos produtos agrícolas comunitários. Uma opção, de tal modo generosa para os agricultores portugueses, que se traduz em grandes despesas para o orçamento comunitário.

A PAC, tem como princípio orientador, garantir a manutenção, a médio e longo prazo da agricultura como elemento central de um modo rural vivo, significando que não se destina apenas aos agricultores, mas também a toda a população rural, aos consumidores e a nível mais global à sociedade em geral. “ *A população ligada à agricultura, foi também envolvida pelo efeito global dos dinheiros, vindos de Bruxelas que permitiram um crescimento da Economia Portuguesa*” (Batista, 1993 : 88).

Esta política tem por finalidade promover o sector agrícola, tomando-o competitivo e ao mesmo tempo tentar assegurar um nível de vida mais digno à população agrícola.

Na opinião de François Descheemaekere podem perspectivar-se quatro situações futuras, “ *regiões com uma agricultura activa e geradora de emprego, permanecendo o suporte eficaz da actividade rural; regiões onde apenas permanecerá um pequeno número de activos agrícolas por Km² e onde a agricultura deixara de poder assegurar a sobrevivência das povoações: regiões de cultivo intensivo, grandes áreas cerealíferas; regiões sem agricultura mas com povoações activas, graças à caça, ao turismo rural, às residências de férias, ou mesmo à primeira habitação junto de grandes cidades e regiões sem agricultura e sem*

povoados, muito desfavorecidas em matéria agrícola, isoladas e longe das actividades não agrícolas" (1993 :33).

Como se verifica, o espaço rural é, em determinadas situações, preterido do seu objectivo fundamental: **PRODUZIR**.

De acordo com Francisco Avillez, " *os riscos de abandono agrícola, que podem ser, quer de abandono da produção, quer de abandono do território, são, à partida, extensíveis a uma parte muito significativa da nossa SAU*" (2005:10).

No entanto, no seu proposto a Política Agrícola irá incrementar métodos de produção mais eficazes, de modo a poder oferecer produtos de melhor qualidade, que vão ao encontro da procura dos consumidores. No seu espírito empreendedor, a Política Agrícola Comum (PAC), tem como objectivo principal, promover e incentivar um sector agrícola sustentável, em termos ambientais, contribuindo para a preservação dos recursos do património natural e para a manutenção do atractivo visual da paisagem rural, pois as medidas agro-ambientais, questão fulcral, apresentam-se como obrigatórias nos programas de desenvolvimento rural, tendo como principal objectivo incentivar os agricultores a introduzir ou a manter culturas compatíveis com a preservação e protecção do ambiente e dos recursos naturais.

Com a introdução e manutenção da Política Agrícola Comum, (PAC) pretende-se também legar às gerações futuras um meio rural protegido e com melhores condições de vida. " *A crescente integração nos mercados europeu e mundial irá certamente contribuir para uma forte redução do número de unidade de agricultura com função de produção*" (Batista, 1993 : 52).

Pelo acima descrito, importa colocar aos agricultores de Grândola, se conhecem ou não tais informações, se estão a par de tal política, destinada exclusivamente para a agricultura portuguesa e para os seus protagonistas.

Grândola e o seu concelho, têm enormes constrangimentos e debilidades ao nível do sector agrário, poucos solos com aptidão para a pratica agrícola e consequentemente que permitam uma agricultura de boa produtividade. Esta afirmação é sustentada por Fernando Oliveira Batista, ao afirmar, " *a agricultura já não unifica a sociedade rural com o seu espaço e em muitas zonas o declínio demográfico é já tão acentuado que se encontram mesmo inviabilizadas ou mesmo comprometidas quaisquer acções de reanimação social e económica*" (1993 : 89).

Com a entrada de Portugal na CEE e na PAC, houve uma expectativa no seio dos agricultores, dar-se uma reviravolta na agricultura de subsistência, para uma actividade mais moderna e que proporcionasse maior rendimento aos seus protagonistas rurais.

Os princípios orientadores da PAC, baseavam-se na unicidade de mercado, solidariedade financeira e preferência comunitária.

Assim, para uns, a Política Agrícola Comum (PAC) foi objecto de melhores condições de vida e de transformação da agricultura, que viriam a beneficiar todos os agricultores; para outros repleta de dúvidas, significaria um mau presságio, que não contribuiria para aumentar a competitividade da agricultura europeia e particularmente a portuguesa, de modo a melhorar os rendimentos dos agricultores. *“ A Reforma da Política Agrícola Comum. (PAC), pode assim consolidar na Europa a divisão entre dois grandes tipos de espaços rurais, os que mantêm a sua função produtiva agrícola e os que vão ter fundamentalmente, uma função de espaço de lazer e de reserva natural “* (Batista, 1993 : 91).

Com este princípio por fundamento, foi colocada a seguinte questão, aos agricultores, *“ como encara a situação actual da agricultura, após a integração de Portugal na União Europeia?”*, a maioria (62,6%), respondeu *“ pouco benéfica”*, curiosamente, apenas 0,5 % dos inquiridos considera-a, *“ muito benéfica”*, (quadro nº 42, anexo V) .

Sem menosprezar o percurso que terá de prosseguir, a PAC, não poderá deixar de dispor de um sistema de protecção que, *“ mais do que protector, funcionará essencialmente como estabilizador do mercado. Para isso é necessário que seja mais ligeiro, menos custoso e que minimize os efeitos distorçores “* (Cunha, 1996:123).

Para muitos agricultores concelhios, desiludidos, os sistemas de ajuda por hectare e a progressiva desvinculação das ajudas à produção e sua substituição por ajudas directas ao rendimento, a progressiva redução dos preços agrícolas comunitários seguindo os preços mundiais e a instauração de pousio obrigatório e voluntário, levou a uma maior concentração da terra e ao desequilíbrio das ajudas, de acordo com estatísticas publicadas, 80% das ajudas eram entregues a 20% dos agricultores proprietários de grandes herdades.

Na perspectiva, de François Descheemaekere, professor da Escola Superior de Comércio de Poitiers e conferencista «Team 92» da Comissão das Comunidades Europeias, é sustentada a preocupação pela situação que se vive, “ assiste-se a partir dos anos 80 a uma profunda convulsão da economia agrícola, com a transição de um período de penúria para um período de excedentes de produtos agrícolas de todos os tipos. Os agricultores têm de fazer face a grandes dificuldades: descida de preços, escoamentos limitados, aumentos dos encargos das explorações e diminuição das margens por efeito dos encargos financeiros e sentem-se frequentemente desamparados face a esta evolução económica, que não entendem e que não previram. Sentem-se incompreendidos, abandonados pelo resto da sociedade, que ignora as suas dificuldades” (1993 :32).

O choque foi grande e desapareceram 130 mil explorações entre 1987 e 1989. Poder-se-á dizer que Portugal sofreu com dois momentos: um com a entrada, com a reestruturação de algumas estruturas agrícolas, outro após a reforma da PAC, em que algumas explorações competitivas e modernas, foram atingidas por um choque, levando ao seu desaparecimento o que originou desemprego em muitas situações.

Estas duas versões contraditórias são comungadas em Grândola, pela maioria dos intervenientes rurais, restando ao agricultor a ideia subjacente que terá que produzir mais, com menos mão-de-obra, ter a capacidade de adaptar os seus produtos e métodos de produção à nova realidade do mercado internacional, de forma a tornar-se competitivo e conseguir impor-se no espaço de mercado.

A próxima década, na concepção de Fernando O. Batista, “ ... vai por certo assistir, ao progressivo desenvolvimento de um novo modelo tecnológico relativamente à agricultura. Trata-se de tecnologias de raiz biológica (biotecnologia, engenharia genética) ligadas aos processos informáticos. Este modelo não aparece, no entanto, ser de molde a atenuar o pessimismo relativo à fragilidade competitiva da agricultura ...como é óbvio, nenhuma destas características parece susceptível de favorecer as agriculturas familiares portuguesas “(1993 : 53). Esta é a realidade.

O tratado de Roma, em seus artigos 38 a 47, inclui a agricultura, como uma componente de uma política comum. O artigo 39, estabelece um conjunto de objectivos essenciais para a Política Agrícola Comum, nomeadamente, aumentar a

produtividade agrícola por meio do progresso técnico, assegurando um desenvolvimento racional da produção agrícola e utilização óptima dos factores de produção. Certamente, *“ uma parte circunstancial da população agrícola, continuará, no entanto, no seu habitat, sobrevivendo com a ajuda dos subsídios da PAC, destinados aos que se limitam à função de jardineiros da natureza ou seja, cuidar da terra sem terem como móbil a produção para o mercado e aos que aceitem um subsídio em troca da cessação da actividade agrícola. O envelhecimento da população pode contribuir para o sucesso destas vias”* (Batista, 1993 : 92).

A política agrária da PAC, surge essencialmente, devido ao facto de o sector agrário ser também um sector económico que apresenta algumas particularidades, as quais acabam por se reflectir nos mercados dos produtos agrários, aos níveis da procura e da oferta. De acordo com François Descheemaekere, a situação presente é muito polémica, *“ na Europa, menos de metade da população vive no espaço rural, representando este mais de 80% da superfície total da Comunidade. Em França, a situação é ainda mais desequilibrada, já que apenas 20% da população vive no espaço rural, que representa mais de 80% do território. Calcula-se que 40% do espaço rural francês se encontra numa espiral de declínio, ou mesmo de desertificação”* (1993 :32).

Dadas as especificidades do sector agrário, os agricultores, em termos sazonais, estão sujeitos aos ciclos culturais das culturas, confrontando-se com épocas de colheitas em que os preços são relativamente baixos e com outras em que os preços sobem, havendo sempre a possibilidade de se resolver esta questão com a armazenagem.

Torna-se sempre necessário criar um conjunto de medidas destinadas a conjugar, da melhor forma, as particularidades deste sector, através do estabelecimento das chamadas políticas agrárias de preços e mercados e das políticas agrárias de estruturas.

Apesar de tudo, os resultados económicos e o rendimento continuam a ser muito baixos, embora alguns indicadores apresentem algumas melhoras. Tão baixos rendimentos devem-se essencialmente ao facto de muitos agricultores estarem mal equipados em termos de terras e de capital variável e fixo.

No entanto, a política agrária visa, complementar as políticas de preços e mercados, promovendo um conjunto de investimentos tornando o sector competitivo e capaz de se afirmar nos mercados. Para isso, é necessário que exista poupança e que os agricultores tenham capital para fazer face às despesas.

É bastante elucidativa a ideia de José Manuel de Oliveira Mendes, ao descrever, “ os agricultores que se declaram receosos, são os que possuem um capital económico e cultural elevados” (Mendes,1991:37). Na realidade os agricultores mais conscientes denotam uma maior responsabilidade pelo risco e pela incerteza da sua profissão.

Perante a questão colocada aos agricultores, “*indique, a área em que o benefício proveniente da Política Agrícola Comum, (PAC), foi mais relevante para a sua actividade agrícola?*”, a maioria dos agricultores (85,9%) refere que foi a, “ *valorização do rendimento de exploração*”, apenas 2,5% dos inquiridos, afirma ter-se, “ *modernizado tecnologicamente*”, (quadro nº 43, anexo V) .

Neste capítulo, o concelho de Grândola, apresenta um conjunto de debilidades e constrangimentos de ordem económica, aliada também à fraca capacidade produtiva do solo e aos problemas de desenvolvimento rural subjacente.

6.6 – Novas formas de ruralidade e perspectivas de futuro

Presentemente a agricultura exige que os seus protagonistas, estejam bem preparados para enfrentar os novos desafios. Por isso, procura-se através das acções de formação iniciais e de qualificação dotar os agricultores de instrumentos válidos que lhes permitam uma possível inserção no mercado de trabalho agrícola.

A formação tem necessidade de centrar as acções em conteúdos de aprendizagem mais simplificados, mais concretos, direccionados a um ramo do sector agrícola que por norma não é muito letrado, no entanto, não deixando de manter a necessária exigência e rigor da formação.

A emergência de um novo paradigma tecnológico na agricultura, baseado na sustentabilidade, exige uma mudança fundamental no padrão de ensino rural. Não será possível acompanhar essa mudança com o actual ambiente educacional à

disposição dos agricultores. Por ambiente educacional conclui-se a quase inexistente formação profissional. Na pergunta feita aos inquiridos, “ *possui algum curso de formação profissional agrícola?*”, foi-me respondido, pela maioria dos inquiridos (94,6%), que, “*não*”, (quadro nº 44, anexo V).

Ter noções de agricultura geral é essencial para os agricultores que pretendam investir no sector, pelo que é uma das condições prioritárias.

Com o crescente desenvolvimento das tecnologias e técnicas agrícolas é fundamental que nas acções de formação se aborde a área de mecanização agrícola, no entanto apenas uma percentagem reduzida (1,5%) dos agricultores de Grândola, o frequentou, como se pode verificar no quadro nº 45 do anexo nº V.

Perante esta conjuntura, constatamos que no concelho de Grândola, é mínimo o número de agricultores que dispõem de cursos de formação profissional agrícola, tendo a situação piorado nos últimos anos.

Os agricultores deste concelho deverão fazer um esforço acrescido de modo a poder acompanhar as principais mudanças no sector agrário, particularmente os jovens, embora poucos nesta actividade. No entanto, podiam e deviam, desempenhar um papel estratégico nesse esforço de readaptação e modernização. Relativamente à frequência de acções de formação na agricultura, coloquei a seguinte pergunta, “ *em caso afirmativo, há quanto tempo o frequentou?*” pude verificar pelas respostas que uma maioria significativa (72,8%), dos inquiridos que frequentaram cursos de Formação Profissional Agrícola, foi à “ *mais de 11 anos* “, (quadro nº 46, anexo V).

Com vista ao alcance do objectivo de crescimento económico sustentável, agro-florestal, tem-se assistido em Grândola, na sede do município, na própria Zona Agrária, ou na sala de reuniões da Grandolacoop, onde algumas instituições locais e regionais (AJAAP, Associação de Agricultores, Associações Florestais, CAP e a própria Direcção Regional de Agricultura etc) têm efectuado colóquios, reuniões, na tentativa de elucidar os agricultores de algumas medidas específicas, tentando diminuir os processos de desburocratização e simplificando os procedimentos.

Neste contexto, foi colocada a questão aos inquiridos, “ *qual a sua opinião acerca do papel das instituições regionais e locais na dinamização e promoção da actividade agrícola ?*”:

- foi-me respondido pela maioria (88,9%) dos agricultores, “adequada”, apenas 1,5% dos inquiridos, apontou o papel das instituições como “ pouco adequada “, na dinamização e promoção do sector, (quadro nº 47, anexo V).

Podemos dizer com alguma clareza que, não existe divórcio entre agricultores e entidades públicas e privadas pela implementação de acções de esclarecimento.

Presentemente, o espaço para inovação é, bastante elevado, cabendo a agricultores empreendedores ou aos jovens agricultores fazer uso das boas práticas. Vários programas estão hoje ao dispor dos agricultores portugueses, todos eles empenhados em dinamizar a agricultura e as florestas e contribuir para o desenvolvimento sustentado das zonas rurais que nas últimas décadas têm observado a redução dos seus activos humanos.

Brevemente, os fundos comunitários serão ainda mais reduzidos para o apoio à agricultura, restando-nos fazer com que as medidas até agora promovidas pelas entidades governamentais permaneçam activas pela mão da iniciativa privada, particularmente às opções de financiamento.

O desenvolvimento económico do país deve ser também prosseguido com a informação, combatendo os três principais problemas estruturais que o país enferma, nomeadamente: a persistência da pobreza, a continuação das assimetrias entre as várias regiões e a fraqueza do sector agrário.

A nova política de desenvolvimento rural, visa constituir o enquadramento coerente e sustentável para o futuro das zonas rurais que pretendam restaurar e reforçar a competitividade e, desta forma, contribuir para a manutenção do emprego. Na perspectiva de Francisco Avillez, “ *a reforma da PAC de Junho de 2003, vai ter um impacto significativo sobre a agricultura portuguesa, na medida em que a sua aplicação vai:*

- *comportar riscos de abandono da produção e do território;*
- *criar novas oportunidades de reconversão dos sistemas de produção agrícola actualmente dominantes” (s/d:4 e 5)*

Em vários depoimentos políticos, é assegurada que a intervenção estrutural favorece a diversificação e a expansão do tecido económico das zonas rurais. Tendo por objectivo a exploração do potencial endógeno das zonas, com vista à criação de

emprego ou de novas fontes de rendimento complementar de modo a fixar a população.

Toda a mudança gera oportunidades e encontrando-nos num período de mudança social e económica da nossa sociedade, facilmente constatamos que há vários factores que se alteram, abrindo espaço para novas iniciativas. No entanto, quando colocada a pergunta, “*que futuro antevê para a agricultura portuguesa?*”.

A maioria (62,4%) dos agricultores, respondeu-me que, prevê um futuro “*insatisfatório*” para a agricultura portuguesa. Curiosamente, apenas 0,5 % dos agricultores em Grândola acredita num futuro mais próspero, prevendo-o “*muito satisfatório*”, (quadro nº 48, anexo V).

Conscientes do processo de desvitalização social e económica, a maioria dos agricultores de Grândola, tem pouquíssimas alternativas para permanecer no sector, sob o ponto de vista económico, tanto no concelho de Grândola como noutros concelhos deste país não é fácil viver em regime de exclusividade da agricultura, visto que, não é um sector que vislumbre um futuro promissor. No entanto “*o património fundiário está indissociavelmente ligado a uma família e, através dele, esta fica ligada a um território e perpetua-se no tempo*” (Hespanha, 1994:67).

A agricultura não é um sector atractivo socialmente para os jovens, ou para quem se queira iniciar na actividade. Para incentivo de instalação de jovens agricultores, são concedidas ajudas para facilitar a colocação desde que, os mesmos, enquanto responsáveis pela gestão da exploração, tenham menos de 40 anos e se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola.

A reforma antecipada incentiva os agricultores de idades avançadas a abandonarem as suas produções agrícolas, contribuindo com a passagem das mesmas para a geração mais jovem, “*proposta aos agricultores com mais de 55 anos de um regime de pré-reforma, favorecendo a instalação de jovens agricultores*” (Descheemaekere, 1993 : 30).

As ajudas à instalação, cujos montantes máximos foram substancialmente aumentados, podem incluir um prémio único, cujo montante máximo ilegível é de 25000 euros e uma bonificação dos juros dos empréstimos contraídos para cobrir as despesas de instalação. No entanto, apesar de algumas medidas aliantes, aos

jovens, perante a pergunta, "gostaria que os seus filhos seguissem a actividade agrícola?", a maioria dos inquiridos (70,4%), respondeu "não", apenas 29,6 % dos agricultores respondeu "sim", (quadro nº 49, anexo V). Verificando-se mesmo, que os próprios pais dão prioridade ao estudo e a outras profissões para os filhos em detrimento da actividade agrícola.

De acordo com, José M. de O. Mendes , " quando um filho trabalha na exploração, esta terá maiores dimensões e o consumo produtivo e pessoal serão mais elevados. A exploração deve permitir que o jovem possa nela viver no futuro, tendo capacidade de o atrair e fixar" (1991:33).

Não é fácil viver só da agricultura, o desemprego real e estrutural continua elevado e com tendência para aumentar, " a exploração agrícola deveria manter a base familiar, mas a concentração vai acelerar-se por razões demográficas (mais de 40% dos agricultores têm mais de 50 anos e não têm sucessor) e económicas" (Descheemaekere, 1993 : 33).

A população do município continua a diminuir, a envelhecer e a juventude a abandonar o concelho de Grândola, " espera-se que as medidas atrás referidas permitam travar a diminuição do número de agricultores (actualmente 3% ao ano: o número de activos agrícolas passou de 3,8 milhões em 1970 para 2 milhões em 1988) e assim limitar a desertificação de certas zonas rurais onde a agricultura é o estio" (Descheemaekere, 1993 : 30).

Os salários agrícolas médios estão abaixo da média nacional e o poder de compra é dos mais baixos do País. Pouca motivação têm os jovens para ficar na agricultura.

Somente uma parte significativa dos agricultores da zona de Grândola, com acesso a ocupações não agrícolas seria possível estabilizar a situação económica das suas famílias rurais aos níveis das famílias urbanas, visto que, na região, os rendimentos não agrícolas são substancialmente maiores que os derivados da agricultura.

A existência de ocupações não agrícolas no meio rural, implica que, o produtor rural não precise mudar para a cidade para poder mudar de ramo.

O aumento do número de desempregados no meio rural procurando emprego reforça esta tese. Por exemplo, os ordenados médios urbanos, são sempre maiores que os rurais, com o diferencial mais acentuado no caso de agricultura.

Perante esta nova realidade, confirma-se que as actividades agrícolas se vêm convertendo em ocupações parciais. A criação de empregos não agrícolas, é portanto a única maneira de refrear o êxodo e elevar rendimento. A pergunta efectuada aos agricultores, “ *como interpreta na sua condição de agricultor a título parcial, o futuro da sua actividade agrícola?*”:

- a maioria (68,4%), dos inquiridos, considera o futuro da actividade agrícola, “*nem satisfatório, nem insatisfatório*”, podendo-se igualmente constatar através do quadro nº 50, anexo V, que uma parte muito significativa (22,6 %) dos inquiridos, afirma que interpreta o futuro da sua actividade agrícola a tempo parcial de um modo “*satisfatório*”.

Na opinião de Francisco Avillez, “ *temos que pensar qual o peso relativo que determinada cultura anual deve ter, qual é a parte que deverá ser ocupada pelos prados e pastagens naturais, qual a parte ocupada pela floresta de maneira a termos um equilíbrio da conservação e da paisagem e do ordenamento adequado para os diferentes tipos de regiões do país e depois, se necessário, complementar com agro-ambientais. Isto vai permitir ter um determinado tipo de território que não é valorizado em termos do que produz mas da maneira como consegue valorizar os recursos*” (2004:11).

Todo o potencial que advém da combinação dos factores já enumerados aponta pela promoção à multifuncionalidade da propriedade agrícola que complementaria a pluriactividade do agricultor e cujo eixo principal seria a agricultura familiar.

A noção da pluriactividade na agricultura é do conhecimento geral e gera uma opinião de que essa é a situação melhor, mesmo muito boa, para a continuidade da fixação das pessoas nas áreas predominantemente rurais.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 – Conclusões

Decorrente da investigação empírica que realizei e tendo em conta os pressupostos teóricos considerados, cheguei a um conjunto de conclusões susceptíveis de alargar o horizonte de respostas à pergunta de partida colocada: a pluriactividade na agricultura - O concelho de Grândola como caso de estudo.

Conforme o explicitado pelos inquiridos, através do resultado dos inquéritos ou das entrevistas, a actividade agrícola local, apresenta de acordo com as expectativas dos agricultores, uma agricultura sem sustentabilidade económica. Após a análise desta situação constata-se que a agricultura é considerada sem viabilidade económica a nível global no concelho de Grândola.

Do ponto de vista da rentabilidade, foi da mesma forma unanimemente considerada má mas não péssima, revelando ainda uma certa crença da capacidade de manutenção e desenvolvimento da agricultura.

A agricultura praticada constitui um dos principais problemas, juntamente com: a redução do espaço agrícola, a fraca capacidade de uso do solo, a inexistência de infra-estruturas agrárias, a deficiente comercialização dos produtos e do ponto de vista social e económico existem outras actividades bem mais atractivas. Aliado a tudo isto, verifica-se a existência de um elevado índice de envelhecimento, um obstáculo à inovação e modernização do sector, tendo o concelho, também sofrido as consequências de um enorme processo de desvitalização da sua população, designadamente dos jovens e dos activos agrícolas.

O concelho de Grândola, apesar do seu potencial de desenvolvimento, é ainda uma região com fortes indícios de ruralidade e com diversos problemas de desenvolvimento económico e social. Um dos maiores problemas sociais é o elevado número de indivíduos que não sabem ler nem escrever.

Perante este cenário, os idosos não exercem a actividade com a respectiva capacidade técnica e tecnológica, são por norma conservadores e vão deixando incultas algumas parcelas, igualmente os mais jovens não modernizam nem

intensificam a sua exploração, cultivam com o mínimo de despesas, interessam-se mais pelas receitas do que pela produção, desviando-as por vezes do sector. Também se verificam baixos níveis de escolaridade dos agricultores e seus filhos, apesar do concelho dispor de uma enorme rede de equipamentos educativos que vai desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Contudo, há outros fenómenos de constrangimento que convirá focar e que ficam igualmente discriminados pela negativa, o défice de formação profissional existente entre a classe de agricultores, o que constitui um factor bastante problemático da afirmação do agricultor na sociedade moderna e no conseqüente desenvolvimento da agricultura local.

A frágil estrutura agrícola contemporânea favorece os desajustamentos no mercado de trabalho e não estimula a continuação dos jovens. Os filhos dos agricultores já não vêem na agricultura uma possibilidade real, ao contrário buscam nas novas alternativas de trabalho uma saída para superar os baixos rendimentos proporcionados pela actividade agrícola.

Relativamente ao tipo de exploração dominante no concelho de Grândola é o sequeiro, aveia, centeio e cevada e também as pastagens em regime extensivo para pastoreio dos efectivos pecuários.

É constatável uma estrutura familiar bastante consistente, uma grande percentagem de explorações com uma superfície reduzida, corrigindo a ideia expressa, da existência generalizada do latifúndio neste concelho.

Penso que a situação a adoptar será o multi-uso da terra como pratica vulgarizada, funcionando como mais valia, promovendo a compatibilização das várias actividades e o aumento da rentabilidade, assim se assume a ideia central desta pesquisa.

É ponto assente que, quase todos os agricultores do concelho de Grândola mantêm os sistemas tradicionais de cultivo, também não valorizam todas as potencialidades das terras que exploram progressivamente, aplicam poucos investimentos na agricultura e não se interessam muito por esta, uma vez que o seu futuro está muitas das vezes associado ao emprego não agrícola.

Um outro fenómeno importante, revela o baixo grau de esclarecimento que os agricultores possuem sobre a Política Agrícola Comum (PAC).

Um dado relevante conseguido, foi que de facto a maioria (concelho de Grândola, pratica a pluriactividade na agricultura alternativa, face a uma nova política rural existente. De acordo com não é possível viver exclusivamente da agricultura no cenário, apresentando-se esta, mais como um meio de auto-consumo, como aliás já foi referido. Apenas as situações de exploração de cortiça e florestal são vistas como rentáveis. Perante este contexto, vários agricultores estão diversificando o trabalho e o rendimento, onde as actividades não agrícolas tornam-se cada vez mais uma importante forma de ocupação para os produtores da zona.

Um outro elemento a ter em conta é o facto de os agricultores possuírem uma representação sociológica disso mesmo, isto é, viverem conscientemente o fenómeno pluriactivo.

A pluriactividade na agricultura como fenómeno subsidiário de outras actividades sócio – económicas do concelho foi uma outra vivência constatada. Efectivamente os serviços, a indústria, o comércio e outros são sectores directamente beneficiados do processo de extravasão de mão de obra proveniente da agricultura.

Por outro lado, muitos dos agricultores pluriactivos que inquiri, justificam os seus cultivos pela posse da terra, pela conservação do património herdado, a continuação da tradição e também como obtenção de despesas de subsistência, designadamente poder usufruir produtos mais frescos, mais baratos e de melhor qualidade, valorizando simultaneamente os seus tempos livres, ocupando as famílias e a necessidade de adicionar às receitas da exploração ordenados de outras actividades complementares.

A pluractividade da família agrícola, gera o plurirendimento, permitindo colmatar grande parte das insuficiências das receitas agrícolas perante novos anseios, novas aspirações de melhores condições de vida, das que efectivamente poderão dispor os titulares das explorações da pequena e média dimensão.

A pluriactividade na agricultura assume-se como um fenómeno real no mundo rural (do espaço geográfico e sociológico estudado) em plena evolução e implantação, o qual deverá ser tomado em linha de conta, nas orientações de estudo

da sociedade, já que a transição urbano/rural irá receber todas as influências emanadas da emergência deste fenómeno.

A pluriactividade tende a desenvolver-se como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde a sua articulação se dá através de actividades não agrícolas. Assim sendo, as modificações operadas com o aparecimento da pluriactividade na agricultura implicam o conhecimento das facetas económicas, sociais, culturais e agrícolas que importa conhecer. Tal estudo, extravasa o âmbito deste trabalho, sendo no entanto importante, com a integração na Comunidade Europeia, reconhecer que a vida nos campos jamais retornará ao ciclo a que estávamos habituados que caracterizou o Estado Novo.

Da adopção do cenário alternativo da Reforma da PAC de 2003, ressalta a previsibilidade, a ter em consideração nos próximos tempos: diminuição nas áreas de culturas arvenses de sequeiro, quebra significativa no efectivo pecuário (ovinos) com destino a produção de carne e lã, redução do efectivo bovino para leite, redução significativa das áreas de milho e arroz, redução das áreas ocupadas por culturas permanentes tradicionais, sobretudo no caso da vinha.

Em contrapartida são consideradas como perspectivas futuras de sustentabilidade económica: as áreas florestais, os prados e pastagens, o efectivo pecuário, particularmente o bovino para o consumo de carne, produtos hortícolas ao ar livre no sistema de regadio, culturas de produção agrícola de regadio (excepto o milho e o arroz), plantações de fruteiras, vinha e olival tecnologicamente evoluídos e sistemas de ocupação de solo e das técnicas agrícolas ecologicamente sustentáveis, interligadas a actividades diversificadas não agrícolas em meio rural;

Assim, perante esta conjuntura, impõe-se um processo de reestruturação fundiária, que promovendo o acesso à terra daqueles que dela estão desprovidos, é vital para a atracção e fixação das populações e de novos activos, combatendo a desertificação e para a criação de empresas agrícolas, ou de outra origem, que permitam um aproveitamento eficiente dos recursos.

As explorações de pequena e média dimensão, existentes no concelho, que ocupam a maior parte da região, parecem estar associadas a uma fraca dinâmica

empresarial que tem demonstrado ser muito pouco favorável à criação de uma base económica e social competitiva.

São enumeradas as características do concelho em análise de forma a fundamentar a sua diferença em relação a outros, gerando uma opinião quase unânime dessa diferença, sendo apontado como bastião dessa diferença a grande repartição da terra.

Na realidade a dimensão das explorações e a fraca dinâmica empresarial são seguramente dois aspectos que não podem deixar de ser considerados, um processo que requer a adopção de alterações muito profundas e complexas. Não poderei afirmar que o recurso às actividades não agrícolas é o caminho para o abandono da actividade agrícola, a perda de importância da agricultura não quer dizer que existe um esvaziamento das zonas rurais e nem o total abandono da actividade.

Para que se possam vencer os próximos desafios, deve-se criar condições para a prática de uma reconversão dos sistemas agrícolas. As possibilidades são múltiplas e a decisão de sair ou permanecer na agricultura, depende essencialmente entre outros factores da política para o sector.

Assim e por último, é necessário a existência de uma política de desenvolvimento local para incentivar novas actividades não agrícolas portadoras de maior rendimento e emprego, de um modo sustentável ao longo do tempo, definindo limites para zonas susceptíveis à produção agrícola e à exploração turística, isto é, sem que uma anule a outra. A abertura do espaço rural a outras actividades não agrícolas, representa de certa forma a expectativa generalizada, sendo considerado o turismo rural como o ponto mais forte dessa abertura.

Acredito profundamente que se devem tentar diferentes caminhos para viabilizar uma vida mais digna para o agricultor.

7.2 – Recomendações

Demorei algum tempo a concluir a minha dissertação de mestrado. Não foi fácil, estando eu sempre sujeito a grandes limitações de tempo.

Não me foi fácil, pois foi necessário assegurar a normalidade das minhas funções de técnico na Zona Agrária e simultaneamente, ir construindo, distribuindo, recolhendo e analisando instrumentos para a recolha de dados.

Desenvolvi-a ao longo do tempo, com sacrifício e muito trabalho, mas ao mesmo tempo foi para mim gratificante elaborar um trabalho desta natureza, devido à minha curiosidade pelos resultados e à satisfação da utilidade para os agricultores.

Na minha actividade profissional, os utentes são nem mais nem menos, os actores que comigo colaboraram, sem eles não teria fundamento para analisar o tema proposto, visto que desempenho a minha actividade como técnico na Zona Agrária de Grândola.

Este trabalho, permitiu-me parar um pouco no concreto e real do dia a dia e «olhar para o outro lado», o lado das dificuldades, das preocupações, das convicções e expectativas quanto ao tipo de agricultura praticado pelos agricultores do concelho de Grândola e verificar o quadro emergente da nova ruralidade. Pude analisar o que realmente se «faz», para além do que se «diz », pude por fim estudar, analisar, reflectir sobre a situação.

Um dos elementos mais estimulante neste trabalho, foi a facilidade e a disponibilidade, com que os agricultores e demais actores locais se dispuseram a colaborar comigo na sua realização, fornecendo toda a informação necessária, através de aplicação de questionários e entrevistas, facilitando o meu trabalho e participando com entusiasmo no processo de intervenção. Nunca senti, neste aspecto, qualquer obstáculo ao prosseguimento do mesmo.

As questões colocadas através das várias técnicas utilizadas, nomeadamente o inquérito por questionário e a entrevista, foram desenvolvidas e pensadas de forma a suplantar eventuais dificuldades por eles sentidas, pretendendo favorecer a sua autonomia nas respostas dadas.

Em relação ao questionário, durante a análise de dados, detectei, a falha de uma questão essencial, verifiquei que havia classes que tinham amplitudes

diferentes e, conseqüentemente, não foi possível determinar as medidas estatísticas de tendência central, como a média, mediana e moda.

A construção e realização da minha dissertação, começou por uma reflexão sobre a agricultura local, a sua caracterização, posteriormente revi um pouco da sua história, particularmente alguns factos marcantes na sua evolução, que contribuíram para o nosso modelo de agricultura, seguidamente analisei e referi alguns dos desafios, a Política Agrícola Comum, (PAC), algumas das suas condicionantes e as novas estratégias para o desenvolvimento integrado do meio rural, tendo a pluriactividade assumido o eixo central.

O meu objectivo geral foi contribuir para o entendimento das representações sociais dos agricultores face ao fenómeno da pluriactividade agrícola.

Verificando que este processo se desenvolve em torno do contexto da nova ruralidade, isto é, a agricultura terá de ser conjugada em regime pluriactivo, não só pelos agricultores pequenos e marginalizados, ou a agricultura do tipo familiar, mas também pelos agricultores (poucos) bem sucedidos e modernizados com interesses diversos. O espaço rural do concelho de Grândola está receptivo a outras actividades, diferentes da produção agrícola.

A agricultura local é um sector muito envelhecido, que não atrai a capacidade dos mais jovens. Além disso, as zonas rurais estão desvitalizadas de qualquer missão de competitividade.

Presentemente não é fácil viver da agricultura! Ser hoje agricultor, no concelho de Grândola é ter plena consciência das dificuldades e sentir a necessidade de mudança. A actividade agrícola atravessa nos nossos dias a sua maior crise, há que articulá-la com outros sectores de actividades, de modo a promover o desenvolvimento local. O concelho perspectiva outras potencialidades, como o turismo, que constitui alternativa de rendimentos à vida rural. Só assim, este ganharia novos modelos de atracção social e de rentabilidade económica.

A análise aqui efectuada, tem como objectivo central, reflectir acerca da maior ou menor eficácia, com que os objectivos propostos são atingidos, Seria pretensioso, afirmar que se pretende com a investigação fornecer a resolução dos problemas agrários neste concelho.

O estudo não foi completo e as principais ideias apontam para a necessidade da elaboração de um novo estudo mais aprofundado, para analisar as questões mais prementes da agricultura local e fornecer dados que possam contribuir para um desenvolvimento integrado de vários sectores, para benefício das pessoas e enriquecedor do território.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira de

- 1981 "Alguns Problemas de Teoria das Classes Sociais", *Análise Social* nº 66 – Vol. XVII, Lisboa, Inst. de Ciências Sociais da Univ. Nova de Lisboa
- 1986 *Classes Sociais Nos Campos* – Camponeses parciais numa região do noroeste, Lisboa, Ed. Inst. de Ciências Sociais da Univ. Nova de Lisboa – Teses e Teorias

AVILLEZ, F.

- 1993 "A Nova Pac e a transformação da agricultura portuguesa", *I Congresso de Economistas Agrícolas*, Maio/93 - Lisboa
- 2004 "Esta é a oportunidade para mudar", *Agroges*, Sociedade de Estudos e Projectos, Cascais: (<http://WWW.agroges.pt/Pdfs/Entrevista.pdf> - 19.05.2006)
- s/d "A Reforma da PAC de Junho de 2003 e o Futuro da Agricultura em Portugal", *Agroges*, Sociedade de Estudos e Projectos, Cascais: <http://WWW.agroges.pt/Pdfs/Entrevista.pdf> - 23.05.2006)
- 2005 "O Futuro da Agricultura em Portugal", *Gazeta das Aldeias*, nº 3101, ano 110, Montijo, GRAFIDEM. (pp. 9 a 14)

BADOUIN, Robert

- 1971 *Economie Rurale*, Paris: Colecção U
-

BARROS, Afonso de

1975 *A Agricultura Fundiária na Península Ibérica*, Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência

1979 "A Reforma Agrária em Portugal e o desenvolvimento económico e social", Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº3 , 1979, pp.57-56

BARROS, Henrique de

1977 *É Indispensável Consolidar a Reforma Agrária*, Lisboa: Ministério da Agricultura

BATISTA A., ANTÓNIO, P. e PORTELA, J.

1999 *A Medida de Cessação de Actividade Agrícola em Portugal Continental 1994-98 – Contributo para uma primeira Avaliação* - DGDR, UTAD / DES : Vila Real

BATISTA, Fernando Oliveira

1993 *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra: Fora de Texto - Cooperativa Editorial de Coimbra, CRL

BERGMANN, Denis e BAUDIN, Pierre

1989 *Políticas do Futuro para a Europa Agrícola*: Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda

BESSA, António Marques

1993 *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, Lisboa: Editor Inst. Superior de Ciências Sociais e Políticas

BRITO, Joaquim Pais de

1996 *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 1ª Edição

BURKE, Peter

1980 *Sociologia e História*, Porto: Edições Afrontamento, 2ª Edição

CABRAL, M. Villaverde

1981 *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa: Biblioteca da História, A regra do Jogo, Edições Lda

CARNEIRO, M. J. T.

1996 "Pluriactivité Agricole: L'hétérogénéité cachée", *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, Paris : n° 38, pp 7-36

CAVACO, Carminda

1985 *Agricultura a Tempo Parcial – Contribuição para o seu estudo na região de Lisboa, Oeiras*: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro de Estudos de Economia Agrária

1981 "A Pluriactividade na Pequena Agricultura Portuguesa" *Revista Crítica de ciências Sociais*, Lisboa: n.º 7/8, pp. 171-189

CHAINHO, António Gamito

1997 *Em Procura de um Projecto de Desenvolvimento Local*, Grândola: Ed. C.M.G.

CUNHA, Arlindo

1996 *A Agricultura Europeia na Encruzilhada*, Porto: Edições Asa, 1ª Edição

CRISTOVÃO, Artur

- 2002 “ A vida de qualquer área rural depende de um cruzamento e de uma articulação entre actividades diversas”, in *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, V.3, nº2, Porto Alegre: pp-5-12 -
(http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_nº2/revista_agroecologia_ano3_num2_parte03_entrevista.pdf(02.05.2006)

DESCHEEMAEKERE, François

- 1993 *Compreender Melhor a PAC e o Futuro do Mundo Rural*, Lisboa: Ediprisma, Edições Em Gestão Lda, Edição patrocinada por: Confagri

DURÁN, Francisco Entrena

- 1998 *Cambios en la construcción Social de Lo Rural*, Madrid: Gráficas Molina, Editorial Tecnos, S.A.

ECO, Humberto

- 1998 *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Editorial Presença, 7ª Edição

FODDY, William

- 2002 *Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras: Celta Editora, 2ª Edição

FULLER, A.

- 1990 “Part Time Farming to Pluriactivity; a decade of change in rural Europe”, *Journal of Rural Studies*, London: vol. 6 nº 4, pp 361-373
-

FULLER, A. , BRUN, A.

- 1988 "Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe", In : *Rural Change in Europe*, Arkleton Researche, Second Review Meeting, Waldkirchen, 18-21, setembro, Germany: pp 147-167

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin

- 1997 *O Inquérito*, Oeiras: Celta Editora, Lda, 3ª Edição

GIDDENS, Anthony

- 1993 *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição

HESPANHA, Pedro

- 1994 *Com os Pés na Terra – Práticas Fundiárias da População Rural Fundiária*, Porto: Edições Afrontamento

JOSÉ, Américo

- 2000 *Uma Nova Ruralidade? A Pluriactividade na Agricultura – Beja: Universidade Moderna*

LEFF, E.

- 1986 *Los Problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*, México: Ed. Sigilo XXI

LIMA, Aida Valadas de

- 1990 "Agricultura de Pluriactividade e Integração Espacial", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 55 –61
- 1991 "Velhos e Novos Agricultores em Portugal", *Análise Social*, n.º 111, pp. 335-359

LOURENÇO, Nelson

1991 *Família Rural e Indústria-Mudança Social na região de Leiria*,
Lisboa: Editorial Fragmentos

LOPES, António Calado

1985 *Portugal e as Políticas Comunitárias*, Lisboa: Livros Horizonte,
Lda

MENDES, José Manuel de Oliveira

1991 *Agricultura Familiar; Aspectos teóricos e Empíricos*, Angra do
Heroísmo: Universidade dos Açores - Departamento de Ciências
Agrárias

MENDRAS, Henri

1984 " La fin des Paysans. Vingt and après ", Le Paradou. *Actes du
Suel*

MOREIRA, Carlos Diogo

1994 *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: Inst.
Superior de Ciências Sociais e Políticas

NAZARETH, J. Manuel

1996 *Introdução à Demografia*, Lisboa: Editorial Presença

PINTO, Armando Sevinate

s/d " A Agricultura e os Ritmos da Mudança " , *Agroges*, Sociedade
de Estudos e Projectos, Cascais (<http://www.agroges.pt/asp1.htm>
– 25.05.2006)

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan

1998 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda, 2ª Edição

RAMBAUD, Placide

1973 *Société Rural et Urbanisation*, Paris : Editions du Seuil – 2ª Ed.

ROMÃO, A.

2004 *A Economia Europeia*, Oeiras: Celta Editora

RAMOS, Francisco Martins

1997 *Os Proprietários da Sombra*, Lisboa: Universidade Aberta

RIBEIRO, Manuela

1997 *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas, em Regiões de Montanha*, Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnologia

SAMOUCO, André

1993 “O Estado-providência e a sociedade rural. Revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto: a agricultura de pluriactividade”, *Análise Social*, vol. XXVIII, pp 391-408

SCHUMACHER, E.F.

1980 “ *Small is Beautiful: Um estudo de economia em que as pessoas também contam*”, Lisboa: Universidade Moderna, nº 65 Publicações D. Quixote

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira

2001 *Portugal – Da paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa:
Editorial Presença

SERRANO, Pedro

s/d “A Nova Política de Desenvolvimento Rural na UE”, Agrogos,
Sociedade de Estudos e Projectos, Cascais, (www.agrogos.pt –
29.05.2006)

SILBERT, Albert

1981 *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa:
Livros Horizonte, Lda, 3ª Edição

VARELA, J.A. Santos

1988 *A Política Agrícola Comum e a Sua Aplicação à Agricultura
Portuguesa – Política de Estruturas e Reformas*, Lisboa:
Publicações Dom Quixote, Lda

1991 *As Negociações com a CEE e a Agricultura Portuguesa*, Lisboa :
Publicações Dom Quixote, Lda, 1ª Edição

1996 *A política Agrícola Comum: os princípios, as reformas actuais, a
futura Europa Verde*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

VENTURA, Ana Maria Pereira

1997 *A Agricultura Intensiva e o Ordenamento do Território e
Planeamento Ambiental – Os Casos da horticultura e da
suinicultura na região de Mira e Alto Sado*, Lisboa: Universidade
Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências e Tecnologia

Outra documentação consultada

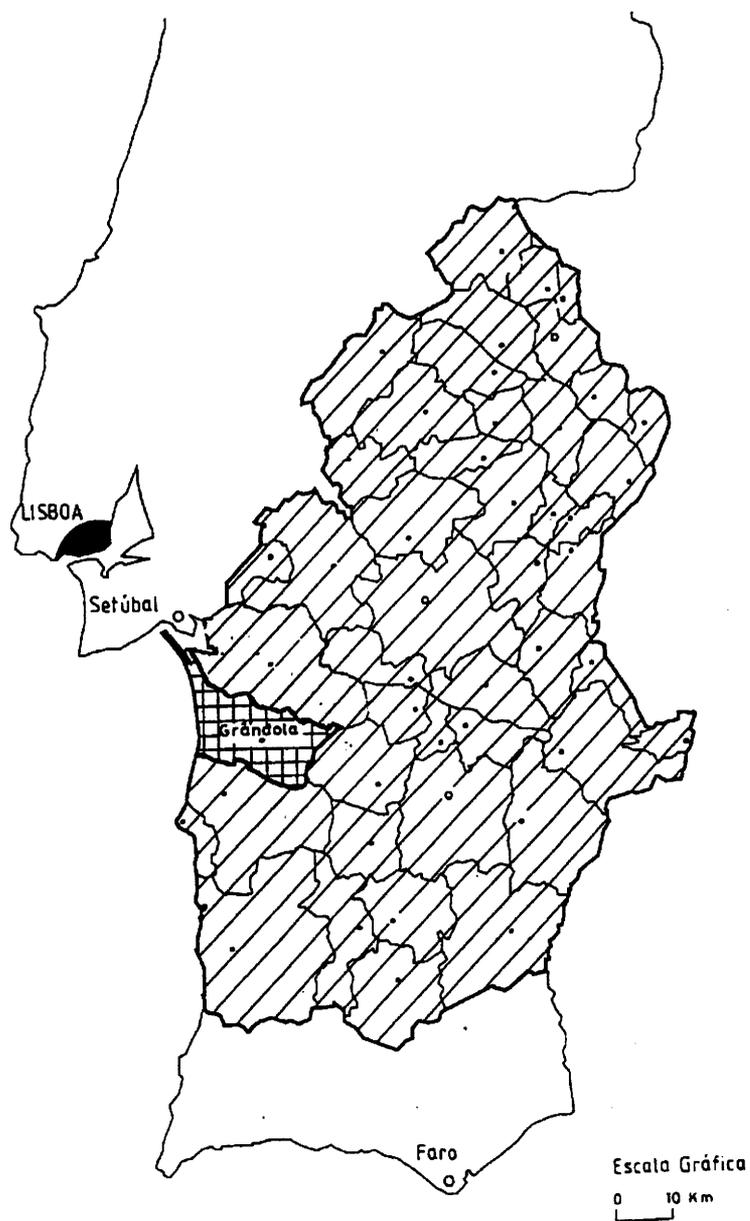
- Boletins Trimestrais da Direcção de Planeamento, Estatística e Relações Comunitárias (D.P.E.R.C.), editados pelo INGA (2002 a 2005)
 - Comissão das Comunidades Europeias - Agenda 2000 – Vol. I «Para uma visão reforçada e alargada», Luxemburgo; serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, 1997, p.11
 - Fichas de candidatura ao subsídio de gasóleo, para 2004 (Z.A.G. – 2003)
 - <http://europa.eu.int/comm/agriculture> (20.11.2005)
 - <http://europa.eu.int/> (31.11.2005)
 - <http://www.worldlingo.com/wl/> (03.01.2006)
 - INE -Anuário Estatístico da Região do Alentejo, (Évora-1995 e 97)
 - INE - Censos da Região Alentejo, (1991)
 - INE – Direcção Regional do Alentejo – Os municípios do Alentejo, 1997
 - INE - Resultados definitivos Censos, 2001
 - INE- Recenseamento Geral Agrícola, (1989)
 - INE - Inquérito Agrícola, (RGA – 1999)
 - Inquérito aplicado aos agricultores do concelho de Grândola / 2000/ZA
 - OCDE – Créer des Emplois pour le Développement rural. De Nouvelles Politiques, Paris : OCDE, 1995, p.23
 - PDAR – Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural - Vale do Sado (1991)
-

Anexo I

(Mapa nº 1)

Enquadramento do concelho de Grândola

**ENQUADRAMENTO DO CONCELHO
DE GRÂNDOLA**



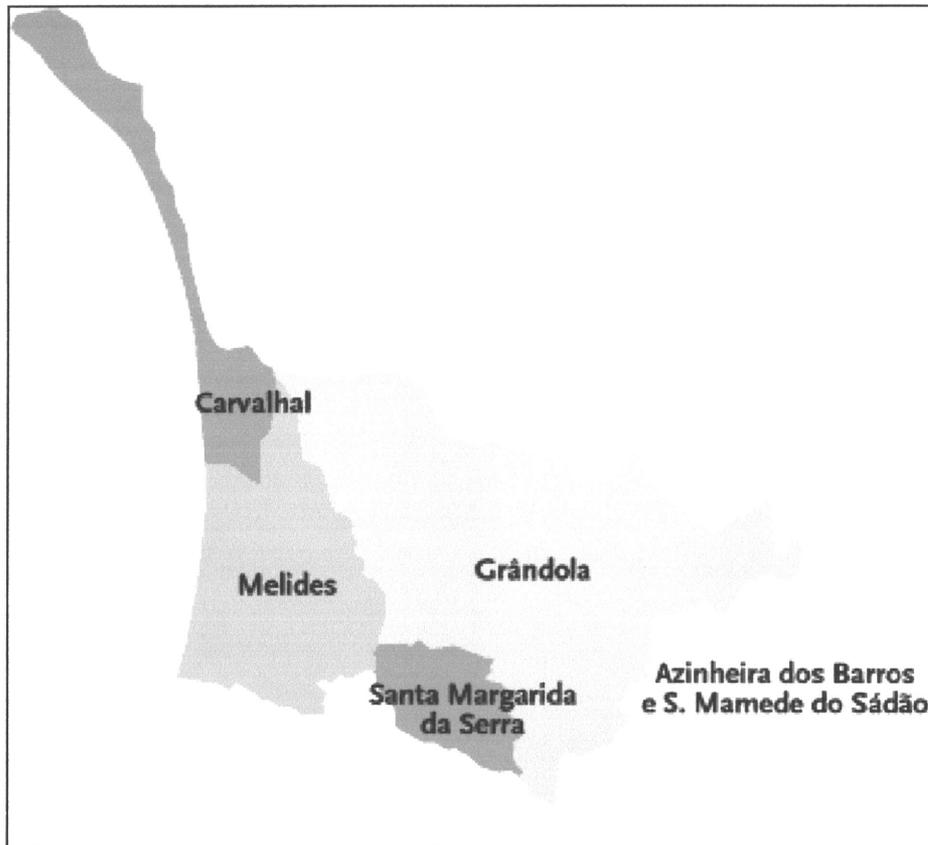
Mapa nº 1

Anexo II

(Mapa nº 2)

Mapa do concelho de Grândola e respectivas freguesias

**-CONCELHO DE GRÂNDOLA e RESPECTIVAS
FREGUESIAS-**



Anexo III

QUESTIONÁRIO

Universidade de Évora
Évora

Dissertação de mestrado em Sociologia

Ano lectivo; 2001/03

Inquérito por questionário

Aos agricultores do concelho de Grândola

“ A pluriactividade na agricultura “

O caso particular do concelho de Grândola

Questionário nº _____

Data de aplicação __/__/__

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Sou aluno do VII curso de mestrado em Sociologia, na Universidade de Évora, e no âmbito da cadeira de Seminário, cabe-me elaborar um estudo para o qual é preciosa a vossa colaboração no preenchimento deste inquérito.

Este destina-se aos agricultores do concelho de Grândola, inscritos no subsídio de gasóleo para o ano de 2004 e cujas fichas se encontram na Zona Agrária de Grândola.

Pretendo com este inquérito conhecer através dos actores agrícolas locais, comportamentos, atitudes e expectativas face à nova forma de ruralidade – *A pluriactividade na agricultura* – O caso particular do concelho de Grândola.

Informo que todos os inquéritos serão anónimos e confidenciais e não poderão ser utilizados para outro fim. Assim solicito que não se identifique mantendo o anonimato.

Confio na sua colaboração, agradecendo desde já o seu contributo.

Os meus agradecimentos

Questionário

O questionário tem carácter confidencial e o seu conteúdo mantido em sigilo

Grupo I – Características Sócio-demográficas

1 – Sexo :

- 1.1 M 1.2 F

2 – Idade:

- 2.1

3 – Estado Civil:

- 3.1 Solteiro
 3.2 Casado
 3.3 Viúvo
 3.4 Separado/divorciado
 3.5 Vive maritalmente

4 – Habilitações literárias:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 4.1 Agricultores | <input type="checkbox"/> 4.2 Filhos |
| <input type="checkbox"/> 4.1.1 Não sabe ler nem escrever | <input type="checkbox"/> 4.2.1 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.2 Sabe ler e escrever mas não frequentou o ensino | <input type="checkbox"/> 4.2.2 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.3 Ensino primário incompleto | <input type="checkbox"/> 4.2.3 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.4 Ensino primário completo | <input type="checkbox"/> 4.2.4 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.5 Ensino secundário incompleto | <input type="checkbox"/> 4.2.5 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.6 Ensino secundário completo | <input type="checkbox"/> 4.2.6 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.7 Ensino médio incompleto | <input type="checkbox"/> 4.2.7 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.8 Ensino médio completo | <input type="checkbox"/> 4.2.8 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.9 Ensino superior incompleto | <input type="checkbox"/> 4.2.9 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.10 Ensino superior completo | <input type="checkbox"/> 4.2.10 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.11 Pós – Graduação | <input type="checkbox"/> 4.2.11 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.12 Mestrado | <input type="checkbox"/> 4.2.12 |
| <input type="checkbox"/> 4.1.13 Doutoramento | <input type="checkbox"/> 4.2.13 |

Grupo II – Características da Exploração Fundiária

5 – Tipo de exploração ?

- 5.1 Regadio
 - 5.2 Sistema intensivo
 - 5.3 Sequeiro
 - 5.4 Sistema extensivo
 - 5.5 Misto
 - 5.6 Outro tipo. Qual ? _____
-

6 – Dimensão da exploração (ha) ?

- 6.1 < 5 ha
- 6.2 6 - 10 ha
- 6.3 11 - 20 ha
- 6.4 21 - 50 ha
- 6.5 51 - 100 ha
- 6.6 101 - 200 ha
- 6.7 > 200 ha

7 – A área explorada é por ?

«Indique a área explorada em cada situação»

- 7.1 Conta própria _____ ha 7.1.1
 - 7.2 Arrendamento _____ ha 7.1.2
 - 7.3 Cedência _____ ha 7.1.3
 - 7.4 Outra forma. Qual ? _____
-

8 - Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração?

- 8.1 Tractor
- 8.2 Caterpillar
- 8.3 Motocultivador
- 8.4 Motoenxada
- 8.5 Ceifeira
- 8.6 Charrua
- 8.7 Grade de Discos
- 8.8 Fresa
- 8.9 Escarificador
- 8.10 Gadanheira

8.11 Outra. Qual? _____

9 – Qual a proveniência de máquinas e alfaias que utiliza?

- 9.1 Próprias
 9.2 Alugadas
 9.3 Emprestadas
 9.4 Não utiliza
 9.5 Outra proveniência. Qual ? _____
-

10 – Que prioridade confere ao uso do capital financeiro ?

- 10.1 Moderniza tecnologicamente a exploração
 10.2 Reconverte a actividade da exploração
 10.3 Investe em novas propriedades
 10.4 Investe noutra actividade
 10.5 Outra. Qual ? _____
- 99 Não responde
 0 Não sabe
-

Grupo III – Actividade Agrícola e Formas de Exploração

11 - Sempre trabalhou na agricultura ?

- 11.1 Sim
 11.2 Não

12 - Há quanto anos?

- 12.1 < a 5 anos
 12.2 6 a 10 anos
 12.3 11 a 15 anos
 12.4 16 a 20 anos
 12.5 > de 20 anos

13 – Indique as razões ou motivos porque exerce a actividade agrícola ?

- 13.1 Modo de vida
 13.2 Herança familiar
 13.3 Por ser economicamente rentável
 13.4 Por se sentir vocacionado
 13.5 Vida mais saudável
 13.6 Uma actividade como outra qualquer
- 99 Não responde
 0 Não sabe

13.7 Outro motivo. Qual? _____

14 - A sua actividade foi sempre exercida no concelho de Grândola ?

14.1 Sim

14.2 Não

14.3 Justifique? _____

15 – Qual é o tempo médio que dedica semanalmente à actividade agrícola ?

15.1 < 5 horas

15.2 6 - 10 horas

15.3 11 - 15 horas

15.4 > 15 horas

99 Não responde

0 Não sabe

16 – Recebe ajudas dos seus familiares na realização das actividades agrícolas ?

16.1 Sim

16.2 Não

17 – Como avalia o contributo familiar na actividade agrícola ?

17.1 Máxima importância

17.2 Considerável importância

17.3 Mediana importância

17.4 Reduzida importância

17.5 Nenhuma importância

18 – Indique por ordem de importância onde é que a ajuda recebida é mais essencial ?

18.1 Sementeira

18.2 Tarefas intermediárias

18.3 Colheita

18.4 Gestão da actividade agrícola

18.5 Outras actividades. Quais? _____

99 Não responde

0 Não sabe

19 – Como analisa a rentabilidade média retirada da sua exploração agrícola ?

19.1 Alta

19.2 Média

19.3 Baixa

99 Não responde

0 Não sabe

20 - O rendimento da sua exploração é suficiente para sustentar o agregado familiar ?

20.1 Sim

20.2 Não

20.3 Justifique? _____

21 – Vive exclusivamente da agricultura?

21.1 Sim

21.2 Não

22 – Quais são as áreas de actividade económica e ocupação profissional, donde retira rendimento complementar á da actividade agrícola ?

22.1 Actividade comercial

22.2 Actividade industrial

22.3 Actividade intelectual

22.4 Actividade artesanal

22.5 Serviços

22.6 Outras actividades, quais? _____

23 – A agricultura baseada na pluriactividade, constitui um novo paradigma proporcionando a articulação entre a agricultura e os outros sectores da actividade económica. Como vê os agricultores desempenharem outras actividades.

(Faça um circulo à volta do número que melhor se adapte à sua situação)

«1= Discordo totalmente; 2= Discordo; 3= Nem concordo nem discordo; 4= Concordo; 5=Concordo totalmente »

23.1 1 2 3 4 5

99 Não responde

0 Não sabe

24 – Acha que só os agricultores a tempo inteiro sabem explorar convenientemente a terra?

24.1 Sim

24.2 Não

24.3 Porquê? _____

99 Não responde

0 Não sabe

25 – Considera-se mais do tipo;

25.1 Rural

25.2 Urbano

25.3 Porquê? _____

26 – Considera que estar próximo de uma vila/cidade é um factor determinante para exercer outras actividades complementares?

26.1 Sim

26.2 Não

26.3 Porquê ? _____

Grupo IV – Conhecimento da envolvente Europeia

27 – Está informado acerca da Política Agrícola Comum (PAC) ?

(Faça um circulo à volta do número que melhor se adapte à sua situação)

«1 = Não estou informado; 2= Estou pouco informado; 3= Estou informado; 4=Estou totalmente informado »

27.1 1 2 3 4

99 Não responde

0 Não sabe

28 – Como encara a situação actual da agricultura após a integração de Portugal na União Europeia ?

28.1 Muito benéfica

28.2 Benéfica

28.3 Nem benéfica nem prejudicial

28.4 Pouco benéfica

28.5 Nada benéfica

99 Não responde

0 Não sabe

29 – Indique, a área em que o benefício proveniente da Política Agrícola Comum (PAC), foi mais relevante para a sua actividade agrícola ?

29.1 Valorização do rendimento de exploração

29.2 Compensação dos anos maus

29.3 Modernização tecnológica

29.4 Reconversão do tipo de agricultura

29.5 Valorização das técnicas de produção

29.6 Valorização do rendimento familiar

99 Não responde

0 Não sabe

Grupo V – Perspectivas de futuro

30 – Possui algum curso de formação profissional agrícola?

30.1 Sim

30.2 Não

30.3 Em que área? _____

31 – Em caso afirmativo, há quanto tempo o frequentou?

31.1 < 5 anos

31.2 6 - 10 anos

31.3 11 - 15 anos

31.4 16 - 20 anos

31.5 > 20 anos

99 Não responde

0 Não sabe

32 – Qual a sua opinião acerca do papel das instituições regionais e locais na dinamização e promoção da actividade agrícola ?

32.1 Muito adequado

32.2 Adequado

32.3 Medianamente adequado

32.4 Pouco adequado

32.5 Nada adequado

32.6 Justifique? _____

99 Não responde

0 Não sabe

33 – Que futuro antevê para a agricultura portuguesa ?

33.1 Muito satisfatório

33.2 Satisfatório

33.3 Nem satisfatório, nem insatisfatório

33.4 Insatisfatório

33.5 Muito insatisfatório

33.6 Justifique a sua resposta? _____

99 Não responde

0 Não sabe

34 – Gostaria que o(s) seu(s) filho(s) seguisse(m) a mesma profissão ?

34.1 Sim

34.2 Não

99 Não responde

0 Não sabe

34.3 Justifique ? _____

35 – Como interpreta na sua condição de agricultor a tempo parcial o futuro da sua actividade agrícola ?

35.1 Muito satisfatório

35.2 Satisfatório

35.3 Nem satisfatório, nem insatisfatório

35.4 Insatisfatório

35.5 Muito insatisfatório

35.6 Justifique ? _____

99 Não responde

0 Não sabe

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo IV

ENTREVISTA

Universidade de Évora
Évora

Dissertação de mestrado em Sociologia

Ano lectivo; 2001/03

Inquérito por entrevista

Aos actores sociais (individuais e colectivos)
do concelho de Grândola

“ A pluriactividade na agricultura “

O caso particular do concelho de Grândola

Entrevista nº _____

Data de aplicação __/__/__

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo V

ANÁLISE DE DADOS DA INVESTIGAÇÃO - QUESTIONÁRIO-

GRUPO I – CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS

V₁ - Sexo

Statistics

Quadro nº 1

Sexo

N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	181	88,7	88,7	88,7
	2	23	11,3	11,3	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂ - Idade

Statistics

Quadro nº 2

Idade

N	Valid	203
	Missing	1
Mode		5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	,5	,5
	2	18	8,8	8,9	9,4
	3	32	15,7	15,8	25,1
	4	37	18,1	18,2	43,3
	5	69	33,8	34,0	77,3
	6	41	20,1	20,2	97,5
	7	5	2,5	2,5	100,0
	Total	203	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		204	100,0		

V₃ – Estado Civil

Statistics

Quadro nº 3

Estado Civil

		estado
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	8	3,9	3,9	3,9
	2	175	85,8	85,8	89,7
	3	19	9,3	9,3	99,0
	4	2	1,0	1,0	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V4/4.1 – Habilitações literárias dos agricultores

Statistics

Quadro nº 4

Habilitações literárias (agricultores)

		estado
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	4	2,0	2,0	2,0
	2	29	14,2	14,2	16,2
	3	44	21,6	21,6	37,7
	4	87	42,6	42,6	80,4
	5	18	8,8	8,8	89,2
	6	1	,5	,5	89,7
	7	6	2,9	2,9	92,6
	8	2	1,0	1,0	93,6
	9	7	3,4	3,4	97,1
	10	6	2,9	2,9	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V_{4/4.2} – Habilitações literárias dos filhos dos agricultores

Statistics

Quadro nº 5

Habilitações literárias (filhos dos agricultores)

		hlf
N	Valid	175
	Missing	29
Mode		5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	5	2,5	2,9	2,9
	4	42	20,6	24,0	26,9
	5	53	26,0	30,3	57,1
	6	26	12,7	14,9	72,0
	7	12	5,9	6,9	78,9
	8	8	3,9	4,6	83,4
	9	19	9,3	10,9	94,3
	10	10	4,9	5,7	100,0
	Total	175	85,8	100,0	
Missing	System	29	14,2		
Total		204	100,0		

V₅ – Tipo de Exploração ?

Statistics

Quadro nº 6

Tipo de exploração ?

N	Valid	204
	Missing	0
Mode		3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	32	15,7	15,7	15,7
	3	99	48,5	48,5	64,2
	5	73	35,8	35,8	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₆ – Dimensão da exploração (ha) ?

Statistics

Quadro nº 7

Dimensão da exploração (ha) ?

N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	58	28,4	28,4	28,4
	2	33	16,2	16,2	44,6
	3	22	10,8	10,8	55,4
	4	24	11,8	11,8	67,2
	5	22	10,8	10,8	77,9
	6	18	8,8	8,8	86,8
	7	27	13,2	13,2	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V 7/1 – A área explorada é por ?

Statistics

Quadro nº 8

Área explorada por conta própria?

		Conta própria	%	Arrendada	%	Cedência	%
N	Valid	144	62%	45	19%	43	19%
	Missing	60		159		161	
Mode		3		12		10	

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	,5	,7	,7
	1	5	2,5	3,5	4,2
	1	1	,5	,7	4,9
	1	1	,5	,7	5,6
	2	1	,5	,7	6,3
	2	1	,5	,7	6,9
	2	5	2,5	3,5	10,4
	2	2	1,0	1,4	11,8
	3	2	1,0	1,4	13,2
	3	8	3,9	5,6	18,8
	4	2	1,0	1,4	20,1
	4	1	,5	,7	20,8
	4	5	2,5	3,5	24,3
	4	1	,5	,7	25,0
	4	1	,5	,7	25,7
	5	2	1,0	1,4	27,1
	5	1	,5	,7	27,8
	5	1	,5	,7	28,5
	5	6	2,9	4,2	32,6
	5	1	,5	,7	33,3
5	1	,5	,7	34,0	
6	1	,5	,7	34,7	
6	1	,5	,7	35,4	
6	1	,5	,7	36,1	
7	2	1,0	1,4	37,5	
8	2	1,0	1,4	38,9	
8	3	1,5	2,1	41,0	
9	2	1,0	1,4	42,4	
9	1	,5	,7	43,1	
10	7	3,4	4,9	47,9	

12	1	,5	,7	48,6
13	1	,5	,7	49,3
14	2	1,0	1,4	50,7
15	1	,5	,7	51,4
17	1	,5	,7	52,1
18	1	,5	,7	52,8
18	1	,5	,7	53,5
20	2	1,0	1,4	54,9
21	1	,5	,7	55,6
22	1	,5	,7	56,3
24	1	,5	,7	56,9
25	1	,5	,7	57,6
28	1	,5	,7	58,3
30	1	,5	,7	59,0
32	2	1,0	1,4	60,4
33	1	,5	,7	61,1
39	1	,5	,7	61,8
44	1	,5	,7	62,5
47	1	,5	,7	63,2
50	2	1,0	1,4	64,6
55	1	,5	,7	65,3
56	1	,5	,7	66,0
61	1	,5	,7	66,7
63	1	,5	,7	67,4
64	1	,5	,7	68,1
65	1	,5	,7	68,8
73	1	,5	,7	69,4
75	1	,5	,7	70,1
77	1	,5	,7	70,8
80	2	1,0	1,4	72,2
84	1	,5	,7	72,9
86	1	,5	,7	73,6
90	1	,5	,7	74,3
96	1	,5	,7	75,0
98	1	,5	,7	75,7
100	5	2,5	3,5	79,2
113	1	,5	,7	79,9
120	1	,5	,7	80,6
140	1	,5	,7	81,3
144	1	,5	,7	81,9
146	1	,5	,7	82,6
150	1	,5	,7	83,3
152	1	,5	,7	84,0
153	1	,5	,7	84,7
155	1	,5	,7	85,4
190	1	,5	,7	86,1
200	1	,5	,7	86,8

	248	1	,5	,7	87,5
	261	1	,5	,7	88,2
	275	1	,5	,7	88,9
	290	1	,5	,7	89,6
	300	2	1,0	1,4	91,0
	304	1	,5	,7	91,7
	313	1	,5	,7	92,4
	318	1	,5	,7	93,1
	343	1	,5	,7	93,8
	361	1	,5	,7	94,4
	380	1	,5	,7	95,1
	480	1	,5	,7	95,8
	598	1	,5	,7	96,5
	650	1	,5	,7	97,2
	690	1	,5	,7	97,9
	760	1	,5	,7	98,6
	870	1	,5	,7	99,3
	925	1	,5	,7	100,0
	Total	144	70,6	100,0	
Missing	System	60	29,4		
Total		204	100,0		

V 712- A área explorada é por ?

Statistics

Quadro nº 9

Área explorada por arrendamento ?

		Conta própria	%	Arrendada	%	Cedência	%
N	Valid	144	62%	45	19%	43	19%
	Missing	60		159		161	
Mode		3		12		10	

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,3	1	,5	2,2	2,2
	,5	1	,5	2,2	4,4
	,5	1	,5	2,2	6,7
	1,0	1	,5	2,2	8,9
	2,7	1	,5	2,2	11,1
	3,0	1	,5	2,2	13,3
	3,2	1	,5	2,2	15,6
	4,0	1	,5	2,2	17,8
	5,0	1	,5	2,2	20,0
	5,2	1	,5	2,2	22,2
	5,5	1	,5	2,2	24,4
	5,6	1	,5	2,2	26,7
	6,0	1	,5	2,2	28,9
	7,0	1	,5	2,2	31,1
	7,5	3	1,5	6,7	37,8
	7,9	1	,5	2,2	40,0
	8,0	2	1,0	4,4	44,4
	8,4	1	,5	2,2	46,7
	8,5	1	,5	2,2	48,9
	9,0	1	,5	2,2	51,1
	9,9	1	,5	2,2	53,3
	10,0	2	1,0	4,4	57,8
	12,0	4	2,0	8,9	66,7
16,5	1	,5	2,2	68,9	
17,0	1	,5	2,2	71,1	
18,0	1	,5	2,2	73,3	
20,0	1	,5	2,2	75,6	
21,0	1	,5	2,2	77,8	
22,0	1	,5	2,2	80,0	
29,5	1	,5	2,2	82,2	

	32,0	1	,5	2,2	84,4
	50,0	1	,5	2,2	86,7
	63,0	1	,5	2,2	88,9
	100,0	1	,5	2,2	91,1
	110,0	1	,5	2,2	93,3
	151,0	1	,5	2,2	95,6
	300,0	1	,5	2,2	97,8
	612,0	1	,5	2,2	100,0
	Total	45	22,1	100,0	
Missing	System	159	77,9		
Total		204	100,0		

V 7/3- A área explorada é por ?

Statistics

Quadro nº 10

Área explorada por cedência ?

		Conta própria	%	Arrendada	%	Cedência	%
N	Valid	144	62%	45	19%	43	19%
	Missing	60		159		161	
Mode		3		12		10	

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	2,3	2,3
	2	3	1,5	7,0	9,3
	2	1	,5	2,3	11,6
	3	1	,5	2,3	14,0
	4	1	,5	2,3	16,3
	4	1	,5	2,3	18,6
	5	1	,5	2,3	20,9
	5	2	1,0	4,7	25,6
	8	1	,5	2,3	27,9
	10	5	2,5	11,6	39,5
	12	1	,5	2,3	41,9
	18	2	1,0	4,7	46,5
	20	2	1,0	4,7	51,2
	21	1	,5	2,3	53,5
	23	1	,5	2,3	55,8
	33	1	,5	2,3	58,1
	34	1	,5	2,3	60,5
	40	2	1,0	4,7	65,1
	50	1	,5	2,3	67,4
	51	1	,5	2,3	69,8
	55	1	,5	2,3	72,1
	60	1	,5	2,3	74,4
	70	1	,5	2,3	76,7
94	1	,5	2,3	79,1	
100	1	,5	2,3	81,4	
107	1	,5	2,3	83,7	
120	1	,5	2,3	86,0	
130	1	,5	2,3	88,4	
150	1	,5	2,3	90,7	
156	1	,5	2,3	93,0	

	170	1	,5	2,3	95,3
	283	1	,5	2,3	97,7
	290	1	,5	2,3	100,0
	Total	43	21,1	100,0	
Missing	System	161	78,9		
Total		204	100,0		

V_{8/1} – Que máquinas e alfaia utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 11

Tractor ?

		tractor
N	Valid	175
	Missing	29
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	175	85,8	100,0	100,0
Missing	System	29	14,2		
Total		204	100,0		

V_{8/2} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 12

Caterpillar ?

		caterpillar
N	Valid	6
	Missing	198
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	6	2,9	100,0	100,0
Missing	System	198	97,1		
Total		204	100,0		

V_{8/3} – Que máquinas e alfaías utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 13

Motocultivador ?

		motocultivador
N	Valid	34
	Missing	170
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	33	16,2	97,1	97,1
	3	1	,5	2,9	100,0
	Total	34	16,7	100,0	
Missing	System	170	83,3		
Total		204	100,0		

V_{8/4} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 14

Motoenxada ?

		Motoenxada
N	Valid	1
	Missing	203
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	100,0	100,0
Missing	System	203	99,5		
Total		204	100,0		

V_{8/6} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 15

Ceifeira ?

		ceifeira
N	Valid	24
	Missing	180
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	24	11,8	100,0	100,0
Missing	System	180	88,2		
Total		204	100,0		

V_{8/6} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 16

Charrua ?

		charrua
N	Valid	189
	Missing	15
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	189	92,6	100,0	100,0
Missing	System	15	7,4		
Total		204	100,0		

V₈₇ – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 17

Grade discos ?

		Grade discos
N	Valid	193
	Missing	11
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	193	94,6	100,0	100,0
Missing	System	11	5,4		
Total		204	100,0		

V_{8/8} – Que máquinas e alfaías utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 18

Fresa ?

		fresa
N	Valid	93
	Missing	111
	Mode	1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	93	45,6	100,0	100,0
Missing	System	111	54,4		
Total		204	100,0		

V_{8/9} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 19

Escarificador ?

		escarificador
N	Valid	59
	Missing	145
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	59	28,9	100,0	100,0
Missing	System	145	71,1		
Total		204	100,0		

V_{8/10} – Que máquinas e alfaias utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 20

Gadanheira ?

		gadanheira
N	Valid	21
	Missing	183
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	21	10,3	100,0	100,0
Missing	System	183	89,7		
Total		204	100,0		

V_{8/11} – Que máquinas e alfaías utiliza na sua exploração ?

Statistics

Quadro nº 21

Outra. Qual?

		outra
N	Valid	111
	Missing	93
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	95	46,6	85,6	85,6
	2	16	7,8	14,4	100,0
	Total	111	54,4	100,0	
Missing	System	93	45,6		
Total		204	100,0		

V₉ - Qual a proveniência de máquinas e alfaias que utiliza?

Statistics

Quadro nº 22

Qual a proveniência de máquinas e alfaias que utiliza ?

N	Valid	198
	Missing	6
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	197	96,6	99,5	99,5
	2	1	,5	,5	100,0
	Total	198	97,1	100,0	
Missing	System	6	2,9		
Total		204	100,0		

V₁₀ – Que prioridade confere ao uso do capital financeiro?

Statistics

Quadro nº 23

Que prioridade confere ao uso do capital financeiro ?

		usocapital
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	199	97,5	97,5	97,5
	2	1	,5	,5	98,0
	5	4	2,0	2,0	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

GRUPO III – ACTIVIDADE AGRÍCOLA E FORMAS DE EXPLORAÇÃO

V₁₁ – Sempre trabalhou na agricultura?

Statistics

Quadro nº 24

Sempre trabalhou na agricultura?

		strabagric
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percentagem	Cumulative Percent
Valid	1	116	56,9	56,9	56,9
	2	88	43,1	43,1	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₁₂ – Há quantos anos?

Statistics

Quadro nº 25

Há quantos anos?

		haqanos
N	Valid	129
	Missing	75
Mode		5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	2	1,0	1,6	1,6
	3	2	1,0	1,6	3,1
	4	8	3,9	6,2	9,3
	5	117	57,4	90,7	100,0
	Total	129	63,2	100,00	
Missing	System	75	36,8		
Total		204	100,00		

V₁₃ – Indique as razões ou motivos porque exerce a actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 26

Razões porque exerce a actividade agrícola?

		razão
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	72	35,3	35,3	35,3
	2	98	48,0	48,0	83,3
	3	2	1,0	1,0	84,3
	4	17	8,3	8,3	92,6
	6	15	7,4	7,4	100,0
Total		204	100,0	100,0	

V₁₄ – A sua actividade foi sempre exercida no concelho de Grândola?

Statistics

Quadro nº 27

A sua actividade foi sempre exercida no concelho de Grândola?

N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	197	96,6	96,6	96,6
	2	7	3,4	3,4	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₁₅ – Qual é o tempo médio que dedica semanalmente à actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 28

**Qual o tempo que dedica
semanalmente à actividade agrícola?**

		tempo semana
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	6	2,9	3,0	3,0
	2	26	12,7	12,8	15,8
	3	78	38,2	38,4	54,2
	4	93	45,6	45,8	100
	Total	203	99,5	100	
Missing	System	1	,5		
Total		204	100,0		

V₁₆—Recebe ajuda dos seus familiares na realização das actividades agrícolas?

Statistics

Quadro nº 29

Recebe ajuda dos seus familiares na realização das actividades agrícolas ?

		Recebe ajuda
N	Valid	201
	Missing	3
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	98	48,0	48,8	48,8
	2	103	50,5	51,2	100,0
	Total	201	98,5	100,0	
Missing	System	3	1,5		
Total		204	100,0		

V₁₇ – Como avalia o contributo familiar na actividade agrícola ?

Statistics

Quadro nº 30

Como avalia o contributo familiar na actividade agrícola ?

		Avalia ajuda
N	Valid	104
	Missing	100
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	37	18,1	35,6	35,6
	2	66	32,4	63,5	99,1
	4	1	,5	1,0	100,0
	Total	104	51,0	100,0	
Missing	System	100	49,0		
Total		204	100,0		

V₁₈ – Indique por ordem de importância onde é que a ajuda recebida é mais essencial?

Statistics

Quadro nº 31

Onde a ajuda é mais essencial ?

		ajudaonde
N	Valid	103
	Missing	101
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	23	11,3	22,3	22,3
	2	59	28,9	57,3	79,6
	3	11	5,4	10,7	90,3
	12	2	1,0	1,9	92,2
	13	6	2,9	5,8	98,1
	23	2	1,0	1,9	100,0
	Total	103	50,5	100,0	
Missing	System	101	49,5		
Total		204	100,0		

V₁₉ – Como analisa a rentabilidade média retirada da sua exploração agrícola?

Statistics

Quadro nº 32

Como analisa a rentabilidade média retirada da sua exploração agrícola?

		rentabilidade
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	,5	,5
	2	48	23,5	23,5	24,0
	3	155	76,0	76,0	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₀ – O rendimento da sua exploração é suficiente para sustentar o agregado familiar?

Statistics

Quadro nº 33

O rendimento da exploração é suficiente para o sustento do agregado familiar?

		rendisuf
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	42	20,6	20,6	20,6
	2	162	79,4	79,4	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₁ – Vive exclusivamente da agricultura?

Statistics

Quadro nº 34

Vive exclusivamente da agricultura ?

		exclusiagri
N	Valid	203
	Missing	1
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	78	38,2	38,4	38,4
	2	125	61,3	61,6	100,0
	Total	203	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		204	100,0		

V₂₂ – Quais são as áreas de actividade económica e ocupação profissional, donde retira rendimento complementar á da actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 35

Áreas de actividade económica que retira rendimento complementar á agricultura?

		actividade
N	Valid	125
	Missing	79
Mode		5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	28	13,7	22,4	22,4
	2	31	15,2	24,8	47,2
	3	11	5,4	8,8	56,0
	4	6	2,9	4,8	60,8
	5	38	18,6	30,4	91,2
	6	11	5,4	8,8	100,0
	Total		125	61,3	100,0
Missing	System	79	38,7		
Total		204	100,0		

V 22/6 – Outras actividades, quais?

Statistics

Quadro nº 36

Outras actividades, quais?

		quais
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		185	90,7	90,7	90,7
	aluguer de maquinas agricolas	1	,5	,5	91,2
	cozinheira	1	,5	,5	91,7
	domestica	1	,5	,5	92,2
	feitor agricola	1	,5	,5	92,6
	madeireiro	1	,5	,5	93,1
	motorista	1	,5	,5	93,6
	pedreiro	4	2,0	2,0	95,6
	reforma	6	2,9	2,9	98,5
	resineiro	1	,5	,5	99,0
	rural	1	,5	,5	99,5
	telecomunicacoes	1	,5	,5	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₃ – A agricultura baseada na pluriactividade, constitui um novo paradigma proporcionando a articulação entre a agricultura e outros sectores da actividade económica. Como vê os agricultores desempenharem outras actividades?

Statistics

Quadro nº 37

**Como vê os agricultores
desempenharem outras actividades?**

		pluriact
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	12	5,9	5,9	5,9
	2	20	9,8	9,8	15,7
	3	126	61,8	61,8	77,5
	4	33	16,2	16,2	93,6
	5	13	6,4	6,4	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₄ – Acha que só os agricultores a tempo inteiro sabem explorar convenientemente a terra ?

Statistics

Quadro nº 38

Só os agricultores a tempo inteiro sabem explorar convenientemente a terra ?

		agrinteiro
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	87	42,6	42,6	42,6
	2	117	57,4	57,4	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₅ – Considera-se mais do tipo;

Statistics

Quadro nº 39

Considera-se mais do tipo;

		consitipo
N	Valid	203
	Missing	1
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	172	84,3	84,7	84,7
	2	31	15,2	15,3	100,0
	Total	203	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		204	100,0		

V₂₆ – Considera que estar próximo de uma vila/cidade é um factor determinante para exercer outras actividades complementares?

Statistics

Quadro nº 40

Considera que estar próximo de uma vila/cidade é um factor determinante para exercer outras actividades?

N	Valid	202
	Missing	2
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	197	96,6	97,5	97,5
	2	5	2,5	2,5	100,0
	Total	202	99,0	100,0	
Missing	System	2	1,0		
Total		204	100,0		

GRUPO IV – CONHECIMENTO DA ENVOLVENTE EUROPEIA

V₂₇ – Está informado acerca da Política Agrícola Comum (PAC)?

Statistics

Quadro nº 41

**Está informado acerca da
Política Agrícola Comum ?**

		infpac
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	136	66,7	66,7	66,7
	2	58	28,4	28,4	95,1
	3	10	4,9	4,9	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₂₈ – Como encara a situação actual da agricultura após a integração de Portugal na União Europeia?

Statistics

Quadro nº 42

Como encara a situação actual da agricultura após a integração de Portugal na União Europeia (U. E.)?

		agriue
N	Valid	203
	Missing	1
Mode		4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	,5	,5
	2	8	3,9	3,9	4,4
	3	59	28,9	29,1	33,5
	4	127	62,3	62,6	96,1
	5	8	3,9	3,9	100,0
	Total	203	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		204	100,0		

V₂₉ – Indique, a área em que o benefício proveniente da Política Agrícola Comum (PAC), foi mais relevante para a sua actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 43

Indique a área em que o benefício da Política Agrícola Comum, foi mais relevante para a sua actividade agrícola ?

		benefpac
N	Valid	163
	Missing	41
Mode		1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	140	68,6	85,9	85,9
	2	10	4,9	6,1	92,0
	3	4	2,0	2,5	94,5
	6	9	4,4	5,5	100,0
	Total	163	79,9	100,0	
Missing	System	41	20,1		
Total		204	100,0		

GRUPO V – PERSPECTIVAS DE FUTURO

V₃₀ – Possui algum curso de formação profissional agrícola?

Statistics

Quadro nº 44

Possui algum curso de formação profissional agrícola?

		formação
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	10	4,9	4,9	4,9
	2	193	94,6	94,6	99,5
	3	1	,5	,5	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V_{30/3} - Em que área?

Statistics

Quadro nº 45

Em que área?

		curso
N	Valid	204
	Missing	0
Mode		

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		195	95,6	95,6	95,6
	complementar de producao agricola	1	,5	,5	96,1
	eng tecnico agricola	1	,5	,5	96,6
	jovem agricultor	1	,5	,5	97,1
	mecanizacao agricola	3	1,5	1,5	98,5
	operador de maquinas agricolas	2	1,0	1,0	99,5
	tecnico de apicultura	1	,5	,5	100,0
	Total	204	100,0	100,0	

V₃₁ – Em caso afirmativo, há quanto tempo o frequentou?

Statistics

Quadro nº 46

Há quanto tempo
o frequentou?

		tempfreq
N	Valid	11
	Missing	193
Mode		3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	9,1	9,1
	2	2	1,0	18,2	27,3
	3	4	2,0	36,4	63,6
	4	1	,5	9,1	72,7
	5	3	1,5	27,3	100,0
	Total	11	5,4	100,0	
Missing	System	193	94,6		
Total		204	100,0		

V₃₂ – Qual a sua opinião acerca do papel das instituições regionais e locais na dinamização e promoção da actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 47

Qual a sua opinião acerca do papel das instituições regionais e locais na dinamização e promoção da actividade agrícola?

N	Valid	199
	Missing	5
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	177	86,8	88,9	88,9
	3	19	9,3	9,5	98,5
	4	3	1,5	1,5	100,0
	Total	199	97,5	100,0	
Missing	System	5	2,5		
Total		204	100,0		

V₃₃ – Que futuro antevê para a agricultura portuguesa?

Statistics

Quadro nº 48

Que futuro antevê para a agricultura portuguesa?

		futuroag
N	Valid	202
	Missing	2
Mode		4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,5	,5	,5
	2	5	2,5	2,5	3,0
	3	46	22,5	22,8	25,7
	4	126	61,8	62,4	88,1
	5	24	11,8	11,9	100,0
	Total	202	99,0	100,0	
Missing	System	2	1,0		
Total		204	100,0		

V₃₄ – Gostaria que o(s) seu(s) filho(s) seguisse(m) a mesma profissão?

Statistics

Quadro nº 49

Gostaria que o(s) seu(s) filho(s) seguisse(m) a mesma profissão?

		filhag
N	Valid	189
	Missing	15
Mode		2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	56	27,5	29,6	29,6
	2	133	65,2	70,4	100,0
	Total	189	92,6	100,0	
Missing	System	15	7,4		
Total		204	100,0		

V₃₅ – Como interpreta na sua condição de agricultor a título parcial o futuro da sua actividade agrícola?

Statistics

Quadro nº 50

Como interpreta na sua condição de agricultor a título parcial o futuro da sua actividade agrícola ?

		futuropess
N	Valid	133
	Missing	71
Mode		3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	30	14,7	22,6	22,6
	3	91	44,6	68,4	91,0
	4	11	5,4	8,3	99,2
	5	1	,5	,8	100,0
	Total	133	65,2	100,0	
Missing	System	71	34,8		
Total		204	100,0		

Anexo VI

Guiões das Entrevistas

- Dimensões/Objectivos/Questões Principais/Questões Secundárias -

Guiões das entrevistas

Entrevistas – Dimensões; objectivos; questões principais e questões secundárias.

Dimensões	Objectivos	Questões principais	Questões secundárias
<ul style="list-style-type: none"> • Pluriactividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a opinião dos actores sociais (individuais e colectivos) do concelho de Grândola, sobre esta temática. 		
<ul style="list-style-type: none"> ○ Debilidade agrícola concelhia 	<ul style="list-style-type: none"> - Através da caracterização da actividade agricultura concelhia, por parte dos principais actores sociais, avaliar a situação de debilidade ou não do sector. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como analisa a agricultura no concelho? - Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho e como prevê o seu futuro? 	<ul style="list-style-type: none"> - Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola no concelho?
<ul style="list-style-type: none"> ○ Não sustentabilidade económica 	<ul style="list-style-type: none"> - Através da avaliação das preocupações, constrangimentos e potencialidades da actividade agrícola por parte dos actores sociais, inferir do grau de sustentabilidade ou não da actividade agrícola, enquanto actividade exclusiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em sua opinião os pequenos agricultores, podem viver única e exclusivamente da agricultura? - Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na continuação da actividade? 	<ul style="list-style-type: none"> - As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a act. agrícola no concelho? - O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas proveniente da PAC?
<ul style="list-style-type: none"> ○ Necessidade de novas formas de ruralidade : <i>a pluriactividade</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar junto dos actores sociais locais a sua percepção da importância da pluriactividade, como uma forma de desenvolvimento do potencial agrícola concelhio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? - Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? 	<ul style="list-style-type: none"> - Considera o concelho diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola? - Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade? - Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho?

Anexo VII

Análise de conteúdo - Entrevistas

ENTREVISTA - A

Questões colocadas	Análise de Conteúdo - frases chave -
1 – Caracterização da actividade agrícola concelhia	
Perg. 1.1 - A nível global, como analisa a agricultura no nosso concelho?	- Actividade bastante importante
Perg. 1.2 - Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?	- É rentável e pode evoluir tecnologicamente
Perg. 1.3 - Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação.	- O importante é inovar
2 – Preocupações, constrangimentos, potencialidades.	
Perg. 2.1 - As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho? Justifique.	- Não. Apenas o turismo
Perg. 2.2 - Em sua opinião os pequenos e médios agricultores (que constituem a maioria no concelho), podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente	- Há casos de estrangeiros com sucesso
Perg. 2.3 - O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum, (PAC)? Fundamente a sua opinião	- Pode ser bom, mas usada como deve ser
Perg. 2.4 - Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique.	- Respondido na pergunta anterior
3 – Novas formas de ruralidade	
Perg. 3.1 – Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?	- Diferente vertente da actividade agrícola.
Perg. 3.2 - Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique?	- O turismo tem enormes potencialidades
Perg. 3.3 - Considera o concelho em estudo, diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola ? Justifique a sua opinião	Realidades sempre diferente
Perg. 3.4 - Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade?	- Necessidade gosto e condições
Perg. 3.5 - Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente.	- Terão de ser identificadas e ultrapassadas

ENTREVISTA - B

Questões colocadas	Análise de conteúdo -frases chave-
1 – Caracterização da actividade agrícola concelhia	
Perg. 1.1 - A nível global, como analisa a agricultura no nosso concelho?	- Agricultura não competitiva
Perg. 1.2 - Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?	- Preocupante actividade, não atractiva
Perg. 1.3 - Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação.	- Sim para ter rendimento
2 – Preocupações, constrangimentos, potencialidades.	
Perg. 2.1 – As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho? Justifique.	- Sim. Poderiam informar mais
Perg. 2.2 – Em sua opinião os pequenos e médios agricultores (que constituem a maioria no concelho), podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente	- É difícil viver só da agricultura
Perg. 2.3 – O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum, (PAC)? Fundamente a sua opinião	- Todo o apoio é bem vindo
Perg. 2.4 - Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique.	- Não é suficiente
3 – Novas formas de ruralidade	
Perg. 3.1 – Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?	- É importante a pluriactividade
Perg. 3.2 - Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique?	- Sim, para a existência de novas actividades com mais rendimento
Perg. 3.3 – Considera o concelho em estudo, diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola ? Justifique a sua opinião	-Talvez, por ser de áreas reduzidas
Perg. 3.4 – Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade?	- Outras actividades melhor remuneradas
Perg. 3.5 – Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente.	- Não há incompatibilidades

ENTREVISTA - C

Questões colocadas	Análise de conteúdo -frases chave-
1 – Caracterização da actividade agrícola concelhia	
Perg. 1.1 - A nível global, como analisa a agricultura no nosso concelho?	- Em degradação
Perg. 1.2 – Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?	- Sem sustentabilidade económica
Perg. 1.3 - Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação.	- Não porque só produz para o auto-consumo
2 – Preocupações, constrangimentos, potencialidades.	
Perg. 2.1 - As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho? Justifique.	- São insuficientes
Perg. 2.2 - Em sua opinião os pequenos e médios agricultores (que constituem a maioria no concelho), podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente	- Não. Carentes de infraestruturas
Perg. 2.3 - O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum, (PAC)? Fundamente a sua opinião.	- É desmotivação para as explorações bem geridas.
Perg. 2.4 – Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique.	- Os que trabalham para os subsídios têm os dias contados
3 – Novas formas de ruralidade	
Perg. 3.1 – Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?	- É uma nova forma de ruralidade
Perg. 3.2 - Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique?	- Sim. Para combater a desertificação.
Perg. 3.3 – Considera o concelho em estudo, diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola ? Justifique a sua opinião	- É um concelho fértil para a introdução de novas actividades no espaço rural.
Perg. 3.4 - Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade?	- Como a resposta anterior.
Perg. 3.5 – Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente.	- Não há mercados, quer para os produtos agrícolas, quer para outras actividades locais.

ENTREVISTA - D

Questões colocadas	Análise de conteúdo -frases chave-
1 – Caracterização da actividade agrícola concelhia	
Perg. 1.1 - A nível global, como analisa a agricultura no nosso concelho?	-Em decadência. Resta a floresta
Perg. 1.2 - Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?	- Muito pouco rentável
Perg. 1.3 - Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação.	- Tem de ser desenvolvida em áreas maiores para ser viável.
2 – Preocupações, constrangimentos, potencialidades.	
Perg. 2.1 - As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho? Justifique.	- Não. A Câmara deveria desenvolver rede de caminhos agrícolas.
Perg. 2.2 – Em sua opinião os pequenos e médios agricultores (que constituem a maioria no concelho), podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente	- Não. Só quem tenha cortiça e floresta.
Perg. 2.3 - O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum, (PAC)? Fundamente a sua opinião	- São os apoios essenciais.
Perg. 2.4 - Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique.	-Não existe política de planeamento.
3 – Novas formas de ruralidade	
Perg. 3.1 - Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?	- Já. Reflecte o estado actual da escassez do rendimento agrícola.
Perg. 3.2 - Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique?	-Sim. O agro-turismo é mais rentável.
Perg. 3.3 – Considera o concelho em estudo, diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola ? Justifique a sua opinião	- A nível de pluriactividade , não.
Perg. 3.4 – Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade?	- Já foi respondido na questão anterior.
Perg. 3.5 – Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente.	- Não há incompatibilidade.

ENTREVISTA - E

Questões colocadas	Análise de conteúdo - frases chave -
1 – Caracterização da actividade agrícola concelhia	
Perg. 1.1 - A nível global, como analisa a agricultura no nosso concelho?	- Depauperado
Perg. 1.2 - Do ponto de vista de rentabilidade económica como considera o actual estado da agricultura no concelho de Grândola e como prevê o seu futuro?	- Rentabilidade fraca com explorações débeis.
Perg. 1.3 – Considera a exploração da terra baseada no minifúndio importante para o desenvolvimento agrícola do concelho? Dê a sua justificação.	- Sim. Resposta idêntica à questão anterior.
2 – Preocupações, constrangimentos, potencialidades.	
Perg. 2.1 – As políticas e estratégias municipais e regionais, estimulam e promovem a actividade agrícola no nosso concelho? Justifique.	- Pouco porque diminuíram as infraestruturas que apoiam a agricultura.
Perg. 2.2 - Em sua opinião os pequenos e médios agricultores (que constituem a maioria no concelho), podem viver única e exclusivamente da agricultura? Comente	- Não porque as explorações não são rentáveis
Perg. 2.3 – O que pensa do apoio concedido aos agricultores; incentivos e ajudas provenientes da Política Agrícola Comum, (PAC)? Fundamente a sua opinião	- Má gestão e péssima fiscalização.
Perg. 2.4 - Do ponto de vista estritamente económico, tal apoio é suficiente para o desempenho dos agricultores na prossecução da actividade? Sim? Não? Justifique.	- Pode estimular, mas não é estruturante.
3 – Novas formas de ruralidade	
Perg. 3.1 – Já ouviu falar na pluriactividade na agricultura? Qual a sua opinião face a essa forma de ruralidade?	- Já. É a única solução rural.
Perg. 3.2 – Concorda que o espaço rural, está aberto a outras actividades não agrícolas? Justifique?	- Claro e deve ser estimulado.
Perg. 3.3 - Considera o concelho em estudo, diferente de outros relativamente à pluriactividade agrícola ? Justifique a sua opinião	- É genericamente semelhante.
Perg. 3.4 – Em seu entender quais as razões que justificam e promovem tal actividade?	- Manter o rendimento da família.
Perg. 3.5 - Quais as principais incompatibilidades da pluriactividade para a agricultura e outras actividades económicas do concelho de Grândola? Comente.	- Não há incompatibilidade, há necessidade que a complementaridade se concretize.

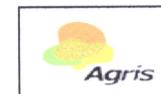
Anexo VIII

Lista “AGRIS” – Projectos aprovados aos agricultores

Zona Agrária de Grândola

Med. AGRIS – Acção I

Projectos aprovados aos agricultores



Nº do Projecto	Nome do Beneficiário/ Freguesia	Áreas das Expl. (Ha)	Tipo de Investimento	Valor do Investimento Proposto	Data de Envio ao A.Z.A.AI	Nº da Comunicação Interna	Data de Aprovação	Valor do Investimento Aprovado	Montante do Subsídio Atribuído	Data da Ass. do Contrato	Data da Validação
2001.60.001556.2 Concluído	Agricultor nº 1 (Grândola)	1,2500	1Tractor 1Charrua 1Grade 1Reboque	3 653 238\$	29.03.2001	81/GR	25.05.2001	3 653 238\$	1 826 619\$	27.07.2001	20.09.2001
2001.60.002180.0 Concluído	Agricultor nº 2 (Grândola)	0,9750	1Tractor 1Fresa 1Charrua 1Sistema de Rega Gota a Gota 1Equipamento de Bombagem	3 110 263\$	03.04.2001	89/GR	06.07.2001	3 110 263\$	1 555 132\$	08.10.2001	15.05.2002
2001.60.003627.9 Concluído	Agricultor nº 3 (Grândola)	17,8175	1Tractor	4 966 500\$	29.06.2001	175/GR	01.10.2001	4 966 500\$	2 483 250\$	05.12.2001	11.01.2002
2001.60.003835.8 Concluído	Agricultor nº 4 (Grândola)	185,2250	1Tractor	4 950 000\$	26.07.2001	187/GR	01.10.2001	4 950 000\$	2 475 000\$	05.12.2001	21.01.2002
2001600041875 Concluído	Agricultor nº 5 (Melides)	1,10	1Furo 1Electrobomba	1 251 810\$	30.07.2001	189/GR	13.11.2001	1 251 810\$	625 905\$	08.01.2002	12.06.2002
2001600041832 Concluído	Agricultor nº 6 (Grândola)	113,00	1Pá Niveladora 1Distribuidor/Adub 1Bomba Eólica 1Vedação 3 Portões	3 610 932\$	16.08.2001	194/GR	13.11.2001	3 610 932 \$	1 805 466 \$	02.01.02	11.02.2002
2001600041816 Concluído	Agricultor nº 7 (Grândola)	2,23	1Tractor 1Grade de Discos 1Charrua	4 999 160\$	16.08.2001	194/GR	13.11.2001	4 999 160 \$	2 499 580 \$	02.01.02	13.02.2002
2001600041881 Concluído	Agricultor nº 8 (Grândola)	10,6990	1Tractor	6 619 200\$	21.08.2001	199/GR	13.11.2001	5 000 000\$	2 500 000\$	02.01.2001	18.02.2002
2001600052532 Concluído	Agricultor nº 9 (Grândola)	8,7250	1 Vedação	917 315\$	04.10.2001	224/GR	28.12.2001	917 315\$	458 658\$	07.03.2002	02.08.2002
2001600063638 Concluído	Agricultor nº 10	1,8000	1 Furo e 1Sistema de Bombagem	1 593 192\$	12.10.2001	233/GR	28.12.2001	1 593 192\$	796 596\$	19.02.2002	09.05.2002

A Pluriactividade na Agricultura - O caso particular do concelho de Grândola

2001.60.002227..9 Concluído	Agricultor nº 22 (Melides)	10,82	1 Tractor 1 Grade 1 Escarificador 1 Caixa de Carga 1 Pulverizador 1 Motosserra	4 466 073 \$	26.04.2001	114/GR	06.07.2001	4 466 073 \$	2 233 037 \$	17.09.2001	24.10.2001
2001.60.002193.3 Concluído	Agricultor nº 23 (Melides)	1,7250	1 Vedação	517 140 \$	26.04.2001	114/GR	06.07.2001	517 140 \$	258 570 \$	25.09.2001	15.03.2002
2001600076325 Concluído	Agricultor nº 24 (Melides)	14,84	1 Tractor 1 Charrua 1 Grade Discos 1 Distribuidor Ad. 1 Roçadora	4 370 625 \$	08.11.2001	254/GR	05.03.2002	21 800,59 €	10 900,29 €	10.05.2002	26.09.2002
2001600077919 Concluído	Agricultor nº 25 (Melides)	13,3375	1 Pá Niveladora 1 Pulverizador 1 Barra de Pulverização 1 Cardam	559 113 \$	19.12.2001	282/GR	08.07.2002	2 788,84 €	1 394,42 €	26.08.2002	08.10.2002
2001600083297 Concluído	Agricultor nº 26 (Grândola)	5,2750	1 Tractor 1 Grade	5 197 500 \$	20.12.2001	283/GR	08.07.2002	25 000,00 €	12 500,00 €	19.08.2002	27.11.2002
2001600083305 Concluído	Agricultor nº 27 (Melides)	3,0000	1 Tractor 1 Fresa 1 Grade Discos 1 Charrua	3 984 750 \$	28.12.2001	286/GR	08.07.2002	19 875, 85 €	9 937,92 €	19.08.2002	06.12.2002
2002600016816 Concluído	Agricultor nº 28 (Grândola)	2,5750	1 Tractor 1 Reboque 1 Grade Discos 1 Charrua	13 138,1824 €	17.01.2002	11/GR/2002	08.07.2002	13 138,18 €	6 569,09 €	11.08.2002	14.10.2002
2002600018358 Concluído	Agricultor nº 29 (Grândola)	2,9750	1 Vedação (500 m)	2 074,18 €	25.01.2002	21/GR/2002	08.07.2002	2 074,18 €	1 037,09 €	21.10.2002	19.12.2002
2002600018077 Concluído	Agricultor nº 30 (Grândola)	15,30	1 Vedação (700 m)	409 469 \$	30.01.2002	25/GR/2002	08.07.2002	2 042,42 €	1 021,21 €	30.08.2002	28.10.2002
2002600018382 Concluído	Agricultor nº 31 (Melides)	0,1364	1 Furo 1 Bomba Submers/ 1 Caseta	1 404 000\$	20.02.2002	37/GR/2002	30.08.2002	7 003,12 €	3 501,56 €	14.10.2002	30.04.2002
20022600015925 Concluído	Agricultor nº 32 (Grândola)	185,2250	1 Grade de Discos 1 Caixa de Carga	3 549,08 €	27.02.2002	43/GR/2002	08.07.2002	3 549,08 €	1 774,54 €	03.09.2002	05.09.2002
2002600018424 Concluído	Agricultor nº 33 (Melides)	3,29	1 Tractor	28 658 €	27.02.2002	43/GR/2002	08.07.2002	25 000,00 €	12 500,00 €	19.08.2002	23.01.2003

A Pluriactividade na Agricultura - O caso particular do concelho de Grândola

Concluído	(Grândola)	84,375	1 Tractor	24 939,89 €	25.07.2002	159/ZA/GR	14.02.2003	24 939,89 €	12 469,95 €	31.03.2003	15.04.2003
2002600040477	Agricultor nº 45	3,9125	Construção de ovil	5 108,67 €	07.08.2002	168/ZA/GR	14.02.2003	5 108,67 €	2 554,34 €	07.04.2003	30.04.2003
Concluído	*(Grândola)										
2002600046458	Agricultor nº 46	1,3250	1 Tractor 1 Pulverizador 1 Charrua	20 369,44 €	23. 08.2002	178/ZA/GR	14.02.2003	20 369,44 €	10 184,72 €	08.04.2003	03.07.2003
Concluído	(Melides)										
2002600040493	Agricultor nº 47	8,7250	1 Reboque	6 257,44 €	27.08.2002	181/ZA/GR	14.02.2003	6 257,44 €	3 128,72 €	09.04.2003	06.05.2003
Concluído	*(Grândola)										
2002600046318	Agricultor nº 48	3,0250	1 Arrancador de Batata 1 Pulverizador	5 743,66 €	13.09.2002	191/ZA/GR	14.02.2003	5 743,66 €	2 871,83 €	02.04.2003	23.04.2003
Concluído	(Carvalhal)										
2002600064485	Agricultor nº 49	1,30	1 Arrancador Batat 1 Pá Niveladora 1 Abre-Regos	2 360,40 €	18.10.2002	222/ZA/GR	14.02.2003	2 360,40 €	1 180,20 €	02.04.2003	22.05.2003
Concluído	(Grândola)										
2002600064439	Agricultor nº 50	3,45	1 Tractor 1 Escarificador 1 Fresa 1 Grade de discos 1 Caixa de carga 1 Reboque 1 Charrua	22 816,60 €	06.11.2002	240/ZA/GR	22.04.2003	25 000,00 €	12 500,00 €	12.06.2003	29.07.2003
Concluído	(Grândola)										
2002600063313	Agricultor nº 51	33,80	1 Tractor 1 Fresa 1 Grade de discos 1 Pulverizador	18 811,31 €	15.11.2002	249/ZA/GR	14.02.2003	18 811,31 €	9 405,66 €	07.04.2003	23.04.2003
Concluído	(Grândola)										
2002600068809	Agricultor nº 52	68,25	1 Hangar Pré-fabricado	13 806,38 €	08.01.2003	279/ZA/GR	22.04.2003	13 806,38 €	6 903,19 €	11.06.2003	21.07.2003
Concluído	*(Melides)										
2002600015733	Agricultor nº 53	5,70	1 Furo 1 Sistema de Bombagem Aquisição de Amendoeiras	10 858,94 €	15.01.2003	284/ZA/GR	15.04.2003	10 858,94 €	5 429,47 €	09.06.2003	11.12.2003
Concluído	(Grândola)										
2002600013522	Agricultor nº 54	1,05	1 Furo 1 Sistema de Bombagem	3 368,99 €	15.01.2003	284/ZA/GR	22.04.2003	3 368,99 €	1 684, 50 €	11.06.2003	13.08.2003
Concluído	(Grândola)										
2002600028140	Agricultor nº 55	3,82	1 Grade de Discos 1 Freza	17 337,72 €	22.01.2003	10/ZA/GR	02.07.2003	17 337,72 €	8 668,86 €	10.09.2003	10.01.2004
Concluído	(Carvalhal)										
2002600016640	Agricultor nº 56	1,6250	1 Furo 1 Electrobomba 1 Reboque 1 Forquilha 1 Caixa de carga	8 872,00 €	07.02.2003	23/ZA/GR	02.07.2003	8 872,00 €	4 436,00 €	28.08.2003	05.11.2003
Concluído	*(Melides)										
2002600024701	Agricultor nº 57	19,7225	Tractor	27 932,80 €	13.02.2003	33/ZA/GR	02.07.2003	25 000,00 €	12 500,00 €	04.09.2003	24.11.2003

A Pluriactividade na Agricultura - O caso particular do concelho de Grândola

Concluído	(Grândola)	0,7250	1 Reboque; 1 Grade; 1 Depósito de Química	16 363,20 €	10.12.2003	275/ZA/GR	12.04.2004	16 363,20 €	8 181,60 €	18.05.2004	22.06.2004
2004600015525	Agricultor nº 71										
Concluído	(Grândola)	9,7019	1 Tractor 1 Grade 1 Charrua	23 325,84	09.02.2004	41/ZA/GR	07.05.2004	23 325,84 €	11 662,92 €	28.06.2004	24.08.2004
2004600021218	Agricultor nº 72										
Concluído	(Grândola)	2,7765	1 Tractor de 21 CV 1 Grade	16 248,71 €	10.05.2004	114/ZA/GR	25.08.2004	16 248,71 €	8 124,36 €	08.11.2004	26.11.2004

* 2º Projecto

* * 3º Projecto

Anexo IX

**Lista “AGRIS” – Tipo de apoio
e enquadramento legal**

AGRIS – Tipo de apoio e enquadramento legal

Acção	Subacção	Tipo de apoio	Enquadramento Legal	Destinatários	Despesas elegíveis	Nível de Ajudas																																																																		
1		<ul style="list-style-type: none"> Diversificação na pequena agricultura 	- Reg. (CE) nº 1257/99	<ul style="list-style-type: none"> Agricultores titulares de explorações agrícolas de pequena dimensão (com menos ou igual a 6 UDEs) do tipo familiar, com residência única na freguesia ou freguesias limítrofes àquela onde se situa a exploração. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoramentos fundiários, plantações de animais reprodutores; Construções, reparações e equipamentos adaptados à dimensão e característica da exploração florestal; Criação e desenvolvimento de actividades artesanais; Desenvolvimento do turismo em espaço rural 	- As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido à taxa de 50% do investimento elegível.																																																																		
2		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento dos produtos de qualidade 																																																																						
	2.1	<ul style="list-style-type: none"> Criação e modernização de Unidades Produtivas 	- Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 25º a 28º	<ul style="list-style-type: none"> Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas; Outras pessoas singulares e colectivas 	<ul style="list-style-type: none"> Construção, adaptação ou aquisição de bens imóveis, com excepção de compra de terrenos; Aquisição de maquinaria e equipamento novo, programas informáticos e meios de transporte específico da actividade a desenvolver; Aquisição de sistemas de tratamentos de efluentes. 	<ul style="list-style-type: none"> As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido à taxa de 50% do investimento elegível. O montante máximo das despesas elegíveis por candidatura é de 250.000 Euros (50.000contos). 																																																																		
	2.2	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos a produtos de qualidade 	- Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 33, trav. 4	<ul style="list-style-type: none"> Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas; Agrupamentos de produtores reconhecidos pelos organismos competentes como sendo constituídos por produtores de agricultura biológica, da protecção integrada ou de outras menções legalmente consignadas; Organismos privados de controlo e certificação, só para as acções de controlo e certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> A realização de estudos de caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção, bem como a respectiva certificação; O reforço e capacidade de acesso aos mercados, através, nomeadamente, do estudo, concepção e desenvolvimento de embalagens e rótulos e da criação de logotipos; Melhoria dos circuitos e sistemas de comercialização dos produtos de qualidade. 	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="6">Tipo de despesa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="6">1 – Estudos de caracterização e reforço da capacidade de acesso a mercados;</td> </tr> <tr> <td colspan="6">2 - Acções de controlo da fileira produtiva de matérias primas, embalagens;</td> </tr> <tr> <td colspan="6">3 – Acções de certificação de produtos;</td> </tr> <tr> <td colspan="6">4 – Investimentos relacionados com a melhoria dos circuitos de comercialização.</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th colspan="6">Níveis de ajuda (%)</th> </tr> <tr> <th colspan="6">75</th> </tr> <tr> <th>1º ano</th> <th>2º ano</th> <th>3º ano</th> <th>4º ano</th> <th>5º ano</th> <th>6º ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100</td> <td>80</td> <td>60</td> <td>50</td> <td>40</td> <td>20</td> </tr> <tr> <th colspan="6">75</th> </tr> <tr> <th colspan="6">50</th> </tr> </tbody> </table>	Tipo de despesa						1 – Estudos de caracterização e reforço da capacidade de acesso a mercados;						2 - Acções de controlo da fileira produtiva de matérias primas, embalagens;						3 – Acções de certificação de produtos;						4 – Investimentos relacionados com a melhoria dos circuitos de comercialização.						Níveis de ajuda (%)						75						1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	100	80	60	50	40	20	75						50					
Tipo de despesa																																																																								
1 – Estudos de caracterização e reforço da capacidade de acesso a mercados;																																																																								
2 - Acções de controlo da fileira produtiva de matérias primas, embalagens;																																																																								
3 – Acções de certificação de produtos;																																																																								
4 – Investimentos relacionados com a melhoria dos circuitos de comercialização.																																																																								
Níveis de ajuda (%)																																																																								
75																																																																								
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano																																																																			
100	80	60	50	40	20																																																																			
75																																																																								
50																																																																								

5		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão hídricos e emparcelamento 				
	5.1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) nº 1257/99 	<ul style="list-style-type: none"> - No caso de novos regadios, os agricultores e proprietários de prédios rústicos organizados em Associações de Beneficiários ou Regantes, Juntas de Agricultores, Cooperativas de rega e Organismos da Administração Central; - No caso da Beneficiação de regadios tradicionais os agricultores organizados em juntas de agricultores ou Cooperativas de rega. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos e projectos de execução; - Execução de obras de construção, modernização ou reparação ao nível de barragens; - Captação de águas subterrâneas através de furos e poços; - Redes de rega, de drenagem/enxugo viárias e de electrificação; - Testagem de obras; - Equipamento para instalação de áreas piloto. 	<ul style="list-style-type: none"> - As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.
	5.2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação e modernização dos perímetros de Rega. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) nº 1257/99 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores utentes dos aproveitamentos hidro-agrícolas, organizados em associações de beneficiários ou de Regantes, juntas de agricultores e cooperativas de rega. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos e projectos de execução; - Elaboração de obras de construção, modernização ou reparação ao nível das barragens; captação de águas subterrâneas através de furos e poços; redes de rega, de drenagem/enxugo, viárias e de electrificação, etc; - Recuperação e construção de edifícios sede e aquisição de equipamento de técnicas de regadio; - Expropriações e indemnizações a efectuar com as obras; - Acções minimizadoras de impactes ambientais. 	
	5.3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emparcelamento Rural 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 33, trav. 2 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de agricultores; - Autarquias locais; - Organismos de Administração Central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de Ordenamento do Espaço Rural; - Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação; - Elaboração de estudos prévios e projectos; - Fotografia aérea, ortofotocartografia e cadastro geométrico; - Apoio Técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação, incluindo consultoria; - Estudos de impacte ambiental, bem como outros estudos específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.

6		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caminhos e electrificação agro-rurais. 				
	6.1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caminhos agrícolas e rurais. 	<p>- Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 33, trav. 9</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores organizados em associações de agricultores, directamente ou através dos organismos da administração Pública; - Autarquias Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - São elegíveis as despesas com a elaboração de estudos e projectos com a construção e/ou beneficiação dos caminhos incluindo obras de arte, sinalização e acções minimizadoras de impacto ambiental, com o acompanhamento e fiscalização das obras e com o controlo de qualidade e ensaios. 	<ul style="list-style-type: none"> - As ajudas a conceder, são atribuídas sob a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis no caso dos caminhos agrícolas e de 100% no caso dos caminhos rurais.
	6.2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Electrificação 	<p>- Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 33, trav. 9</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Embora o processo se inicie com a apresentação de uma candidatura por parte dos utilizadores da energia eléctrica ou dos seus representantes (nomeadamente através de Associação de Agricultores), das Autarquias locais ou por iniciativa dos organismos da Administração Central de âmbito regional, a execução do investimento é realizado pelo distribuidor local de energia eléctrica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incluem a instalação de redes de distribuição e linhas de alimentação em média e baixa tensão, postos de transformação e o acompanhamento e fiscalização; - Os investimentos a apoiar neste quadro constituem a extensão de uma rede de abastecimentos, pressupõe sempre uma potencial utilização pública, ficando por isso excluída a realização de investimentos de carácter individual no interior das explorações agro-florestais e das pequenas agro-indústrias. 	<ul style="list-style-type: none"> - O apoio a atribuir reveste a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.
7		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do Ambiente e do Património Rural 				
	7.1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação e valorização do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural. 	<p>- Reg. (CE) nº 1257/99 Artº 33, trav. 6</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores e produtores florestais e respectivas organizações; - Associações de desenvolvimento regional e local; - Autarquias locais e outras entidades públicas; - Outras pessoas singulares ou colectivas (apenas no âmbito da apresentação de projectos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo; - Recuperação de fachadas de edifícios de traça tradicional; - Despesas directamente ligadas à preservação e valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais abrangidos pelo Plano de Intervenção; - Melhoria do espaço envolvente quando associadas a candidaturas individuais ao grupo II das Med. Agro-Ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - A comparticipação financeira pública revestirá a forma de subsídio a fundo perdido e será, em % das despesas elegíveis de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% para as despesas de elaboração, dinamização, acompanhamento e avaliação dos Planos de Intervenção e elaboração dos respectivos projectos, promovidos por entidades públicas; ✓ 75% para os investimentos de interesse colectivo, sem fins lucrativos e despesas dos respectivos projectos; ✓ 50% para os investimentos privados, incluindo as despesas dos projectos; ✓ O custo total dos investimentos privados previstos nos Planos de Intervenção deverá representar pelo menos 25% do custo total; ✓ A cada destinatário final privado, não podem ser atribuídas, a título individual, ajudas superiores a 25 000 Euros.

Anexo X

Lista “AGRO” – Tipo de apoio e enquadramento legal

AGRO - Tipo de apoio e enquadramento legal

Medida	Ação	Tipo de apoio	Enquadramento Legal	Destinatários	Despesas elegíveis	Nível de Ajudas
1		▪ Modernização e Reconversão e Diversificação das Explorações Agrícolas.	- Reg. (CE) 1257/99 Artº 5º 4º a 8º			
1	1.1	▪ Instalação de Jovens Agricultores.	- Reg. (CE) 1257/99 Artº 8º	- Apoio aos jovens agricultores que se instalem pela 1ª vez como chefes de uma exploração agrícola.	- Prémios de instalação; - Despesas de instalação	- Prémio de instalação/bonificação de juros para despesas de instalação (habitação, aquisição de direitos de produção), 17 500 a 20 000 Euros. - Ajuda máxima 35 000 a 40 000 Euros.
1	1.2	▪ Investimentos em explorações agrícolas	- Reg. (CE) 1257/99 Artº 5º 4º a 7º	- Pessoas individuais ou colectivas que exerçam a actividade agrícola, incluindo jovens agricultores.	- Despesas de investimento incluindo captação e distribuição de água e electrificação interna; - Aquisição de terrenos; - Custo de garantias bancárias.	- 30% a 55% do investimento elegível
2		▪ Transformação e comercialização de produtos agrícolas	- Reg. (CE) 1257/99 Artº 5º 25º a 28º	- Pessoas singulares ou colectivas legalmente constituídas à data de apresentação da candidatura.	- Aquisição de equipamentos; - Despesas de construção; - Aquisição de bens imóveis; - Estudos técnico-económicos; - Custo de garantias bancárias.	- Entre 30% a 50% do investimento elegível.
3		▪ Desenvolvimento sustentável das florestas.				
	3.1	▪ Apoio à Silvicultura ▪ Candidaturas simplificadas ▪ Projectos de arborização	- Reg. (CE) 1257/99 de 17.05 Artº 30ª, nº 1, trav. 1 e 2	- Cooperativas agrícolas que tenham por objecto a produção florestal; - Associação de produtores florestais; - Pessoas singulares ou colectivas de direito privado; - Comunidades locais detentores de terrenos baldios; - Organismos de administração local; - Outros.	- Arborização e rearborização; - Manutenção dos povoamentos florestais; - Beneficiação de florestas existentes; - Infra-estruturas; - Actividades de uso múltiplo em superfícies florestais; - Elaboração e acompanhamento do projecto; - Custo de garantias bancárias.	- Entre 30% a 80% do investimento elegível.
	3.2	▪ Restabelecimento do potencial de produção silvícola ▪ Candidaturas simplificadas ▪ Projectos de Arborização	- Reg. (CE) 1257/99 de 17.05 Artº 30ª, nº 1, trav. 6	- Cooperativas agrícolas que tenham por objecto a produção florestal; - Associação de produtores florestais; - Pessoas singulares ou colectivas de direito privado; - Outros.	- Arborização e rearborização; - Manutenção dos povoamentos florestais; - Beneficiação de florestas existentes; - Infra-estruturas; - Actividades de uso múltiplo em superfícies florestais; - Elaboração e acompanhamento do projecto; - Custo de garantias bancárias; - Cartografia digital	- Entre 30% a 80% do investimento elegível.

3.3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à produção de sementes e plantas 	<p>- Reg. (CE) 1257/99 de 17.05</p> <p>Artº 30º, nº 1, trav. 2</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperativas agrícolas que tenham por objecto a produção florestal; - Associação de produtores florestais; - Pessoas singulares ou colectivas de direito privado; - Comunidades locais detentoras de terrenos baldios; - Organismos de administração local; - Outros 	<ul style="list-style-type: none"> - Beneficiação de material de base; - Aquisição de equipamento para modernização de viveiros florestais; - Aquisição de equipamentos para a apanha, processamento e conservação de sementes; - Instalação de pomares de sementes, progenitores familiares, clones e mistura clonal, incluindo a manutenção; - Construção e beneficiação de infra-estruturas; - Cartografia digital; - Elaboração e acompanhamento do projecto; - Custo com garantias bancárias. 	<p>- Entre 50% a 80% do investimento elegível.</p>
3.4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colheita, transformação e comercialização da cortiça 	<p>- Reg. (CE) 1257/99 de 17.05</p> <p>Artº 25º-28º</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações de produtores suberícolas; - Empresas de serviços e de transformação industrial ligada ao sector da cortiça; - Organizações de industriais do sector; - Outras pessoas singulares ou colectivas de direito privado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar e racionalizar as operações de extracção da cortiça; - Promover as condições para uma maior captação de mais vallas por parte dos produtores suberícolas; - Aumentar a contribuição do sector para o desenvolvimento local das zonas suberícolas; - Apoiar iniciativas para a compilação, tratamento e divulgação de informação relativa a características tecnológicas da matéria-prima e dos produtos provenientes da primeira transformação. 	
3.5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro 	<p>- Reg. (CE) 1257/99</p> <p>Artº 30º, nº 1, trav. 3</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações de produtores florestais; - Empresas de serviços e de transformação industrial ligadas ao sector florestal; - Organizações de industrias do sector; - Comunidades locais detentoras de terrenos baldios, através de respectivos órgãos de administração; - Organismos singulares ou colectivos de direito privado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de máquinas e equipamentos para operações de colheita e pós-colheita; - Construção ou modernização de instalações e infra-estruturas; - Investimentos em tecnologias inovadoras para a extracção da resina; - Aquisição de programas informáticos; - Despesas gerais incluindo o custo com garantias bancárias; - Outras despesas. 	<p>- Entre 30% a 50% do investimento elegível.</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão e infra-estruturas hidro-agrícolas 	<p>- Reg. (CE) 1257/99</p> <p>Artº 33º, trav. 8</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proprietários,, empresários agrícolas, e outros legítimos possuidores de prédios rústicos ou parcelas de prédios rústicos , situados na zona a beneficiar, organizações em associações de beneficiários, a quem será entregue, nos termos das disposições legais, aplicáveis a gestão de empreendimentos após conclusão das obras a desenvolver sob responsabilidade da administração central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos e projectos de execução; - Elaboração de obras; <ul style="list-style-type: none"> o Barragens e açudes; o Prospecção e captação de águas subterráneas; o Estações elevatórias, reservatórios e equipamentos; o Redes de rega; o Redes de enxugo e drenagem o Redes de electrificação; o Obras de adaptação ao regadio; o Centrais mini-eléctricas; o Outras. 	<p>- Nível máximo: 100% do valor do investimento elegível.</p>

5		<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e restabelecimento do potencial de produção agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) 1257/99 Artºs 33ª, trav. 12 	<ul style="list-style-type: none"> - Produtores agrícolas, cujas explorações foram atingidas por acidentes climáticos; - Associações de produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas relativas à reconstrução/reposição dos meios de capital fixo atingidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - De acordo com o tipo de capital produtivo e o tipo de Zona (desfavorecida ou não): infra-estruturas, estruturas produtivas.
7		<ul style="list-style-type: none"> Formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) 1262/99 Artºs 2º e 3º no âmbito do Reg (CE) 1257/99 			
	7.1	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação e reorganização profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) 1257/99 – Artº9 - Reg.(CE) 1262/99-Artºs 2º e 3º 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades formadoras, empresas, organizações de agricultores, organizações de trabalhadores do sector e organismos do MADRP; - Empresários em nome individual, gestores de empresas, agricultores, jovens agricultores, mão de obra familiar, quadros técnicos, trabalhadores por conta de outrem, dirigentes de organizações de produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com formandos, tutores ou mestres preparação e funcionamento de planos de formação e de acções, divulgação e publicidade, rendas, alugueres e amortizações, avaliação da formação e da acção avaliação de impacte, diagnóstico e levantamento das necessidades; - Despesas de inscrição e frequência de acções de formação não financiadas por fundos comunitários; - Bolsas de estágio, despesas de alimentação e de transporte; - Despesas para a constituição de parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento máximo de 100% dos custos totais elegíveis.
	7.3	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg.(CE) 1262/99-Artºs 2º e 3º 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de agricultores, centro de formação profissional agrária; - Organismos do MADRP; - Agricultores; - Quadros técnicos, médios e superiores; - Empresas agrícolas; - Escolas profissionais agrárias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com aquisição de serviços, contratação de recursos humanos, comunicações e consumos de secretaria; - Despesas com formandos, mestres agricultores, tutores e outros técnicos ou mestres preparação e funcionamento de formação ou peritos de áreas técnicas, produção de base de dados e aplicações informática; - Despesas com a estruturação e funcionamento do sistema de certificação e avaliação da formação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento máximo de 100% dos custos totais elegíveis.
8		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento tecnológico e experimentação 				
	8.1	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento tecnológico e experimentação 	<ul style="list-style-type: none"> - Reg. (CE) 1257/99 – Artº 33 - Reg.(CE) 1262/99-Artºs 2º e 3º 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações de produtores, entidades públicas e privadas (instituições de ensino, serviços públicos de agricultura e de desenvolvimento rural; - Pessoas colectivas e singulares com competência no domínio da investigação, experimentação, demonstração e da protecção de plantas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos; - Investimentos necessários á execução dos projectos nomeadamente a instalação de unidades de demonstração; - Aquisição de bens e serviços; - Outras despesas associadas à gestão, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados dos projectos. 	<ul style="list-style-type: none"> - As despesas terão a forma de subsídio a fundo perdido correspondente a 100% da despesa elegível respeitante a custos marginais suportados pelos beneficiários.